



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 024 SEXTA-FEIRA, 06 DE MARÇO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,26)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,33) Walter Pinheiro (31,34) Telmário Mota (4,37) José Pimentel (35)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14 Humberto Costa (20,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,34) Lindbergh Farias (38) Fátima Bezerra (30)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,33)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,37)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (21)</p> <p>Vice-Líder Ataídes Oliveira (36)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer (23)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,29)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,28) Vanessa Grazziotin (22,25) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (22,25)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 6/2015	7
2 – ATA DA 23ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 5 DE MARÇO DE 2015	8
2.1 – ABERTURA	10
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	10
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
2.2.1.1 – Término de Prazo	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 5, 6 e 7/2015	10
2.2.1.2 – Ofício do Tribunal Superior do Trabalho	
Nº 5/21/2015 (nº 70/2015, na origem), submentendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Lélcio Bentes Corrêa para compor o Conselho Nacional de Justiça	10
2.2.1.3 – Requerimentos	
Nº 124/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda	44
Nº 128/2015, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 375/2009	45
Nº 129/2015, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senadores, de desarquivamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 310, e 459/2003; 121/2004; 417, 419 e 420/2005; 59, 197 e 317/2006; 82, 146, 151, 182, 210 e 247/2007; 121 e 494/2008; 4, 65, 177, 233, 236, 237 e 314/2009; 182, 290 e 332/2010; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 63, 83 e 90/2003; e nº 29/2004; dos Projetos de Resolução nºs 36/2003 e 10/2007; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 106/2013	47
Nº 130/2015, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 18 a 24 do corrente	50
Nº 131/2015, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184/2010-Complementar	52
Nº 132/2015, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senadores, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 277/2009	55
2.2.1.4 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 92/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, para tipificar o crime de perjúrio</i>	58
Nº 93/2015, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que <i>estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos</i>	59
Nº 94/2015, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que <i>altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas escolas</i>	65
Nº 95/2015, de autoria da Senadora José Serra, que <i>altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)</i>	66
2.2.1.5 – Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 19/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Telmário Mota, que <i>altera a Constituição Federal para extinguir a reeleição dos cargos do Poder Executivo</i>	70

Nº 20/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Telmário Mota, que <i>altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular</i>	74
2.2.1.6 – Comunicações	
Da Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Ofício nº 65/2015)	79
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 664/2014 (Ofício nº 54/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	79
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 663/2014 (Ofício nº 49/2015). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	79
2.2.1.7 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)	
Nº 13/2015 (nº 26/2015, na origem), encaminhando cópia do Acórdão nº 3.493/2014, proferido nos autos do processo TC 019.948/2014-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam (Ofício nº 16/2015-CRA)	79
2.2.1.8 – Substitutivo recebido da Câmara dos Deputados	
Substitutivo da Câmara nº 3/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 368/2009 (nº 4.699/2012, naquela Casa), de autoria do Senador Paulo Paim, que <i>dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências</i>	115
2.2.2 – Oradores	
SENADOR TELMÁRIO MOTA – Preocupação com as exportações de carne bovina de produtores do Estado de Roraima; e outros assuntos	119
SENADORA SANDRA BRAGA – Pesar pelo falecimento do ex-Senador Sr. João Braga	120
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Defesa da realização de amplas reformas no sistema político brasileiro	122
2.2.3 – Comunicação da Presidência	
Convocação de sessão deliberativa extraordinária para quinta-feira próxima, às 11 horas	129
2.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Elogios ao discurso do Senador José Serra proferido na sessão anterior	130
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item extrapauta (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 125/2015, lido e aprovado nesta oportunidade) (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Resolução nº 40/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz. Aprovado</i> , com as Emendas nºs 1 a 5-CE , após leitura do Parecer nº 6/2015-CE e após Parecer nº 7/2015-PLEN , proferido pela Senadora Marta Suplicy em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora	133
Redação final do Projeto de Resolução nº 40/2014 (Parecer nº 8/2015-CDIR). Aprovada . À promulgação.	140
2.3.2 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Satisfação com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de proposições legislativas	142
2.3.3 – Ordem do Dia (continuação)	
2.3.4 – Item 5 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei da Câmara nº 2/2011 (nº 583/2007, na Casa de origem), que <i>dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais. Aprovado</i> , com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ	142
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 2/2011 (Parecer nº 9/2015-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados	143
2.3.5 – Item 6 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei da Câmara nº 16/2013 (nº 817/2011, na Casa de origem), que <i>altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Aprovado</i> , com a Emenda nº 1-PLEN, de redação	145
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 16/2013 (Parecer nº 10/2015-CDIR). Aprovada . À sanção	146
2.3.6 – Leitura de requerimento	
Nº 126/2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015. Aprovado	147
2.3.7 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 53/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial, em 18 de maio próximo, para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública. Aprovado	148
2.3.8 – Ordem do Dia (continuação)	
2.3.9 – Item 3 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 73/2011, tendo como primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, que <i>altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente</i>	

<i>da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral. Discussão encerrada na primeira sessão, em primeiro turno, após leitura da Emenda nº 2-PLEN</i>	148
2.3.10 – Leitura de requerimento	
Nº 127/2015, de autoria dos Senadores Roberto Requião e Renan Calheiros (Presidente do Senado Federal), solicitando realização de sessão de debates temáticos destinada a discutir "a crise e as perspectivas de longo prazo do Brasil". Aprovado	154
2.3.11 – Ordem do Dia (continuação)	
2.3.12 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2013, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que acrescenta o § 5º ao artigo 17 da Constituição Federal para estabelecer critérios para criação de partidos políticos. Transcorre a segunda sessão de discussão em primeiro turno	165
2.4 – APÓS ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre o editorial do jornal Folha de S.Paulo , intitulado “A lista de Janot”; e outro assunto.....	166
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Expectativa com a resolução do conflito entre famílias e a União no que tange à reintegração de posse de área no Município de Barcelos-AM; e outros assuntos.	170
SENADOR VALDIR RAUPP – Sugestões de S.Exª para a reforma política; e outros assuntos.....	173
2.4.2 – Comunicação	
De diversas Lideranças no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para integrarem a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Ofícios nºs 26/2015-Bloco Parlamentar da Maioria/SF, 7/2015-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 41/2015-PSDB/SF, 19/2015- Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/SF, 1/2015-PP/SF, 18/2015-Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo/SF; e nºs 463 e 477/2015-CD). Designação, como titulares, dos Senadores Magno Malta, Simone Tibet, Rose de Freitas, Sandra Braga, Angela Portela, Marta Suplicy, Lúcia Vânia, Vanezza Grazziotin e Ana Amélia, dos Deputados Dr. Jorge Silva, Jean Wyllys, Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Elcione Barbalho, Jéssica Sales, Jozi Rocha, Júlia Marinho, Marinha Raupp, Tia Eron, Clarissa Garotinho, Bruna Furlan, Carmen Zanotto, Janete Capiberibe, Keiko Ota e Shéridan; e, como suplentes, das Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa e Lídice da Mata, e dos Deputados José Rocha, Ronaldo Fonseca, Arnaldo Jordy, Cristiane Brasil, Josi Nunes, Raquel Muniz, Rosângela Gomes, Simone Morgado e Soraya Santos, para comporem a referida Comissão.....	177
2.4.3 – Comunicação da Presidência	
Recebimento de emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 2/2015.....	180
2.4.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR JORGE VIANA – Registro dos esforços de S. Exª na busca por ajuda ao Estado do Acre; e outro assunto.....	366
SENADOR WELLINGTON FAGUNDES – Congratulações ao Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura pelo seu aniversário de 100 anos; e outros assuntos.....	371
SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Registro de audiência ocorrida na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará destinada a elaborar um plano de convivência com a seca no Nordeste; e outros assuntos.	375
SENADOR PAULO PAIM – Registro de manifesto da Associação dos Desempregados do Polo Naval da cidade de Rio Grande – RS; e outros assuntos.....	378
SENADOR ACIR GURGACZ – Saudação às mulheres pelo Dia Internacional da Mulher; e outro assunto.	381
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Relato da participação de S. Exª em audiência com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, a respeito do Porto de Cabedelo, na Paraíba.....	382
2.4.5 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Homenagem ao Arcebispo Emérito de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte.....	384
SENADORA ANGELA PORTELA – Satisfação com o lançamento, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, da pedra fundamental do Campus Avançado de Bonfim.	384
2.5 – ENCERRAMENTO	385
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 5.3.2015	385
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação.....	386
Bancadas dos Partidos.....	387
Por ordem alfabética.....	388
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	389
6 – LIDERANÇAS	390
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	391

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	395
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	398
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	399
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	401
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	404
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	406
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	408
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	411
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	414
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	416
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	418
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	419

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	420
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	421
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	422
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	422
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	422
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	423
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	424
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	425
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	426
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	427
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	429
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	430

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	431
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	437
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	437
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	438
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	439
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	439

11 – CONSELHOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	440
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	441
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	442

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 661**, de 2 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 3, do mesmo mês e ano, que “Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 5 de março de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Ata da 23ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 5 de março de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Fernando Bezerra Coelho, das Sr^{as} Vanessa Grazziotin e Rose de Freitas e dos Srs. Paulo Paim, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 8 minutos e encerra-se às 16 horas e 23 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

23ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA

Período : 05/03/15 07:00 até 05/03/15 20:31

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PSDB	MG	ANTONIO ANASTASIA	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	SC	DÁRIO BERGER	X
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	X
PT	TO	DONIZETI NOGUEIRA	X
PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	X
PMDB	MA	EDISON LOBÃO	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PTB	PI	ELMANO FÉRRER	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PT	RN	FÁTIMA BEZERRA	X
PSB	PE	FERNANDO BEZERRA COELHO	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PMDB	PA	FERNANDO RIBEIRO	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X
PSD	DF	HELIO JOSÉ	X

PMDB	MA	JOAO ALBERTO SOUZA	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PPS	MT	JOSÉ MEDEIROS	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	X
PDT	RS	LASIER MARTINS	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PT	SP	MARTA SUPLEY	X
PSD	AM	OMAR AZIZ	X
PSD	BA	OTTO ALENCAR	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PT	PA	PAULO ROCHA	X
PMDB	PB	RAIMUNDO LIRA	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PT	PI	REGINA SOUSA	X
PDT	DF	REGUFFE	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	MA	ROBERTO ROCHA	X
PSB	RJ	ROMARIO	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PMDB	ES	ROSE DE FREITAS	X
PMDB	AM	SANDRA BRAGA	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	MS	SIMONE TEBET	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X
PDT	RR	TELMÁRIO MOTA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PR	MT	WELLINGTON FAGUNDES	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Refiro-me à 23ª Sessão Deliberativa Extraordinária, marcada, como anunciei ontem, para as 11 horas de hoje.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno da Casa, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se em 4 de março o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Resolução nºs 5, 6 e 7, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

Os Projetos vão às CCJ e CDir.

OFÍCIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

O Senado Federal recebeu o **Ofício nº S/21, de 2015** (nº 70/2015, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Ministro *Lélio Bentes Corrêa*, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

OFÍCIO “S” Nº 21, DE 2015

OF.TST.ASPAR.GP Nº 70

Brasília, 04 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: **Indicação do Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça.**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, indicar o Ministro Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal.

Ante o exposto, submeto a indicação em referência à apreciação dessa Casa, a teor do disposto no art. 103-B, § 2º, da Constituição Federal.

Atenciosamente,



Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Lelio Bentes Corrêa

Dados Pessoais

Naturalidade: Niterói, RJ
Estado Civil: Casado
Data de Nascimento: 03.07.1965
E-mail: lelio.bentes@tst.jus.br
Endereço: SHIS QL 18 conjunto 04 casa 17
Lago Sul - Brasília, DF
CEP: 71.650-045.
Telefones: (61) 3043 4214 – profissional
(61) 3366 3776 – residencial
CPF: 334.824.381-53
RG: 652.155 – SSP-DF

Formação Acadêmica

- De setembro de 1999 a Dezembro de 2000:

Universidade de Essex, Inglaterra

Curso: Mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos
Grau concedido: Mestre em Direito, com distinção

- De Agosto de 1982 a Julho de 1986:

Universidade de Brasília

Curso: Bacharelado em Direito
Grau concedido: Bacharel em Direito, com especialização em Direito do Trabalho e Previdenciário

Cursos Complementares

- Junho de 1999:

Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho - OIT

Curso: Treinamento para Membros do Ministério Público do Trabalho em Normas da OIT sobre Trabalho Forçado, Trabalho Infantil e Populações Indígenas.

- De 4 a 9 de julho de 2004:

Conselho Britânico, Londres

Seminário: Access to Justice: Lawyers in the Community

- De 13 a 17 de setembro de 2004:

Organização Internacional do Trabalho, Genebra e Centro de Formação da OIT, Turim

Curso de Formação em Normas Internacionais do Trabalho


Experiência Profissional

- Agosto de 2003 até o presente momento:

Tribunal Superior do Trabalho (Brasília, DF)

Cargo: Ministro (posto destinado pela Constituição a representantes do Ministério Público do Trabalho)

Principais responsabilidades:

- Presidente da Primeira Turma
 - Presidente da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil
 - Membro da Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SBDI-I)
 - Membro eleito do Órgão Especial (de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013)
 - Membro eleito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) (de 2011 a 2013)
 - Membro da Comissão de Jurisprudência
- 

- Membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho (ENAMAT)
- Junho de 2006 até o presente momento:

Organização Internacional do Trabalho (Genebra, Suíça)

Cargo: Membro da Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho

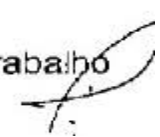
Principais responsabilidades:

- Exame anual dos relatórios apresentados pelos países Membros sobre Convenções ratificadas, nos termos do artigo 22 da Constituição da OIT
- Elaboração dos Estudos Gerais temáticos da Comissão de Peritos
- Participação em cursos de formação em normas internacionais do trabalho para Juízes e Membros do Ministério Público:
 - do Brasil (Turim, Fevereiro de 2007)
 - de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (Maputo, Novembro de 2008)
 - do Zimbábwe (Nyianga, Dezembro de 2011)
 - da América Latina (Cartagena de Índias, Colômbia, Outubro de 2014)
- Novembro de 1989 a agosto de 2003:

Ministério Público do Trabalho (Brasília, DF)

Cargo: Subprocurador-Geral do Trabalho

Principais responsabilidades:

- Membro do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, eleito pelos integrantes da categoria.
 - Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente (de Abril de 2001 a Março de 2002).
 - Presidente da Comissão incumbida de elaborar proposta de alteração legislativa para a criação de cargos de Procurador do Trabalho, visando à interiorização das atividades do Ministério Público do Trabalho (de abril a agosto de 2001 – tal proposta deu origem ao PL nº 6039/02, posteriormente convertido na Lei nº 10.771/03).
 - Membro da Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos do Ministério Público do Trabalho - CODIN (de 1993 a 1995).
- 

- Oficiante em processos da competência do Tribunal Superior do Trabalho, com assento em suas Sessões de Julgamento, desde 1992.
- Representante do Ministério Público do Trabalho nas reuniões do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Fórum Nacional Contra a Violência no Campo (de 1994 a 1995).
- Membro da equipe responsável pela elaboração de proposta de alteração legislativa para a tipificação penal da conduta de exploração do trabalho forçado, que deu origem ao Projeto de Lei nº 929/95, do Exmo. Sr. Deputado Paulo Rocha e outros.
- Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Décima Região, com sede em Brasília - DF (de 1991 a 1992).
- Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da Décima-Quarta Região, com sede em Porto Velho - RO (1990).

- De Abril de 2002 a Março de 2003:

Organização Internacional do Trabalho - OIT / Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil - IPEC (Genebra, Suíça - cedido nos termos da Portaria do Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho nº 91, publicada no DOU Seção II, de 26.03.02).

Cargo: Especialista em Educação; Oficial de Programas para a América Latina.

Principais responsabilidades:

- Coordenação, supervisão e apoio a projetos do Programa IPEC na área de combate ao trabalho infantil por intermédio da educação formal, não-formal e treinamento vocacional. Atenção especial aos países da América Latina e países africanos de língua Portuguesa.
 - Coordenação, supervisão e apoio a todos os projetos do Programa IPEC na América do Sul.
 - Elaboração de projetos, pareceres técnicos e documentos de trabalho nas áreas de educação e estratégias para o combate ao trabalho infantil.
 - Elaboração de estratégias de intervenção e mobilização dos recursos necessários para o combate ao trabalho infantil.
 - Representação do IPEC em seminários internacionais, reuniões interinstitucionais e grupos de trabalho.
 - Seleção de pessoal para Programas de grande porte, a serem implementados na área temática e/ou geográfica sob sua responsabilidade.
- De Junho de 1988 a Novembro de 1989:

Tribunal Superior do Trabalho (Brasília - DF)



Cargo: Assessor de Ministro, lotado nos Gabinetes dos Exmos. Srs. Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello (de Junho de 1988 a Maio de 1989) e José Luiz Vasconcellos (de Maio a Novembro de 1989).

Principais responsabilidades:

- Assessoramento técnico ao Magistrado e supervisão dos serviços técnicos conduzidos pela equipe do Gabinete.

- De Setembro de 1986 a Maio de 1988:

Banco Bradesco S/A (Brasília - DF)

Cargo: Advogado

Principais responsabilidades:

- Advogado em causas cíveis (especialmente as relativas ao Sistema Financeiro da Habitação) e trabalhistas, em todos os graus de jurisdição.

- De Agosto de 1986 a Maio de 1988:

Robson Freitas Melo Advocacia S/C Ltda (Brasília - DF)

Cargo: Advogado

Principais responsabilidades:

- Advogado em causas cíveis e trabalhistas, em todos os graus de jurisdição.

Magistério

- De maio de 2007 até a presente data:

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

Cargo: Professor do curso de formação dos novos Juizes do Trabalho

- De Janeiro de 2009 até a presente data:

Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB

Cargo: Professor do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Direito. Disciplinas: Direito do Trabalho e Direitos Humanos.

- Abril de 2001:

Escola Superior do Ministério Público da União

Cargo: Professor do curso de adaptação de novos Membros do MPT

- De Agosto de 1988 a Julho de 1990:

Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal - AEUDF

Cargo: Professor do Curso de Graduação em Direito.

Disciplinas: Introdução ao Direito, Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Processual do Trabalho I e II.

- De Julho a Dezembro de 1992 e de Agosto a Dezembro de 2004:

Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB

Cargo: Professor do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho

**Dissertações,
Monografias
e Artigos**

- "Trabalho infantil e direitos humanos: homenagem a Oris de Oliveira."
Coordenação de obra em parceria com José Tércio Vidotti. São Paulo: LTr, 2005.
- "O papel das normas internacionais do trabalho no mundo globalizado."
Artigo publicado no livro: SANTOS, Jerônimo Jesus (Org.) Temas aplicados de direito do trabalho & estudos de direito público. São Paulo: LTr, 2012.
- "A crise econômica e o pacto mundial pelo emprego da Organização Internacional do Trabalho."



Artigo publicado no livro: ARRUDA, Kátia Magalhães; COSTA, Walmir Oliveira da (coord.). **Direitos coletivos do trabalho: na visão do TST: homenagem ao Ministro Rider Nogueira de Brito**. São Paulo: LTr, 2011, p. 105-114.

- **"A liberdade sindical e a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho."**

Artigo publicado no livro: MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; AZEVEDO NETO, Platon Teixeira (coord.). **Temas de direito coletivo do trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

- **"Normas internacionais do trabalho e direitos fundamentais do ser humano."**

Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, v. 75, n. 1, p. 56-61, jan./mar. 2009.

- **"O papel da Organização Internacional do Trabalho no mundo globalizado: afirmando os direitos humanos dos trabalhadores."**

Artigo publicado no livro: BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; PEREIRA, José Luciano de Castilho; FAVA, Marcos Neves (Org.). **O direito material e processual do trabalho dos novos tempos: estudos em homenagem ao professor Estêvão Mallet**. São Paulo: LTr, 2009.

- **"A atuação do Ministério Público do Trabalho e os direitos fundamentais: painel."**


Artigo publicado no livro: CORDEIRO, Juliana Vignoli; CAIXETA, Sebastião Vieira (Coord.). **O MPT como promotor dos direitos fundamentais**. São Paulo: LTr, 2006.

- **"A efetividade dos direitos econômicos, sociais e culturais e seus sistemas de proteção no direito."**

Artigo publicado no livro: PAIXÃO, Cristiano; RODRIGUES, Douglas Alencar; CALDAS, Roberto de Figueiredo (Coord.). **Os novos horizontes do direito do trabalho: homenagem ao Ministro José Luciano de Castilho Pereira**. São Paulo: LTr, 2005.

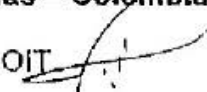
- **"A Reforma Constitucional e a Justiça do Trabalho: Perspectivas e Desafios na Concretização do Ideal Legislativo"**

Artigo publicado na **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 71, n. 1, p. 68-83, jan./abr. 2005 e no livro COUTINHO, Grijalbo Fernandes; FAVA, Marcos Neves (coord.). **Justiça do Trabalho: competência ampliada**. São Paulo: LTr, 2005.



- **"A proteção contra a discriminação no trabalho: as minorias e as novas dinâmicas das relações de trabalho."**
Artigo em coautoria com Maurício Rands publicado em SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS MINORIAS E O DIREITO, 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: CJP, 2003.
- **"Discriminação no Trabalho e Ação Afirmativa no Brasil"**
Artigo publicado no "Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União", v. 1, n. 2, p. 83-90, jan./mar. 2002.
- **"A Educação Compulsória e a idade Mínima para Admissão no Emprego"**
Artigo publicado na Revista virtual "Consultor Jurídico", em 25.05.2001.
- **"The ILO Declaration on Fundamental Principles and Rights at Work: Its Meaning and Perspectives for the Eradication of Child Labour" (A Declaração de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT: Seu Significado e Perspectivas para a Eliminação do Trabalho Infantil)**
Dissertação de Mestrado concluída em Dezembro de 2000, na Universidade de Essex, Inglaterra. Não publicada.
- **"The IPEC Programme in Brazil: a Brief Analysis of Context, Trends and Opportunities" (O Programa IPEC no Brasil: Uma Breve Análise de Contexto, Tendências e Oportunidades).**
Documento de trabalho elaborado durante estágio na OIT (Genebra), de Agosto a Novembro de 2000. Circulação interna (Genebra/Brasília).
- **"Trabalho Escravo: Um Fenômeno Complexo"**
Artigo publicado na coletânea "Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo", organizada pela Comissão Pastoral da Terra, 1996.
- **"Os Procuradores do Trabalho e o Trabalho Infantil"**
Artigo publicado no Caderno "Direito e Justiça" do Jornal "Correio Braziliense". Brasília, 1995.

**Principais
Participações em
Conferências,
Cursos e
Seminários**

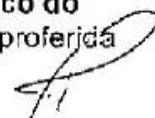
- **Curso sobre Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito, Cartagena das Índias – Colômbia, 2014.**
Promovido pelo Centro Internacional de Formação da OIT 

Condição: Palestrante.

- **Seminário “Trabalho Infantil – Realidade e Perspectivas”, Brasília/DF, 2014.** Promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.
Condição: Organizador/Mediador (tema: Boas Práticas de Combate ao Trabalho Infantil).
- **Seminário “A Terceirização no Brasil: Impactos, resistências e lutas”, Brasília/DF, 2014.**
Promovido pelo Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.
Condição: Debatedor (tema: Poderes da República e Terceirização. Limites e regulação. A Repercussão Geral e seus significados).
- **Seminário “Direitos Humanos Magistratura e Associativismo em Evolução”, Rio de Janeiro/RJ, 2013.**
Condição: Painelista. (tema: Face Essencial dos Direitos Humanos).
- **Congresso Internacional de Direito Sindical, Fortaleza/CE, 2013.**
Condição: Palestrante (tema: Perspectivas internacionais dos movimentos de reivindicação sindical).
- **Seminário Nacional Para a Erradicação do Trabalho Infantil, Brasília, 2012.**
Promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público
Condição: Palestrante (tema: “Panorama Internacional sobre Trabalho Infantil”).
- **Seminário Internacional sobre Liberdade Sindical e os Novos Rumos do Sindicalismo no Brasil, Brasília, 2012.**
Promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.
Condição: Coordenador.
- **Curso de Treinamento sobre Normas Internacionais do Trabalho, Independência do Poder Judiciário e Ética para Juizes de Cortes Trabalhistas, Conciliadores, Árbitros e Advogados Nyanga (Zimbabwe),**
Condição: Palestrante, dezembro 2011.
- **IV Seminário Nacional sobre o Trabalho Infanto-Juvenil e I Colóquio Nacional para os Direitos Humanos nas Relações de Trabalho, Campinas/SP, novembro 2011.**
Promovido pela AMATRA XV
Condição: Palestrante (tema: Direitos Humanos e trabalho decente).
- **Curso de Treinamento sobre, Diplomacia Indígena para a Bacia Amazônica.** Promovido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
Cartagena das Índias (Colômbia),

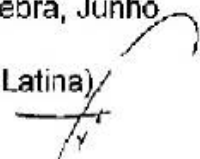
Condição: Palestrante, 2011.

- **Seminário Aids e Trabalho um ano da Recomendação 200 da OIT, Curitiba /PR, julho 2011.**
Condição: Palestrante, (tema: As Técnicas de Monitoramento para a Efetividade das Normas Internacionais do Trabalho).
- **Seminário dos 70 Anos da Justiça do Trabalho na Bahia**
Promovido pela Escola Judicial do TRT5, em parceria com a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra 5).
Condição: Conferencista, maio 2011.
- **XX Encontro Regional da Amatra VI (PE)**
Condição: Palestrante, abril 2011.
- **Seminário sobre o Fortalecimento da Cooperação entre Sistemas de Inspeção do Trabalho e o Judiciário, Veneza, Itália, setembro 2011.**
Promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT.
Condição: Representante do Tribunal Superior do Trabalho e palestrante.
- **The World Political Forum, Founded by Mikhael Gorbachev (Fórum Político Mundial, presidido por Mikhael Gorbachev) – Bosco Marengo, Itália, 2008.**
Condição: Painelista (Tema: Direitos Humanos e Democracia em um Mundo Globalizado. Painel: Universalidade de Valores ou Uniformidade de Modelos).
- **Curso Sobre Normas Internacionais do Trabalho para Juizes da África Lusófona, Maputo, Moçambique, novembro 2008.**
Condição: Palestrante.
- **Congresso Internacional da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Turim, Itália, fevereiro 2007.**
Condição: Palestrante.
- **V Encontro Internacional da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA (Genebra, Suíça)**
Condição: Palestrante (tema: a Comissão de Peritos e o monitoramento das normas internacionais do trabalho)
- **Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social e o 15º Encontro Anual de Magistrados da 5ª Região, Salvador/BA**
Condição: Representante do Tribunal Superior do Trabalho e Palestrante (tema: Direito Internacional Comunitário e a Efetividade dos Direitos Sociais)
- **As perspectivas da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho por força da Emenda Constitucional nº 45/04; a ser proferida para a Instituição de Ensino Christus, Fortaleza/CE**



Condição: Conferencista, julho de 2005.

- **II Encontro dos Procuradores do Trabalho da Região Centro-Oeste** (promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União e a Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, junho de 2005).
Condição: Palestrante (tema: Competência da Justiça do Trabalho e Emenda Constitucional nº 45);
- **Seminário “A Nova Competência da Justiça do Trabalho”, São Luís/MA, 2005.**
Condição: Conferencista.
- **Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados**
Condição: Expositor (tema: Precariedade do trabalho doméstico no Brasil, abril de 2005)
- **Encontro Norte/Nordeste de Procuradores e Juizes do Trabalho (Natal/RN)**
Condição: Palestrante. Tema: Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho
- **II Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo** (organizada pela OIT/Brasil, novembro de 2004).
Condição: Representante do Tribunal Superior do Trabalho
- **Palestra Sobre Trabalho Escravo, em Franca/São Paulo – outubro/2004.**
Tema: "A Contratação Ilícita no Meio Rural e a Atuação da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas de Direitos - Aspectos Penais.
- **Banco Central do Brasil**
Condição: Palestrante (tema: Pressupostos de Recurso de Revista, setembro/2004);
- **Seminário Sobre Penas Alternativas (patrocinado pelo Conselho Britânico, Londres julho de 2004).**
- **Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais. Brasília, abril de 2004.**
Promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.
Condição: Co-organizador
- **37º Curso Internacional para Becarios sobre Políticas Sociales para Promover un Trabajo Decente** (patrocinado pela OIT - Genebra, Junho de 2002).
Condição: Palestrante (tema: O Trabalho Infantil na América Latina)



- **Curso de Extensão em Direitos Humanos e Cidadania** (promovido pelos Departamentos de Direito e Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, Março de 2002).
Condição: Painelista (Tema: Trabalhadores - Organização, Conquista e Destituição de Direitos).
- **Oficinas Jurídicas do Fórum Social Mundial - Porto Alegre, Janeiro de 2002.**
Condição: Painelista (Tema: Infância e Juventude no Mundo Globalizado).
- **Combating Child Labour - Building Alliances Against Hazardous Work (Combatendo o Trabalho Infantil - Construindo Alianças Contra o Trabalho Perigoso e Insalubre) - Haia, Holanda, Abril de 2001** (patrocinado pelo Governo da Holanda e OIT).
Condição: Presidente de Mesa e Membro da Comissão de Redação do Documento Final.
- **Seminário Internacional: As Minorias e o Direito - Brasília, 2001** (patrocinado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal).
Condição: Painelista (Tema: Proteção Contra a Discriminação no Trabalho).
- **Teleconferência: Trabalho Infantil - Curitiba, 2001** (patrocinada pelo Ministério Público do Estado do Paraná)
Condição: Conferencista
- **Seminário Sobre Atuação Judicial e Extrajudicial do Ministério Público na Defesa do Meio Ambiente - Florianópolis, 2001**
Condição: Painelista (Tema: Trabalho Infantil nos Lixões)
- **Mesa Redonda Sobre a Criação de um Programa de Proteção ao Adolescente Ameaçado de Morte - Brasília, 2001** (patrocinada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados).
Condição: Convidado.
- **First Seminar on Child Labour of the University of Essex (Primeiro Seminário Sobre Trabalho Infantil da Universidade de Essex) - Colchester, Inglaterra, 2000.**
Condição: Organizador, Painelista (Tema: Normas Internacionais de Proteção da Criança Contra a Exploração Econômica).
- **Reunião Preparatória na América Latina para a Conferência de Oslo Sobre o Trabalho Infantil - Brasília, 1997** (patrocinada pelo Governo da Noruega e OIT).
Condição: Relator do grupo de trabalho sobre conceito e formas de trabalho infantil.

- **Seminário Sobre Trabalho Infantil da Universidade Nacional do Chile, Santiago, 1997.**
Condição: Palestrante (Tema: La Marcha Global - Estrategias para una Movilización Mundial Contra el Trabajo Infantil)
- **Primeiro Seminário Internacional de Direito Processual do Trabalho de Alagoas - Maceió, 1994.**
Condição: Painelista (Tema: Negociação Coletiva e Arbitragem)
- **Seminário da Editora LTr - São Paulo, 1994.**
Condição: Painelista (Tema: Execução Judicial dos Termos de Ajuste de Conduta Firmados Perante o Ministério Público do Trabalho)
- **Seminário Sobre Direito do Trabalho de Dourados - MS, 1992.**
Condição: Painelista (Tema: Codificação do Processo do Trabalho)
- Além das atividades listadas, participou de um grande número de eventos, na qualidade de Palestrante, inclusive seminários de formação e treinamento de Membros e servidores do Ministério Público do Trabalho, Auditores Fiscais do Trabalho e Membros de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente. Participou, ainda, de eventos de informação e sensibilização de profissionais da área jurídica, agentes sociais, trabalhadores, empregadores, autoridades públicas e membros da comunidade em geral, especialmente na área de combate ao trabalho infantil.

Participação em Bancas Examinadoras

- **19º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, 2015.**
Prova objetiva e prova oral
- **18º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, maio de 2013 a junho de 2014.**
Prova objetiva e prova oral
- **17º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador do Trabalho, fevereiro a novembro de 2012.**
Prova objetiva e prova oral
- **Presidente da Banca Examinadora do XVI Concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 6ª Região – PE, 2005.**
Prova oral

- **Presidente da Banca Examinadora do XXX Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho do TRT da 2ª Região – SP, 2005.**
Prova oral
- **Presidente da Banca Examinadora do Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho do TRT da 14ª Região – Porto Velho, 2005.**
Prova oral
- **Concurso para Juiz do Trabalho Substituto da 24ª Região - MS, 1994.**
Quarta prova oral.
- **Concurso para Juiz do Trabalho da 24ª Região - MS, 1993.**
Prova oral.
- **Concurso para Juiz do Trabalho da 23ª Região - MT, 1992.**
Primeira prova escrita.
- **Concurso para Juiz do Trabalho da 24ª Região - MS, 1991.**
Primeira prova escrita.
- **Concurso de Ascensão Funcional do Tribunal Superior do Trabalho, 1988 e 1989.**

Distinções e Prêmios

- **Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho**, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – MA, no grau Grã Cruz, 2005.
- **Ordem do Mérito Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge**, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região – AL, no grau Grã Cruz, 2005.
- **Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho**, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - MT, no grau Grã Cruz, 2005.
- **Chevening Scholarship Award**, outorgada pelo British Council e United Kingdom Commonwealth Association, 1999.
- **Ordem Sergipana do Mérito Trabalhista**, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região - SE, 1994.

- **Ordem do Mérito de Dom Bosco**, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região - DF, no grau Grande Cruz, 1992.
- **Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho**, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, no grau Comendador, 1992.
- **Medalha Comemorativa do 50º Aniversário de Instalação da Justiça do Trabalho**, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, 1991

**Atividades
Junto à
Sociedade
Civil**

- Desde 2000 até 2003:

International Coalition for the Elimination of Child Labour and for Education - ICCLE (ONG com sede em Washington - EUA)

Função: Secretário-Geral

- Desde 1998 até 2002:

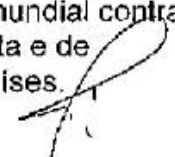
Missão Criança - DF

Função: Membro do Conselho Consultivo

- De Fevereiro de 1997 a Julho de 1999

Marcha Global Contra o Trabalho Infantil

Função: Coordenador para a América do Sul, Membro do Comitê Diretivo Internacional, com participação em diversas atividades de mobilização social na Europa, Ásia, África e América do Sul. Atuação, como representante da Sociedade Civil, no processo de discussão da Convenção 182 da OIT, sobre a imediata eliminação das piores formas de trabalho infantil. A Marcha Global é um movimento mundial contra o trabalho infantil e em prol da educação universal, gratuita e de qualidade. Conta com a participação de mais de 170 países.



- Desde 1996 até 2010:

Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança - SP

Função: Membro do Conselho Consultivo

**Idiomas
Estrangeiros**

- Inglês (fluyente)
- Espanhol (fluyente)

**Outras
Atividades
Relevantes**

- Membro da Comissão Julgadora do *Prêmio Innovare* de 2013 até a presente data.
- Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho de 1992 a 1996.
- Presidente do Centro Acadêmico Sobral Pinto, dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília, de 1984 a 1985.

Brasília, 04 de março de 2015.



Lelio Bentes Corrêa

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO INDICADO – RESOLUÇÃO N.º 41/2013 DO SENADO FEDERAL

Senhores Senadores,

Honrado com a indicação, pela unanimidade dos integrantes do Tribunal Superior do Trabalho, em Sessão realizada em 24 de fevereiro de 2015, para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do artigo 103-B, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, venho, mui respeitosamente, à presença de Vossas Excelências, acentuar os seguintes aspectos da minha trajetória profissional:


I – Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Universidade de Brasília em julho de 1986, ingressei nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seccional do Distrito Federal, em agosto daquele ano, tendo exercido a advocacia em escritório particular de agosto de 1986 a maio de 1988. Concomitantemente, de setembro de 1986 a maio de 1988, exerci a advocacia sob vínculo de emprego com o Banco Bradesco S/A, lotado no Departamento Jurídico daquela instituição, em Brasília – DF.

Em junho de 1988 fui nomeado assessor de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cargo que exerci até novembro de 1989, tendo atuado nas assessorias dos Exmos. Ministros Luiz Philippe Vieira de Mello (até maio de 1989) e José Luiz Vasconcellos (até novembro de 1989).

Em 13 de novembro de 1989 fui nomeado, após aprovação em concurso público de provas e títulos, Procurador do Trabalho de Segunda Categoria. Atuei nas Procuradorias Regionais do Trabalho da 14ª Região, com sede em Porto Velho – RO e 10ª Região, com sede em Brasília – DF. Em ambas as ocasiões, exerci o cargo de Procurador-Chefe (1990 a 1992). Fui promovido por merecimento, em 1992, a Procurador do Trabalho de Primeira Categoria e por antiguidade, em 2001, a Subprocurador-Geral do Trabalho. Na Procuradoria-Geral do Trabalho, integrei a Coordenadoria de Defesa dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos – CODIN, coordenei a Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e tive assento no Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, eleito pelo colégio de Procuradores do Trabalho.

Tive a honra de presidir a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, por dois mandatos consecutivos (1992 a 1996), por eleição de meus pares.

Em abril de 2002 fui cedido à Organização Internacional do Trabalho – OIT, com sede em Genebra, Suíça, onde exerci os cargos de especialista em educação e oficial de programas para a América Latina, no Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC.



Em 29 de julho de 2003 fui nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a membro do Ministério Público do Trabalho. No TST, exerceu a Presidência da Primeira Turma, coordeno a Coordenadoria de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente, integro a Comissão de Jurisprudência e o Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados do Trabalho – ENAMAT. Participei do Órgão Especial do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em ambos os casos mediante eleição de meus pares.

Em junho de 2006 fui eleito, pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho, para compor a Comissão de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT, para um mandato de três anos – sucessivamente renovado até a presente data.

Desde 2013 integro a Comissão Julgadora do *Prêmio Inovare*.

II – Formação Técnica: Sou Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília desde julho de 1986, e Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos, com distinção, pela Universidade de Essex, Reino Unido, desde abril de 2001.

Exerci o magistério, em cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Direito, na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF (1988 a 1990); Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB (1992 e 2004) e Centro Universitário IESB (2009 até a presente data). Cioso da importância da educação em direitos humanos para a formação dos profissionais do Direito, atualmente leciono a disciplina *Direitos Humanos* para alunos do 10º semestre do Curso de Direito.

Tenho participado, ainda, na qualidade de Professor, de diversos cursos de formação inicial para membros do Ministério Público do Trabalho e da Magistratura Trabalhista, ministrando aulas sobre *Normas Internacionais do Trabalho e Combate à Discriminação no Trabalho*.

Participei de várias Bancas Examinadoras em Concursos Públicos para provimento de cargos de Juiz do Trabalho (p. ex.: 2ª Região – SP; 6ª Região – PE; 14ª Região – RO; 16ª Região – MA; 17ª Região – ES; e 24ª Região – MS) e de Procurador do Trabalho (17ª, 18ª e 19ª concursos – de 2011 a 2015).

Participei, na qualidade de Professor, dos seguintes cursos de formação em Normas Internacionais do Trabalho promovidos pela OIT: *Curso para juizes, advogados e promotores da África Lusófona* – Maputo, Moçambique, em 2008; *Curso sobre independência do poder judiciário e ética para Juizes* – Nyíngá, Zimbábue, em 2011; *Curso para juizes, advogados e promotores da América Latina* – Cartagena de Índias, Colômbia 2014. Participei, ainda, como expositor, do *Curso sobre diplomacia indígena para a bacia amazônica*, promovido pela Cooperação Técnica Espanhola, na cidade de Cartagena de Índias – Colômbia, em 2011.

Escrevi diversos artigos sobre Direitos Humanos publicados em Jornais, Revistas Especializadas e Livros, com especial destaque para os temas: normas internacionais do trabalho, trabalho escravo e trabalho infantil.

Particpei da coordenação dos seguintes Seminários Internacionais na área de Direitos Humanos, realizados no Tribunal Superior do Trabalho: *Fórum Internacional Sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais* (2004); *Seminário Internacional Sobre Liberdade Sindical* (2012); *I e II Seminários Internacionais Sobre Trabalho Infantil* (2012 e 2014).

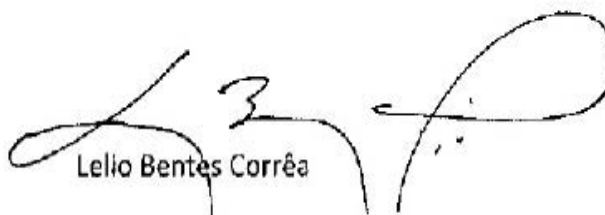
Particpei, ainda, na condição de palestrante, do Fórum Político Mundial, realizado na cidade de Bosco Marengo, Itália, em 2008, presidido pelo ex-líder da antiga União Soviética, Mikhael Gorbachev.

III – Afinidade Intelectual e Moral para o Exercício da Atividade:

Ao longo de mais de vinte e cinco anos de carreira pública, doze dos quais dedicados à magistratura trabalhista, tenho buscado servir à sociedade brasileira com zelo e retidão. Tenho procurado responder aos anseios dos jurisdicionados por uma prestação jurisdicional de qualidade, qualificada por uma visão humanista do Direito. Minha atuação tem excedido os limites formais do processo judicial, buscando disseminar a cultura de respeito aos direitos humanos e promoção da cidadania mediante atividades junto à sociedade civil e, acima de tudo, pelo exemplo. O Poder Judiciário cumpre papel fundamental na sociedade democrática e na afirmação do Estado de Direito. Sua autoridade e seu prestígio junto à sociedade nutrem-se da postura independente, imparcial, proba, equilibrada e diligente de seus integrantes.


Ouso acreditar que, ao longo de minha trajetória no Ministério Público e no Poder Judiciário tenha preservado a fidelidade a esse ideário. Exatamente por isso, penso evidenciada a minha afinidade intelectual e moral necessária ao exercício do honroso cargo de Membro do Conselho Nacional de Justiça.

Na expectativa de haver atendido ao disposto na Resolução n.º 41/2013 do Senado Federal, subscrevo mui respeitosamente,




Lelio Bentes Corrêa

(JUSTIÇA DO TRABALHO)



Assinatura do Magistrado
166



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE MAGISTRADO

LELIO BENTES CORRÊA
NOME

MINISTRO
CARGO

NITERÓI-RJ
NATURALIDADE

03/07/1965
DATA DE NASCIMENTO

LELIO CRUZ CORRÊA
FILHO

TÂNIA BENTES
ESPOSA

652155-5
CARTeira de Identidade

30/202070-14/283
TÍTULO ELEITORAL

BRASIL
PAÍS

08/02/2004
DATA DE EMISSÃO

MINISTRO PRESIDENTE

*É prerrogativa de Magistrado portar arma de defesa pessoal
(Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, Artigo 32, inciso V)*

VÁLIDO COM MARCA D'ÁGUA E ARMAS DA REPÚBLICA

TEM SE PUBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

OF. nº 001/2015

Brasília, 4 de março de 2015.

Exmº. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 1 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado)**; do **inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal**, e da alínea “a” do **inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania**, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que **posso parentes consanguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminado:**

- **Maria Goretti Sobreira de Oliveira Corrêa** (esposa), analista judiciário aposentada. Iniciou a carreira no Tribunal Regional do Trabalho de

recebido em 4/3/15
hora: 17:00
Subm. Silen Nascimento
Matrícula 267918
SLSF/SGM

Décima Região (DF), em fevereiro de 1982, tendo sido redistribuída ao Tribunal Superior do Trabalho em junho de 2012, onde se aposentou em julho de 2014.

- **Arthur de Oliveira Corrêa** (filho), psicólogo, com Mestrado pela Universidade de Brasília, concluído em julho de 2014. Trabalha como voluntário na ONG Ludocriarte em São Sebastião/DF, especializada no atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica e social.

- **Vinícius de Oliveira Corrêa** (filho), estudante universitário (Universidade de Brasília – curso de Desenho Industrial), desde janeiro de 2010. Estagiário na Secretaria de Comunicação Social do Tribunal de Contas da União desde dezembro de 2012.

- **Bianca de Oliveira Corrêa** (filha), estudante universitária (Universidade de Brasília – curso Filosofia), desde janeiro de 2011.

- **Márcia Irene Corrêa Neumann** (irmã), técnico concursado do Ministério Público da União desde dezembro de 1995. Requisitada em setembro de 2011 para a 16ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região e em 09 de março para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

- **Divino Aparecido de Melo** (cunhado), militar reformado. Exerce a advocacia em escritório próprio em Brasília/DF desde junho de 2014. Áreas: Direito Civil, Tributário, Penal e Trabalhista.

- **Glenda Aparecida Peixoto de Melo** (enteada da irmã), advogada em Paracatu/MG, desde 05 de março de 2015. Área: Direito Penal.

- **Olavo Bentes David** (primo), Procurador Federal Concursado, nomeado em 15/09/2006. Consultor Jurídico na Pré-sal Petróleo S/A.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



LELIO BENTES CORRÊA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

OF. nº 002/2015

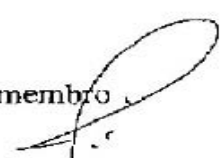
Brasília, 4 de março de 2015.

Exmº. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 2 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado)**; da **alínea “b” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania**, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, **que já exerci atividade na Empresa Robson Freitas Melo Advocacia S/C LTDA, na condição de sócio, de agosto de 1986 a maio de 1988, bem como declaro que já participei das seguintes entidades não governamentais:**

- **Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança**, na condição de membro do Conselho Consultivo. Período de dezembro de 1996 a abril de 2010. 

- **Marcha Global Contra o Trabalho Infantil**, na condição de membro do Comitê Diretivo Internacional – Coordenador para a América do Sul. Período de fevereiro de 1997 a julho de 1999.

- **Missão Criança**, na condição de membro do Conselho Consultivo. Período de fevereiro de 1998 a dezembro de 2002.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.


LELIO BENTES CORRÊA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

OF. nº 003/2015

Brasília, 4 de março de 2015.

Exmº. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do item 3 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal); da alínea “c” do inciso II e § 2º do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.


LELIO BENTES CORRÊA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**Nome: LELIO BENTES CORREA****CPF: 334.824.381-53**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 18:05:27 do dia 26/02/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/08/2015.

Código de controle da certidão: **2A35.5369.D958.1FB3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 070-00 303.457/2015
NOME : LELIO BENTES CORREA
ENDEREÇO : SHIS Q L 18 CJ 04 CS 17
CIDADE : LAGO SUL
CPF : 334.824.381-53
CNPJ :
CE/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.373 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 02 de Junho de 2015.

Brasília, 04 de Março de 2015.

Certidão emitida via internet às 12:25:06 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

[tp://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm](http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm)[04/03/2015 12:27:04]

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 070003034572015
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 33482438153
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 12:25:06
DATA DA EMISSÃO	: 04/03/2015
DATA DA VALIDADE	: 02/06/2015
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 04 de Março de 2015.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/valida_detalhar.cfm[04/03/2015 12:42:22]

OF. nº 004/2015

Brasília, 4 de março de 2015.

Exmº. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do item 4 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal); do inciso III do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e da alínea “d” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a existência da Ação Judicial 2004.34.00.029055-0, em fase de Apelação no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que trata sobre Gratificação, Incorporação/Quintos e Décimos/ VPNI, onde litigo com a União Federal na condição de autor da demanda, em que pese a aludida demanda não constar na Certidão emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (documento anexo).

Informo, ainda, a inexistência de procedimento administrativo-disciplinar.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



LELIO BENTES CORRÊA

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 701727

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que

NADA CONSTA

contra **LELIO BENTES CORREA** nem contra o CPF: **334.824.381-53**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 26/02/2015, às 19h06.

Data da última atualização do banco de dados: 26/02/2015, 19h06

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e Mail: secju@trf1.jus.br

Consulta Processual Web

Tribunal Regional Federal da Primeira Região**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Processo:	2004.34.00.029055-0
Nova Numeração:	0028983-87.2004.4.01.3400
Grupo:	ApReeNec - APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO
Assunto:	Gratificação Incorporada/Quintos e Décimos/VPNI - Sistema Remuneratório e Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
Data de Autuação:	23/10/2008
Órgão Julgador:	SEGUNDA TURMA
Juiz Relator:	DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI
Processo Originário:	2004.34.00.029055-0/JFDF

Movimentação

Data	Cod	Descrição	Complemento
04/09/2014 13:38:00	240200	PROCESSO REQUISITADO	DO GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI PARA JUNTADA DE PETIÇÃO
07/05/2014 14:00:00	170500	JULGAMENTO ADIADO A PEDIDO DO (A)	RELATOR (A)
07/04/2014 15:33:00	221100	PROCESSO RECEBIDO	NO(A) GAB. DF FRANCISCO BETTI
04/04/2014 16:46:00	220350	PROCESSO REMETIDO	PARA GAB. DF FRANCISCO BETTI
31/03/2014 15:45:08	190100	INCLUIDO NA PAUTA DE JULGAMENTO DO DIA	07/05/2014
31/03/2014 15:15:00	221100	PROCESSO RECEBIDO	NO(A) SEGUNDA TURMA
28/03/2014 18:13:00	220350	PROCESSO REMETIDO	PARA SEGUNDA TURMA
06/11/2008 09:56:00	221100	PROCESSO RECEBIDO	NO(A) GAB. DESEM. FED. FRANCISCO DE ASSIS BETTI
03/11/2008 18:39:07	70100	CONCLUSÃO AO RELATOR	
03/11/2008 18:38:07	10100	DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA	AO DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI

Partes

Tipo	Ent	OAB	Nome	Caract.
APTE			LELIO BENTES CORREA	
ADVOGADO		DF00017384	RONALDO FERREIRA TOLENTINO	E OUTRO(A)
APTE			UNIAO FEDERAL	
PROCURADOR		MG00084131	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	
APDO	752		OS MESMOS	
REC. ADESIVO			LELIO BENTES CORREA	
REMETENTE	1704		JUIZO FEDERAL DA 4A VARA - DF	

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 25/02/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

LELIO BENTES CORREA

334.824.381-53

(TÂNIA BENTES CORRÊA / LELIO CRUZ CORRÊA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), Informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNU).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 26/02/2015

Data da última atualização do banco de dados: 25/02/2015

Selo digital de segurança: 2015.CTD.DJGY.IOBD.BSZG.F4MP.QRQ6

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

OF. nº 005/2015

Brasília, 4 de março de 2015.

Exm^o. Sr.
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do item 5 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal); da alínea “e” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a **minha atuação, como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho**, nos últimos 11 anos.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



LELIO BENTES CORRÊA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

OF. nº 006/2015

Brasília, 4 de março de 2015.

Assunto: Indicação Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do inciso IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, informo a V. Exª e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que **não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.**

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



LELIO BENTES CORRÊA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 124, DE 2015**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando as análises deflagradas relativamente às contas irregularmente abertas junto ao HSBC pelo Conselho de Controle de Atividades Financeira-COAF, após entrega preliminar de listagem, em grau reservado, com a indicação de 342 nomes suspeitos de crimes contra o Fisco, pelo Senhor Fernando Rodrigues, jornalista-membro do *The International Consortium of Investigative Journalists*, conforme reportagem anexa, requeiro ao Sr. Ministro da Fazenda o que se segue :

- 1 – Que determine ao Secretário da Receita Federal do Brasil Sr. Jorge Rachid, que informe o teor completo da lista de 342 nomes de correntistas do HSBC, na Suíça, lista essa repassada àquele órgão pelo COAF; e
 - 2 – Que informe, outrossim, quantos e quais destes 342 correntistas declararam à Receita Federal ter conta bancária no exterior (mais especificamente no HSBC, da Suíça), nos anos de 2006, 2007 e 2008.
- Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**

Coaf analisou amostra do SwissLeaks e diz não ter visto novos crimes

Fernando Rodrigues

13/02/2015 17:58

***Órgão levou 3 meses para pesquisar 342 clientes brasileiros do HSBC suíço
Governo não demonstra interesse em obter, de forma oficial, a lista completa***

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, analisou uma amostra de 342 nomes de brasileiros ou pessoas ligadas ao Brasil que mantiveram contas secretas no HSBC da Suíça em 2006 e 2007. O órgão respondeu que os dados não serviram para tomar nenhuma nova iniciativa para combater crimes.

A amostra de nomes do SwissLeaks foi entregue ao Coaf, em reserva, em novembro de 2014. O órgão demorou 3 meses para analisar os dados, tarefa que poderia ter sido concluída em muito menos tempo. No total, o banco de dados contém informações sobre 8.867 clientes brasileiros, titulares de 6.606 contas (pessoas físicas ou jurídicas) na Suíça.

Nesta 5ª feira (12.fev.2015), o Coaf informou ao Blog que, das 342 pessoas citadas, 15 já haviam sido alvo de relatórios que indicavam possível atividade criminosa, como corrupção, tráfico de drogas e crimes fiscais. Essas pessoas tinham, no HSBC da Suíça, depósitos no valor total de US\$ 650 milhões em 2006 e 2007. Seus nomes não foram revelados.

Os relatórios do Coaf, conhecidos como “red flag” (bandeira vermelha), servem para alertar autoridades como o Banco Central, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal sobre indícios de crimes.

O nome dessas 15 pessoas já haviam sido enviados pelo Coaf a autoridades brasileiras antes da entrega da amostra do SwissLeaks. As outras 327 pessoas não chamaram a atenção do Coaf para irregularidades. Ou seja, não serviram para novos “red flags” às autoridades competentes.

O Blog também entrou em contato com a Receita Federal em várias ocasiões e explicou detalhadamente do que se tratava a apuração. O Fisco brasileiro, no entanto, nunca demonstrou interesse em investigar nem analisar parte dos dados sobre as contas bancárias secretas de brasileiros no HSBC da Suíça. Até hoje, ninguém no governo brasileiro tentou obter, por meios oficiais, a lista de correntistas brasileiros, que está com as autoridades da França desde meados de 2009.

A Receita Federal demonstrou um alto grau de desinformação, nesta semana, a respeito do caso SwissLeaks. Numa reportagem publicada pelo jornal “O Globo”, o Fisco opina dizendo que os dados obtidos pelo ICIJ (The International Consortium of Investigative Journalists) não “têm utilidade imediata” porque só seria possível cobrar “impostos sobre valores remetidos ilegalmente [para o exterior] nos últimos 5 anos”. A fonte da Receita também afirma ao “Globo” que os dados do SwissLeaks constituem “uma lista fria que não serve como prova, mas como indício”.

Os dados do SwissLeaks são informações verdadeiras, retiradas de dentro do HSBC, que surgiram no maior vazamento da história sobre contas secretas no exterior. Vários governos de países europeus usaram e continuam a usar as informações como prova para processar eventuais correntistas que sonegaram impostos.

No caso do Brasil, o fato de os dados se referirem a 2006/2007 não impede que sejam processados todos os correntistas que tenham feito remessas de divisas de maneira irregular. Trata-se do crime de evasão de divisas, que prescreve em até 12 anos depois de ocorrido e cujo prazo prescricional para de correr no momento em que o processo é aberto. A pena para esse crime varia de 2 a 6 anos de reclusão, mais multa.

O ICIJ, depois de analisar os dados de muitos países, acredita que a imensa maioria das contas no HSBC da Suíça servia para lavar dinheiro e sonegar impostos.

Se isso for confirmado no caso brasileiro, deve ter ocorrido o crime de evasão de divisas. Como o total de recursos de brasileiros era de US\$ 7 bilhões à época, 2006/2007, a recuperação desse dinheiro, ou parte dele, equivaleria ao tamanho do ajuste fiscal que a equipe econômica da presidente Dilma Rousseff pretende implementar no Brasil deste ano.

Disponível em:

<<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/02/13/coaf-analisou-amostra-do-swissleaks-e-diz-nao-ter-visto-novos-crimes/>>

Acesso em 04/03/2015, às 12:06.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

REQUERIMENTO Nº 128, DE 2015

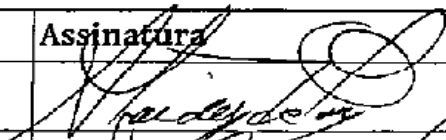
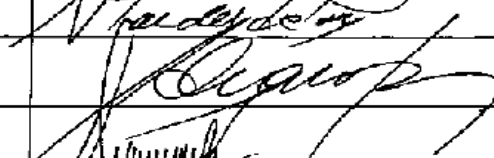
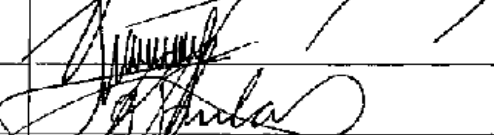
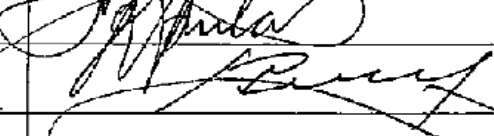
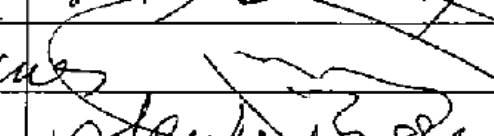
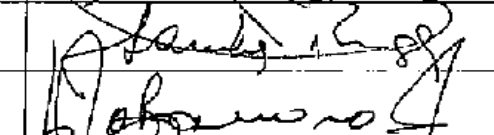
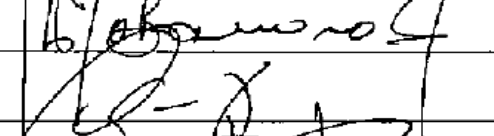
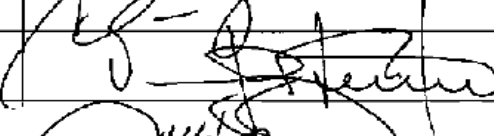
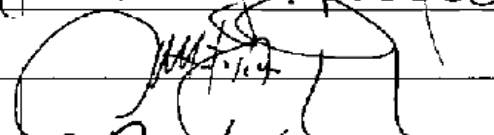
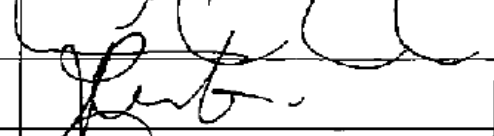
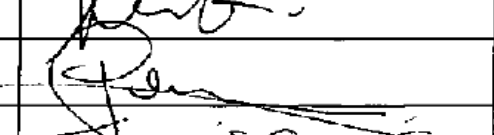
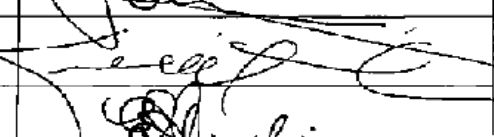
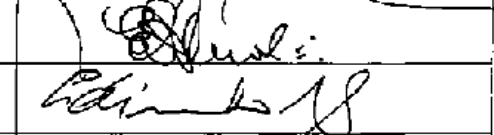
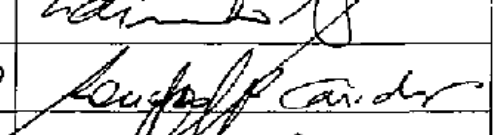
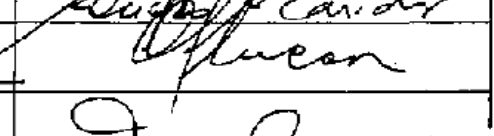
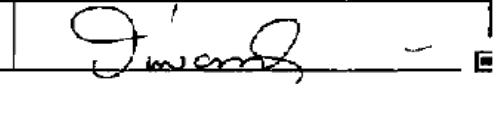




Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 375/2009, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 (vinte e um) anos, tenham vínculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2015.

Nome do Senador	Assinatura
José Sarney	José Sarney
José Medeiros	José Medeiros
DALE AGRIPINO	DALE AGRIPINO
BEATRIZ MARIN	BEATRIZ MARIN
WALDEMAR OLIVEIRA	WALDEMAR OLIVEIRA
DOUGLAS CINTA	DOUGLAS CINTA
Regina Sousa	Regina Sousa

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 375/2009, que acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento...

Nome do Senador	Assinatura
Ataides Oliveira	
ALVARO DIAS	
ACIR GUILGAS	
Rose de Freitas	
Benedito de Lima	
Narcizo de Rodrigues	
SANDRA BRAGA	
Joní Pimental	
OMAR AZIZ	
Severino Ribeiro	
ANTONIO ANASTASIA	
CASSIO C. LIMA	
Acio de	
Zeze Figueira	
GABRIEL ALVES	
Eduardo Feres	
ELSON LORÃO	
RONALDO CAIADO	
OTTO ALENCAR	
UMRESSA	

(À Publicação)

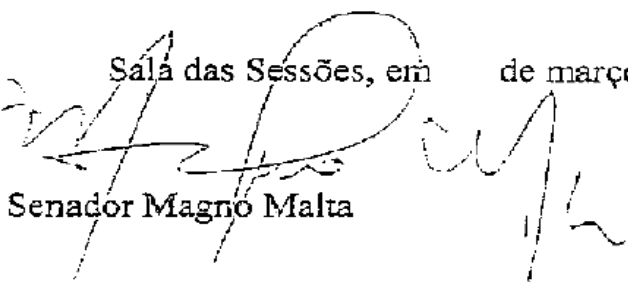
REQUERIMENTO Nº 129, DE 2015

Requeremos, nos termos do artigo 332, § 1º, do Regimento Interno, a continuidade de tramitação das seguintes proposições legislativas, de autoria do Senador Magno Malta.

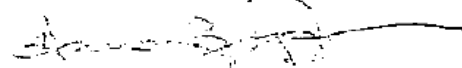
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2003
- ✕ Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2003
- ✕ Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2003
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2004
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 419, de 2005
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2005
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2006
- ✕ Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2006
- ✕ Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2006
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 082, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2007
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2009
- Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2009
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2009

- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2009
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2009
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2009
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2010
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2010
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2010;
- e ainda, os
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2008 e
- ✓ Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009, de autoria da CPI da Pedofilia.
- × Proposta de Emenda a Constituição nº 63, de 2003
- × Proposta de Emenda a Constituição nº 83, de 2003
- × Proposta de Emenda a Constituição nº 90, de 2003
- × Proposta de Emenda a Constituição nº 29, de 2004
- × Projeto de Resolução nº 36, de 2003
- ✓ Projeto de Resolução nº 10, de 2007
- Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2013

Sala das Sessões, em _____ de março de 2015



Senador Magno Malta

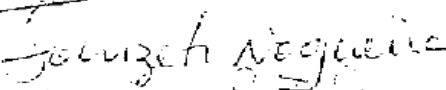
Senador 


Senador  - Danilo Sérgio


Senador 

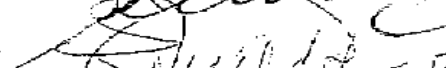
Senador  - 

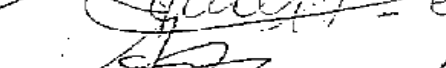
Senador  - Paulo Sérgio

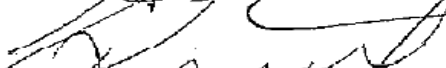
Senador  - Luizez de Aguiar


Senador  - Wilson


Senador  - Roberto

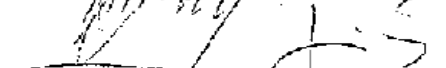
Senador  - ALVARO DIAS

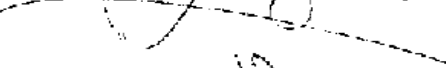
Senador  - Eduardo Amorim


Senador  - Elias


Senador  - Romero

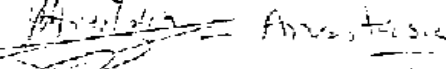
Senador  - ROBERTO


Senador  - Jairo

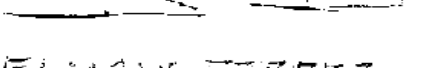
Senador  - Jairo

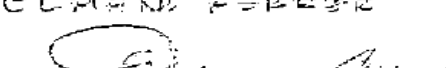
Senador  - Jairo


Senador  - Jairo


Senador  - Jairo


Senador  - Jairo


Senador  - Jairo

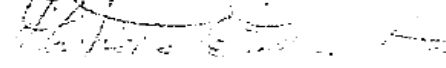
Senador  - Jairo


Senador  - Jairo

Senador  - Jairo

Senador  - Jairo

Senador  - Jairo

Senador  - Jairo

Senador  - Jairo

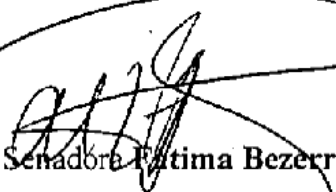
(À Publicação)

REQUERIMENTO Nº 130, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar oficial da Casa, no exterior, minha participação no período de 18 a 24 de março de 2015, do 35º Salão do Livro de Paris, que nesta edição homenageará o Brasil a fim de fortalecer as relações bilaterais franco-brasileiras.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País, no período de 18 a 24 de março de 2015 para participar do evento já citado.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2015.



Senadora Fátima Bezerra – PT/RN

Ofício-Circular nº 001 /2015/GM/MInC

Brasília, 19 de fevereiro de 2015


A Sua Excelência a Senhora
Senadora FÁTIMA BEZERRA
Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Bloco A, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 03
70.160-900 – Brasília/DF
fatima.bezerra@senado.leg.br

Assunto: Convite para Abertura do Salão do Livro de Paris – Brasil Convidado de Honra.

Senhora Senadora,

1. Convido Vossa Excelência para participar da noite de Abertura do 35º Salão do Livro de Paris, a realizar-se no dia 19 de março de 2015, às 17h00, em *Paris Porte de Versailles, Pavillon 1, Boulevard Victor*, na cidade de Paris, França.
2. O Salão do Livro de Paris é um dos mais importantes eventos literários do calendário mundial, e na sua 35ª edição homenageará o Brasil como “Convidado de Honra”. O convite para que o Brasil seja o país homenageado foi firmado e divulgado na Declaração Conjunta do Presidente da França, Senhor François Hollande e da Excelentíssima Senhora Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, por ocasião da sua visita à França em 11 de dezembro de 2012. Essa homenagem faz parte das diretrizes voltadas para o fortalecimento das relações bilaterais franco-brasileiras e se constitui com um espaço privilegiado de promoção e difusão da literatura brasileira no exterior.
3. O evento está sendo organizado sob a iniciativa do Syndicat National de l'édition (Sindicato Nacional da Edição), em parceria com o Centre National du Livre (Centro Nacional do Livro) e do Institut français (Instituto Francês). E a participação do Brasil é uma realização dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores, em parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL).
4. A 35ª edição ocorrerá no período de 20 a 23 de março de 2015, e a participação do Brasil será constituída de programação cultural realizada no “Pavilhão de Honra” com a presença de 46 (quarenta e seis) autores brasileiros selecionados pelo Comitê Organizador Brasileiro.
5. A presença de Vossa Excelência será de grande relevância para o êxito do evento e poderá ser confirmada pelos telefones (61) 2024-2411, 2024-2001 e 2024-2480 ou pelo endereço eletrônico cerimonial@cultura.gov.br.

Atenciosamente,


JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA
Ministro de Estado da Cultura

(À publicação.)

REQUERIMENTO Nº 131, DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 184 de 2010 – Complementar que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM - Interior, e dá outras providências”.

Sala das Sessões, em de de 2015



Senador ROMERO JUCÁ

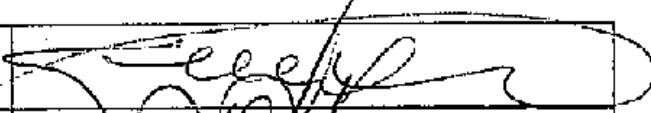
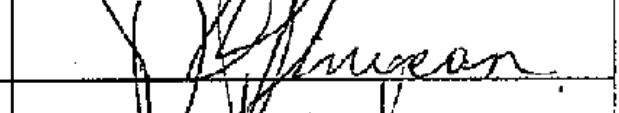
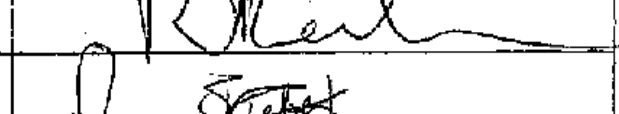
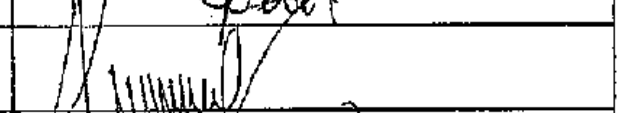
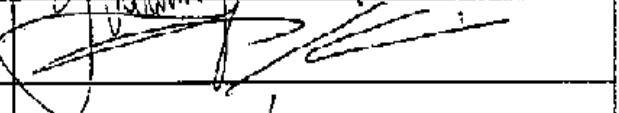
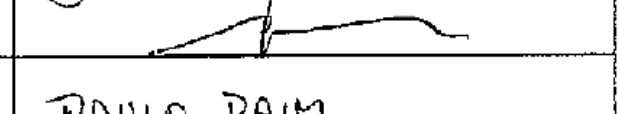
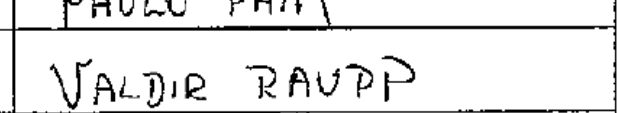


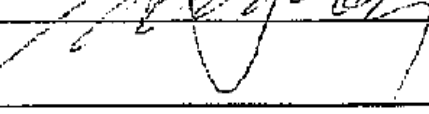
FOLHA DE ASSINATURAS
REQUERIMENTO Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Requerimento de Desarquivamento do PLS 184 de 2010 - Complementar

1. Jorge Viana	Jorge Viana
2. Ciro Noronha	Ciro Noronha
3. ANTONIO ANASTASIO	Antônio Anastasio
4. AUSTIMON	Minh A.
5. REGUFFE	Reguffe
6. SANDRA BRAGA	Sandra Braga
7. Lidia de Medeiros	Lidia de Medeiros
8. Jo. Pimentel	Jo. Pimentel
9. [Assinatura]	ANTONIO CARLOS VALADARES
10. [Assinatura]	VANESSA GRAZZIOTIN
11. [Assinatura]	Walter de Souza
12. [Assinatura]	REQUIÃO
13. [Assinatura]	ELIAS GISELE
14. Houzete Nogueira	[Assinatura]
15. [Assinatura]	[Assinatura]
16. [Assinatura]	[Assinatura]
17. BLAIRO MAGGI	[Assinatura]

FOLHA DE ASSINATURAS
REQUERIMENTO Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Requerimento de Desarquivamento do PLS 184 de 2010 - Complementar

18.	GARIBALDI	
19.	OTO Muneon	
20.	ROBERTO ROCHA	
21.	Simone Tebot	
22.	Acir Gurgackes	
23.	IVIZ HUMANE	
24.	DANIEL BENEDE	
25.		PAULO PAIM
26.		VALDIR RAUPP
27.		EULÍDIO OLIVEIRA
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		

(A Publicação)

REQUERIMENTO Nº 132, DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 277 de 2009, que “Concede isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes na aquisição de cadeira de rodas por pessoas portadoras de deficiência física, reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno desse produto e cria incentivo para as instituições financeiras oferecerem linhas de crédito especiais para sua aquisição..

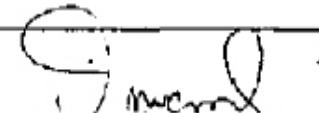
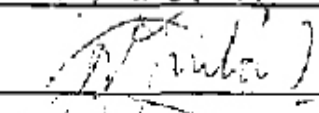
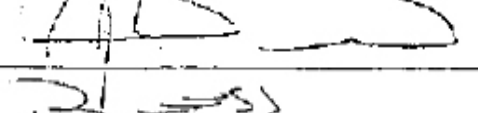
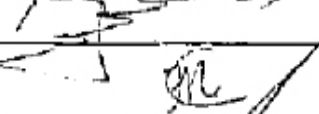
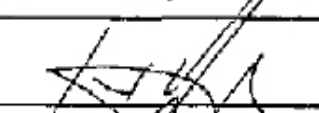

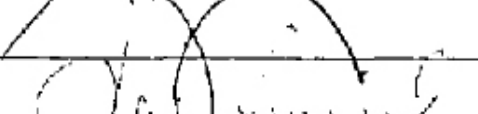
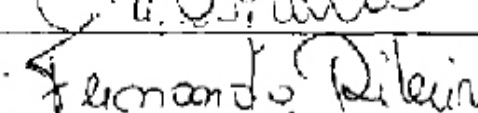
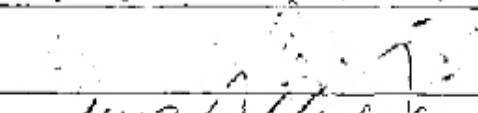
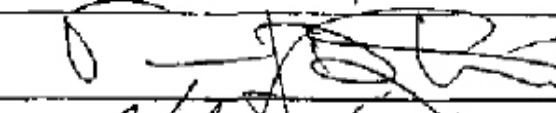
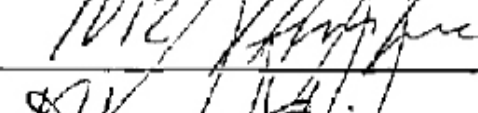
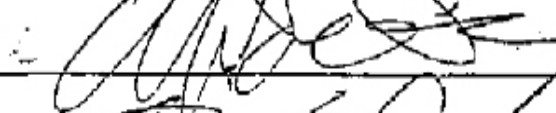
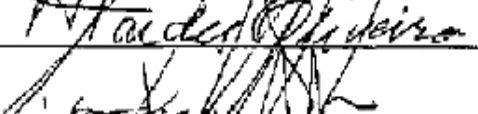

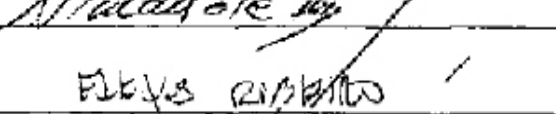

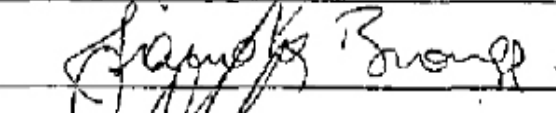
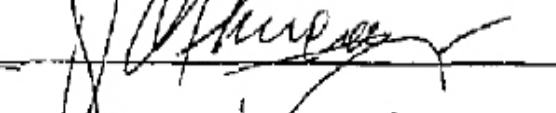
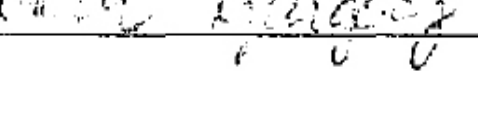
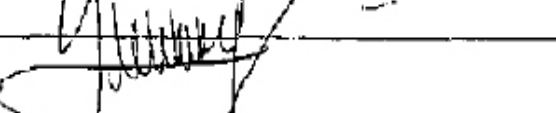
Sala das Sessões, em de de 2015



Senador ROMERO JUCÁ

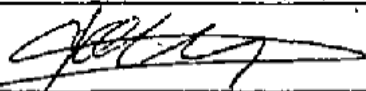
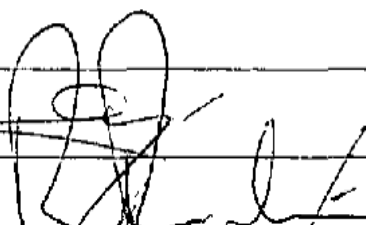
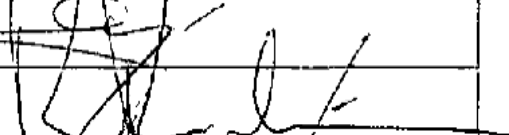
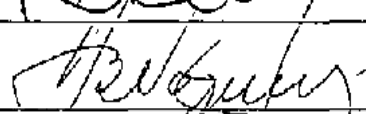

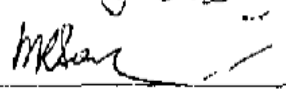
FOLHA DE ASSINATURAS
REQUERIMENTO Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Requerimento de Desarquivamento do PLS 277 de 2009

1.		SEN. ROMERO JUCÁ
2.		SEN. PAULO GUEDES
3.		SEN. WALDEMAR COSTA
4.		SEN. SÉRGIO GUERRA
5.		SEN. RENÚCIO FREIRE
6.		SEN. JOSÉ AGRIPINO
7.		SEN. ALOÍSIO NUNES
8.		SEN. HÉLIO TOFFE
9.		SEN. JOÃO PINHEIRO
10.	Fernando Dileiro	
11.		
12.	10/12/14 	
13.	Adelino Oliveira	
14.		SEN. ELVYS ROBERTO
15.	Sandra Giffoni	
16.	OTTA Menezes	
17.		

FOLHA DE ASSINATURAS
REQUERIMENTO Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Requerimento de Desarquivamento do PLS 277 de 2009

18.	Simone Tebet	Simone Tebet /
19.	Edicéia das Neves e Souza	
20.	Antonio Carlos	Antonio Carlos
21.		
22.	Ass. Américo (P/RS)	
23.	Roberto Rocha	
24.	Hourzeti Nogueira	
25.	ELIANO FETZER	
26.	REGINA SOUSA	
27.		
28.		
29.		
30.		
31.		
32.		
33.		
34.		

(À Publicação)

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2015

Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, para tipificar o crime de perjúrio.

Art. 1º Inclua-se no Decreto-lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, no Capítulo dos Crimes contra a Administração da Justiça, o seguinte art. 313-C, com a seguinte redação:

Perjúrio

Art. 313-C Fazer afirmação falsa como investigado ou parte em investigação conduzida por autoridade pública ou em processo judicial ou administrativo:

Pena – prisão, de um a três anos.

§1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço se o crime é cometido em investigação criminal ou em processo penal.

§2º O fato deixa de ser punível se, antes do julgamento no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Marco Aurélio Gonçalves Ferreira ensina que: *“pelo simples fato, de a mentira do acusado não ser proibida no sistema pátrio, não significa que, em sentido técnico, isto seja revertido em um direito do acusado de faltar com a verdade no processo, pois, apesar de não haver tipicidade para esta conduta do acusado, não está o comportamento ausente de antijuridicidade em face do ordenamento jurídico brasileiro...”* (**A Ausência do crime de perjúrio no sistema jurídico brasileiro**, in Rev. SJRJ, v. 17, p. 143-150).

O direito constitucional ao silêncio decorre da garantia que todos tem de não se auto-incriminar. Vale dizer, não se pode impor ao investigado ou acusado o dever de produzir prova contra si. O ônus de provar a acusação é do órgão acusador. Ao réu, portanto, é assegurado o direito de manter-se passivo diante da acusação. A mentira, por outro lado, não decorre da passividade do réu, que, ao contrário, assume posição ativa para produzir declaração contrária à verdade.

Vladimir Aras esclarece que *“em todas as democracias ocidentais, assegura-se ao acusado o direito ao silêncio. Mas em algumas delas, a mentira do réu chega a ser tipificada como crime: o perjúrio (perjury). Nem por isto se invalida a garantia contra a auto-incriminação. As duas regras coexistem. Exemplificando: o Miranda warning do direito processual penal constitucional norte-americano – advertência derivada do caso Miranda vs. Arizona, de 1966 – presta-se a assegurar o direito do acusado ao silêncio e à assistência de um advogado. Mas se o suspeito renuncia ao direito ao silêncio e resolve falar – o que configura o waiver –, “tudo o que disser” pode ser e será usado contra ele em juízo, inclusive suas mentiras, não assegura ao preso ou ao réu o direito de mentir”* (**Enganei o juiz e me dei bem**, no blogdovladimir.wordpress.com).

Ainda de acordo com o escólio de Vladimir Aras, *“Em qualquer dos países civilizados, o direito ao **fair trial**, ao devido processo legal, se confirma com as garantias da ampla defesa, do contraditório, da assistência de um advogado ou defensor, com o direito ao duplo grau, ao juiz natural e a um acusador independente e com a prerrogativa de não se autoincriminar, isto é, **ficar em silêncio** na Polícia ou em juízo. No dilema entre mentir ou confessar, ao réu criminal **basta o direito ao silêncio**. Nenhum prejuízo advirá se o acusado calar-se. É a lei. Por outro lado, a mentira é ética e juridicamente repudiável, dela podendo advir **consequências nefastas para terceiros e para a sociedade**.”*

Sala das Sessões, – Senador **Randolfe Rodrigues**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

TÍTULO XI
Dos Crimes Contra a Administração Pública

CAPÍTULO I
Dos Crimes Praticados por Funcionário Público

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313 – Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. *(Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)*

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2015

Estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece o percentual mínimo de cacau nos chocolates e seus derivados, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional, e torna obrigatória a informação do percentual total de cacau e de outros ingredientes nos rótulos desses produtos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, adotam-se as seguintes definições e características:

- I – massa (ou pasta ou licor): produto obtido pela transformação das amêndoas de cacau limpas e descascadas;
- II – manteiga de cacau: matéria gorda obtida a partir de amêndoas de cacau ou de partes de amêndoas de cacau;
- III – cacau em pó: produto obtido pela transformação em pó de amêndoas de cacau limpas, descascadas e torradas, que contém, no mínimo, 20% de manteiga de cacau (expresso em relação à matéria seca) e, no máximo, 9% de umidade;
- IV – cacau solúvel: produto que contém mistura de cacau em pó com açúcares, sendo que, pelo menos, 25% do total do produto deve consistir de cacau em pó;
- V – chocolate: produto composto por cacau e açúcares, contendo o mínimo de 35% de matéria seca total de cacau, dos quais ao menos 18% devem ser manteiga de cacau e 14% devem ser matéria seca de cacau isenta de gordura;
- VI – chocolate em pó: produto obtido pela mistura de açúcar com cacau em pó, contendo o mínimo de 32% de matéria seca total de cacau;
- VII – chocolate ao leite: produto composto por cacau, açúcares, leite, leite em pó evaporado ou condensado, contendo o mínimo de 25% de matéria seca total de cacau e o mínimo de 14% de matéria seca de leite oriundo da evaporação parcial ou total de leite inteiro, de leite parcial ou totalmente desnatado, de nata parcial ou totalmente desidratada, de manteiga ou de matéria gorda láctea;

VIII – chocolate branco: produto isento de matérias corantes, composto por manteiga de cacau, açúcares, leite, leite em pó evaporado ou condensado, contendo o mínimo de 20% de manteiga de cacau e o mínimo de 14% de matéria seca de leite oriundo da evaporação parcial ou total de leite inteiro, de leite parcial ou totalmente desnatado, de nata parcial ou totalmente desidratada, de manteiga ou de matéria gorda láctea;

IX – chocolate fantasia ou composto: produto preparado com mistura, em proporções inferiores a 20% de cacau, adicionado ou não de leite e de outros ingredientes, tais como amêndoa, avelã, amendoim, nozes, mel e outras substâncias alimentícias, que caracterizam o produto; sendo que sua denominação estará condicionada ao ingrediente com que foi preparado;

X – bombom de chocolate ou chocolate recheado moldado: produto que contém recheio de substâncias comestíveis, completamente recoberto de chocolate, cujo recheio deve diferir nitidamente da cobertura, em sua composição, sendo que, no mínimo, 40% do peso total do produto deve consistir de chocolate.

Art. 3º Os rótulos, as embalagens e as peças publicitárias escritas dos produtos definidos no art. 2º desta Lei devem conter a informação do percentual de matéria seca de cacau isenta de gordura, manteiga de cacau, gorduras totais e açúcares que compõem esses produtos.

§ 1º O percentual de cacau que compõe o produto deve estar destacado por meio da declaração “Contém X% de cacau”, em que a letra “X” corresponde ao número percentual de matéria seca total de cacau contida no produto.

§ 2º Os caracteres a que se refere o § 1º devem ser realçados, nítidos, de fácil leitura e ter tamanho de, no mínimo, um terço do tamanho dos caracteres usados na grafia da marca do produto.

§ 3º A declaração “Contém X% de cacau” também deve ser divulgado nas peças publicitárias veiculadas no sistema brasileiro de radiodifusão de sons e imagens.

§ 4º No caso dos produtos definidos no art. 2º, IX, desta Lei, é obrigatória a informação — nos rótulos, nas embalagens e nas peças publicitárias escritas — da declaração “Este produto não é considerado chocolate pela legislação brasileira”, cujos caracteres devem ser destacados, nítidos, de fácil leitura e em tamanho de, no mínimo, um quarto do tamanho dos caracteres usados na grafia da marca do produto.

§ 5º Sujeita-se às disposições do § 3º o produto que, mesmo não se enquadrando na hipótese do art. 2º, IX, possa, de qualquer forma, induzir o consumidor a entender, equivocadamente, que se trata de chocolate.

§ 6º No caso de produto fabricado em outro país, a obrigação de que trata este artigo recai sobre o importador.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 56 a 60 e 66 a 68 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e à legislação sanitária, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab), o Brasil está entre os quatro maiores produtores e consumidores de chocolate no mundo. Ressalta-se a tendência de crescimento do consumo desse produto no mercado interno ao longo dos últimos anos, sobretudo entre as famílias das classes C, D e E, cujo poder de compra aumentou nesse período.

Apesar de ser um dos países mais importantes no mercado internacional de chocolates, o Brasil ainda apresenta desafios para garantir a seus consumidores produtos com qualidade semelhante àquela observada no mercado europeu e no norte-americano. Nesse contexto, constata-se situações em que não se respeita o percentual mínimo de 25% de cacau na composição total do chocolate, conforme o que estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Outro desafio a ser enfatizado diz respeito ao fato de que o teor mínimo de cacau dos chocolates brasileiros ainda é pequeno. No caso dos países da União Europeia, a Diretiva n.º 73/241/CEE, do Conselho Europeu, estabeleceu as definições, bem como as regras comuns referentes à composição, às características de produção, ao acondicionamento e à rotulagem dos produtos de cacau e de chocolate. De acordo com essa norma, chocolate é o produto obtido do cacau e de açúcares, contendo, no mínimo, 35% de matéria seca total de cacau, dos quais, pelo menos, 18% de manteiga de cacau e, no mínimo, 14% de matéria seca de cacau isenta de gordura — no caso de chocolate com flocos, o mínimo de cacau exigido é de 32%.

A defasagem de composição do chocolate brasileiro também é constatada quando comparado a seu homônimo norte-americano. No caso do chocolate preto consumido nos Estados Unidos, o percentual mínimo de cacau é de 35%, equiparando-se ao padrão europeu.

A fim de aprimorar a qualidade dos chocolates consumidos no Brasil, pretende-se aumentar o percentual mínimo de cacau no chocolate para 35% — a exemplo do que já ocorre em grandes mercados consumidores do produto —, definindo-se, outrossim, percentuais de cacau intermediários para chocolates ao leite e branco. Ademais, é fundamental que essas informações sejam devidamente divulgadas ao público consumidor, de modo que se possibilite a diferenciação entre chocolates e produtos que têm sabor de chocolate, mas não são, de fato, chocolate, a exemplo de bombons e chocolates fantasia. Com essas medidas, será possível garantir ao consumidor a opção de escolha objetiva entre produtos que, ainda que tenham aparência semelhante, são distintos em sua essência, contribuindo para a sofisticação do mercado de chocolates em todo o território nacional.

Outro aspecto relevante desta proposição concerne ao estímulo que proporciona à cacauicultura brasileira, que, acreditamos, tem plena capacidade de atender à crescente demanda interna pelo cacau em amêndoas. Por um lado, a produção cacaueira do sul baiano tem demonstrado tendência à recuperação de sua pujança devido ao avanço nas técnicas de controle da vassoura de bruxa e, por outro lado, a produção amazônica, em franca expansão, vem ganhando crescente importância no cenário nacional da cacauicultura.

Na hipótese de desrespeito às disposições, o infrator (fabricante nacional ou o importador, conforme o caso) fica sujeito às sanções administrativas da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC): multa; apreensão do produto; inutilização do produto; cassação do registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; intervenção administrativa; e imposição de contrapropaganda.

Saliente-se que, de acordo com o art. 57 da norma consumerista, a multa – graduada conforme a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor – será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Além disso, o CDC, em seu art. 66, tipifica como crime contra as relações de consumo *fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços* estando prevista a pena de detenção, de três meses a um ano, e multa, no caso de afronta a esse dispositivo. Igualmente, incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta. E, se o crime for culposo, a pena é a de detenção de um a seis meses ou multa.

De modo análogo, *fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva* constitui crime contra as relações de consumo, com pena de detenção de três meses a um ano e multa, segundo o art. 67 da lei consumerista. Ao passo que *fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança caracteriza crime contra as relações de consumo*, com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.

Ademais, o CDC cuida, também, do dever de prestar ao consumidor informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre os produtos que adquire, inclusive acerca de suas características, qualidades, quantidades e composição (art. 31). O seu art. 37 proíbe as publicidades abusiva e a enganosa, inclusive a publicidade enganosa por omissão.

Por sua vez, o art. 10, XV, da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que *configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências*, define como infração sanitária *rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas e quaisquer outros contrariando as normas legais e regulamentares*. As penas previstas são: advertência, inutilização, interdição, e/ou multa.

Cabe enfatizar, por fim, que o art. 275 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) tipifica como crime **de invólucro ou recipiente com falsa indicação o ato de inculcar, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada**. A pena estipulada é a de reclusão de um a cinco anos e multa.

A vigência fixada em cento e oitenta dias, contados a partir da publicação da lei, confere prazo razoável para que os fabricantes nacionais e os importadores possam se ajustar às novas regras.

Por todas essas razões, rogamos o apoio dos nobres Pares a esta importante proposição, cujos benefícios se estendem ao conjunto da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, – Senadora **Lídice da Mata**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO V

Das Práticas Comerciais

SEÇÃO II

Da Oferta

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével. (Incluído pela Lei nº 11.989, de 2009)

SEÇÃO III

Da Publicidade

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4º (Vetado).

CAPÍTULO VII

Das Sanções Administrativas

(Vide Lei nº 8.656, de 1993)

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I – multa;
- II – apreensão do produto;
- III – inutilização do produto;
- IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
- V – proibição de fabricação do produto;
- VI – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;

- VII – suspensão temporária de atividade;
- VIII – revogação de concessão ou permissão de uso;
- IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;
- X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;
- XI – intervenção administrativa;
- XII – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

~~Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor será aplicada mediante procedimento administrativo nos termos da lei, revertendo para o fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, sendo a infração ou dano de âmbito nacional, ou para os fundos estaduais de proteção ao consumidor nos demais casos.~~

~~Parágrafo único. A multa será em montante nunca inferior a trezentas e não superior a três milhões de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que venha substituí-lo.~~

Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.656, de 21.5.1993)

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.703, de 6.9.1993)

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator.

§ 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

§ 2º (Vetado)

§ 3º (Vetado).

--

TÍTULO II

Das Infrações Penais

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º Se o crime é culposo;

Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.

Parágrafo único. (Vetado).

Art. 68. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança:

Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa:

Parágrafo único. (Vetado).

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Das Infrações e Penalidades

Art. 10 – São infrações sanitárias:

XV – rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros contrariando as normas legais e regulamentares:

pena – advertência, inutilização, interdição, e/ou multa;

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

TÍTULO VIII

Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública

CAPÍTULO III

Dos Crimes Contra a Saúde Pública

Art. 275 – Inculcar, em invólucro ou recipiente de produtos alimentícios, terapêuticos ou medicinais, a existência de substância que não se encontra em seu conteúdo ou que nele existe em quantidade menor que a mencionada: (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.677, de 2.7.1998)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 94, DE 2015**Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas escolas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.
I – participação dos profissionais da educação e dos conselheiros escolares na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

“Art. 14-A. O conselho escolar é órgão colegiado da escola pública, com função deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica.

§ 1º Cabe ao conselho escolar elaborar o projeto pedagógico da escola, bem como acompanhar e avaliar sua execução, inclusive sob os aspectos administrativos e financeiros.

§ 2º A atuação no conselho escolar é considerada serviço público relevante.

§ 3º A composição, competência e eleição dos membros do conselho escolar serão definidas em lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, respeitada a representação paritária entre os segmentos que trabalham na escola e o formado por pais e alunos.

§ 4º O funcionamento do conselho escolar será disciplinado no regimento interno da escola.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei trata da gestão democrática nas escolas públicas, matéria prevista no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal. Trata-se da reedição de projeto de lei de nossa autoria que, aprovado pela Câmara dos Deputados, tramitou no Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2014, tendo sido arquivado ao final da legislatura anterior.

A redação atual da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) garante autonomia para que os sistemas de ensino estabeleçam normas de gestão democrática, prescrevendo duas condições: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Conforme propomos neste projeto, os conselhos escolares terão função deliberativa, consultiva, fiscalizadora, mobilizadora e pedagógica, tendo participação, inclusive, na elaboração do projeto pedagógico das escolas. Diante dessas atribuições, a atuação nos conselhos escolares passaria a ser considerada serviço público relevante, o que incentivaria a participação nessas instâncias colegiadas.

A participação ativa de todos os segmentos que interferem na dinâmica escolar – pais, alunos, profissionais da educação (professores e servidores), além da comunidade circundante – propicia um laboratório vivo de boas práticas de gestão comunitária e corresponsabilidades.

A escola constitui-se como espaço privilegiado para a prática da democracia e a formação cidadã. É no seu interior que os indivíduos brincam, aprendem e se socializam, experimentando a convivência com a diversidade humana. Assim, para além dos processos participativos de escolha dos dirigentes escolares, é no funcionamento dos conselhos que a prática da gestão democrática do ensino público pode se materializar no cotidiano dos estabelecimentos de ensino.

Essa constatação encontra eco no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). Na Meta 19 do PNE, dedicada ao tema da gestão democrática, sobressaem diferentes estratégias de estímulo à constituição e ao fortalecimento dos conselhos escolares e dos mecanismos participativos nas escolas. Entre elas, destaca-se a o estímulo à participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na formulação dos projetos pedagógicos, tal como pretendemos neste projeto.

Nossa proposta não pretende abolir outros instrumentos de participação na escola, como as associações de pais e os grêmios estudantis, que, nos termos do próprio PNE, devem articular-se de forma orgânica, com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. Trata-se, isso sim, de assegurar o devido protagonismo aos conselhos, nas diversas dimensões do cotidiano escolar, além de prever que as leis de gestão

democrática a serem aprovadas pelos sistemas de ensino estaduais e municipais contemplem a composição paritária, as competências e os mecanismos de escolha dos integrantes de tais colegiados.

Por estarmos integralmente convencidos de sua relevância, trazemos a matéria novamente à discussão desta Casa e esperamos contar com sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senadora **Fátima Bezerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2015

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para criar o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos, por meio da concessão de créditos relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 54-A. Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, com o objetivo de estimular as pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico a aumentarem seu volume de investimentos.

Art. 54-B. É beneficiária do Reisb a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado pelo Ministério das Cidades para a realização de investimentos em serviços públicos de saneamento básico, ou serviços correlatos, de alta relevância e interesse social.

§ 1º Para efeitos do *caput*, ficam definidos como de alta relevância e interesse social apenas os seguintes investimentos:

I – intervenções em áreas ocupadas por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária necessária para a implantação de sistemas de água e esgoto;

II – limpeza, despoluição e canalização de córregos;

III – implantação para preservação de áreas de mananciais e unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água;

IV – investimentos em esgotamento sanitário em áreas com predomínio de população de baixa renda;

V – investimentos em projetos de redução nos níveis de perdas, reais e aparentes, nos sistemas de abastecimento de água.

§ 2º Somente poderão ser aprovados projetos que sigam as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) e que representem um adicional com relação ao valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica em serviços públicos de saneamento básico, considerado o período de

2010 a 2014, a ser corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), conforme calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 3º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as pessoas jurídicas de que tratam o inciso II do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e o inciso II do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, não poderão aderir ao Reib. b.

§ 4º A adesão ao Reib. b fica condicionada à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º O Poder Executivo federal regulamentará a forma de habilitação ao Reib. b, bem como o procedimento e os critérios de aprovação dos projetos de que trata o *caput*.

Art. 54-C. Sem prejuízo do incentivo de que trata o art. 4º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a pessoa jurídica beneficiária do Reib. b que realizar investimento enquadrado em uma das hipóteses do § 1º do art. 54-B e constante de projeto aprovado nos termos do regulamento, com recursos próprios ou onerosos, poderá descontar do valor apurado a título de Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) créditos calculados nos termos deste artigo.

§ 1º O crédito a que se refere o *caput* será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no *caput* do art. 2º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, sobre o valor despendido, no mês, com a realização de investimentos aprovados nos termos do art. 54-B e do regulamento.

§ 2º O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

§ 3º Em qualquer caso, os créditos apurados de acordo com este artigo terão como limite anual o valor que seria devido no ano calendário, pela pessoa jurídica, a título de Contribuição para o PIS/Pasep e de COFINS.

§ 4º O valor dos créditos apurados de acordo com este artigo não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para desconto do valor apurado a título de Contribuição para o PIS/Pasep e de COFINS.

§ 5º Aos créditos de que trata este artigo não se aplicam as disposições do § 3º do art. 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 54-D. O benefício de que tratam os arts. 54-A a 54-C desta Lei poderá ser usufruído com relação aos investimentos realizados no período de 5 (cinco) anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de investimento em saneamento básico.

Parágrafo único. Expirado o prazo previsto no *caput*, o benefício poderá ser renovado, desde que os mesmos critérios para a aprovação sejam cumpridos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do exercício de 2016.

Justificação

O saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura no Brasil. Economias emergentes com nível de renda semelhante têm atendimento em saneamento superior ao do Brasil. Esse atraso tem consequências nefastas para a saúde, para o meio ambiente e para o desenvolvimento do país. Nesse contexto, é preciso resgatar uma proposta que vem sendo discutida, há quase uma década, e que poderia trazer aos investimentos em saneamento um importante estímulo.

A situação atual é especialmente crítica nos indicadores de esgotamento sanitário. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades, relativos ao ano de 2013, a média nacional de população atendida por coleta de esgotos é de 48,6%, sendo que apenas 39,0% dos esgotos gerados são tratados.

Em relação ao atendimento de água, a situação é um pouco melhor, mas ainda deficitária. A cobertura é de 82,5%, sendo que este indicador caiu em relação a 2012 (82,7%).

Destaque-se também que as perdas de água chegam a quase 40% do volume produzido, quando somadas as perdas reais, oriundas de vazamentos, e as perdas comerciais decorrentes de fraudes e submedição. Basta dizer que nove estados perdem mais de 50% da água que produzem!

Isso ocorre em um momento em que em várias regiões do mundo o problema da escassez hídrica está colocado de forma dramática. No Brasil, a questão é recorrente no Nordeste e adquiriu enorme gravidade no Sudeste em 2013/15.

Assim, um salto no saneamento básico é fundamental para a população brasileira, em várias dimensões. Este setor ilustra de forma clara aquilo que na literatura econômica é conhecido como externalidade positiva. Os benefícios gerados por cada real investido no saneamento acarretam efeitos positivos que vão muito além do próprio segmento.

Em relação à saúde, as evidências estatísticas são inequívocas ao demonstrar o efeito do saneamento sobre a redução da mortalidade infantil e da incidência de doenças transmitidas pela água não tratada ou relacionadas à falta de esgotamento sanitário. Estudo recente do Instituto Trata Brasil mostra que a universalização do saneamento no Brasil causaria uma redução de cerca de 75 mil internações por infecções gastrointestinais ao ano.

Além das implicações imediatas sobre a saúde e a qualidade de vida da população, o acesso aos serviços de saneamento básico tem efeitos benéficos sobre a educação, sobre a produtividade e a renda do trabalhador e sobre o espaço urbano.

No tocante à educação, a diminuição de problemas de saúde aumenta a frequência escolar e, conseqüentemente, melhora o rendimento do aluno. Pesquisas recentes indicam que o saneamento adequado tem impacto positivo sobre a saúde das gestantes e a formação das futuras crianças.

De forma semelhante, a menor incidência de problemas de saúde é acompanhada da redução das faltas do trabalhador e do aumento do seu bem-estar, com reflexos positivos sobre sua produtividade e sua renda.

Outro aspecto favorável do investimento em saneamento básico é a melhoria e, muitas vezes, o resgate do espaço urbano. Quando uma área que não dispunha de água tratada e esgotamento sanitário passa a ter acesso a esses serviços, experimenta uma valorização imobiliária, transferindo riqueza para famílias carentes e beneficiando o conjunto da sociedade. Além disso, regiões com melhores serviços de saneamento são mais atrativas para a instalação de atividades industriais, atraindo investimento e gerando renda e oportunidades de emprego.

Por fim, vale mencionar que o investimento em saneamento básico é um importante aliado na redução das desigualdades regionais. Conforme demonstram os dados do SNIS, a Região Sudeste conta com 77% de cobertura em coleta de esgoto, enquanto este percentual atinge 7% e 22% nas Regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

Apesar de todos os benefícios mencionados anteriormente, o atual patamar de investimentos no setor é insuficiente para atingir as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), publicado em 2013, com metas de universalização para 2033. A média anual de investimentos do período 2010/14 foi de R\$ 10 bilhões e a média necessária para alcançar a universalização em 2033 é de R\$ 15 bilhões. Portanto, para alcançar o patamar médio de investimentos necessários para atingir a meta do Plansab, as inversões teriam de crescer cerca de 50%.

Estima-se que, mantido o atual nível de investimentos, a universalização que está planejada para daqui a duas décadas, demoraria cerca de quatro décadas! Apenas após 2050 alcançaríamos os níveis de atendimento desejados.

Um dos instrumentos que o Estado brasileiro dispõe para intervir no domínio econômico é a tributação. Nesse contexto, a alta relevância do saneamento básico, extensamente demonstrada, justifica um tratamento tributário diferenciado, mais favorável, para o setor.

Porém, ao analisar a tributação imposta ao segmento, percebe-se uma carga alta e crescente, desestimulando a expansão do saneamento. De acordo com o estudo "Por que é tão elevada a carga tributária sobre os serviços de saneamento básico?", de Raul Velloso, Marcos Mendes e Paulo Springer, a partir de 2003, a arrecadação de tributos federais no setor de saneamento cresceu fortemente, acumulando alta real (já descontada a inflação) de 188% (cento e oitenta e oito por cento), no período de 2002 a 2008.

A principal causa do aumento da carga tributária suportada pelo setor foram as mudanças promovidas, em 2002 e 2003, na cobrança da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Naquela época, as empresas do setor migraram de um regime cumulativo para um regime não cumulativo de tributação.

Em tese, tais modificações deveriam reduzir o montante pago de PIS/COFINS, uma vez que passou a ser permitida a dedução dos créditos tributários, relativos a essas contribuições, acumulados ao longo da cadeia. Todavia, por conta de suas peculiaridades, o setor de saneamento acabou sendo duramente prejudicado.

Além de possuir uma cadeia de produção curta, seu principal insumo, a água, não é comprada de fornecedores, mas adquirida mediante outorga, não fazendo jus à acumulação de créditos. Muito embora os produtos químicos e a energia elétrica usados no tratamento da água e do esgoto sejam passíveis de desconto do tributo devido, representam apenas cerca de 20% (vinte por cento) do custo de produção. Ademais, seus custos operacionais são majoritariamente concentrados em despesa de pessoal, que não pode ser deduzida na apuração da base de cálculo de PIS/COFINS.

Assim, enquanto outros setores, muitos deles não tão essenciais quanto o de saneamento básico, foram beneficiados com a redução de tributos, inclusive de PIS/COFINS, o segmento experimentou um aumento brutal em sua carga tributária.

Cabe primordialmente à União promover a desoneração do setor de saneamento. É importante notar que 85% do total de tributos pagos pelo setor correspondem a tributos federais, incluindo tributos sobre a receita, como PIS/COFINS e tributos sobre a renda. Um dos motivos da predominância dos tributos federais é que essa atividade não é tributada pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), municipal, ou pelo Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), estadual.

Nesse sentido, propomos a criação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico – REISB, que permite que investimentos nos serviços públicos de saneamento básico sejam utilizados como créditos perante a Contribuição para o PIS/Pasep e perante a COFINS, sem prejuízo do benefício previsto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, criado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. Com isso, esperamos estimular o desenvolvimento do setor e do conjunto da economia.

É importante ressaltar que só farão jus ao benefício os investimentos em saneamento constantes de projetos aprovados pelo Ministério das Cidades e de alta relevância e interesse social, que, para efeitos deste projeto de lei, englobariam: intervenções em áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda; limpeza, despoluição e canalização de córregos; preservação de áreas de mananciais; e redução nos níveis de perdas nos sistemas de abastecimento de água. As exigências acima não apenas permitem um maior controle da União sobre a utilização do benefício como estimulam a realização de investimentos onde são mais necessários.

Como se pode observar, o presente projeto traz inovações importantes em relação às iniciativas anteriormente apresentadas, mas mantendo o seu espírito. Dentre elas, destacam-se duas importantes proposições: o PLS nº 348, de 2014, de autoria do Senador Aécio Neves e o PLS 717, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

Outro avanço importante do projeto ora apresentado é assegurar que haja verdadeiro aumento no nível de investimentos, e não mero deslocamento de verbas para os investimentos incentivados. Para isso, exige-se que o valor do projeto submetido ao Reisb represente um adicional relativamente ao valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica em serviços públicos de saneamento básico, considerado o período de cinco exercícios imediatamente anteriores ao ano de habilitação.

Convicto da relevância da matéria para a melhoria da saúde, do meio ambiente e da qualidade de vida da população brasileira, esperamos contar com o apoio dos demais Senadores para a aprovação e o aperfeiçoamento da proposta que ora submetemos a esta Casa.

Sala das Sessões, – Senador **José Serra**, PSDB – SP

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Mensagem de Veto

(Vide Decreto nº 7.217, de 2010)

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º

Art. 54. (VETADO).

Art. 55. O § 5º do art. 2º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação.

..... ” (NR)

(Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa)

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2015**

Altera a Constituição Federal para extinguir a
reeleição dos cargos do Poder Executivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte
Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar
com a seguinte redação:

"Art. 14.

.....
§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período
subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do
Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído
nos seis meses anteriores ao pleito.

....." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua
publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A instituição da reeleição para os cargos do Poder Executivo pela
Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, além de contrariar uma
longa tradição da história republicana brasileira, tem apresentado resultados
extremamente negativos para a política democrática.



Efetivamente, apesar de a legislação ter tentado impor limites aos candidatos a reeleição, esses têm sido totalmente insuficientes e o instituto da reeleição tem gerado distorções e vícios no sistema eleitoral.

Assim, nesse momento em que a reforma política se coloca na ordem do dia, impõe-se buscar o retorno à situação anterior e retomar a vedação da reeleição, retornando o texto original do § 5º do art. 14 da Constituição.

Essa providência irá, certamente, representar avanço na busca da moralidade e da igualdade na disputa eleitoral e permitir que se extirpe esse instituto que se mostrou totalmente negativo.

Assim, temos a certeza que a aprovação da presente proposta irá contribuir para a construção de uma reforma política que, de fato, venha ao encontro daquilo que a sociedade brasileira deseja e merece.

Sala das Sessões,

Senador TELMARIO MOTA

1. ÂNGELA PORTELA

2. REGINA SOUSA

3. LACIER

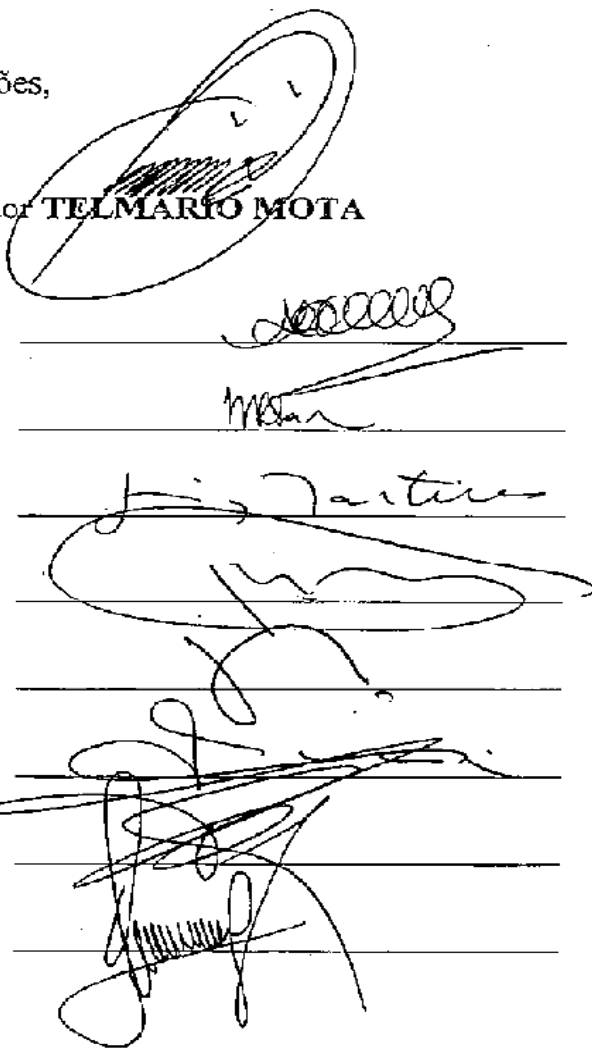
4. RANDOLFE

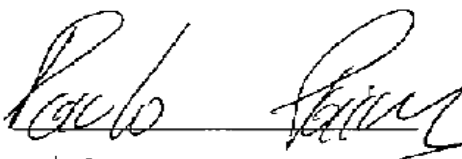
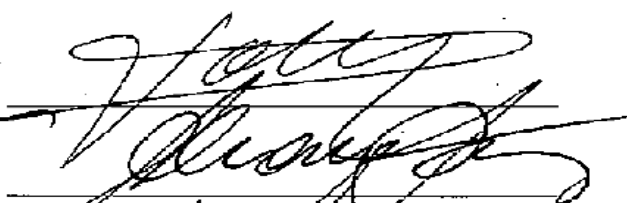
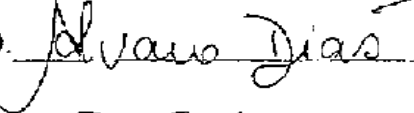

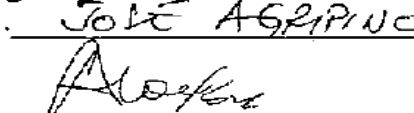
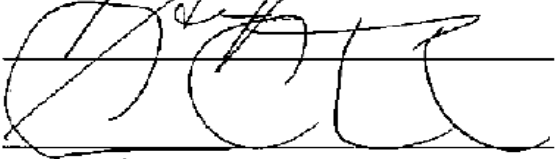
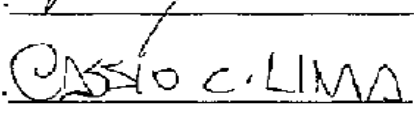
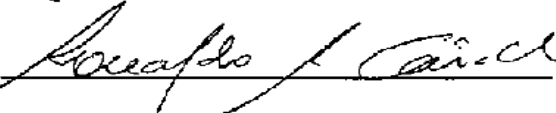
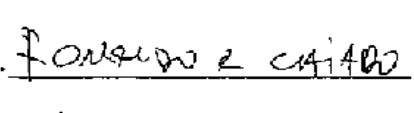
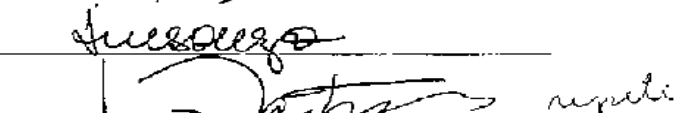
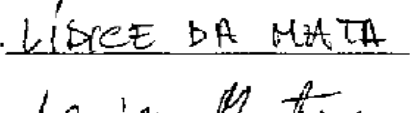
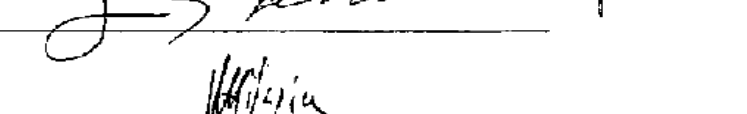
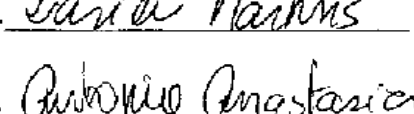
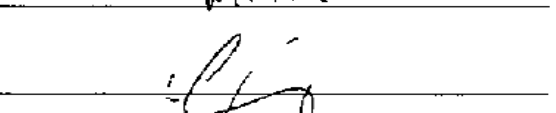
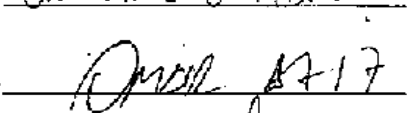
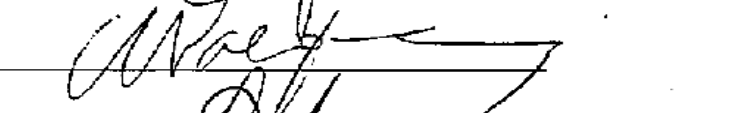
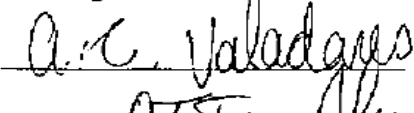
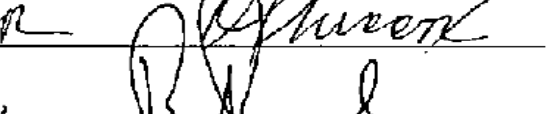
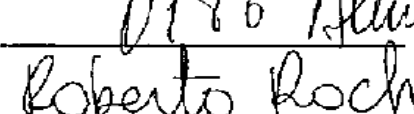
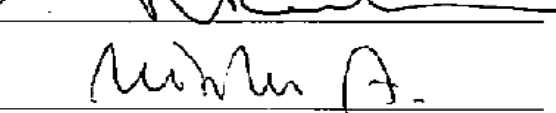
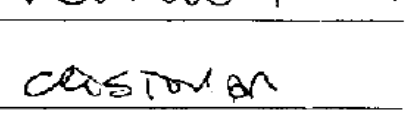
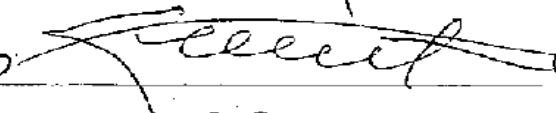

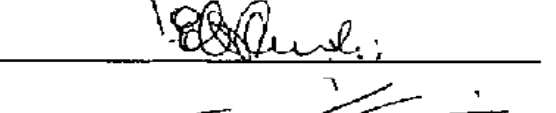
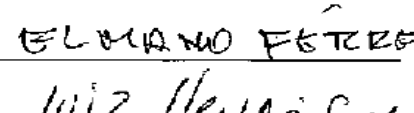
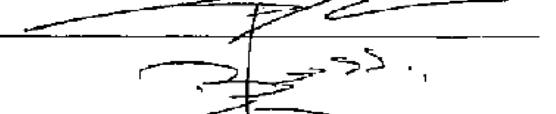
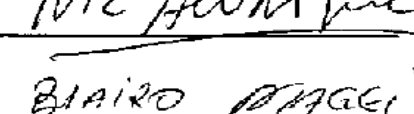
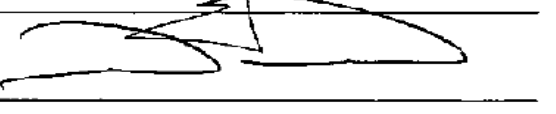
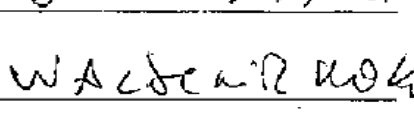






5. HELIO JOÃO


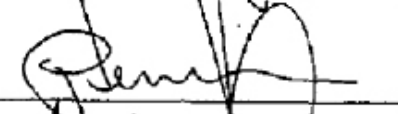
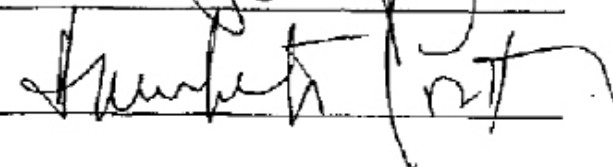
6. J. CARIBERIBO

7. TERNANZINI

8. _____



- | | | |
|--------------------------|---|--|
| 9. Paulo Sérgio |  |  |
| 10. Alvaro Dias |  |  |
| 11. JOSE AGRIPIO |  |  |
| 12. Alopes |  |  |
| 13. CASSIO C. LIMA |  |  |
| 14. FONSECA E CAIADO |  |  |
| 15. LÍDICE DA MATA |  |  |
| 16. Larier Martins |  |  |
| 17. Antonio Anastasia |  |  |
| 18. Osmar Brito |  |  |
| 19. A. C. Valadães |  |  |
| 20. OTTO Alencar |  |  |
| 21. Roberto Rocha |  |  |
| 22. COSTA BR |  |  |
| 23. Gaubaldi Alves Filho |  |  |
| 24. ELMANO FETCETZ |  |  |
| 25. Luiz Henrique |  |  |
| 26. BLAÍRO DAGGI |  | |
| 27. WALDENIR NOVA | | |

28. Sergio Petecó / 
29. Felipe Gouveia / 
30. HUMBERTO COSTA / 

LEGISLAÇÃO CITADA

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2015

Altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46.

.....

§ 3º Cada Senador será eleito com um suplente.

§ 4º É vedada a ocupação da suplência de Senador por cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, afim ou por adoção do titular, até o segundo grau civil.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, não alcançando os mandatos dos suplentes que já tenham sido eleitos anteriormente à sua vigência.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos pleitos mais comuns e legítimos da população, quando se trata de reforma política, é a alteração da forma de eleição dos suplentes de Senador.

Com efeito, a figura do segundo suplente não parece mais compatível com o sistema eleitoral pátrio. Se muitos eleitores sequer

conhecem o primeiro suplente, o que dizer do segundo componente da suplência. Ademais, se, para o cargo mais importante da República – o de Presidente da República – é previsto apenas um Vice, porque deveria ser diferente em relação aos Senadores?

Por outro lado, a prática comum e atualmente legal, embora – pareça-nos – inadequada do ponto de vista moral, de designação de parentes para a suplência também precisa ser abolida. Não se coaduna com a ideia de República, forma de governo em que a gestão da coisa pública deve ser pautada pela impessoalidade, a possibilidade de um Senador afastar-se do cargo para ser Ministro de Estado, ou renunciar para assumir outro mandato, e deixar, no seu lugar, um parente.

Essas preocupações, aliás, não são novas nesta Casa. Já foram objeto de outra Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a PEC nº 37, de 2011, tendo como primeiro-signatário o Senador José Sarney. Essa proposição, inclusive, resultava dos estudos de uma Comissão incumbida de fazer sugestões sobre o tema da reforma política. Contudo, a PEC foi rejeitada, em 9 de julho de 2013, pelo Senado Federal, quando faltaram apenas 3 votos para a sua aprovação.

Mudando a legislatura e tendo mudado também parcialmente a composição desta Casa, consideramos ser a hora de rediscutir – e, desta feita, aprovar – a matéria, até mesmo para legitimar o Parlamento brasileiro, aliando-o aos legítimos anseios da sociedade brasileira. Por isso, apresentamos esta PEC, tomando por base, com pequenos aperfeiçoamentos, o texto da proposição anterior, que fora inclusive objeto de parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Como não poderia deixar de ser, em respeito à segurança jurídica, prevê-se que essas regras valerão para as eleições realizadas após a entrada em vigor da Emenda Constitucional que resultar da aprovação desta PEC.



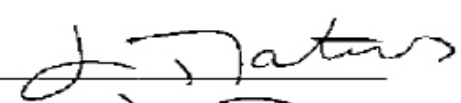
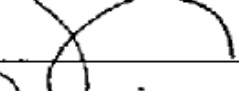

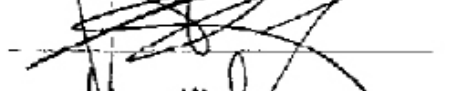




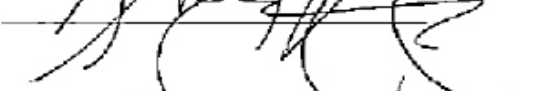
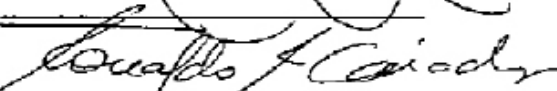
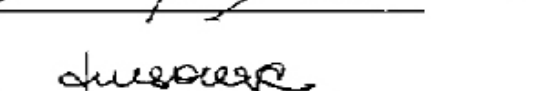
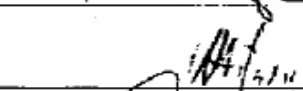
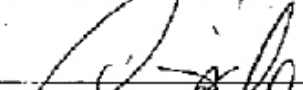

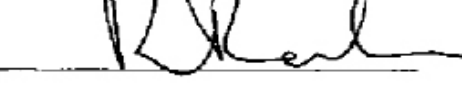

Por todos esses motivos, apresentamos esta PEC, esperando contar com o apoio dos nobres Pares na sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,


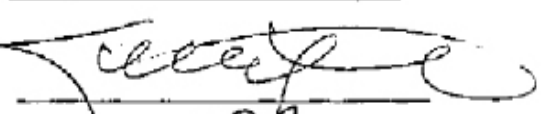
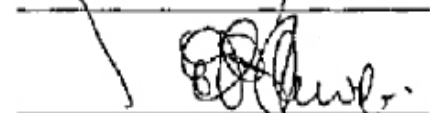
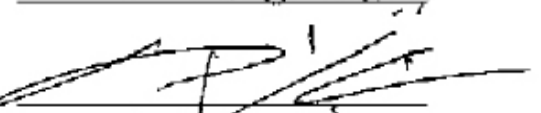
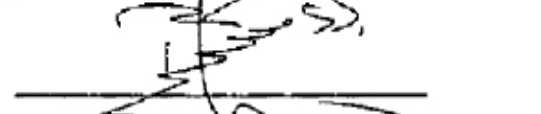


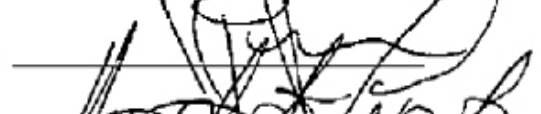
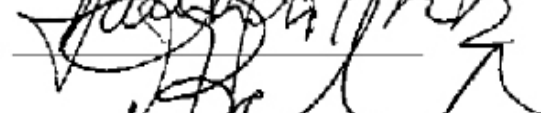
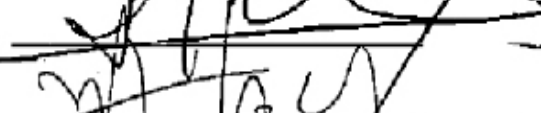
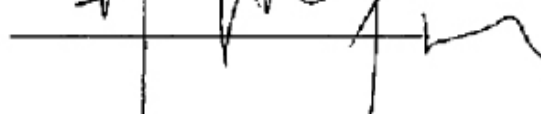
Senador TELMARIO MOTA



Altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular.

- | | |
|------------------------------|--|
| 1. <u>ÂNGELA FORTES</u> |  |
| 2. <u>REGINA SOUSA</u> |  |
| 3. <u>LA SIER</u> |  |
| 4. <u>Helio José</u> |  |
| 5. <u>J. CAPIBERIBE</u> |  |
| 6. <u>FERNANDO COELHO</u> |  |
| 7. _____ |  |
| 8. <u>Paulo Pôrto</u> |  |
| 9. <u>Alvaro Dias</u> |  |
| 10. <u>JOSÉ AGRIPINO</u> |  |
| 11. <u>Alcyonius Dias</u> |  |
| 12. <u>CASSIO C. LIMA</u> |  |
| 13. <u>RONALDO R. CAIADO</u> |  |
| 14. <u>Lídice da Mata</u> |  |
| 15. <u>Antonio Anastasia</u> |  |
| 16. <u>OMAR AZEVEDO</u> |  |
| 17. <u>OTTO ALMEIDA</u> |  |
| 18. <u>Roberto Rocha</u> |  |

Altera o art. 46 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador, e proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge, companheiro ou parente do titular.

- | | | |
|-----|----------------------|--|
| 19. | REGUFFE |  |
| 20. | CRISTIAN | Mina A. |
| 21. | Gauleddi Alves Filho |  |
| 22. | ELIANO FÉZRET |  |
| 23. | WILSON |  |
| 24. | BLAÍRO MAGGI |  |
| 25. | WALDEMAR MORAES |  |
| 26. | SERGIO PETERLO |  |
| 27. | ZELE GUAN |  |
| 28. | HUMBERTO COSTA |  |
| 29. | PAULO ROCHA |  |
| 30. | WILSON |  |

LEGISLAÇÃO CITADA**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DO CONGRESSO NACIONAL**

.....

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

COMUNICAÇÕES

OF/GABMIN/Nº 65/2015

Brasília, 4 de março de 2015

Assunto: Indicação de membro para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a V. Exa. o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly, PSDB/PR, para compor a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Deputado **Bruno Araújo**, Líder da Minoria.

Ofício nº 54/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **FLEXA RIBEIRO** para integrar, como titular, em substituição ao Senador **PAULO BAUER**, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 664 de 2014.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada)

Ofício nº 49/15-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **JOSÉ SERRA** para integrar, como titular, em substituição ao Senador **PAULO BAUER**, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 663 de 2014.

Na oportunidade, renovo protesto de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

(Será feita a substituição solicitada)

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ofício nº 16, de 2015, do Presidente da CRA, encaminhando, para autuação, o Aviso nº 26/2015, na origem, do Tribunal de Contas da União, acompanhado de cópia do Acórdão nº 3.493, de 2014, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf), com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste (TC 019.948/2014-0).

O Aviso nº 26/2015 foi autuado como Aviso nº 13, de 2015, retorna à CRA.

São os seguintes o Ofício e o Aviso:

Ofício nº 16/2015-CRA

Brasília, 4 de Março de 2015

Assunto: encaminha Aviso do TCU para leitura e autuação.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para leitura e autuação, o AVISO Nº 26-GP/TCU, subscrito pelo Ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 019.948/2014-0, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A (CHESF) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

Atenciosamente, – **Senadora Ana Amélia**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

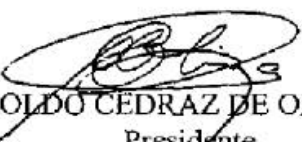
AVISO Nº 13, DE 2015

Brasília, 28 de janeiro de 2015.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 3.493/2014 (acompanhado dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação) prolatado pelo Plenário deste Tribunal na Sessão de 3/12/2014, ao apreciar o processo nº TC-019.948/2014-0, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

Atenciosamente,



AROLDÓ CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador BENEDITO DE LIRA
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
Senado Federal
Brasília - DF

ACÓRDÃO Nº 3493/2014 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nº TC 019.948/2014-0.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Auditoria.
3. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. – Chesf.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnergia).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf), empresa do Grupo Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), no período de 14 a 15/8/2014 e de 8/9 a 3/10/2014, cujo objetivo consistiu em fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar a audiência do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, nos termos do art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para que, em 15 (quinze) dias, a contar da ciência da comunicação, manifeste-se sobre:

9.1.1 a extrapolação dos prazos e procedimentos adotados, para fins de emissão das Declarações de Utilidade Pública – DUP, relativos aos requerimentos da Chesf em virtude das obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012-Aneel, tendo em vista os atrasos na emissão das DUP desses empreendimentos, considerando os prazos estabelecidos nos respectivos contratos de concessão;

9.1.2 a pertinência de fornecer, nos próximos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) para abertura de picadas para serviços de topografia;

9.2 encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Ministério das Minas e Energia (MME) e ao Ministério da Cultura (MinC), para que tomem conhecimento dos principais motivos dos atrasos verificados nas obras de transmissão de energia elétrica dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012-Aneel, sob responsabilidade da Chesf, quais sejam:

9.2.1 os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012-Aneel, sob responsabilidade da Chesf, não vêm sendo cumpridos, em consequência, principalmente, de questões fundiárias, de licenciamento socioambiental e arqueológico, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico;

9.2.2 a rentabilidade de todos os empreendimentos dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012-Aneel encontra-se abaixo da prevista inicialmente, possuindo o Lote B retorno financeiro abaixo do preconizado pelo grupo Eletrobras, em decorrência desses atrasos;

9.2.3 as informações apresentadas pelos Relatórios R3 – Caracterização e Análise Socioambiental integrantes do Edital do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel se mostraram insuficientes para caracterizar, mesmo que preliminarmente, a viabilidade socioambiental dos empreendimentos a serem implantados pela Chesf;

9.2.4 o licenciamento socioambiental provocou atrasos na execução dos trabalhos, uma vez que o *modus operandi* de cada órgão ambiental estadual é distinto e não há regramento geral que torne esses procedimentos mais previsíveis; e

9.2.5 os procedimentos ligados à arqueologia também se constituíram em fontes de atrasos, visto que não há conhecimento prévio, por parte do empreendedor, quanto à existência, ou não, de sítios arqueológicos nas áreas afetadas diretamente pelas obras e os procedimentos para a liberação junto ao Iphan são complexos e imprevisíveis;

9.3 determinar à Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. (Chesf) que observe o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, buscando fortalecer e ampliar os mecanismos de controle e governança existentes, vez que foi contratado para executar os serviços de liberação fundiária o mesmo consórcio que efetuara a avaliação de bens das glebas afetadas;

9.4 determinar à SecobEnergia que realize ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves para o licenciamento das obras de energia elétrica, em virtude da necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental e considerando a suficiência dos Estudos de Planejamento (R3) elaborados pelo Poder Concedente, bem como as questões arqueológicas envolvidas;

9.5 determinar a juntada de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos autos dos seguintes processos:

9.5.1 ao TC 029.387/2013-2, de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados pela Aneel em atendimento às determinações do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário; e

9.5.2 ao TC 023.736/2014-3, a fim de agregar informações que poderão ser utilizadas nessa ação de controle, buscando permitir à SecobEnergia que verifique em que medida os termos de referência elaborados pela Chesf podem contribuir para uma maior qualidade dos estudos socioambientais produzidos pelas contratadas para viabilização dos licenciamentos ambientais pertinentes; e

9.6 enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Secex/PE, para que tome conhecimento dos fatos ora narrados, de forma a considerá-los no exame das contas da Chesf; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Comissão de Finanças e Tributação e à Comissão da Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, bem como às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal.

10. Ata nº 48/2014 – Plenário.

11. Data da Sessão: 3/12/2014 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3493-48/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carneiro, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Benquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho (Relator).

(Assinado Eletronicamente)
WALTON ALENCAR RODRIGUES
na Presidência

(Assinado Eletronicamente)
ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – PLENÁRIO

TC 019.948/2014-0.

Natureza: Auditoria.

Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. – Chesf.

Interessado: Congresso Nacional.

Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: AUDITORIA. CHESF. FISCALIZAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORDESTE. OBRAS DECORRENTES DO LEILÃO DE TRANSMISSÃO Nº 3/2012, COMPREENDENDO OS LOTES A, B E C. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES GRAVES. ATRASOS NA EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS. AUDIÊNCIA DO DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA.

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf), no período de 14/8 a 15/8/2014 e de 8/9 a 3/10/2014, cujo objeto consistiu em fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, levado a cabo pela Chesf, na qualidade de concessionária dos serviços de transmissão de energia elétrica, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel, que compreendeu os Lotes A, B e C.

2. Como resultado dos trabalhos realizados, a equipe de auditoria da Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnergia) lançou o relatório de fiscalização às fls. 1/65, da Peça nº 31, nos seguintes termos:

“A presente auditoria, autorizada por meio de despacho do Exmo. Sr. Ministro-Relator (peça 2), teve como objetivo examinar a conformidade da aplicação de recursos públicos na execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, de responsabilidade da Chesf que compreendem Lote A (Contrato de Concessão 17/2012-Aneel), Lote B (Contrato de Concessão 18/2012-Aneel) e Lote C (Contrato de Concessão 19/2012-Aneel).

O Leilão destinou-se a selecionar as propostas para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante outorga de concessão, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Durante os estudos de pré-leilão realizados pela Chesf, foram adotados os procedimentos de pré-contratação para selecionar as empresas responsáveis pelo fornecimento de materiais e pela condução dos empreendimentos.

Após o certame, para cada um dos lotes arrematados (Lotes A, B e C) relativos ao Leilão 003/2012-Aneel, a Chesf firmou seis contratos com empresas especializadas para os seguintes objetos: Licenciamento Ambiental, Fornecimento de cabos condutores, Fornecimento de estrutura metálica, Engenharia do proprietário, Execução de obras de Linhas de Transmissão e Execução de obras de Subestações (fornecimento, montagem e comissionamento).

Os empreendimentos em questão estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com montante de recursos da ordem de R\$ 444 milhões, conforme informações obtidas no Edital do Leilão 003/2012-Aneel. Os Contratos de Concessão foram firmados em junho/2012, com previsão de início das obras em dez meses, ou seja, abril/2013, e previsão de entrada em operação em janeiro de 2014, o que não se concretizou.

Em virtude das constatações evidenciadas neste relatório, identificou-se a necessidade de chamar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aos autos para que se manifeste acerca dos achados que envolvem, também, a sua atuação.

Importância socioeconômica

Os empreendimentos dos Lotes B e C têm como finalidade atender à ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, especialmente para o escoamento da energia gerada pelos parques eólicos vencedores do Leilão A-3 e LER 2011 nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia e aos reforços para escoar o potencial previsto para essas regiões. Já os do Lote A buscam tornar mais robusto o suprimento às áreas norte e sul da região Metropolitana de Recife, em face do esgotamento da transformação nesses pontos.

As obras em questão preveem expansão/intervenção em dez subestações (SE) existentes, construção de seis subestações (SE novas) e construção de 362 km de linha de transmissão de 230 kV e 79 km de linha de transmissão de 500 kV, distribuídas em quatro estados da região Nordeste (PE, RN, CE e BA). Com relação à capacidade de transformação instalada pelas obras nas subestações (novas e existentes), haverá um acréscimo de 2.650 MVA no Sistema Interligado Nacional (SIN). Essas obras representam importante passo para o escoamento de novas fontes de energia, contribuindo com a diversificação da matriz energética e com o aumento da segurança no abastecimento.

2. Introdução

2.1. Deliberação que originou o trabalho

Em cumprimento ao Despacho do Relator da Auditoria (peça 2), de 12 de agosto de 2014, realizou-se auditoria na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf), empresa do Grupo Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), no período compreendido entre 14/8/2014 e 15/8/2014 e 8/09/2014 a 3/10/2014.

As razões que motivaram este trabalho foram as constatações do TCU no âmbito do TC 029.387/2013-2, no qual observou-se que os prazos estabelecidos nos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não vêm sendo cumpridos (83% das linhas de transmissão e 63% das subestações apresentaram atrasos quando comparados ao cronograma inicial estabelecido pela agência reguladora). Dentre as com prazos vencidos, a referida auditoria apontou aquelas relativas aos contratos de concessão de responsabilidade da Chesf decorrentes do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, que apresentam atrasos superiores há um ano.

Tais atrasos, e seus possíveis impactos, somados à materialidade dos recursos envolvidos e à importância socioeconômica dos empreendimentos para as regiões beneficiadas (garantia de abastecimento na Região Metropolitana de Recife, bem como escoamento de parques eólicos do CE, RN e BA), constituem as razões que motivaram esta fiscalização.

Tenciona-se, ainda, obter dados que poderão ser utilizados em outra ação de controle, na modalidade auditoria operacional, que terá por finalidade analisar a gestão de obras públicas do setor elétrico por parte das empresas estatais (Grupo Eletrobras), iniciando-se por um estudo de caso na Chesf (TC 023.736/2014-3).

2.2. Visão geral do objeto

Em virtude do Leilão 003/2012-Aneel, constituído dos Lotes A, B, C e D, a Chesf firmou os contratos discriminados na Tabela 1, decorrentes do arremate dos três primeiros lotes. Tais contratos foram celebrados com dispensa de licitação, conforme permissivo constante do art. 32 da Lei 9.074, de 7/7/1995. Ressalta-se que não foi apresentada nenhuma proposta para o Lote D, o qual não foi arrematado no dito leilão.

Em síntese, as obras em questão compreendem expansão/intervenção em dez subestações (SE) existentes, construção de seis subestações (SE novas) e construção de 362 km de linha de transmissão de 230 kV e 79 km de linha de transmissão de 500 kV, distribuídas em quatro estados da região Nordeste (PE, RN, CE e BA). Com relação à capacidade de transformação instalada pelas

obras nas subestações (novas e existentes), haverá um acréscimo de 2.650 MVA no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A localização das obras que constituem os objetos dos contratos analisados está representada nas Figuras 1 a 4.

Foram objetos de análise da equipe de auditoria os contratos que tratam de licenciamento ambiental (Lote A - Contrato CTN-I-92.2012.3140.00, MRS Estudos Ambientais Ltda; Lote B - CTN-I-92.2012.3160.00, JGP Consultoria e Participações Ltda; e Lote C - CTN-I-92.2012.3150.00, Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda); e os contratos de execução de obras de linhas de transmissão e de subestações (Lote A - Contrato CTN-I-90.2012.5600.00, Consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos e Contrato CTN-I-90.2012.5880.00, Consórcio ABB e Real Energy Ltda; Lote B - Contrato CTN-I-90.2012.5630.00, Consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos e Contrato CTN-I-90.2012.5990.00, Consórcio ABB e TSK; e Lote C - Contrato CTN-I-90.2012.5640.00, Consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos e Contrato CTN-I-90.2012.6000.00, Consórcio ABB e Sadesul Proj. e Const. Ltda).

2.3. Objetivo e questões de auditoria

A presente auditoria teve por objetivo fiscalizar a implantação das obras de ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, de responsabilidade da Chesf, decorrentes do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, que compreendem Lote A (Contrato de Concessão 17/2012-Aneel), Lote B (Contrato de Concessão 18/2012-Aneel) e Lote C (Contrato de Concessão 19/2012-Aneel).

A partir do objetivo do trabalho e a fim de avaliar em que medida os recursos estão sendo aplicados de acordo com a legislação pertinente, formularam-se as questões adiante indicadas:

- 1) existem estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômico-financeira do empreendimento?
- 2) o tipo do empreendimento exige licença ambiental e foram realizadas todas as etapas para esse licenciamento?
- 3) os preços dos serviços definidos no orçamento da obra são compatíveis com os valores de mercado?
- 4) a formalização do contrato atendeu aos preceitos legais e sua execução foi adequada?

2.4. Metodologia utilizada

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União e em observância aos Padrões de Auditoria de Conformidade estabelecidos pelo TCU. Nenhuma restrição foi imposta aos exames.

Para a realização desta fiscalização, foram utilizadas as seguintes técnicas de auditoria: exame documental, revisão de cálculos e entrevistas.

Na fase de execução foram realizadas as seguintes atividades:

- 1) análise documental nos contratos celebrados entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. e o Consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos para execução das linhas de transmissão dos Lotes A, B e C;
- 2) análise documental nos contratos celebrados entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. e os Consórcios ABB e Real Energy Ltda, ABB e TSK e ABB e Sadesul Proj. e Const. Ltda para execução das subestações dos Lotes A, B e C, respectivamente;
- 3) análise documental nos contratos celebrados entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. e as empresas contratadas para o licenciamento ambiental (Lote A - MRS Estudos Ambientais Ltda; Lote B - JGP Consultoria e Participações Ltda; e Lote C - Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda);
- 4) entrevistas com gestores da Chesf responsáveis pelo planejamento, licenciamento, suprimento, gestão e fiscalização dos contratos firmados para execução dos empreendimentos;
- 5) visita à obra no Município de Paulista/PE (região metropolitana do Recife/PE) e visita às obras nos Municípios de Caetité e de Pindaí, localizados no estado da Bahia;

6) inspeção física no pátio de armazenamento de materiais e equipamentos do Consórcio contratado para execução das obras do Lote C, localizado na cidade de Caetité-BA.

Não foram realizadas visitas às obras do Lote B, em função de não haver mobilização em campo quando da realização dos trabalhos de fiscalização, haja vista a inexistência de licença de instalação à época e a recente emissão da ordem de início de serviços.

2.5. Volume de recursos fiscalizados

O volume de recursos fiscalizados alcançou o montante de R\$ 316.306.502,00. O valor corresponde à soma do valor nominal com os acréscimos relativos aos respectivos termos aditivos firmados (data base: abril/2012) do contrato de fornecimento de cabos condutores do Lote C e dos contratos de fornecimento de estrutura metálica e prestação de serviços (Licenciamento Ambiental e Engenharia de Proprietário), além da execução das obras de construção, montagem e comissionamento de subestações e linhas de transmissão, que compõem os Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel.

2.6. Benefícios estimados da fiscalização

Entre os benefícios estimados desta fiscalização pode-se mencionar:

1) Melhorias do desempenho da Administração Pública, com foco na forma de atuação, no:

i. aprimoramento dos mecanismos administrativos da estatal de forma a autorizar antecipações de pagamento somente em circunstâncias excepcionais, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias;

ii. melhoria dos mecanismos administrativos do Poder Concedente e da estatal com vistas a incentivar a avaliação integrada dos riscos de atrasos dos empreendimentos, de forma a identificá-los, mensurá-los e tratá-los a fim de refletir na rentabilidade esperada do negócio;

iii. incremento dos mecanismos administrativos do Poder Concedente e da estatal de forma a ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos;

iv. aprimoramento da qualidade e da eficiência das obras públicas.

2) A expectativa de controle gerada pela fiscalização.

3. Achados de Auditoria

3.1. Existência de atrasos que podem comprometer o prazo de entrega do empreendimento.

3.1.1. Tipificação do achado:

Classificação - outras irregularidades (OI)

3.1.2. Situação encontrada:

Os empreendimentos relativos aos lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco encontram-se em atraso, tendo já superado a data estipulada inicialmente (22/1/2014) nos Contratos de Concessão para entrada em operação. Vários fatores se sobrepuseram ou se somaram para que a situação instalada se concretizasse. Dentre eles destacam-se: questões sobre regularização fundiária; obtenção de Licença Prévia; emissão de Declaração de Utilidade Pública; obtenção de Licenciamento do Iphan e obtenção de Licença de Instalação. A situação dos empreendimentos avaliados nesse trabalho representa um caso típico daquilo que vem sendo apontado pelos agentes do setor e já constatado pelo TCU em outras oportunidades: os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica não vêm sendo cumpridos, trazendo prejuízos financeiros e prejudicando o planejamento estratégico do setor elétrico.

Os empreendimentos relativos aos lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), encontram-se em atraso, tendo já superado a data de 22/1/2014 estipulada inicialmente nos Contratos de Concessão (Contrato de Concessão 17/2012-Aneel, Lote A; Contrato de Concessão 18/2012-Aneel, Lote B e Contrato de Concessão 19/2012-Aneel, Lote C) para entrada em operação.

Todos os contratos de execução das obras (LTs e SEs), celebrados entre a Chesf e as empresas construtoras e prestadoras de serviços, dos empreendimentos necessários aos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel encontram-se igualmente em mora.

Conforme Relatório de Análise de Empreendimentos de Transmissão - Leilão 003/2012, de julho de 2014, elaborado pelo Departamento de Planejamento Econômico-Financeiro da Chesf (Evidências relacionadas aos Achados 1-A e 1-E, sigiloso, p. 12), os prazos atuais para a conclusão das construções relativos aos lotes A, B e C também superam as datas atualizadas de previsão de entrada em operação dos empreendimentos informadas à Aneel.

Os prazos para entrada em operação dos empreendimentos constantes dos lotes arrematados pela Chesf datavam de 22/1/2014. Diante dos prazos vencidos, essa data foi revista pela Chesf, que repassou à Aneel as seguintes previsões: Lote A – junho/2015; Lote B – outubro de 2015; e Lote C – abril de 2015. Contudo, no âmbito da auditoria, a Chesf informou que a previsão informada à Aneel para o Lote A (junho de 2015) não será cumprida, a qual deverá se estender até novembro de 2015. Já para o Lote B, cuja previsão também não deverá ser cumprida, em virtude das dificuldades para liberação fundiária, a Chesf preferiu não adiantar previsão.

Por meio dos contratos de execução das obras celebrados pela Chesf, foi possível constatar, no caso concreto, a necessidade de interação com vários órgãos licenciadores, especialmente em decorrência da significativa estratificação de atividades que compõem a configuração básica dos diferentes lotes. No total, as obras compreendem expansão/intervenção em dez subestações (SE) existentes, construção de seis subestações (SE novas) e construção de sete segmentos de linha de transmissão de 230 kV (LT 230 kV) e dois segmentos de linha de transmissão de 500 kV (LT 500 kV), distribuídas em quatro estados da região Nordeste (PE, RN, CE e BA), envolvendo, portanto, mais de vinte órgãos distintos, dentre regulação, licenciamento socioambiental, arqueológico e fundiário.

Observa-se que, em maior ou menor grau, as causas dos atrasos recaem sobre: (i) regularização fundiária, (ii) obtenção de Licença Prévia (LP), (iii) emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP-Aneel), (iv) obtenção de Licenciamento do Iphan (questões arqueológicas) e (v) obtenção de Licença de Instalação (LI).

Antes de adentrar nas constatações sobre as ocorrências verificadas na liberação das obras dos empreendimentos dos lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel de responsabilidade da Chesf, abre-se aqui um espaço para recordar os mecanismos para obtenção das licenças ambientais de um empreendimento.

O Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo regido pela Resolução Conama 237/97, pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, por meio de três liberações: (i) Licença Prévia (LP) – na fase preliminar de planejamento do empreendimento, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes; (ii) Licença de Instalação (LI) – autoriza a instalação do empreendimento de acordo com as especificações do projeto ambiental aprovado; e (iii) Licença de Operação (LO) – autoriza a operação empreendimento, tendo como base as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas.

Observa-se que o procedimento para viabilização do licenciamento ambiental em empreendimentos de transmissão começa antes mesmo do leilão, com a elaboração de estudos preliminares pelo Poder Concedente. Tais estudos não possuem uma abordagem aprofundada acerca da viabilidade ambiental dos empreendimentos, restando ao concessionário elaborar os demais exames necessários. Dessa forma, uma vez realizado o leilão, o concessionário inicia as tratativas para obtenção da Licença Prévia (LP), a qual atestará inequivocamente a viabilidade ambiental dos empreendimentos.

Para os estudos necessários à emissão da LP, é fundamental que o concessionário tenha acesso às áreas previstas para serem afetadas pelas obras. Isso se dá, em regra, somente após a

liberação da Declaração de Utilidade Pública Preliminar para fins de levantamento topográfico e estudos de engenharia, de responsabilidade da Aneel (após solicitação do interessado). Uma vez emitida a DUP preliminar, efetuam-se os levantamentos necessários, elaboram-se os documentos e solicita-se a emissão da LP.

De posse dessa licença, o empreendedor realiza os estudos complementares necessários à emissão da Licença de Instalação (LI), a qual permitirá o início da execução das obras. Uma vez obtida a LI e concluídas as obras, faz-se mister obter a Licença de Operação (LO), a qual viabilizará a entrada em operação do empreendimento.

Completa o licenciamento ambiental, a Instrução Normativa Ibama 184/08 (para empreendimentos licenciados pelo Ibama e seguido pelas órgãos estaduais), a qual define que o empreendedor deve submeter o Projeto Básico Ambiental com a anuência dos órgãos intervenientes: órgãos ambientais estaduais, ICMBio, Iphan, Funai, Inera, Fundação Cultural Palmares e Ministério da Saúde. São exigidos também o Plano de Compensação Ambiental e a Autorização de Supressão de Vegetação, essa última para qualquer supressão, inclusive para fins de estudos e levantamentos topográficos. A Figura 6 ilustra os principais atores públicos envolvidos nos processos de licenciamento ambiental em empreendimentos de transmissão.

Dessa forma, o processo de licenciamento e liberação das áreas para início das obras de subestação e linhas de transmissão segue um longo caminho, no qual as atividades são inter-relacionadas. No caso dos empreendimentos de transmissão decorrente de concessões, tendo a Aneel como representante do Poder Concedente, de forma simplificada, o processo começa na obtenção, junto à agência, da Declaração de Utilidade Pública Preliminar para fins de levantamento topográfico e estudos de engenharia, que declara o possível interesse público da terra para fins de realização de exames mais aprofundados do traçado do corredor de forma a confirmar sua viabilidade. Com esses estudos, sendo a área viável (ou seja, os estudos preliminares indicam que a localização, e suas áreas de influência, não é Área de Proteção Ambiental, não é Reserva Legal, não é terra indígena, não é território quilombola, não é sítio arqueológico, não é parque industrial, etc), a concessionária passa à etapa de negociação da terra (SE – aquisição e LT – indenização pela servidão administrativa – uso da faixa de servidão).

Importante frisar que todas essas etapas, nas concessões de transmissão, são de responsabilidade do empreendedor, realizadas após a assinatura do contrato de concessão.

Confirmada a viabilidade de aquisição da terra (anuência do município sobre o uso e ocupação do solo e permissão de passagem fornecida pelos proprietários), dá-se início à negociação com os donos dos terrenos, tendo como base preços referenciais (pesquisa de mercado e laudos de avaliação de bens imóveis). Via de regra, faz-se necessária a obtenção, pelo empreendedor, da Declaração de Utilidade Pública (DUP), junto à Aneel, para agilizar a negociação ou para viabilizar a liberação da gleba por meio da via judicial.

Alcançada uma parcela das autorizações dos proprietários, juntamente com o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) ou, se for o caso, Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), conforme Resolução Conama 279/01, os dados do projeto e a manifestação dos municípios, inicia-se o processo de obtenção da LP no órgão ambiental competente, com as anuências pertinentes. Após análise pelo órgão competente, são feitas notificações apontando uma série de condicionantes para liberação da LP e para a emissão da LI. A LP é então emitida após o cumprimento dessas imposições feitas pelo órgão ambiental competente.

Concomitantemente, é elaborado o Projeto de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial e submetido à aprovação do Iphan. Após aprovado, iniciam-se os trabalhos de prospecção, sendo ao final emitido o Relatório de Prospecção Arqueológica. Concluídas as análises, o Iphan apresenta uma série de medidas cautelares (condicionantes) para a preservação dos achados arqueológicos, o que inclui um Plano de Resgate ou um Plano de Construção para a Preservação dos Sítios Arqueológicos. Esse último para os casos em que os sítios permanecem nas áreas de influência

das obras, no qual é exigida uma declaração de responsabilidade, do arqueólogo responsável, pela coordenação do monitoramento.

Após a obtenção da LP, passa-se ao processo de obtenção da Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e da Licença de Instalação (LI), normatizado pela Resolução Conama 237/97, para as quais são exigidos, além dos projetos ambientais pertinentes, a anuência dos órgãos intervenientes que fazem parte do processo de Licenciamento Ambiental, como órgãos ambientais estaduais, ICMBio, Iphan, Funai, Inara, Fundação Cultural Palmares e Ministério da Saúde.

Somente com a liberação da ASV dá-se início à limpeza do terreno para instalação de canteiro de obra. Com a liberação da LI, é possível iniciar as obras propriamente ditas (serviços de terraplenagem, fundações, etc). Em regra, ASV e LI são emitidas concomitantemente pelos órgãos ambientais.

De acordo com a Resolução Conama 279/01, o prazo para emissão da Licença Prévia e da Licença de Instalação será de, no máximo, sessenta dias, contados a partir da data de protocolização do requerimento das respectivas licenças. A mesma resolução dispõe que a contagem do prazo será suspensa até a entrega de estudos complementares, caso o órgão ambiental competente, mediante justificativa técnica, considere-os necessários.

Como se vê por meio dessa síntese, o processo de licenciamento e liberação das áreas afetadas para implantação de obras de transmissão é complexo e demanda um árduo esforço do concessionário, em especial do concessionário estatal que deve obediência a um vasto arcabouço legal próprio da Administração Pública que não atinge o privado na mesma situação.

É nesse contexto que se enquadram os empreendimentos analisados nessa auditoria de conformidade. Sobre essa ótica, é possível afirmar que o número de obras, a localização geográfica e a quantidade de agentes envolvidos foram decisivos na dilatação dos prazos originalmente previstos para os Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

De forma a detalhar o problema encontrado, optou-se por tratar separadamente cada um dos pontos, na seguinte ordem: (i) das questões fundiárias; (ii) da obtenção das licenças ambientais; (iii) das questões arqueológicas; (iv) da definição dos prazos de implantação dos empreendimentos pelo poder concedente; e (v) das consequências dos atrasos ocorridos.

A- das questões fundiárias

Constatou-se que a regularização fundiária dos terrenos atingidos pelas linhas de transmissão que compõem os Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012- Aneel encontra-se com pendências que contribuíram para o atraso das obras.

Não obstante a experiência da Chesf na implantação e construção de linhas de transmissão na sua principal área de atuação (forte atuação na Região Nordeste, com mais de 18.000 km de linhas de transmissão construídas e em operação, www.chesf.gov.br), e a contratação de empresas especializadas e reconhecidas neste tipo de operação, os riscos fundiários se materializaram especialmente quanto a não aceitação das propostas de indenização e/ou relocação pelos donos das terras e quanto a conflitos de interesses com os municípios atingidos, conforme evidenciado em entrevista com os gestores da Chesf. A situação é agravada em decorrência das dificuldades de logística, próprias desse tipo de empreendimento, e da quantidade de repartições cartoriais envolvidas.

Um dos fatores indutores de atrasos na regularização fundiária está na grande estratificação dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel. Conforme já apontado no preâmbulo desse achado, no total, serão executadas obras de expansão/intervenção em dez subestações (SE) existentes, de construção de seis subestações e de construção de sete segmentos de linha de transmissão de 230 kV e de dois segmentos de linha de transmissão de 500 kV, distribuídas em quatro estados da federação - Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará - e em grande número de municípios, demandando a liberação de mais de mil partes de terra (glebas).

Outro ponto crítico foi a necessidade de alteração da localização prevista no edital da Aneel de duas das seis subestações novas e de uma decorrente de leilão anterior (SE Ceará Mirim II,

Leilão 001/2011-Aneel), por estarem embasadas em estudos de caracterização e análise socioambiental, realizados pelo Poder Concedente, não suficientes.

No Lote A, foi alterada a localização da SE Jabotão II, cuja localização do centro de carga estava posicionada na Zona de Processamento de Exportação (ZPE – criada pelo Decreto de 27/1/2010) do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Importante ressaltar que os Relatórios de Planejamento da EPE, de novembro de 2011, não apontavam para a existência dessa ZPE (Evidências relacionadas ao Achado I-A, p. 195). Diante da impossibilidade de implantação da SE Jabotão II no local inicialmente previsto nos estudos do Poder Concedente, a Aneel, em 31/1/2013, aprovou a mudança de localização proposta pela Chesf. Tal alteração não só prejudicou a aquisição do terreno e o cronograma de execução do projeto, como também acarretou na alteração do traçado de seccionamento da LT 230kV Recife II – Pirapama II e, consequentemente, de todas as atividades ligadas a esse trecho de linha (fundiária, ambiental, arqueológica, projeto e construção).

A SE Ceará Mirim II, de responsabilidade do consórcio Extremaz (SPE composta por Chesf e Cteep) em decorrência do Leilão 001/2011-Aneel, também teve sua localização alterada. Apesar de não ser objeto direto das obras analisadas nessa fiscalização, tal mudança impactou diretamente o cronograma de execução das atividades relacionadas à LT 230 kV Ceará Mirim II – Touros (Lote B), uma vez que foi realizada após a concessão desta linha de transmissão para a Chesf (oriunda do Leilão 003/2012-Aneel). Conforme já exposto, havendo alteração na localização de uma SE, consequentemente ocorrerão mudanças no traçado das linhas de transmissão relacionadas, provocando atrasos nas obras.

Por fim, no Lote C, foi alterada a localização da SE Igaporã III, cuja localização prevista nos estudos do Poder Concedente encontrava-se distante de estrada de acesso em região de vegetação de característica do bioma de cerrado, além de apresentar interferência em um parque eólico da empresa Renova. Da mesma forma, a mudança provocou alterações nos traçados dos cinco segmentos de linhas de transmissão ligados a essa subestação: LT 230kV Igaporã III – Igaporã II C1 e C2; LT 230kV Igaporã III – Pindai II; e LT 500kV Bom Jesus da Lapa II – Ibicoara C1 e C2 – seccionamento para a SE Igaporã III.

Apenas as consequências dessas mudanças de localização em SEs já seriam suficientes para provocar atrasos significativos, visto que ensejaram alterações em todas as instalações a elas atreladas, demandando, inclusive, a elaboração de novos projetos das linhas de transmissão. Modificações dessa natureza, não previstas nos estudos que deram suporte à concessão, afetam diretamente não só as atividades do licenciamento socioambiental, como da liberação fundiária, com risco de perda de indenizações já pagas aos proprietários de terras que deixam de ser utilizadas, devido ao reposicionamento dos traçados das linhas.

Observou-se, também, a ocorrência de outras interferências significativas, e não previstas nos estudos do Poder Concedente, que provocaram impactos no prazo de implantação dos projetos, a saber: (i) no Lote A, existência de 7 sítios arqueológicos; (ii) no Lote B, interferência com parques eólicos e assentamentos do Incra no traçado da LT 230 kV Ceará Mirim II – Touros CS, interferência com assentamentos do Incra no traçado da LT 230 kV Mossoró IV – Mossoró II CS e interferências com projetos de irrigação do DNOCS e áreas de pivô de irrigação para plantio de milho no traçado LT 230 kV Russas II – Banabuiú C2; e (iii) no Lote C, existência de cinco sítios arqueológicos e de áreas de reserva legal de parques eólicos.

Um terceiro ponto recai sobre a especulação imobiliária observada em alguns trechos. Essa questão foi indicada pela Chesf em virtude dos custos fundiários previstos no Leilão virem sendo superados na maioria dos contratos. No caso das linhas de transmissão próximas aos parques eólicos, alegam os gestores da Chesf que os preços dos terrenos estão em alta, já que as indenizações pagas pelas geradoras são consideravelmente melhores (remuneração ao longo do contrato de acordo com a rentabilidade) que as da servidão administrativa. O caso mais crítico foi identificado no Lote A, no qual os custos reais superaram em mais de 400% aqueles previstos inicialmente pela Chesf.

Por fim, um último e importante ponto avaliado refere-se à obtenção da Declaração de Utilidade Pública (DUP). Observou-se que a tramitação dos processos de obtenção da DUP para fins de instituição de servidão administrativa das áreas de terras necessárias à implantação das linhas de transmissão demandou tempo muito acima do previsto. O Anexo IV dos Contratos de Concessão dos empreendimentos em questão previa o prazo de dois meses para a obtenção da DUP junto à Aneel. Esse prazo não foi cumprido em nenhum dos nove processos protocolados na Agência.

A DUP é um importante instrumento capaz de favorecer as negociações junto aos proprietários de glebas por onde passará a linha de transmissão. É bem verdade que, conforme informado pelos técnicos da Chesf, a estatal busca obter uma negociação amigável, só buscando a esfera judicial em último caso. Isso por se tratar de uma relação de longo prazo, já que as instalações ficarão na propriedade por todo o período da concessão e o proprietário da terra é um importante parceiro seja para viabilizar a operação, seja na proteção dos bens (torres/cabos/acessos).

No entanto, na negociação amigável, a DUP tem o papel de fortalecer a posição do concessionário diante dos proprietários das glebas afetadas, quebrando empecilhos e resistências.

Observou-se que o número de revisões e de novas exigências, por parte da Aneel, foram os principais entraves ao andamento dos processos de obtenção das DUPs. Somando-se a isso, no decorrer do período, a Aneel emitiu a Resolução Normativa 560/2013, de 2/1/2013, revogando a resolução vigente desde 2007, o que acarretou na adequação em alguns processos em andamento.

Foi possível observar a atuação tempestiva da Chesf no atendimento às notificações da Aneel, que foram atendidas num prazo médio de 15 dias. Como exemplo, destaca-se o caso da LT Ceará-Mirim II – Touros (Lote B), no qual a Chesf foi informada pela Aneel da existência de interferências com os parques eólicos em 11/6/2014, obteve as anuências pertinentes ainda no mês de junho e até 12/9/2014 não havia obtido resposta da agência. Importante ressaltar, no entanto, que, por demandar tempo e recursos acima do previsto para a realização do presente trabalho, necessitando de atuação junto a outros agentes envolvidos no licenciamento das obras, não se realizou uma análise da suficiência da documentação enviada pela Chesf à Aneel.

Não obstante, sendo uma das missões da Aneel a de proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade, mostra-se cabível auscultar eventual oportunidade de tornar os processos mais ágeis e menos burocráticos, especificamente quanto à emissão de documentos de sua responsabilidade, tão importantes para o bom andamento das obras do setor elétrico.

Nesse norte, considerando que nas cinco solicitações da Chesf relativas aos Lotes B e Lote C foram ultrapassados os prazos previstos nos respectivos Contratos de Concessão e observando a Resolução Normativa Aneel 560/2013 (principalmente o disposto em seu art. 8º), é necessário avaliar em que medida tais atrasos configuram-se como possíveis causas da morosidade na implantação dos empreendimentos. Entende-se pertinente propor a oitiva da Aneel para que se manifeste acerca dos prazos e procedimentos, bem como da eventual insuficiência dos documentos protocolados pela Chesf, para a emissão das Declarações de Utilidade Pública – DUPs – relativas às seguintes obras do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel: LT entre Seccionamento Recife II – Pirapama II e Jabotão II (período computado para emissão da DUP: 348 dias); LT Mossoró II – Mossoró IV (período computado para emissão da DUP: 193 dias); LT Russas – Banabuiú C2 (período computado para emissão da DUP: 319 dias); LT Ceará Mirim II – Touros (período computado até 12/9/2014, aguardando emissão da DUP: 462 dias); LT Igaporã II – Igaporã III C1 e C2 (período computado até 12/9/2014, aguardando emissão da DUP: 294 dias); LT Igaporã III – Pindaí II (período computado até 12/9/2014, aguardando emissão da DUP: 310 dias); e LT entre Seccionamento Bom Jesus da Lapa II – Ibicoara e Igaporã III (período computado até 12/9/2014, aguardando emissão da DUP: 294 dias).

Importante ressaltar que, embora a Aneel não tenha sido inicialmente figurada na presente auditoria, faz-se pertinente a proposta de oitiva alvitrada, tendo em vista que, conforme os fatos narrados, os atrasos na emissão da DUP corroboraram substancialmente para os atrasos nas

obras em exame. Assim, uma vez que não foi constatada a extrapolação dos prazos pela Chesf em encaminhar os pedidos realizados pela Agência, essa poderá esclarecer nos presentes autos a realidade dos fatos, estabelecendo seu contraponto à constatação realizada, qual seja, atrasos na emissão da DUP por parte da Aneel.

B- da obtenção das licenças ambientais – LP e LI

Constatou-se que a obtenção da Licença Prévia (LP) e da Licença de Instalação (LI) das diversas obras relativas aos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012- Aneel demandaram, e continuam demandando, esforços da Chesf e, mesmo assim, o licenciamento não se completou dentro do prazo esperado. Nesse quesito, evidencia-se que o número de obras, a localização geográfica e a quantidade de agentes envolvidos foram decisivos na dilatação dos prazos originalmente previstos para os Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

O Anexo IV dos Contratos de Concessão previa o período de nove meses e de onze meses, após a assinatura do contrato, para conclusão do licenciamento ambiental (obtenção da Licença de Instalação) e início da execução das obras de subestação e linhas de transmissão, respectivamente.

Mas o que se observou nos processos de licenciamento destes empreendimentos foi uma complexidade intrínseca decorrente da quantidade de entraves e do tempo despendido nesse iter administrativo.

Alguns desses fatores contribuíram de forma decisiva para que os prazos previstos não fossem suficientes.

O primeiro ponto refere-se ao Relatório R3 – Caracterização e Análise Socioambiental, parte integrante do Leilão de Transmissão. Diferentemente dos empreendimentos de geração de energia elétrica, os empreendimentos de transmissão são licitados pela Aneel somente com o Relatório R3, sem a comprovação da viabilidade ambiental do empreendimento, atestada pela LP.

Os estudos preliminares do Relatório R3 tratam de uma proposta de corredor de traçado para a implantação, mas não qualificam os empreendimentos de transmissão como viáveis sob o aspecto ambiental. Foi possível confirmar esse entendimento quando da realização de reuniões na Chesf com os responsáveis pelo licenciamento ambiental, que afirmaram que o Relatório R3 é descurtido pelos órgãos licenciadores.

Vislumbra-se que as diretrizes contidas no Relatório R3 podem não ter sido suficientes para uma avaliação preliminar aceitável por parte da estatal, ou mesmo do privado, para participar do leilão.

O que se espera desses estudos é uma antecedência compatível e com tempo suficiente para um maior detalhamento, de modo a demonstrar, no mínimo, a viabilidade socioambiental dos empreendimentos de linhas de transmissão. Não sendo assim, os licitantes acabam por entrar no certame sem saber as reais condições, convivendo com um ambiente de instabilidade e de demasiada incerteza, já que o empreendimento licitado pode não ser viável do ponto de vista socioambiental.

Tal incerteza é aumentada pela ausência de autorização para a realização de levantamentos preliminares no traçado previsto no leilão. Assim, o empreendedor, correndo contra o tempo, realiza seus estudos lançando mão de imagens de satélite que não oferecem precisão para demarcação de áreas de proteção ambiental, reserva legal, sítios arqueológicos, etc.

Dessa forma, é após o leilão que o vencedor da concessão, passando por todas as etapas iniciais (realização do Estudo de Impacto Ambiental, de Audiências Públicas, etc.) vai conferir junto ao órgão ambiental competente a certeza da viabilidade ambiental do empreendimento, a partir da emissão da Licença Prévia. É nesse momento que surgem várias condicionantes a serem observadas antes e durante a execução das obras, além de algumas outras que perduram durante todo o contrato, implicando em obrigações, prazos e custos de difícil mensuração e previsão.

Diante desse cenário, é certo que existiriam ganhos se as diretrizes contidas no Relatório R3 revelassem todos os dados relativos aos aspectos ambientais do corredor preferencial. Dessa forma, reduziriam-se as incertezas do projeto eleito para o Leilão e se viabilizaria o cronograma de

entrada em operação dos novos empreendimentos necessários à expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no país.

Vistumbra-se que, dada a grande discussão em curso sobre a necessidade de os empreendimentos de transmissão serem licitados com as respectivas LP (sendo assunto, inclusive, do Projeto de Lei do Senado 378/2013, o qual já foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), o que demanda estudos mais aprofundados com a participação de todos os agentes envolvidos, a situação poderia ser melhorada de imediato se o licitante dispusesse, no decorrer do leilão, além de um Relatório R3 mais robusto, de autorização para realizar levantamentos topográficos e estudos preliminares no traçado previsto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e ASV para abertura de picadas para serviços de topografia. Com esses estudos preliminares, os concessionários, por meio de suas equipes técnicas, poderiam melhor avaliar os riscos e os mecanismos de que dispõe para mitigá-los, até mesmo atestando a inviabilidade de participar do certame.

Ante o exposto, da mesma forma que tratado no tópico anterior, propõe-se determinar a oitiva da Aneel para que se manifeste quanto à pertinência de fornecer, nos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e ASV para abertura de picadas para serviços de topografia.

Outro ponto observado refere-se à complexidade do processo de licenciamento ambiental em decorrência da quantidade de agentes envolvidos, das suas formas de atuação no que se refere a procedimentos e critérios de avaliação, e principalmente da interdependência desses procedimentos.

Os prazos originalmente previstos pela Aneel para licenciamento ambiental dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel foram de nove meses para subestações e onze meses para as linhas de transmissão, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

Os prazos efetivamente gastos até o momento (data de 12/9/2014 correspondente ao final dos trabalhos na sede da estatal) estão distantes de tal previsão.

Observou-se que os procedimentos, os critérios de análise e as exigências formuladas diferem em cada órgão estadual envolvido. No caso concreto, são quatro órgãos estaduais, sendo a situação mais crítica a observada no estado do Ceará, cujo órgão ambiental, além de exigir vistoria ambiental aérea, emite termo de referência específico, contendo diretrizes para elaboração do Relatório Ambiental Simplificado – RAS para fins de emissão da LP, e exige a liberação fundiária de todas as propriedades para fins de emissão da LI.

Existe grande diversidade de normativos até mesmo entre regionais de um mesmo órgão. Como exemplo, cita-se o Iphan/CE que exige os traslados expedidos pelos Cartórios de Registro de Imóveis de todas as propriedades atingidas, que só na LT 230 kV Russas/Banabuiú-C2 atinge 451 glebas.

Outra ocorrência que chamou a atenção foi a constatada no processo de liberação da SE Mirueira II, no que se refere às condições impostas para obtenção da ASV. O terreno, de propriedade da Chesf, é acoplado ao terreno onde está localizada a antiga SE Mirueira, também da Chesf. Nele existiam instalações que foram desativadas, dentre elas, a residência de um vigia que cultivava algumas árvores frutíferas nas proximidades da casa. Como condicionante da ASV, foi exigida a elaboração e a implantação de Projeto de Reposição Florestal com reposição de 370 indivíduos (para cada árvore derrubada, deveriam ser replantadas dez mudas). Embora a solicitação da LI e da ASV tenha sido protocolada em 26/10/2012, a ASV só foi liberada em 03/12/2013, um ano após a emissão da LI (válida até 18/12/2013), que venceu sem produzir seus efeitos de fato.

Via de regra, são formuladas uma série de condicionantes a serem atendidas antes, durante e depois de executadas as obras. São impostas condições que trazem consequências para todo o período da concessão. Como exemplo, tem-se a exigência de trabalhar com faixa de supressão vegetal reduzida sobre as linhas de transmissão, que além de dificultar a manutenção das instalações, favorece a proliferação de queimadas e/ou de vegetação elevada.

Com todas essas questões, foi possível constatar que, no caso concreto dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel, o intrincado processo de licenciamento ambiental, de forma generalizada, contribuiu para que os prazos previstos no leilão não fossem cumpridos, não obstante a tempestividade da atuação da estatal, seja pelas empresas contratadas, seja pela própria equipe técnica. Observou-se que a Chesf, além da indicação de responsáveis diretos para o controle da execução dos contratos, constituiu uma equipe distinta (uma para a questão fundiária e uma para o licenciamento ambiental) para acompanhar a liberação de cada lote, o que demonstra o propósito da companhia em resolver as demandas dos órgãos licenciadores de imediato.

Importante ressaltar, no entanto, que, assim como já apontado anteriormente ao tratar das constatações verificadas na obtenção da DUP junto à Aneel, por demandar atuação junto a vários órgãos e agentes envolvidos no licenciamento ambiental das obras, não se realizou uma análise da qualidade/suficiência da documentação produzida pela Chesf e encaminhada aos órgãos ambientais.

Diante dessa situação, a qual aponta para a necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental, visando uniformizar a atuação dos órgãos municipais e estaduais com a esfera federal, além da necessidade de fomentar novas regras – que dinamizem o processo de elaboração de estudos e projetos dos sistemas de transmissão – e considerando a suficiência dos Estudos de Planejamento (R1, R2, R3 e R4) elaborados pelo Poder Concedente, propõe-se determinar à SecobEnergia que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves na licenciamento das obras de energia elétrica.

Oportuno, também, determinar que seja anexada cópia do presente relatório ao TC 023.736/2014-3 (gestão de obras de Geração e Transmissão da Chesf), para que, diante de uma possível insuficiência dos documentos, a SecobEnergia avalie em que medida os Termos de Referência elaborados pela Chesf podem colaborar para uma maior qualidade dos estudos socioambientais produzidos pelas empresas contratadas pela estatal para condução dos licenciamentos ambientais de suas obras.

Ademais, frente ao recomendado pelo Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário em seu subitem 9.2.1, entende-se pertinente encaminhar cópia do presente relatório ao MME, ao MMA e ao MinC para que tomem conhecimento dos fatos que deram ensejo aos atrasos verificados nas obras decorrentes dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

C- das questões arqueológicas

Um fato de consequências pouco previsíveis chamou a atenção da equipe de auditoria no decorrer das reuniões realizadas com os gestores: as questões arqueológicas, presentes em praticamente todos os trechos de linhas de transmissão.

Essa vertente mostrou-se responsável por atrasos em todas as frentes de obras analisadas, uma vez que trouxe grande imprevisibilidade ao desenvolvimento das atividades. Parte disso se deve ao fato do Relatório de Planejamento R3 (Relatório de Caracterização e Análise Socioambiental), elaborado pelo MME/EPE para subsidiar o Leilão 003/2012-Aneel, não apresentar detalhamento suficiente quanto à presença de sítios arqueológicos no traçado inicialmente previsto para as linhas de transmissão, sendo apresentada somente uma relação dos sítios arqueológicos existentes nos municípios envolvidos e cadastrados no Iphan.

Diante disso, a fim de efetuar um levantamento acerca da real ocorrência desses sítios nas áreas afetadas, seria necessário que uma equipe se deslocasse até o local. Entretanto, para que se possa adentrar pelos terrenos de forma a possibilitar a análise do arqueólogo, caso o proprietário não conceda permissão, é necessária uma autorização para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares emitida pelo Poder Concedente.

Na condição atual, após a assinatura do contrato de concessão, a concessionária deve iniciar tratativas junto à Aneel para obtenção dessa autorização, uma vez que não há atuação de ofício do órgão, causando uma dilatação nos prazos inicialmente previstos.

Ressalta-se que, para efetuar os serviços de diagnóstico/ monitoramento arqueológico, é necessário que a equipe contratada disponha de, ao menos, um arqueólogo. Encontrado um novo sítio arqueológico, de posse das informações repassadas pelo arqueólogo, o Iphan pode determinar dois diferentes encaminhamentos: (i) o resgate dos achados arqueológicos; e (ii) a preservação do sítio.

No caso de existir a possibilidade de se efetuar o resgate dos artefatos encontrados, após a aprovação do Plano de Resgate, uma equipe (de responsabilidade do empreendedor e mantida por ele) é enviada a campo para realizar os serviços pertinentes, os quais demandam tempo e minúcia, visto que envolvem objetos frágeis. Além disso, faz-se mister a definição de um local para guarda dos achados arqueológicos, o qual também é definido pelo Iphan. Em virtude das características e do detalhamento, esse serviço, embora imprescindível frente aos normativos existentes, se mostra dispendioso para o contratante (alto custo, além das postergações no cronograma inicial. Um exemplo dessa situação foi registrado na LT Secc. Recife II – Pirapama II e Jaboatão II (lote A) área destacada pelo Relatório R3 como sendo "em meio a fragmentos residuais de vegetação de Mata Atlântica e em áreas utilizadas pela monocultura de cana-de-açúcar" – no qual foi determinado o resgate de sete sítios (vide Figura 8).

Quando o resgate não é viável, é necessário preservar o sítio encontrado, por meio da aprovação de um Plano de Construção para Preservação dos Sítios Arqueológicos. Nesse plano, várias restrições são impostas, podendo demandar alterações no projeto inicialmente concebido, como, inclusive, a elaboração de novo traçado para a linha de transmissão. Um exemplo dessa situação foi registrado na LT Igaporã III – Pindai II, (vide Relatório Fotográfico: Achado 1-C).

Dessa forma, a existência de um sítio arqueológico no traçado da linha, além da execução dos serviços em campo (resgate ou preservação), demanda novos estudos que podem modificar substancialmente o planejamento definido, provocando atrasos nas obras.

Destarte, os trabalhos de arqueologia são de natureza complexa e subjetiva, o qual não possui regramentos que assegurem a prevalência do interesse público. O arqueólogo, não obstante possuir vinculação trabalhista à sua empresa patronal e – após a formalização do instrumento contratual – ao concessionário contratante, tem por dever seguir os regramentos do Iphan e a obrigatoriedade de reportar a esse órgão.

No entanto, diante da carência de normativas ou de regras práticas, é esperado que o profissional de arqueologia aja com cautela para que não priorize, inadvertidamente, interesses difusos, como em situações em que o excesso de zelo de sua atuação acabe agindo em desfavor da coletividade, o que nem sempre ocorre

Um exemplo de postura que ultrapassa o natural pôde ser observado no caso da LT Touros – Ceará Mirim II, no qual o Iphan, após análise da documentação e por discordar da classificação dada pelo arqueólogo, indeferiu o Relatório de Prospeção Arqueológica elaborado pelo profissional contratado pela JGP Consultoria e Participações Ltda – empresa contratada pela Chesf para o licenciamento ambiental do Lote B, que apontava a existência de um sítio arqueológico no traçado da linha.

A situação ganha peso pela grande imprevisibilidade que impõe ao desenvolvimento das atividades de campo. Dos oito novos segmentos de linhas de transmissão que compõem os empreendimentos dos Lotes A, B e C, registrou-se a existência de sítios arqueológicos em cinco deles.

Observa-se que, para o caso em tela, não há uma relação direta entre a extensão da linha de transmissão e a quantidade de sítios arqueológicos presentes na respectiva área de influência, denotando a heterogeneidade na distribuição desses.

Relativamente ao Lote A, na LT Secc. Recife II – Pirapama II e Jaboatão II, apesar da pequena extensão, inicialmente haviam sido registrados nove sítios arqueológicos, conforme indicado no Ofício 746/2014 – Iphan/PE. Após análise do Relatório de Prospeção Arqueológica enviado pela Chesf, reduziu-se o número de sítios impactados para sete, tendo, o Iphan, determinado o resgate arqueológico de todos eles. Trata-se de serviço oneroso para a Chesf uma vez que será necessária a realização de Tomada de Preços para contratação desse resgate. Salienta-se que o processo de

licitação, já em curso, apresenta risco de não obter resultado já que a Chesf não detém cadastro de empresas especializadas nessa atividade na região. A obrigatoriedade do resgate agrava ainda mais a situação do Lote A, visto que somente após a retirada de todos os artefatos arqueológicos, poderão ser iniciadas as frentes de serviço que afetarão aquelas localidades.

Para o Lote B, já foi realizado aditivo ao contrato CTNI 92.2012.3160.00 relativo ao aspecto arqueológico, no total de R\$ 420.429,62 (21,61% do valor total do contrato), incluindo as seguintes atividades: diagnóstico arqueológico intrusivo; inventário de patrimônio imaterial e patrimônio afetado; e abertura e condução de processos complementares de patrimônio arqueológico imaterial e de edificados. Isso demonstra a materialidade dos serviços relacionados à arqueologia, bem como a sua imprevisibilidade, o que acaba por demandar alterações nos instrumentos contratuais inicialmente pactuados.

Por fim, no caso do Lote C, além da assinatura de termo aditivo ao contrato CTNI 92.2012.3150.00 (no valor de R\$ 179.976,80), incluindo o serviço de monitoramento arqueológico nas atividades do contrato, foi necessário efetuar mudanças no traçado inicialmente previsto para a LT Igaporã III – Pindaí II, conforme informado em reunião da equipe de auditoria juntamente com os gestores da Chesf. Essas alterações foram necessárias em virtude da presença de sítios arqueológicos, de difícil resgate, como o sítio 'Pé de Serra', exibido no relatório fotográfico, sendo necessária a conservação dos locais num raio de 100 metros ao redor dos sítios (inicialmente, o Iphan havia definido a distância em 300 m, mas após diligências junto ao órgão, a Chesf conseguiu reduzir o comprimento do raio).

Dessa forma, vê-se que a questão arqueológica teve, e ainda tem, grande influência na execução das obras relativas ao Leilão 003/2012-Aneel. Isso se deve precipuamente à imprevisibilidade inerente ao tema, se considerada a forma como é abordado atualmente, especialmente quanto à suficiência dos dados do Relatório R3 que subsidiou o leilão.

Considerando que, nos empreendimentos sob análise, as tratativas relacionadas à arqueologia encontram-se em estágio avançado, e tendo sido envidados esforços pela Chesf para solucionar os respectivos problemas, não se vislumbra a oportunidade de se propor quaisquer encaminhamentos à estatal.

Todavia, sem prejuízo dos demais encaminhamentos propostos na análise da obtenção das licenças ambientais, considerando a abordagem dada à essa questão pelos Relatórios de Planejamento elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e frente ao impacto causado no caso concreto, mostra-se oportuno encaminhar cópia do presente relatório à EPE para que tome conhecimento dos fatos.

Oportuno, também, propor à SecobEnergia que – ao avaliar a conveniência e a oportunidade de realizar ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves do licenciamento das obras de energia elétrica – considere incluir em seus trabalhos o exame das questões arqueológicas que tenham impacto na execução das obras.

D – da definição dos prazos contemplados no Leilão

Constatou-se que, conforme observado nos Contratos de Concessão Aneel 17, 18 e 19 de 2012, (evidências Contrato de Concessão Lote A; Contrato de Concessão Lote B e Contrato de Concessão Lote C), os prazos previstos pela Aneel para obtenção das licenças ambientais e regularização fundiária dos terrenos (9 meses para SEs e 11 meses para LTs) atingido s pelas diversas obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel estão distantes daqueles realmente praticados tanto nos lotes em questão, quanto em outros empreendimentos do setor. Importante destacar também a disparidade evidenciada no prazo total para a conclusão do empreendimento, estabelecido pela Aneel em vinte meses (incluindo as etapas de projeto básico, assinatura de contratos, declaração de utilidade pública, licenciamento ambiental, projeto executivo, aquisições, obras civis, montagem, ensaios de comissionamento e operação comercial).

Nos últimos anos, os prazos estipulados pelos leilões de transmissão têm sido questionados pelos agentes do setor. Trabalhos precedentes desta Corte de Contas, a exemplo do TC

029.387/2013-2, que levou ao Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, apontam para atrasos sistêmicos em obras do setor elétrico, especialmente nas obras de transmissão, com impactos financeiros a toda sociedade e para a segurança energética.

Naquele trabalho, constatou-se que 83% das linhas de transmissão e 63% das subestações dos empreendimentos que compuseram a amostra avaliada, formada por obras leiloadas ou autorizadas entre os anos de 2005 e 2012 (163 linhas de transmissão com cerca de 29.800 km de extensão e 64 subestações com cerca de 21.430 MVA), apresentaram atrasos médios de 14 e 3 meses, respectivamente, para entrada em operação.

As constatações do presente trabalho representam um exemplo típico do que tem sido apontado pelo Tribunal. Foram verificadas atrasos na execução das obras nos três lotes avaliados. Foi possível comprovar que a situação é mais grave nos casos de linhas de transmissão, nas quais ainda há obras não iniciadas em dois dos três lotes.

Importante destacar que as obras relativas aos Lotes B e C em questão tiveram como finalidade promover o escoamento da energia gerada pelos parques eólicos vencedores do leilão A-3 (Leilão de Geração 002/2011-Aneel) e LER 2011 (Leilão de Geração 003/2011-Aneel) nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará. Chama a atenção para o fato de os leilões de geração (leilão A-3 e LER 2011) terem ocorrido antes de se iniciarem os estudos para implantação do sistema de transmissão necessário ao escoamento da energia nova a ser gerada. Dessa forma, alguns parques foram concluídos sem as correspondentes instalações de transmissão, com consequências danosas para o abastecimento e para a modicidade tarifária, conforme já constatado também no âmbito do TC 029.387/2013-2.

Ao avaliar o Relatório de Análise de Empreendimentos de Transmissão do Leilão 003/2012 elaborado pela Chesf, foi possível constatar que já na data do leilão os técnicos que estudaram os documentos do edital vislumbraram a inviabilidade dos prazos previstos pela Aneel, considerando em seus estudos de viabilidade os prazos de construção de 24 meses, para o Lote B, e 26 meses, para o Lote C, diferentemente do estipulado nos contratos de concessão (20 meses para todos os lotes).

Na prática, os prazos gastos até o momento ultrapassam em muito as previsões da própria Chesf, levando à percepção de que a previsão inicial feita pela companhia foi insuficiente e pode não ter sido definida com base em estudos técnicos adequados (elaborados pelo Poder Concedente). Além disso, conforme observado nos relatórios de medição referentes à implantação da SE Mirueira II (Evidências relacionadas ao Achado 1-D, segundo arquivo, p. 15-34), mesmo após a obtenção do licenciamento socioambiental necessário, vê-se que a Chesf vem enfrentando dificuldades na execução das obras propriamente ditas, tendo sido efetuados reajustes nas previsões para entrada em operação da SE por mais de uma vez, passando da data inicialmente prevista de 12/12/2014 para a data atual de 27/04/2015.

Contudo, observa-se que a Aneel, em recente leilão de transmissão, alterou os prazos previstos para a entrada em operação (no Leilão de Transmissão 004/2014-Aneel, o prazo total para entrega dos empreendimentos varia de 30 a 42 meses), buscando tornar mais factível o desenvolvimento das obras no tempo previsto e adequá-los a um planejamento mais realista do Setor Elétrico Brasileiro.

O TC 029.387/2013-2, o qual realizou auditoria operacional para verificar os prazos para entrada em operação dos investimentos de geração e de transmissão de energia elétrica, conduziu ao recente Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, de 3/9/2014. Em seu item 9.1.3.1, determinou-se à Aneel a elaboração de estudos sobre os prazos para a implantação desses empreendimentos. Assim, tendo em vista a existência de determinação do Tribunal à Aneel para elaboração de estudos objetivando revisar o prazo de implantação de empreendimentos estabelecidos em contratos de concessão pelo Poder Concedente, deixa-se de formular proposta de encaminhamento nesse sentido.

Considera-se, no entanto, oportuno determinar que seja anexada cópia do presente relatório ao TC 029.387/2013-2 (de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados

pela Aneel em cumprimento às determinações do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário) e ao TC 023.736/2014-3, visando agregar informações que poderão ser utilizadas em outra ação de controle – na modalidade auditoria operacional – que terá por finalidade analisar a gestão de obras públicas do setor elétrico por parte das empresas estatais (Grupo Eletrobras), iniciando-se por um estudo de caso na Chesf.

E- das consequências dos atrasos

A Chesf, como uma das empresas competidoras no setor elétrico, precisa pautar suas decisões também visando o retorno financeiro gerado pelos empreendimentos nos quais opta por participar.

Observa-se que, por fazer parte do Grupo Eletrobras, deve seguir diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva do conglomerado. Uma delas, exposta na CTA-DF-0331/2011-Circular (Evidências relacionadas aos Achados 1-A e 1-E, sigiloso, p. 1), estabelece a rentabilidade mínima que um empreendimento deve ter para viabilizar a participação de quaisquer das empresas do grupo. Para empreendimentos de transmissão corporativos (nos quais a empresa estatal entra sem se associar a nenhuma outra companhia, pública ou privada) e novos (a partir de 2012), o retorno mínimo deve ser maior que o estabelecido naquela documento.

No caso dos Lotes A, B e C do Leilão 063/2012-Aneel, as Taxas Internas de Retorno (TIRs) reais previstas inicialmente (em agosto/2012) foram superiores à estabelecida pela CTA-DF-0331/2011-Circular, denotando o respeito à diretriz fixada pela Eletrobras. A evidência “Evidências relacionadas aos Achados 1-A e 1-E (SIGILOSO)”, de trato sigiloso, apresenta os valores das TIRs iniciais e atuais estimadas pela Chesf.

Em virtude dos atrasos ocorridos e de majorações imprevistas nos custos do licenciamento e da execução das obras (com a questão fundiária e os preços dos terrenos, por exemplo), os empreendimentos que compõem o lote B passaram a apresentar Taxa Interna de Retorno (TIR) atual abaixo daquela estabelecida como piso pela Diretoria Executiva da Eletrobras, tendo sofrido uma redução de aproximadamente 52% se comparada à previsão inicial. Importante salientar que a TIR atual do Lote C encontra-se bastante próxima desse valor limite, após uma queda de 25%, configurando-se em situação de risco. Apenas o Lote A ainda apresenta previsão de retorno em situação mais confortável se comparado aos demais lotes, restando 3,79 pontos percentuais acima do piso.

Embora com rentabilidade significativamente menor que a projetada, os empreendimentos não se enquadram, na condição atual, como causadores de resultados financeiramente negativos para a Chesf. A situação pode se agravar, no entanto, se os entraves remanescentes não forem revertidos. Observa-se que, no caso do Lote B, ao considerá-lo de forma isolada dentro da companhia (sem levar em conta os possíveis ganhos de escala na operação), a diretriz do conglomerado não está sendo respeitada, sendo, frente às condições atuais, um empreendimento pouco desejado para o grupo (sobre o aspecto estritamente financeiro).

Tendo em vista, portanto, que a redução da rentabilidade esperada para o empreendimento pode ocasionar impactos negativos à Estatal, propõe-se encaminhar cópia do presente relatório para a unidade técnica detentora das contas da companhia, qual seja, a Secretaria de Controle Externo do estado de Pernambuco – Secex/PE, para que tome conhecimento dos fatos ora narrados, de forma a considerá-los no exame das contas da Chesf, caso entenda oportuno e conveniente.

Há de se ressaltar, por fim, o efeito das moras na elaboração das propostas dos licitantes quando da participação nos leilões. Em se tratando de algo sistêmico (conforme demonstrado pelo Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, originado do TC 029.387/2013-2), os atrasos nas obras de transmissão podem fazer com que os participantes dos leilões acabem por contingenciar tais ocorrências em suas propostas. Igualmente, viabiliza-se uma possível redução nos deságios da Receita Anual Prevista (RAP) apresentados nos Leilões de Transmissão da Aneel. Dessa forma, o

custo da energia que chega à casa dos consumidores é maior do que poderia ser caso as propostas de RAP vencedoras fossem menores, em atentado à modicidade tarifária e onerando os consumidores.

Vê-se, portanto, que os atrasos nas implantações dos empreendimentos do setor elétrico (tanto transmissão, como também geração e distribuição) têm um impacto direto no custo da tarifa paga pelo cidadão comum usuário desses serviços; e a situação não é diferente no caso analisado no presente relatório.

3.1.3. Objetos nos quais o achado foi constatado:

(OI) - Contrato CTNI 92.2012.3160.00, 6/6/2012, Execução de serviços de obtenção das licenças e requeridas para o licenciamento ambiental de todas as fases dos empreendimentos associados ao lote B do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, Jgp Consultoria e Participações Ltda.

(OI) - Contrato CTNI 92.2012.3150.00, 5/6/2012, Execução de serviços de obtenção das licenças e requeridas para o licenciamento ambiental de todas as fases dos empreendimentos associados ao lote C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

(OI) - Contrato CTNI 92.2012.3140.00, 6/6/2012, Execução de serviços de obtenção das licenças e requeridas para o licenciamento ambiental de todas as fases dos empreendimentos associados ao lote A do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, Mrs Estudos Ambientais Ltda.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.6000.00, 1/11/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote C do Leilão 003/2012-Aneel: Subestação 500/230 kV Igaporã III, em (6+1) x 250 MVA; e Subestação 230/69 kV Pindai II, em 2 x 150 MVA., Consórcio Abb - Sadesul.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.5990.00, 19/12/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote B do Leilão 003/2012-Aneel: Subestação 230/69 kV Touros, em 150 MVA; e Subestação 230/69 kV Mossoró IV, em 100 MVA, Consórcio Abb - TSK Energia.

(OI) - Contrato 017/2012, 1/6/2012, Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Aneel, e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, com interveniência e anuência de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão referentes ao Lote A do Leilão 003/2012-Aneel: Subestação 230/69 kV Mirueira II - 300 MVA e Subestação 230/69 kV Jaboatão - 300 MVA, bem como Linha de Transmissão Seccionamento Recife II - Pirapama II e Jaboatão II, em 230 kV, circuito duplo, 14 km., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.5640.00, 1/8/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote C do Leilão 003/2012-Aneel: Linha de Transmissão Igaporã III - Pindai II, circuito simples, em 230 kV, 46 km; Linha de Transmissão Igaporã III - Igaporã II, circuitos 1 e 2, em 230 kV, 2 km cada; e Linha de Transmissão entre Seccionamento Bom Jesus da Lapa II - Ibicoara e Igaporã III, circuito simples, em 500 kV, dois trechos de 39 km, Consórcio das Empresas Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.5630.00, 1/8/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote B do Leilão 003/2012-Aneel: Linha de Transmissão Russas II - Banabuiu, circuito 2, em 230 kV, 110 km; Linha de Transmissão Touros - Ceará Mirim II, circuito simples, em 230 kV, 56,17 km; e Linha de Transmissão Mossoró IV - Mossoró II, circuito simples, em 230 kV, 40 km., Consórcio das Empresas Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.5600.00, 1/8/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote A do Leilão ANEEL 003/2012: Linha de Transmissão

Secçãoamento Recife II - Pirapama II e Jaboatão II, em 230 kV, circuito duplo, 14 km., Consórcio das Empresas Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos.

(OI) - Contrato 019/2012, 1/6/2012, Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Aneel, e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, com interveniência e amuência de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão referentes ao Lote C do Leilão 003/2012-Aneel: Linha de Transmissão Igaporã III - Pindai II, circuito simples, em 230 kV, 46 km; Linha de Transmissão Igaporã III - Igaporã II, circuitos 1 e 2, em 230 kV, 2 km cada; Linha de Transmissão entre Secçãoamento Bom Jesus da Lapa II - Ibicoara e Igaporã III, circuito simples, em 500 kV, dois trechos de 39 km; Subestação 500/230 kV Igaporã III, em (6-1) x 250 MVA; e Subestação 230/69 kV Pindai II, em 2 x 150 MVA., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

(OI) - Contrato 018/2012, 1/6/2012, Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Aneel, e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf, com interveniência e amuência de Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão referentes ao Lote B do Leilão 003/2012-Aneel: Linha de Transmissão Russas II - Banabuiú, circuito 2, em 230 kV, 110 km; Linha de Transmissão Touros - Ceará Mirim II, circuito simples, em 230 kV, 56,17 km; Linha de Transmissão Mossoró IV - Mossoró II, circuito simplex, em 230 kV, 40 km; Subestação 230/69 kV Touros, em 150 MVA; e Subestação 230/69 kV Mossoró IV, em 100 MVA., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

(OI) - Contrato CTNI 90.2012.5880.00, 1/11/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote A do Leilão ANEEL 003/2012: Subestação 230/69 kV Mirueira II - 300 MVA e Subestação 230/69 kV Jaboatão - 300 MVA., Consórcio Abb - Real Energy.

3.1.4. Causas da ocorrência do achado:

Prazos, estabelecidos pela Aneel, para execução das obras.

Imbróglis junto aos órgãos ambientais competentes (estaduais - BA, CE, RN e PE).

Questão fundiária pendente.

Surgimento de ocorrências ligadas ao Iphan (achados arqueológicos).

3.1.5 - Efeitos/Consequências do achado:

Descumprimento dos prazos inicialmente acordados junto ao Poder Concedente (efeito real)

Rentabilidade abaixo daquela preconizada pela Diretoria Executiva da Eletrobras (efeito real)

Surgimento de gargalo no escoamento da energia elétrica gerada na região (efeito real)

Aumento das despesas em virtude da contratação de armazenagem de materiais (efeito real)

Taxa Interna de Retorno negativa em virtude de maiores atrasos ocorridos na execução das obras (efeito potencial)

Impactos no planejamento estratégico do Setor Elétrico Brasileiro. (efeito potencial)

Novos aumentos das despesas decorrentes de novos atrasos. (efeito potencial)

3.1.6. Critérios:

Constituição Federal, art. 37, caput

Lei 9784/1999, art. 2º, caput

Carta Circular 331/2011, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, cláusula/art. 1º,

§ 1º e 2º

3.1.7. Evidências:

Evidências relacionadas ao Achado 1-A.

Evidências relacionadas ao Achado 1-B.

Licenciamento Ambiental: Lotes A, B e C_Parte 1.

Licenciamento Ambiental: Lotes A, B e C_Parte 2.

Evidências relacionadas ao Achado 1-C.

Relatório Fotográfico: Achado 1-C.

Evidências relacionadas ao Achado 1-D (primeiro arquivo).

Evidências relacionadas ao Achado 1-D (segundo arquivo).

Evidências relacionadas aos Achados 1-A e 1-E (SIGILOSO).

Contrato de Concessão (17/2012-Aneel) Lote A.

Contrato de Concessão (18/2012-Aneel) Lote B.

Contrato de Concessão (19/2012-Aneel) Lote C.

3.1.8. Conclusão da equipe:

O cerne dessa fiscalização constituiu-se em avaliar os atrasos relativos aos empreendimentos que compõem os Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. – Chesf, uma vez que já foi superada a data estipulada inicialmente nos respectivos Contratos de Concessão para entrada em operação (22/1/2014). Múltiplas causas contribuíram para que a situação atual se concretizasse, não havendo uma única fonte ou conduta responsável pelo ocorrido. Dentre os principais fatores, destacam-se: questões sobre regularização fundiária, emissão de Declaração de Utilidade Pública, obtenção do Licenciamento Ambiental e obtenção de Licenciamento do Iphan.

A situação observada nessa fiscalização representa um caso típico do que vem sendo apontado pelos agentes do setor e já constatado pelo TCU em outras oportunidades: os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica não vêm sendo cumpridos, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico.

Observou-se que, no caso em tela, a liberação fundiária apresentou-se como empecilho ao cumprimento dos prazos previamente estabelecidos pela Aneel. Somado à grande quantidade de glebas envolvidas em todos os três lotes (1198 glebas), constatou-se uma inadequação nos procedimentos adotados pela Aneel para viabilizar a emissão da Declaração de Utilidade Pública (DUP), documento relevante para a evolução das negociações junto aos proprietários dos terrenos. Sem a anuência dos responsáveis pelas glebas afetadas, não há como se prosseguir com a execução das obras naquelas localidades, retardando a entrega dos empreendimentos.

Assim como a questão fundiária, o licenciamento socioambiental também provocou atrasos na execução dos trabalhos. Em se tratando de empreendimentos sob a égide de 4 diferentes procedimentos para emissão das licenças ambientais pertinentes (pelo fato das obras serem executadas em 4 diferentes estados da Federação e, portanto, estarem submetidas aos respectivos órgãos ambientais estaduais), observou-se que o *modus operandi* para cada um dos casos é distinto, não havendo regramento geral que torne esses procedimentos mais previsíveis. Dessa maneira, os prazos para emissão das licenças ambientais previstos inicialmente nos Contratos de Concessão firmados entre Chesf e Poder Concedente não puderam ser cumpridos, configurando-se em outra causa para os atrasos.

Outra fonte de atrasos para o desenvolvimento das obras envolve a questão arqueológica. Por se tratar de quesito que envolve a execução de serviços delicados e que demandam um alto grau de minúcia, o tempo necessário para o desenvolvimento dessas atividades costuma ser longo. Além disso, não se possuindo conhecimento prévio quanto à existência, ou não, de sítios arqueológicos nas áreas afetadas diretamente pelas obras, a imprevisibilidade inerente ao assunto mostra-se elevada e capaz de impactar de maneira relevante a execução dos demais serviços. No caso concreto, 19 sítios arqueológicos foram encontrados nos traçados originalmente propostos para as linhas de transmissão, fazendo com que a Chesf tivesse que tomar providências para o correto tratamento desses, levando a aumentos nos custos incorridos pela empresa e a atrasos no início da execução das obras.

Além disso, há de se ressaltar os estudos apresentados pelos Relatórios de Planejamento (R1, R2, R3 e R4). As informações apresentadas por tais peças mostraram-se insuficientes para caracterizar, mesmo que preliminarmente, os empreendimentos a serem implantados pela Chesf.

Assim, foi necessário que a companhia, após o início do período de concessão, efetuasse estudos mais aprofundados para verificar a viabilidade dos empreendimentos nas condições inicialmente apresentadas. Tais exames, além de demandarem tempo, encontraram situações que não permitiam o desenvolvimento das obras da maneira proposta nos Relatórios de Planejamento, demandando modificações nos projetos inicialmente planejados, levando também a atrasos nos cronogramas previstos.

Constatou-se que os prazos previstos pela Aneel para obtenção das licenças ambientais e regularização fundiária dos terrenos (9 meses para SEs e 11 meses para LTs) atingidos pelas diversas obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel estão distantes daqueles realmente praticados tanto nos lotes em questão, quanto em outros empreendimentos do setor. Importante destacar, ainda, a disparidade evidenciada no prazo total para a conclusão do empreendimento, estabelecido pela Aneel em 20 meses (incluindo as etapas de projeto básico, assinatura de contratos, declaração de utilidade pública, licenciamento ambiental, projeto executivo, aquisições, obras civis, montagem, ensaios de comissionamento e operação comercial). Entretanto, deve-se salientar o fato de que a Aneel já vem efetuando ajustes nesses prazos nos leilões de transmissão mais atuais (como o Leilão de Transmissão 604/2014-Aneel), buscando adequá-los aos atualmente praticados.

Diante dos atrasos constatados nas obras do Leilão 003/2012-Aneel, observou-se a ocorrência de consequências financeiras para a Chesf. A rentabilidade de todos os empreendimentos encontra-se abaixo da prevista inicialmente, constituindo-se o Lote B no caso mais gravoso para a companhia. Este ainda não se configura em fonte de resultados negativos, entretanto apresenta rentabilidade inferior à preconizada pelo grupo Eletrobras em seus empreendimentos. O Lote C exibe Taxa Interna de Retorno – TIR bem próxima ao piso estabelecido pelo conglomerado, enquanto o Lote A possui rentabilidade confortavelmente acima desse valor limite. A situação pode se agravar se os entraves remanescentes não forem revertidos.

Ademais, em se tratando de algo sistêmico, os atrasos nos empreendimentos de transmissão podem fazer com que os participantes dos leilões de transmissão acabem por contingenciar tais ocorrências em suas propostas, levando a uma possível redução nos deságios da Receita Anual Prevista (RAP) apresentados e, por conseguinte, onerando o consumidor final da energia elétrica, frente à relação direta existente entre o valor da RAP e o custo da energia elétrica para o usuário desse serviço.

Assim, entende-se pertinente, nos termos do art. 250, inciso V, do RI/TCU, propor a oitiva da Aneel para que, em 15 dias, se manifeste acerca dos prazos e procedimentos, bem como da eventual insuficiência dos documentos protocolados pela Chesf, relativos à emissão da Declaração de Utilidade Pública – DUP – para os empreendimentos dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, considerando o determinado pela Resolução Normativa Aneel 560/2013; bem como se manifeste sobre a pertinência de fornecer, nos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e ASV para abertura de picadas para serviços de topografia.

Também mostra-se oportuno determinar à SecobEnergia que avalie a oportunidade e conveniência de realizar ação de controle específica no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves para a realização das obras de energia elétrica, em virtude da necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental e considerando a suficiência dos Estudos de Planejamento (R1, R2, R3 e R4) elaborados pelo Poder Concedente, bem como as questões arqueológicas envolvidas.

Cabível, ainda, determinar que seja anexada cópia do presente relatório ao TC 023.736/2014-3 (auditoria de gestão nas obras de Geração e Transmissão da Chesf), a fim de agregar informações que poderão ser utilizadas na mencionada ação de controle e buscando permitir a esta unidade verificar em que medida os Termos de Referência elaborados pela Chesf podem contribuir

para uma maior qualidade dos estudos socioambientais produzidos pelas contratadas para viabilização dos licenciamentos ambientais pertinentes.

Ademais, frente ao recomendado pelo Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário em seu subitem 9.2.1, entende-se pertinente encaminhar cópia do presente relatório à EPE, ao MME, ao MMA e ao MinC para que tomem conhecimento dos fatos verificados no caso concreto dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

Ainda, considera-se de todo indicado anexar cópia do presente relatório ao TC 029.387/2013-2, de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados pela Aneel em cumprimento às determinações do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário.

Por fim, tendo em vista que a redução da rentabilidade esperada para o empreendimento pode ocasionar impactos negativos nas contas da Chesf, propõe-se encaminhar cópia do presente relatório para a unidade técnica detentora das contas da estatal, qual seja, a Secretaria de Controle Externo do estado de Pernambuco – Secex/PE, para que a unidade tome conhecimento dos fatos ora narrados, de forma a considerá-los no exame das contas da Chesf, caso entenda oportuno e conveniente.

3.2. Inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra.

3.2.1. Tipificação do achado:

Classificação - outras irregularidades (OI)

3.2.2. Situação encontrada:

No âmbito do contrato CTNI 90.2012.5630.00, firmado entre a Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. – Chesf e o consórcio formado pelas empresas Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos, para o fornecimento das linhas de transmissão objeto do Lote B do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel (LT Ceará Mirim II – Touros; LT Mossoró IV – Mossoró II; e LT Russas II – Banabuiú), observou-se a ocorrência de providências inadequadas adotadas pela Administração para sanar interferências, relativas à liberação fundiária, que estão impactando os prazos de execução da obra, especificamente no que toca à decisão de contratar, para executar esses serviços (negociação e pagamento das glebas), o mesmo consórcio que efetuou a avaliação de bens dos terrenos afetados.

Em obras de linhas de transmissão, um dos grandes desafios a ser superado encontra-se ligado à questão fundiária. Em virtude da grande extensão dessas linhas, a quantidade de terrenos que são afetados por sua passagem é considerável. É necessário, portanto, que o empreendedor negocie com os proprietários dessas glebas o valor a ser pago pela faixa de servidão (área subutilizada pela passagem da linha) que se encontra no terreno afetado. Visando coibir arbitrariedades por parte dos proprietários das glebas, o empreendedor realiza avaliações dos terrenos, usualmente através da terceirização do serviço, para que possa iniciar suas negociações.

No caso específico das linhas de transmissão objeto do Lote B (no âmbito do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel), um total de 709 glebas é afetado pelas obras. A Chesf contratou o consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos para execução das obras de linhas de transmissão, ficando a empresa Mapasgeo – Topografia e Projetos Ltda responsável pela avaliação dos terrenos. Relativamente ao Lote B, os relatórios de serviços (laudos de avaliação) elaborados pela referida empresa foram apresentados à Chesf entre junho e dezembro de 2013.

Relativamente à liberação fundiária das três linhas de transmissão (LT Ceará Mirim II – Touros; LT Mossoró IV – Mossoró II; e LT Russas II – Banabuiú), é importante ressaltar que a primeira encontra-se em situação mais avançada do que as outras duas.

Esse panorama negativo das LTs Mossoró IV – Mossoró II e Russas II – Banabuiú, juntamente com as limitações de pessoal possuídas pela estatal (força de trabalho reduzida à causa de recente Plano de Demissão Incentivada executado pela companhia) e o curto prazo para negociação e pagamentos dessas glebas, motivou a Chesf a elaborar Termo de Referência para contratar o serviço de liberação fundiária junto a terceiros, repassando a sua execução.

Após realização de pesquisa de mercado, optou-se por formalizar termo aditivo com o consórcio contratado que já executava parte dos serviços fundiários do empreendimento, tendo a empresa Mapasgeo apresentado sua proposta em fevereiro de 2014. Em reunião ocorrida no dia 9/9/2014, com gestores do referido contrato, foi informado que tal decisão foi motivada em virtude da Mapasgeo ter apresentado o menor preço dentre as empresas consultadas. O termo aditivo encontra-se em fase de assinatura (em 12/9/2014 – data de conclusão dos trabalhos na sede da estatal).

Dessa forma, a empresa responsável inicialmente por realizar a avaliação imobiliária das glebas afetadas pelas linhas de transmissão do Lote B foi selecionada para efetuar também os serviços de negociação fundiária referentes às LTs Mossoró IV – Mossoró II e Russas II – Banabui, lidando diretamente com os proprietários das terras por ela avaliadas. Tal situação acarreta na assunção de risco pela Chesf, visto que fere o princípio da segregação de funções e configurará em nítido conflito de interesses na atuação da Mapasgeo após a assinatura do termo aditivo, o que é vedado pela Lei 6.404/76 (art. 115, § 1º) e pela NBR 14.653-1 (Avaliação de Bens – Procedimentos Gerais), em seu item 6, subitens 6.4 e 6.5. Além disso, a lei 8.666/93 (art. 9º, inciso II) exige a intenção do legislador de vedar tal conflito.

Ao negociar diretamente com os proprietários das terras avaliadas por ela, e não possuindo obrigação material de obter a proposta mais vantajosa para a Chesf, a Mapasgeo terá liberdade para, possivelmente, imiscuir interesses próprios nas negociações, podendo acarretar em prejuízos à empresa estatal.

Há de se ressaltar que parte do risco encontra-se mitigado, uma vez que, conforme os Relatórios de Serviços apresentados, a Mapasgeo realizou grande parte das avaliações das glebas (452, de um total de 519) antes de ser consultada acerca do interesse em executar as negociações. Isso reduz a possibilidade da referida empresa majorar o preço de mercado dos terrenos em suas avaliações, o que poderia acarretar em danos ao patrimônio da Chesf e, por conseguinte, ao erário.

Dessa maneira, conclui-se que, buscando executar o serviço de liberação fundiária de maneira mais ágil (visando contribuir para não estender os atrasos já existentes na execução das obras), a Chesf acabou incorrendo em decisão administrativa que feriu o princípio da segregação de funções e gerou situação de conflito de interesses, expondo a companhia a risco que demanda mecanismos de controle acima dos mantidos nos demais segmentos de linhas de transmissão que compõem os Lotes A, B e C.

Portanto, propõe-se dar ciência à Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. – Chesf da necessidade de se respeitar o princípio da segregação de funções, buscando fortalecer os mecanismos de controle e governança de seus contratos, para que os riscos assumidos sejam mitigados e se tornem aceitáveis.

3.2.3. Objetos nos quais o achado foi constatado:

(OI) - Contrato CTN1 90.2012.5630.00, 1/8/2012, Fornecimento de bens e serviços, sob o regime de empreitada integral a preço global, na modalidade EPC Full, para a implantação do Empreendimento referente ao Lote B do Leilão 003/2012-Aneel: Linha de Transmissão Russas II – Banabui, circuito 2, em 230 kV, 110 km; Linha de Transmissão Touros – Ceará Mirim II, circuito simples, em 230 kV, 56,17 km; e Linha de Transmissão Mossoró IV – Mossoró II, circuito simples, em 230 kV, 40 km., Consórcio das Empresas Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos.

3.2.4. Causas da ocorrência do achado:

Decisão administrativa da Chesf, em virtude de suas limitações de pessoal.

Prazo disponível para liberação das glebas necessárias.

3.2.5. Efeitos/Consequências do achado:

Danos ao erário decorrentes de possíveis desvios provocados pela contratada, visto que será responsável por efetuar negociações em terrenos avaliados por ela mesma. (efeito potencial)

3.2.6. Critérios:

Lei 6404/1976, art. 115, § 1º

Lei 8666/1993, art. 9º, inciso II

Norma Técnica - Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR 14.653-1, item 6, subitens 6.4 e 6.5.

Princípio da Segregação de Funções 4/2009, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, cláusula/art. 2º

3.2.7. Evidências:

Evidências relacionadas ao Achado 2.

3.2.8 - Conclusão da equipe:

Observou-se a ocorrência de providências inadequadas adotadas pela administração da Chesf, no âmbito do contrato CTNI 90.2012.5630.00 (firmado entre a companhia e o consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos), para sanar interferências, relativas à liberação fundiária, que estão impactando em atrasos na obra. Trata-se de decisão administrativa que optou por contratar, para executar esses serviços, o mesmo consórcio que efetuou a avaliação de bens das glebas afetadas.

Considera-se temerária a mencionada decisão, visto que, além de afrontar o princípio da segregação de funções, configura nítido conflito de interesses, situação vedada pela Lei 6.404/76 (art. 115, § 1º) e pela NBR 14.653-1 (item 6, subitens 6.4 e 6.5), e atendida pela Lei 8.666/93 (art. 9º, inciso II). Tal configuração deixa a Chesf exposta a um risco adicional, pois permite ao avaliador das glebas negociá-las diretamente com os respectivos proprietários, sem que haja interesse algum daquele em obter os preços mais vantajosos para a companhia, possibilitando ainda, em um cenário desfavorável, o desvio de recursos por parte do contratado.

Dessa forma, propõe-se dar ciência à Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. – Chesf da necessidade de respeito ao princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, buscando fortalecer e ampliar os mecanismos de controle e governança existentes, para mitigar os riscos assumidos e torná-los aceitáveis.

4. Esclarecimentos Adicionais

A. Da escolha do Ministro Relator:

Quanto à relatoria do processo, verificou-se que as obras das subestações e das linhas de transmissão fiscalizadas estão distribuídas em quatro estados da Federação: Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, inviabilizando a aplicabilidade da regra disposta na Resolução-TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, que estabelece no art 18-A: 'Os processos constituídos em razão de fiscalização de obras públicas serão distribuídos ao Relator que detiver em sua lista de unidades jurisdicionadas a unidade da federação em que esteja localizada a obra'.

Além disso, as obras em questão não são objeto de outro processo em andamento no TCU, o que poderia determinar a escolha do Relator, nos termos do item 9.3 do Acórdão 564/2011-TCU-Plenário e do subitem 9.7.2 do Acórdão 442/2010-TCU-Plenário.

Assim, de acordo com o Memorando Circular 12/2014 – Segecex, de 2/4/2014, após parecer prévio da Segecex, por meio da Coordenação- Geral de Controle Externo da área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra), em 29/7/2014, foi submetida proposta de fiscalização à Secretaria das Sessões para fixação da relatoria considerando a Lista de Unidades Jurisdicionadas do Biênio 2013/2014 para os estados abrangidos pelos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

Em 31/7/2014 foi realizado o sorteio por conflito de competências, sendo sorteado o Ministro André de Carvalho como relator do processo.

B. Da análise de preços:

Com relação ao preço total do investimento, não foram observados indícios de sobrepreço. Destaca-se, entretanto, a dificuldade observada pela equipe de fiscalização quando da análise de preços das obras, principalmente em razão da quantidade de frentes de serviços distintas que compõem os contratos em questão (diversidade de localização e de atividades envolvendo a Rede Básica e ICG). No total, as obras compreendem expansão/intervenção em dez subestações (SE) existentes, construção de seis subestações (SE novas) com instalações distintas para Rede Básica e

ICG, e construção de 362 km de linha de transmissão de 230 kV e 79 km de linha de transmissão de 500 kV, distribuídas em quatro estados da região Nordeste (PE, RN, CE e BA).

As dificuldades citadas, somam-se algumas características inerentes a obras do setor elétrico que também dificultam análises comparativas. Primeiramente, discutiu-se o fato de que dentro do escopo de cada lote de um leilão existir a construção de empreendimentos novos, tais como linhas de transmissão e subestações, mas também construção de trechos de linhas de transmissão e ampliações de subestações. Disso, resulta que nem todos os empreendimentos fornecerão conjuntos parecidos de itens e com ganhos de escala similares. Ressaltou-se, também, que alguns equipamentos de significativa materialidade em obras do setor elétrico possuem especificações singulares, não permitindo comparação direta com bancos de preços e outros empreendimentos.

Não obstante tais limitações, realizaram-se algumas análises como, por exemplo, a comparação das condições pré-contratuais com as definitivas e a chamada análise por macroindicadores, que permitiram exames qualitativos.

Dessa forma, analisaram-se os oito contratos referentes ao fornecimento das subestações e das linhas de transmissão previstas nos Lotes A, B e C, os quais, somados, representam 83,48% do total originalmente contratado em 2012. Considerando-se os objetos dos referidos instrumentos contratuais, realizaram-se comparações entre os valores contratados e orçamentos de referência gerados a partir do Banco de Preços da Aneel.

Para elaboração desses orçamentos de referência, foram utilizados os softwares do Banco de Preços da Aneel, quais sejam:

a) Orçamento_SE_20120531_1_23.mdb, utilizado no orçamento das subestações;

b) Orçamento_LT_20120531_1_19.mdb, utilizado no orçamento das linhas de transmissão.

Para compor a data-base dos orçamentos de referência, utilizou-se o mês de abril de 2012 como forma de igualar à data de formalização dos pré-contratos assinados com fundamento no art. 32 da lei 9.074/1995 e ao mês de realização do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel. Para a elaboração dos orçamentos paradigma foram utilizados os dados constantes no edital do referido leilão de concessão.

Considerando que as simulações efetuadas no Banco de Preços da Aneel retornam dados que englobam todas as frentes necessárias para se executar as obras de implantação de linhas de transmissão e subestações, mostrou-se mais adequado comparar os orçamentos gerados com o valor total contratado para cada lote.

Dessa forma, utilizando a metodologia descrita acima foram obtidos os preços de referência.

As principais diferenças constatadas devem-se, principalmente, às propostas feitas pela Chesf quando da realização do leilão, que implicaram em deságios de 7%, 13% e 33% para os Lotes A, B e C, respectivamente.

Deve-se ressaltar, também, que o valor total contratado pela Chesf não considera os custos indiretos da companhia, os quais fazem parte das composições de preços elaboradas para a formação do orçamento paradigma. Além disso, o Banco de Preços da Aneel inclui em seus resultados os valores de aquisição dos terrenos necessários às subestações e as indenizações pagas pelas faixas de servidão relativas às linhas de transmissão, quantias essas de responsabilidade direta da Chesf e não computadas em nenhum dos contratos assinados.

Pelo exposto, não foram identificadas exorbitâncias que pudessem, desde já, resultar em prejuízo para a Administração.

C - Da inexistência de garantias contratuais:

Foi constatada a inexistência de garantias contratuais para os contratos originários dos pré-contratos assinados com fundamento no art. 32 da lei 9.074/1995. Também foram identificados eventos característicos de possível antecipação de pagamentos.

A constatação teve como base a decisão administrativa da Chesf que considera que os custos oriundos da exigência de garantias contratuais são superiores aos benefícios gerados (CI-DCC-013/2014-Chesf). Em reunião com técnicos da empresa, foi informado que a referida decisão estava em vigor no ano de 2012 (realização dos contratos) e que, seguindo orientação do TCU em outro processo de fiscalização, a empresa já vem incluindo cláusulas de obrigação de prestação de garantias em seus novos contratos.

Não obstante a Chesf já vir adotando tal postura em seus atuais contratos, é preciso alertá-la para que a situação em tela não prospere, visto que as orientações internas da estatal devem respeitar os ditames legais. Além disso, a empresa deve procurar resguardar seus contratos, orientando-os conforme a legislação preconiza, exigindo, em condições excepcionais nas quais seja necessário o adiantamento de pagamentos, cláusulas contratuais prevendo garantias suficientes para suportar eventuais descumprimentos que porventura possam ocorrer por parte das empresas contratadas, em consonância com a jurisprudência dessa Corte de Contas.

O recente Acórdão 1.231/2014-TCU-Plenário, de 14/5/2014, que apreciou fiscalização (Fiscobras 2012- TC 007.010/2014-1) nas obras da usina eólica de Casa Nova I, dirigiu à Chesf recomendação no sentido de a estatal observar a necessidade das indispensáveis cautelas ou garantias no caso de pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública.

Também, examinando os autos do TC 001.818/2013-9, peça 14, que trata do acompanhamento dos pré-contratos e contratos realizado por estatais no ano de 2013, decorrentes de dispensa de licitação (conforme IN-TCU 70/2012), verifica-se que a Chesf realizou contratações recentes (para execução das obras das Eólicas de Casa Nova II e Casa Nova III) prevendo adiantamento de pagamentos para execução de equipamentos, contudo amparadas por cláusula de exigências de garantias específicas para tanto, de acordo com a jurisprudência desta Corte.

Assim, diante das medidas já adotadas pela Chesf, da recomendação contida no Acórdão 1.231/2014-TCU-Plenário, da situação atual dos contratos e do presente acompanhamento das equipes de fiscalização da Chesf na execução das obras, entendeu-se desnecessário enquadrar a inexistência de garantias contratuais nos contratos de execução de obras relativas aos Lotes A, B e C decorrentes do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel como um Achado de Auditoria, razão pela qual registra-se a constatação nesse tópico do relatório.

5. Conclusão

A presente auditoria teve por objetivo fiscalizar a implantação da Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste levado a cabo pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. na qualidade de concessionária dos serviços de transmissão de energia elétrica mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão 003/2012- Aneel, que compreende o Lote A (Contrato de Concessão 17/2012-Aneel), o Lote B (Contrato de Concessão 18/2012-Aneel) e o Lote C (Contrato de Concessão 19/2012-Aneel).

Não foram detectados indícios de irregularidades graves que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 91 da Lei 12.465/2011 (LDO/2012, vigente à época do pré-contratação).

O cerne desta fiscalização foi avaliar os atrasos relativos aos empreendimentos que compõem os Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel, sob responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. – Chesf, uma vez que já foi superada a data estipulada inicialmente nos respectivos Contratos de Concessão para entrada em operação (22/1/2014). Múltiplas causas contribuíram para que a situação atual se concretizasse, não havendo uma única fonte ou conduta responsável pelo ocorrido. Dentre os principais fatores, destacam-se: questões sobre regularização fundiária, emissão de Declaração de Utilidade Pública, obtenção do Licenciamento Ambiental e obtenção de Licenciamento do Iphan.

A situação observada nessa fiscalização representa um caso típico do que vem sendo apontado pelos agentes do setor e já constatado pelo TCU em outras oportunidades: os prazos

definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica não vêm sendo cumpridos, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico.

Visando a uma abordagem mais detalhada acerca dos principais fatores relacionados aos atrasos ocorridos, optou-se por dividir o achado 1 – Existência de atrasos que podem comprometer o prazo de entrega do empreendimento – nos seguintes subtópicos: A) das questões fundiárias; B) da obtenção das licenças ambientais; C) das questões arqueológicas; D) da definição dos prazos contemplados no Leilão; e E) das consequências dos atrasos.

Nessa toada, inicialmente com relação à análise dos trâmites ligados às questões fundiárias (achado 1-A), mostra-se cabível auscultar eventual oportunidade de tornar os processos mais ágeis e menos burocráticos. Salienta-se que foi possível observar a atuação tempestiva da Chesf junto à Aneel para viabilizar a emissão das Declarações de Utilidade Pública pertinentes (as quais auxiliam nas negociações dos terrenos). Contudo, observou-se que a agência reguladora superou, em muito, suas previsões para emissão dessas declarações.

Assim, considerando que nas cinco solicitações da Chesf relativas aos Lotes B e C foram ultrapassados os prazos previstos nos respectivos Contratos de Concessão e observando a Resolução Normativa Aneel 560/2013 (principalmente o disposto em seu art. 8º), é necessário avaliar em que medida tais atrasos configuram-se como possíveis causas da morosidade na implantação dos empreendimentos. Entende-se pertinente, portanto, determinar a oitiva da Aneel para que, em 15 dias, se manifeste acerca dos prazos e procedimentos, bem como da eventual insuficiência dos documentos protocolados pela Chesf, adotados quanto à emissão das Declarações de Utilidade Pública – DUPs – para as obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel.

Outro ponto sensível na análise dos atrasos ocorridos nesses empreendimentos diz respeito ao licenciamento ambiental (achado 1-B). Diferentemente dos leilões de geração, os de transmissão não são realizados com a Licença Prévia já emitida. É responsabilidade do concessionário verificar, inclusive, a viabilidade socioambiental do empreendimento. Para que isso seja possível, é necessário que o empreendedor efetue estudos prévios das localidades, carecendo, portanto, de acesso aos terrenos que serão afetados. Tal particularidade representa sério gargalo para o início dos estudos.

Dessa maneira, propõe-se determinar a oitiva da Aneel para que se manifeste quanto à pertinência de fornecer, nos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e ASV para abertura de picadas para serviços de topografia.

Foi possível constatar, também, que, no caso concreto dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel, o licenciamento ambiental, de forma generalizada, contribuiu para que os prazos previstos no leilão não fossem cumpridos, não obstante a tempestividade da atuação da estatal, frente à heterogeneidade dos procedimentos existentes em cada estado.

Diante dessa situação, a qual aponta para a necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental, propõe-se determinar à SecobEnergia que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves no licenciamento das obras de energia elétrica. Tal proposta visa à uniformização da atuação dos órgãos municipais e estaduais com a esfera federal, bem como atenta à necessidade de se fomentar novas regras – que dinamizem o processo de elaboração de estudos e projetos dos sistemas de transmissão – e considera, ainda, a suficiência dos Estudos de Planejamento (R1, R2, R3 e R4) elaborados pelo Poder Concedente.

Oportuno, igualmente, determinar a anexação de cópia do presente relatório ao TC 023.736/2014-3 (gestão de obras de Geração e Transmissão da Chesf), para que, diante de uma possível insuficiência dos documentos, a SecobEnergia avalie em que medida os Termos de Referência elaborados pela Chesf podem colaborar para uma maior qualidade dos estudos socioambientais

produzidos pelas empresas contratadas pela estatal para condução dos licenciamentos ambientais de suas obras.

Ainda, frente ao recomendado pelo Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário em seu subitem 9.2.1, prudente encaminhar cópia do presente relatório ao MME, ao MMA e ao MinC para que tomem conhecimento dos fatos verificados no caso concreto dos Lotes A, B e C do Leilão 003/2012-Aneel.

Em acréscimo aos procedimentos ambientais propriamente ditos, observou-se que a questão arqueológica teve forte impacto na execução das obras analisadas (achado 1-C). Essa vertente é revestida de imprevisibilidade, visto que os estudos de planejamento elaborados pelo Poder Concedente para realização do leilão apresentam somente uma lista dos sítios arqueológicos cadastrados no Iphan naqueles municípios afetados pelas obras. Dessa forma, somente após verificações in loco nos terrenos é que o empreendedor tem a real noção da ocorrência, ou não, de achados arqueológicos nas localidades. Foi possível observar que as tratativas relacionadas ao tema encontram-se em estágio avançado nos três lotes, com a Chesf envidando os esforços necessários para solucionar os casos.

Sem prejuízo dos demais encaminhamentos propostos na análise da obtenção das licenças ambientais, considerando a abordagem dada a essa questão pelos Relatórios de Planejamento elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e frente ao impacto causado no caso concreto, mostra-se indicado encaminhar cópia do presente relatório à EPE para que tome conhecimento dos fatos.

Pertinente, outrossim, propor à SecobEnergia que considere incluir, em seus futuros trabalhos, aspectos atinentes às questões arqueológicas, mormente com foco em eventuais alternativas para modificar o quadro atual de entraves do licenciamento das obras de energia elétrica.

Em outra ponta dos achados de auditoria, tratou-se dos prazos estabelecidos pela Aneel para entrega dos empreendimentos (achado 1-D). Constatou-se que a própria Chesf vislumbrou a inviabilidade das datas estabelecidas pela agência reguladora, considerando em seus estudos de viabilidade prazos superiores aos definidos nos contratos de concessão. Em razão de tais prazos encontrarem-se – em muito – ultrapassados, denota-se que a previsão inicial foi insuficiente e pode não ter sido definida com base em estudos técnicos suficientemente motivados.

Levando em conta a existência do recente Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, de 3/9/2014, que em seu item 9.1.3.1 determina à Aneel a elaboração de estudos sobre o tema, deixa-se de formular proposta de encaminhamento para o caso concreto, mostrando-se, todavia, oportuno determinar que seja anexada cópia do presente relatório ao TC 029.387/2013-2 (de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados pela Aneel em cumprimento às determinações do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário) e ao TC 023.736/2014-3, visando agregar informações que poderão ser utilizadas em outra ação de controle com a finalidade de analisar a gestão de obras públicas do setor elétrico por parte das empresas estatais.

Em linha já conclusiva, a maior consequência dos atrasos constatados nas obras do Leilão 003/2012-Aneel, diz respeito à viabilidade financeira de cada investimento (achado 1-E). A rentabilidade de todos os contratos analisados encontra-se abaixo da prevista inicialmente, constituindo-se o Lote B no caso mais gravoso para a companhia. Este ainda não se configura em fonte de prejuízos para a companhia, entretanto apresenta margem de ganhos substancialmente inferior à preconizada pelo grupo Eletrobras em seus empreendimentos. O Lote C, inclusive, exibe Taxa Interna de Retorno – TIR bem próxima ao piso estabelecido pelo conglomerado; enquanto o Lote A possui rentabilidade confortavelmente acima desse valor limite.

Portanto, tendo em vista que a redução da rentabilidade esperada para o empreendimento pode ocasionar impactos negativos no desempenho da Chesf, propõe-se encaminhar cópia do presente relatório para a unidade técnica detentora das contas da estatal, qual seja, a Secretaria de Controle Externo do estado de Pernambuco – Secex/PE, para conhecimento dos fatos ora narrados e de forma a considerá-los, caso entenda oportuno e conveniente, no exame das contas da Chesf.

Ademais, em se tratando de algo sistêmico, os atrasos nos empreendimentos de transmissão podem ensejar com que os participantes dos leilões de transmissão acabem por contingenciar tais ocorrências em suas propostas, levando a uma possível redução nos deságios da Receita Anual Prevista (RAP) apresentadas e, por conseguinte, onerando o consumidor final da energia elétrica, frente à relação direta existente entre o valor da RAP e o custo da energia elétrica para o usuário desse serviço.

Observou-se, em epílogo, a ocorrência de providências inadequadas adotadas pela administração da Chesf (achado 2), no âmbito do contrato CTNI 90.2012.5630.00 (firmado entre a companhia e o consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos), para sanar interferências, relativas à liberação fundiária, que estão impactando em atrasos na obra. Trata-se de decisão administrativa que optou por contratar, para executar esses serviços, o mesmo consórcio que efetuou a avaliação de bens das glebas afetadas.

A decisão, além de afrontar o princípio da segregação de funções, configura nítido conflito de interesses, situação vedada pela Lei 6.404/76 (art. 115, § 1º) e pela NBR 14.653-1 (item 6, subitens 6.4 e 6.5), e abusiva pela Lei 8.666/93 (art. 9º, inciso II). Tal configuração expõe a Chesf a um risco adicional, pois permite ao avaliador das glebas negociá-las diretamente com os respectivos proprietários, sem que haja interesse algum daquele em obter os preços mais vantajosos para a companhia, possibilitando ainda, em um cenário desfavorável, o desvio de recursos por parte do contratado.

Diante disso, propõe-se dar ciência à Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. Chesf acerca da necessidade de respeito ao princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, buscando fortalecer e ampliar os mecanismos de controle e governança existentes e de modo a mitigar os riscos assumidos.

6. Proposta de Encaminhamento

Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, para posterior envio ao Exmo. Sr. Ministro-Relator André Luís de Carvalho, propondo:

6.1 determinar a oitiva da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, nos termos do art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, para que, em 15 (quinze) dias, a contar da ciência da comunicação, se manifeste acerca:

6.1.1 da extrapolação dos prazos e procedimentos adotados, para fins de emissão das Declarações de Utilidade Pública – DUPs, relativos aos requerimentos da Chesf em virtude das obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, tendo em vista os atrasos na emissão das DUPs desses empreendimentos, considerando os prazos estabelecidos nos respectivos Contratos de Concessão;

6.1.2 da pertinência de fornecer, nos próximos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como DUP para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares e ASV para abertura de picadas para serviços de topografia;

6.2 encaminhar cópia da decisão que vier a ser prolatada, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, à EPE, ao MMA, ao MME e ao MinC, para que tomem conhecimento dos principais motivos dos atrasos verificados nas obras de transmissão de energia elétrica dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel, de responsabilidade da Chesf, alertando que os apontamentos grifados nesta fiscalização representam recorrências observadas pelo TCU e por agentes do setor em outras contratações, quais sejam:

6.2.1 os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel de responsabilidade da Chesf não vêm sendo cumpridos, em consequência, principalmente, de questões fundiárias, de licenciamento socioambiental e arqueológico, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico;

6.2.2 a rentabilidade de todos os empreendimentos dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel encontra-se abaixo da prevista inicialmente, possuindo o Lote B retorno financeiro abaixo do preconizado pelo grupo Eletrobras, em decorrência desses atrasos;

6.2.3 as informações apresentadas pelos Relatórios R3 – Caracterização e Análise Socioambiental integrantes do Edital do Leilão de Transmissão 003/2012-Aneel se mostraram insuficientes para caracterizar, mesmo que preliminarmente, a viabilidade socioambiental dos empreendimentos a serem implantados pela Chesf;

6.2.4 o licenciamento socioambiental provocou atrasos na execução dos trabalhos, uma vez que o *modus operandi* de cada órgão ambiental estadual é distinto e não há racionamento geral que torne esses procedimentos mais previsíveis; e

6.2.5 os procedimentos ligados à arqueologia também se constituíram em fontes de atrasos, visto que não há conhecimento prévio, por parte do empreendedor, quanto à existência, ou não, de sítios arqueológicos nas áreas afetadas diretamente pelas obras e os procedimentos para a liberação junto ao Iphan são complexos e imprevisíveis.

6.3 dar ciência à Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. (Chesf), com fulcro na Portaria-Segocex 13/2011, da irregularidade constatada na decisão administrativa que optou por contratar, para executar os serviços de liberação fundiária, o mesmo consórcio que efetuou a avaliação de bens das glebas afetadas, o que atenta contra o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos;

6.4 determinar à SecobEnergia que avalie a conveniência e a oportunidade de realizar ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves para o licenciamento das obras de energia elétrica, em virtude da necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental e considerando a suficiência dos Estudos de Planejamento (R3) elaborados pelo Poder Concedente, bem como as questões arqueológicas envolvidas;

6.5 juntar cópia do presente relatório aos autos dos seguintes processos:

6.5.1 TC 029.387/2013-2, de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados pela Aneel em atendimento às determinações do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário;

6.5.2 TC 023.736/2014-3, a fim de agregar informações que poderão ser utilizadas nessa ação de controle e buscando permitir à SecobEnergia que verifique em que medida os Termos de Referência elaborados pela Chesf podem contribuir para uma maior qualidade dos estudos socioambientais produzidos pelas contratadas para viabilização dos licenciamentos ambientais pertinentes.

6.6 encaminhar cópia da decisão que vier a ser prolatada, acompanhada do respectivo relatório e voto que a fundamentarem, à Secex/PE, para que tome conhecimento dos fatos ora narrados, de forma a considerá-los no exame das contas da Chesf, caso entenda oportuno e conveniente”.

3. Enfim, os dirigentes da SecobEnergia anuíram à aludida proposta (Peça nºs 32 e 33).

É o Relatório.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Trata-se de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Chesf), empresa do Grupo Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), no período de 14 a 15/8/2014 e de 8/9 a 3/10/2014, cujo objetivo consistiu em fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel.

2. Conforme consta dos autos, o referido leilão destinou-se a selecionar as propostas para a contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica, mediante outorga de concessão, incluindo a construção, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional.

3. Verifica-se que, para cada um dos lotes arrematados (Lotes A, B e C), a Chesf firmou seis contratos com empresas especializadas nos seguintes objetos: licenciamento ambiental, fornecimento de cabos condutores, fornecimento de estrutura metálica, engenharia do proprietário, execução de obras de linhas de transmissão e execução de obras de subestações (fornecimento, montagem e comissionamento).

4. Vale destacar que as obras foram contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo sido fiscalizados o montante de R\$ 346.306.502,00.

5. No tocante aos empreendimentos, vê-se que os Lotes B e C têm por finalidade atender à ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, de modo a promover o escoamento da energia gerada pelos parques eólicos vencedores do Leilão A-3 e LER 2011 nos estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Bahia, enquanto o Lote A visa a reforçar o suprimento às áreas norte e sul da região metropolitana de Recife, em face do esgotamento da transformação nesses pontos.

6. Desse modo, as aludidas obras preveem a expansão e/ou a intervenção em dez subestações existentes, a construção de seis subestações e a construção de 362 km de linha de transmissão de 230 kV e de 79 km de linha de transmissão de 500 kV, distribuídas nos Estados de PE, RN, CE e BA.

7. Cabe salientar, também, as constatações advindas de auditoria operacional realizada pela SefidEnergia (TC 029.387/2013-2), por meio da qual se verificou que os prazos fixados nos leilões da Aneel não vinham sendo cumpridos, destacando-se, naqueles autos, atrasos significativos em relação ao cronograma inicialmente estabelecido (83% das linhas de transmissão e 63% das subestações).

8. Assim sendo, tais atrasos, e seus possíveis impactos, somados à materialidade dos recursos envolvidos e à importância socioeconômica dos empreendimentos para as regiões beneficiadas (garantia de abastecimento na região metropolitana de Recife e escoamento de parques eólicos do CE, RN e BA) constituíram as razões que motivaram a presente fiscalização.

9. Nessa linha, os principais achados desta auditoria foram:

- a) existência de atrasos que podem comprometer o prazo de entrega dos empreendimentos;
- b) inadequação de providências adotadas pela administração pública para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra

10. Verificou-se que os contratos de concessão foram firmados em junho de 2012, com previsão de início das obras em dez meses, ou seja, em abril de 2013, e previsão de entrada em operação em janeiro de 2014, o que, no entanto, não se concretizou, vez que ainda pendente o início dos serviços.

11. Desse modo, a situação observada nesta fiscalização representa um caso típico do que vem sendo apontado pelos agentes do setor e já constatado pelo TCU em outras oportunidades: os prazos definidos para a execução das obras de transmissão de energia elétrica não vêm sendo cumpridos, trazendo prejuízos financeiros e comprometendo o planejamento estratégico do setor elétrico.

12. Como se vê, múltiplos fatores contribuíram para que a situação atual se concretizasse, destacando-se questões sobre regularização fundiária (emissão de declaração de utilidade pública), obtenção de licenças ambientais e de licenciamento junto ao Iphan, não tendo sido, porém,

identificados indícios de irregularidades graves que se enquadrem no disposto no inciso IV, do § 1º, do art. 91 da Lei nº 12.465/2011 (LDO/2012, vigente à época da pré-contratação).

13. No tocante às questões fundiárias, salientou-se que foi possível observar a atuação tempestiva da Chesf junto à Aneel para viabilizar a emissão das declarações de utilidade pública pertinentes.

14. No entanto, considerando que, nas cinco solicitações da Chesf relativas aos Lotes B e C, foram ultrapassados os prazos previstos nos respectivos contratos de concessão e no art. 8º da Resolução Normativa Aneel nº 560/2013, considero pertinente que seja promovida a audiência do Diretor-Geral da Aneel para que se manifeste sobre os prazos e procedimentos adotados quanto à emissão das declarações de utilidade pública para as obras dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012, bem como sobre a eventual insuficiência dos documentos protocolados pela Chesf.

15. No que concerne ao licenciamento ambiental, ficou evidenciado que, diferentemente dos leilões de geração, os de transmissão não são realizados com a licença prévia já emitida, sendo de responsabilidade do concessionário verificar, inclusive, a viabilidade socioambiental do empreendimento.

16. Ocorre que, para que isso seja possível, é necessário que o empreendedor efetue estudos prévios das localidades, o que levou a equipe de auditoria a propor que a Aneel se manifeste sobre a possibilidade de fornecer, nos leilões de transmissão, mecanismos que possibilitem aos licitantes realizar estudos preliminares nos terrenos abrangidos pelo corredor de traçado proposto, tais como declarações de utilidade pública (DUP), para fins de levantamento topográfico e estudos preliminares, e autorizações de supressão vegetal (ASV) para a abertura de picadas para serviço de topografia.

17. A esse respeito, destaca-se ainda que, no caso dos Lotes A, B e C do Leilão nº 3/2012, os óbices encontrados para a obtenção de licenciamento ambiental contribuíram para que os prazos previstos no leilão não fossem cumpridos, a despeito da tempestividade da atuação da Chesf frente à diversidade dos procedimentos existentes em cada estado.

18. Diante dessa situação, a qual aponta para a necessidade de elaboração de regras gerais relativas aos trâmites necessários ao licenciamento socioambiental, propõe-se determinar à SecobEnergia que realize ação de controle no sentido de buscar alternativas para modificar o quadro atual de entraves para o licenciamento das obras de energia elétrica.

19. Ademais disso, observou-se que a questão arqueológica teve forte impacto na execução das obras analisadas, vez que somente após verificações *in loco* é que o empreendedor tem a real noção da ocorrência, ou não, de achados arqueológicos na localidade, destacando-se que as tratativas, relacionadas com o tema, no entanto, encontram-se em estágio avançado nos três lotes, tendo a Chesf emvidado esforços para solucionar as referidas deficiências e falhas.

20. Oportuno, porém, determinar à SecobEnergia que considere incluir, em seus futuros trabalhos, aspectos atinentes às questões arqueológicas, notadamente com foco em eventuais alternativas para modificar o quadro atual de entraves do licenciamento das obras de energia elétrica.

21. Já no que concerne aos prazos estipulados pela Aneel para a entrega dos empreendimentos, verifica-se que a Chesf alegou a inviabilidade das datas fixadas pela agência reguladora, mas aí, considerando que o Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário, em seu item 9.1.3.1, já determinou à Aneel a elaboração de estudos sobre o tema, deixa-se de formular proposta de encaminhamento nesse sentido.

22. De todo modo, convém destacar que a maior consequência dos atrasos constatados nas obras do Leilão nº 003/2012-Aneel diz respeito à viabilidade financeira de cada investimento, de tal modo que, como a redução da rentabilidade esperada para o empreendimento pode ocasionar impactos negativos no desempenho da Chesf, propõe-se enviar cópia deste Acórdão à Secex/PE, para conhecimento dos fatos ora narrados e de forma a considerá-los no exame das contas da Chesf.

23. Observou-se, ainda, a ocorrência de providências inadequadas adotadas pela administração da Chesf, no âmbito do Contrato CTNI 90.2012.5630.00, firmado entre essa companhia e o consórcio Sadesul, Procable, Mapasgeo e Multiempreendimentos para sanar impedimentos relativos à liberação

fundiária, vez que se tratou de decisão administrativa que optou por contratar, para a execução desses serviços, o mesmo consórcio que havia efetuado a avaliação de bens das glebas afetadas.

24. Nesse caso, além da afronta ao princípio da segregação de funções, a SecobEnergia destacou a existência de conflito de interesses, conforme estatuído no art. 115, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na NBR 14.653-1 (item 6, subitens 6.4 e 6.5), e no art. 9º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

25. Tal fato exporia a Chesf a um risco adicional, vez que permitiria ao avaliador das glebas negociá-las diretamente com os respectivos proprietários, sem que houvesse interesse em obter os preços mais vantajosos para a companhia, possibilitando ainda, em um cenário desfavorável, o desvio de recursos por parte do contratado.

26. Diante disso, propõe-se determinar à Chesf que observe o princípio da segregação de funções em sua gestão de contratos, buscando fortalecer e ampliar os mecanismos de controle e governança existentes, de modo a mitigar os riscos assumidos.

27. Registre-se, ainda, que deve ser encaminhada cópia deste Acórdão à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Ministério das Minas e Energia (MME) e ao Ministério da Cultura (MinC), a fim de que tomem conhecimento dos principais motivos dos atrasos verificados nas obras de transmissão de energia elétrica dos Lotes A, B e C do Leilão de Transmissão nº 3/2012-Aneel.

28. Oportuno, enfim, determinar a juntada de cópia deste relatório de auditoria aos autos do TC 023.736/2014-3 (gestão de obras de Geração e Transmissão da Chesf), para que, diante de uma possível insuficiência dos documentos, a SecobEnergia avalie em que medida os termos de referência elaborados pela Chesf podem colaborar para uma maior qualidade dos estudos socioambientais produzidos pelas empresas contratadas pela estatal para a condução dos licenciamentos ambientais de suas obras.

29. De mais a mais, torna-se necessário juntar cópia deste relatório de auditoria ao TC 029.387/2013-2, de forma a subsidiar a análise dos estudos a serem apresentados pela Aneel em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 2.316/2014-TCU-Plenário.

Pelo exposto, pugno por que seja prolatado o Acórdão que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 3 de dezembro de 2014.

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO
Relator

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

SUBSTITUTIVO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 3, AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 368, DE 2009
(Nº 4.699/2012, naquela Casa)**

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de Historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O exercício da profissão de Historiador, em todo o território nacional, é assegurado aos:

- I - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;
- II - portadores de diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;
- III - portadores de diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de

ensino ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

IV - portadores de diploma de mestrado ou doutorado obtido em programa de pós-graduação reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que tenha linha de pesquisa dedicada à História;

V - profissionais diplomados em outras áreas que tenham exercido, comprovadamente, há mais de 5 (cinco) anos, a profissão de Historiador, a contar da data da promulgação desta Lei.

Art. 4º São atribuições dos historiadores:

I - magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, desde que seja cumprida a exigência da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB quanto à obrigatoriedade da licenciatura;

II - organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de História;

III - planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV - assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V - assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação;

VI - elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, é obrigatória a comprovação de registro profissional nos termos do art. 7º desta Lei.

Art. 6º As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados.

Art. 7º O exercício da profissão de Historiador requer prévio registro perante a autoridade trabalhista competente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a profissão de historiador, estabelece os requisitos para o exercício da atividade profissional e determina o registro em órgão competente.

Art. 2º É livre o exercício da atividade profissional de historiador, desde que atendidas as qualificações e exigências estabelecidas nesta Lei.

Art. 3º O exercício da profissão de historiador, em todo o território nacional, é privativo dos portadores de:

I – diploma de curso superior em História, expedido por instituição regular de ensino;

II – diploma de curso superior em História, expedido por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação;

III – diploma de mestrado ou doutorado em História, expedido por instituição regular de ensino superior, ou por instituição estrangeira e revalidado no Brasil, de acordo com a legislação.

Art. 4º São atribuições dos historiadores:

I – magistério da disciplina de História nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior;

II – organização de informações para publicações, exposições e eventos sobre temas de

História;

III – planejamento, organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica;

IV – assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica;

V – assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;

VI – elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos.

Art. 5º Para o provimento e exercício de cargos, funções ou empregos de historiador, é obrigatória a apresentação de diploma nos termos do art. 3º desta Lei.

Art. 6º As entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados.

Art. 7º O exercício da profissão de historiador requer prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do local onde o profissional irá atuar.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 9 de novembro de 2012.

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

(À Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) –Daqui a pouco, após um primeiro ou segundo orador inscrito, nós vamos apresentar a todos os colegas, já que é uma sessão deliberativa, as matérias que pretendemos apreciar ao longo desta sessão. Então, informo aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que se encontram nas dependências Casa que se dirijam ao plenário; estamos iniciando a sessão deliberativa.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Telmário Mota, que é o primeiro orador inscrito; o segundo orador inscrito, o Senador Fernando Bezerra.

Antes, pedindo licença ao Senador Telmário – estou me inscrevendo para uma comunicação inadiável –, queria agradecer a solidariedade de todos e informar a todos do Brasil, através da Rádio e TV Senado, que, depois desta semana com a situação da cheia do Rio Acre se agravando a cada minuto, a cada hora... O Rio Acre alcançou, até as 9 horas da noite de ontem, 18,4m. Isso é um nível de água inimaginável; 40% da capital do Acre estava sem energia elétrica, tomada pelas águas. O abastecimento de água da cidade estava comprometido, porque a estação de tratamento não aguentaria mais uma subida de 8cm do rio. Então, chegamos muito perto de um colapso total na cidade de Rio Branco.

O sistema de transporte coletivo não funciona; a maior parte da rede básica de saúde não funciona; escolas também não funcionam; ponto facultativo no Estado e no Município, na capital; um contingente de 25 abrigos e um maior número de pessoas na casa de parentes.

E, aí, das 11 horas da noite de ontem até a manhã de hoje, primeiro o rio passou 8 horas sem elevar o seu nível e começou a baixar. Já foram 7cm de diminuição do nível do Rio Acre. Essa é a melhor notícia que o Acre podia receber, que as famílias atingidas podiam receber.

Eu, hoje, devo estar indo com a Presidenta ou a Casa Civil... A Presidenta provavelmente deve fazer uma visita ao Acre ou mesmo receber o Governador e o Prefeito da capital.

A situação segue de calamidade pública – nunca tivemos nada parecido em 132 anos de Rio Branco –, mas, graças a Deus, tivemos a notícia dos 7cm de diminuição. E, agora, deve haver uma baixa bem mais acelerada, independente até de uma chuva que hoje está prevista para Rio Branco.

Então, peço desculpa ao Senador que está na tribuna, Senador Telmário, nosso vizinho, mas um vizinho distante. O pessoal fala: “O vizinho de vocês, de Roraima.” São 3 mil quilômetros de distância. O pessoal acha que na outra calha do rio... Lá, por exemplo, na sua área, está tudo seco, o risco é de seca. E o pessoal aqui do Sul fala: “É tudo vizinho”, aí trocam Roraima por Amapá e Acre por Rondônia, e acham que é a mesma coisa. São 3,5 mil quilômetros de distância do meu Estado até o dele. É um Brasil que nós temos.

Senador Telmário, V. Exª tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria primeiro dizer que estou feliz por esse quadro estar melhorando lá no Acre, porque realmente aquelas famílias estão muito aflitas, estão sendo penalizadas, e a gente fica realmente solidário com o povo do Acre, especialmente aqui com os Senadores que, diariamente, estão buscando recursos, mecanismos, para realmente levarem um mínimo de conforto à população do Acre.

Mas viu, Senador Fernando, como é este continente que é o Brasil: a turma troca muito é Roraima por Rondônia. Eu queria que essa troca tivesse acontecido no início, porque eu sempre costumo dizer que para Rondônia, Amapá e Tocantins foram bons administradores, para Roraima mandaram um bando de corruptos, destruíram meu Estado.

É por isso que eu estou aqui hoje. Veja você: Roraima, antes de ser Estado, Senador Fernando, nós éramos o maior exportador de carne bovina do Norte do País. Fornecia para Rondônia, para o Amazonas, até para o Pará.

Depois que passou a Estado, Roraima regrediu. Hoje talvez nós tenhamos o menor rebanho de gado bovino do Norte. Mais grave do que isso: um Estado que teve na sua economia a pecuária como o carro-chefe, hoje está com médio risco de aftosa.

Olha o risco que nós corremos hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras: se Manaus, que hoje tem médio risco de aftosa, sair de médio risco – e terá que sair –, Roraima não poderá exportar 1kg de carne para lugar nenhum, porque Roraima só tem uma saída – ou pelo Amazonas ou pela Venezuela – e ninguém vai querer importar carne de um Estado que oferece risco de aftosa.

Por isso, o meu apelo ao Governo Federal, o meu apelo à Ministra Kátia Abreu, que assume com a pujança de fazer uma boa administração – e eu acredito nela.

Ontem nós recebemos aqui, no nosso gabinete, o Presidente da Aderr, que é uma agência de proteção animal que cuida exatamente dessas endemias, como a aftosa, e de outras doenças, como a mosca da carambola, que também temos lá e vem da Guiana Inglesa, nosso país vizinho, onde não há um bom saneamento básico.

Voltando à questão da febre aftosa, uma luz começa a surgir. Ontem eu recebi o Braz e o Vicente, dois representantes da Aderr, que vieram pedir, claro, ajuda para aparelhar a agência de fomento, porque precisa de carro, precisa de treinamento, precisa dar suporte, precisa de recursos para livrar Roraima da febre aftosa. E vai ser implantada, no dia 16, a pedido do Ministério da Agricultura – é uma das exigências – a GTA eletrônica, para que todos os animais que circularem dentro do Estado tenham essa GTA eletrônica, a fim de dar qualidade e proporcionar maior controle do trânsito de animais e, ao mesmo tempo, da doença aftosa.

Quero também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, dar outro recadinho. Eu vi aqui o Senador Jorge Viana e os demais Senadores do Acre num estado de aflição com relação à enchente. Roraima, por incrível que pareça, também um Estado do Norte, ali próximo, mas um próximo com mais de 3 mil quilômetros de distância, está passando por um momento de seca. Alguns Municípios já estão em estado de emergência exatamente por falta de água. O gado está morrendo, os tanques de peixe estão secando e está faltando água nas vilas, nas sedes. Então, o Governo do Estado decretou emergência em quatro Municípios.

E nós iniciamos dia 24. Já em 2 de março, quando foi decretado o estado de emergência, encaminhamos ao Ministro Gilberto essas necessidades, por meio de um relatório da Defesa Civil, pedindo o reconhecimento desse estado de emergência e o imediato socorro ao Estado de Roraima.

E, hoje, vejo estampado no maior jornal de circulação, *Folha de Boa Vista*, ainda, a ansiedade do Governo do meu Estado, aguardando o reconhecimento deste estado de emergência nos Municípios do Estado de Roraima pelo Ministério, pelo Ministro Gilberto, que, até agora, não aconteceu.

Portanto, estamos reiterando, fazendo um apelo à Presidenta Dilma, ao Ministro Gilberto, para que socorram o Acre, mas não abandonem Roraima. O Governo do Estado precisa desse apoio, desse suporte e de recursos, para socorrer esses Municípios que se encontram em estado de emergência.

E, por fim, Sr. Presidente, ontem, ouvi, aqui, um apelo do Senador Amorim com relação ao Estado de Sergipe pelo volume de criminalidade que ali hoje está se apresentando. Roraima está sendo tema de reportagem nacional. Estão fazendo programas, o SBT fez um programa mostrando como o crime organizado chegou ao Estado de Roraima e as barbáries que estão ali sendo praticadas.

De forma que, ontem, recebemos do Estado de Roraima um ofício apontando a necessidade do aparelhamento dos presídios, reconstruções de alas, enfim. Já havíamos acionado o Ministro da Justiça e, ontem, voltamos a encaminhar àquele Ministério, na pessoa do Sr. Renato Campos Pinto Vitor, a nova planilha pedindo a imediata providência do Ministro Eduardo, no sentido de socorrer, o mais rápido possível, o Estado de Roraima.

Portanto, hoje eu venho a esta tribuna, mais uma vez, fazer um apelo ao Ministro da Integração e ao Ministro da Justiça no sentido de que atendam o Estado de Roraima. É impossível o Estado viver nessa situação precária, de risco, de instabilidade, tanto pelo aspecto das secas, meu Presidente Renan, quanto pelo aspecto da criminalidade.

Assim, fica aqui, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o meu apelo aos ministros para que Roraima imediatamente seja socorrido nas suas necessidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras!

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos ao Senador Telmário. Concedo a palavra à Senadora Sandra Braga, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, o Senador Requião.

Quero, antes de conceder a palavra à Senadora Sandra Braga, comunicar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que hoje é aniversário do Senador Roberto Requião, um dos maiores próceres desta Casa, ex-Governador do Paraná. (*Palmas.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Estou recebendo o presente dos Senadores e da Presidência na 309, ali, no apartamento funcional do Governo. (*Risos.*)

Eu havia solicitado a palavra,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a falará logo após a Senadora Sandra Braga.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – ... em seguida à intervenção da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, S. Ex^a a Senadora Sandra Braga.

A SR^a SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Bom dia!

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com pesar que venho comunicar a esta Casa o falecimento, no domingo passado, em Manaus, do ex-Senador João Braga, figura lendária na política e no empresariado do Estado do Amazonas.

João dos Santos Braga Júnior, ou Braga Júnior, seu nome parlamentar no Senado, faleceu em Manaus às vésperas de completar 96 anos, o que ocorreria em 13 de abril próximo.

Desde cedo se dedicou aos negócios, comandando diversas empresas, especialmente na área do comércio, contribuindo e muito com o progresso, o desenvolvimento econômico e social e a criação de emprego em nosso Estado.

Ingressando na política, João Braga, que era tio do Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, elegeu-se Deputado à Assembleia Legislativa do Amazonas, entre 1962 e 1966, tendo sido reeleito para o período de 1966 a 1970.

Em 1977 assumiu a cadeira de Senador pelo Estado do Amazonas, como suplente do então Senador José Esteves, tendo permanecido nesta Casa até o término do seu mandato, em 1979.

No Senado, João Braga destacou-se como intransigente defensor dos interesses econômicos e sociais do Estado do Amazonas, especialmente da Zona Franca de Manaus, na época em pleno processo de consolidação.

Os registros neste Senado mostram a destacada atuação de João Braga, quer na abordagem de temas de alto interesse para o Amazonas, quer na apresentação de projetos voltados para o desenvolvimento do Estado que aqui representava.

Sua atuação estendeu-se além do Amazonas. Era grande a sua preocupação com a questão estratégica e de segurança nacional envolvendo a Amazônia Legal.

Na área da educação mostrou-se interessado no desenvolvimento das atividades de alfabetização de adultos e crianças, dando atenção especial ao Mobral, que era um movimento de educação de pessoas de todas as atividades.

Sua atuação, como empresário e como político, rendeu-lhe justas homenagens, como a Medalha de Prata do Congresso Nacional, alusiva aos 150 anos da Independência do Brasil; a Medalha de Prata do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Amazonas; e a Medalha de Prata que lhe foi concedida pela Confederação Nacional da Agricultura.

Integrou também, na condição de observador parlamentar, a delegação brasileira na reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Ao registrar, com pesar, a passagem do ex-Senador João Braga, desejo apresentar a todos os seus familiares, especialmente aos filhos, Ricardo Braga, Braga Neto, Sandra e Fátima, nossas sinceras condolências, e dizer-lhes que seu pai soube honrar sua presença entre nós, através de uma longa e exemplar existência de realizações e de inteira dedicação ao trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero, em nome de todos os Senadores, apresentar a nossa solidariedade à Senadora Sandra Braga pelo que acaba de referir ao Senado e ao País. Senador Requião, pela ordem.

Em seguida, Senador Fernando Bezerra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, há muitos anos eu sou titular de uma conta no Banco Itaú – hoje Itaú Unibanco –, por meio da qual recebo uma miserável aposentadoria do INSS, depois de ter contribuído a vida inteira com 16 salários.

Examinando o extrato desta conta, para fins de informar ao Imposto de Renda, percebi que, desde janeiro de 2015, vem sendo efetuado um desconto mensal de pequeno valor, destinado a uma empresa de nome Netflix, que vende filmes baixados pela internet.

Ao verificar a ocorrência, entrei em contato com o banco e, surpreendentemente, recebi como resposta que eu simplesmente deveria contatar a empresa Netflix para que ela cancelasse o comando de desconto que mensalmente envia ao banco.

Ocorre que não contratei nenhum serviço com a Netflix e não forneci, ao banco, qualquer autorização para lançar em débito na minha conta. Então, que fique claro que não autorizei ao banco fazer o desconto.

Assim sendo, o que está ocorrendo comigo deve, muito provavelmente, refletir essa prática nociva ao consumidor brasileiro de se promoverem débitos não autorizados na conta bancária do correntista.

Minha relação com o banco trata-se de um depósito, no qual não há qualquer cláusula que permita ao banco, sem minha autorização, efetuar débitos indevidos. Muito menos há qualquer dispositivo que permita ao banco transferir a terceiros a responsabilidade pelos seus atos.

A propósito, o art. 51, III, do Código de Defesa do Consumidor veda expressamente tal transferência de responsabilidade, ainda que estivesse prevista, *verbis*:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

[...]

III – transfiram responsabilidade a terceiros;

Minha assessoria, por sua vez, entrou em contato com a Netflix, que, da mesma forma que o Banco, negou a responsabilidade sobre o fato, nos seguintes termos:

Obrigado por nos contatar sobre sua forma de pagamento.

Não conseguimos localizar cobranças com as informações de conta fornecidas. Para resolver esse problema, entre em contato com sua instituição financeira para verificar as cobranças e a forma de pagamento cobrada. Entre em contato novamente com o atendimento ao cliente Netflix para fornecer as informações de pagamento.

Caso tenha mais perguntas, confira nosso Centro de Ajuda.

Seus amigos da Netflix

Apesar de a matéria ser simples, assim como determina a lei, o Banco Itaú Unibanco não apenas vem realizando o débito indevido, como também procura transferir para terceiros, no caso, a Netflix, a responsabilidade por um ato por ele praticado, que simplesmente configura o tipo penal de apropriação indébita. Certo é que esse jogo de empurra-empurra não produz nenhum resultado esperado, além de tomar ineficazmente o tempo do cidadão. Torna-se necessário não apenas resolver minha situação específica, mas que sejam tomadas as medidas necessárias a se coibir tal prática nefasta.

Em face do exposto, estou encaminhando um expediente ao Banco Central para que notifique o Banco Itaú Unibanco para:

1. pagar em dobro tudo o que indevidamente debitou em minha conta, consoante determina o parágrafo único do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor: "Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável";

2. não mais proceder a qualquer débito em minha conta, sem minha expressa autorização.

Para tanto, autorizo expressamente que meus dados sejam transferidos ao Banco Itaú Unibanco, como ordenam as normas do Banco Central.

Requeiro que sejam tomadas as medidas necessárias a se evitar que esteja sendo praticada tal subtração criminosa no patrimônio dos correntistas brasileiros.

A quantia, Presidente, é ínfima, mas a agressão ao direito do cidadão, a agressão que se consubstancia em sacar da conta corrente, sem a sua autorização, qualquer quantia, deve estar sendo refletida aos milhares, às dezenas de milhares, às centenas de milhares de vezes no Brasil. É o teor do requerimento que acabo de entregar ao Banco Central e trago ao conhecimento do Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E nós compreendemos V. Ex^a, Senador Requião.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, logo em seguida, nós vamos começar a Ordem do Dia.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras que nós estamos ultimando uma decisão aqui, na Mesa do Senado Federal. Conversei há pouco com o Senador Jorge Viana, com o Senador Aloysio Nunes Ferreira e com o Senador José Agripino. Vou ouvir todos os Líderes partidários para que, preferencialmente, nós façamos essas reuniões às quintas-feiras às 11 horas da manhã, começando às 11 horas da manhã. Em seguida, nós levaremos adiante a Ordem do Dia, como sempre combinada com as Lideranças partidárias, de modo a garantirmos a produtividade do Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Sr. Presidente, uma palavra muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador Fernando Bezerra, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN) – Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Trinta segundos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Com um prévio entendimento entre os Líderes – e aqui eu falaria pelo meu Líder, Ronaldo Caiado –, sobre a apreciação de uma pauta consensual, para que a gente pudesse dar produtividade às sessões da quinta-feira, começando às 11 horas, com uma pauta pré-estudada de assuntos consensuais, importantes, mas que tivessem tramitação rápida e aprovação fácil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a reforma política é tema sempre presente no início das legislaturas do Congresso. A cada quatro anos, esse assunto entra em discussão e é quase unânime a opinião de que a reforma política é urgente e é importante. A cada quatro anos, os debates se diluem no decorrer da legislatura, e a reforma é adiada ou, no melhor dos mundos, feita parcialmente ou em pequenas fatias.

Não venho hoje à tribuna dizer nenhuma novidade. Venho ser redundante, pois estou aqui para reafirmar a necessidade da reforma política no Brasil. Eu repito o que outros já disseram antes de mim, porque esse é um tema da maior importância para o futuro do nosso País.

É cada dia mais evidente para os brasileiros a necessidade de que tenhamos instituições políticas sólidas, que funcionem de maneira mais eficaz em favor da sociedade. Os cidadãos cobram as mudanças, essa

é uma pauta urgente das ruas. Todos nós brasileiros sabemos que a origem da corrupção política no País está, principalmente, no financiamento aos Partidos.

Essa situação talvez fosse diminuída em larga escala se a reforma política já tivesse avançado. O próprio sucesso do Brasil como Nação está ligado ao fortalecimento do seu sistema político. Ao menos, é o que podemos inferir de resultados apresentados pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), em 2012. Naquele ano, o PNUD indicou que os 10 países com melhores índices de desenvolvimento, coincidentemente, também eram democracias com instituições políticas fortemente consolidadas.

Parece haver, assim, firme ligação entre o desenvolvimento do País e a existência de instituições políticas sólidas. Além disso, a consolidação e o fortalecimento das instituições políticas projetam no cenário internacional a imagem de um país cujo ambiente é favorável ao investimento externo, tão necessário ao progresso do Brasil.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é indispensável que realizemos uma reforma política mais densa, que fortaleça os Partidos, que racionalize e torne mais equânime a disputa eleitoral e que estimule a participação política das pessoas, sobretudo dos mais jovens, que hoje viram as costas ao debate político. São várias as questões que devemos solucionar e sobre as quais eu gostaria de falar neste instante.

A primeira delas é a unificação do calendário eleitoral, ou seja, o preenchimento de todos os cargos eletivos, das esferas estadual, federal e municipal, em um só ano. É notório que os gastos envolvidos na realização de uma eleição são muito elevados e hoje esses gastos se repetem, a cada biênio, sem necessidade. Para que se tenha uma ideia, as eleições municipais de 2012 custaram, apenas à Justiça Eleitoral, R\$6 bilhões; o custo total daquela eleição alcançou a cifra de R\$13 bilhões, o que corresponde à metade dos recursos gastos em um ano com o programa Bolsa Família. Com eleições unificadas, a frequência de gasto dessa monta diminuiria bastante e os recursos públicos economizados poderiam ser aplicados em outros programas governamentais.

Sr. Presidente, Renan Calheiros, existem, atualmente, 32 partidos políticos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Em 2014, 28 desses partidos conquistaram assentos na Câmara dos Deputados, em contraste com os 15 partidos que compunham aquela Casa em 2002. Essa fragmentação partidária crescente torna as negociações no Parlamento muito mais complexas, podendo levar a uma paralisia institucional quando matérias polêmicas estiverem em debate.

Se, por um lado, a existência de múltiplos partidos é salutar, por outro, é indispensável que esses partidos tenham representatividade. Assim, é fundamental que a reforma política contemple a restituição de uma cláusula de desempenho, ou a chamada cláusula de barreira, que garanta o direito de representação apenas aos partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos válidos na eleição para a Câmara dos Deputados.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a fragmentação partidária também pode ser combatida com o fim da coligação de partidos em eleições proporcionais. No cenário presente, existem partidos que só possuem assentos na Câmara Federal graças a coligações. Recentemente, foi realizada uma simulação com o resultado das últimas eleições para o cargo de Deputado Federal e constatou-se que, sem as coligações, apenas 22 partidos estariam representados na Câmara, em lugar dos atuais 28.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Senador Fernando, permite-me um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não, Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a, por trazer à baila uma matéria dessa importância e que, hoje, representa o sentimento da população. Inclusive, hoje, vamos votar algumas PECs que estão em debate e que, em parte, descasam daquele sentimento que a rua, realmente, apresenta: o sentimento popular. V. Ex^a tem razão, esse acréscimo, nos partidos, não só dificulta os trabalhos – como V. Ex^a colocou –, como o próprio eleitor começa a não entender essa já tão complexa funcionalidade dos partidos. Mas você tocou em um ponto, e o outro eu quero acrescentar: a não coligação proporcional já coloca uma barreira natural, porque muitos desses partidos são constituídos a mando de outro, para, na hora, vir a coligação, e aí as pessoas se perpetuam no poder. Isso, no meu Estado, é muito comum. Você bota um braço, na verdade, cria algo como um polvo, comandando vários braços, faz a coligação que bem lhe interessa, a custos que já sabemos, à boca miúda. Então, acho que evitar a coligação proporcional coloca uma barreira natural. O outro ponto é o financiamento. Ao se acabar com o financiamento da iniciativa privada, você vai nivelar e obrigar. Até os grandes partidos vão-se fortalecer. Hoje, por exemplo, no partido em que há Deputados, Vereadores, o novato não se arrisca; ele tem medo de ir para aquele partido, porque ele parte do pressuposto que a pessoa é capitalizada, que a pessoa tem dinheiro. Na hora em que o financiamento ficar igualitário, em que você tirar os grandes financiamentos, naturalmente, você vai dar tranquilidade para que os partidos se fortaleçam. Então, eu queria cumprimentar a fala de V. Ex^a e parabenizá-lo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Telmário. Incorporo as suas colocações ao nosso pronunciamento.

Eu dizia, Sr. Presidente, que, além disso, ao proibir a coligação partidária nas eleições proporcionais, os resultados da eleição se tornarão mais claros para o eleitor. Hoje, ao votar em um candidato de uma coligação, é comum o cidadão não saber que o seu voto poderá eleger outro candidato, de algum partido que ele sequer conhece.

Sr. Presidente, apesar da fragmentação partidária que o sistema proporcional acarreta na Câmara Federal, entendo que esse sistema exprime melhor a diversidade de nossa população, pois oferece mais oportunidades de representação às minorias. Em conjunto com a cláusula de desempenho e sem as coligações partidárias, é o sistema ideal para representar os eleitores na Câmara dos Deputados.

Por isso defendo sua manutenção durante a reforma política.

Uma das principais questões que a reforma política deve abordar diz respeito ao fim da reeleição para cargos do Executivo. Pelas regras vigentes, um prefeito, governador ou o Presidente da República pode permanecer no cargo por até oito anos ininterruptos, graças ao instituto da reeleição.

Desde 1998, aqueles que disputam a reeleição têm altas chances de sucesso: 84% dos prefeitos de capitais e 64% dos governadores que tentaram se reeleger foram vitoriosos; e, no caso da reeleição presidencial, o aproveitamento foi de 100%.

O maior problema da reeleição é a possibilidade de uso da máquina pública a favor do candidato que já ocupa o cargo, criando condições desiguais na disputa eleitoral. Além disso, muitas das ações do Chefe do Executivo podem visar apenas à reeleição, em detrimento do melhor interesse da sociedade.

Nós do PSB somos a favor do alongamento do mandato, sem a possibilidade de reeleição. Um mandato de cinco anos tem duração suficiente para que um prefeito, governador ou Presidente faça uma boa administração. Cinco anos de mandato também permitem uma maior alternância no poder, medida benéfica para a nossa democracia.

Concedo o aparte ao Senador Aloysio Nunes.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Meu prezado colega e querido amigo Fernando Bezerra. Eu ouço com muita atenção o seu discurso e quero dizer que concordo com quase tudo, especialmente com as duas medidas que o senhor propõe, que me parecem alcançar maior grau de adesão no Congresso, que são a adoção de uma cláusula de desempenho – aliás, já aprovamos essa matéria aqui no Senado, está na Câmara agora o projeto de lei – e o fim da coligação nas eleições proporcionais, embora sempre haja divergências em relação ao modo de aplicar. Veja o senhor, por exemplo, que para alguns partidos, como o meu, existe uma desigualdade muito grande de implantação no Território nacional. Em São Paulo o nosso partido é muito forte, mas, em outros Estados, sem coligação não se elege nenhum Parlamentar para a Câmara dos Deputados. Então, isso sempre vai entrar no cálculo político dos partidos quando deliberarem sobre esse assunto, de modo que tudo aconselha um período de transição para que os partidos possam se adaptar a essa nova regra, que eu acho extremamente salutar. Agora, em relação à reeleição, eu sou quase que uma exceção em relação a um largo apoio que tem esta matéria: o fim da reeleição. E eu observo esse tema, eu me posiciono diante desse tema, prezado Senador, do ponto de vista do eleitor. Eu considero que uma democracia é tanto mais, digamos, perfeita – se é que existe alguma criação humana que seja perfeita – quanto maiores forem as opções ao alcance do eleitor, do cidadão, de modo que, se um cidadão está contente e satisfeito com o desempenho de um prefeito, de um governador, do Presidente da República, porque negar a ele o direito de reconduzir esse governante que, aos seus olhos, está cumprindo bem o seu papel? Há sempre a arguição de que a reeleição dá margem a abusos. Não seria o caso, então, Senador, de reforçarmos os instrumentos de controle, os instrumentos de fiscalização, de modo a coibir esse gravíssimo inconveniente que V. Exª aponta, que é o abuso do poder administrativo de quem está no cargo? Faço apenas essa observação e, também, uma última, sobre o tema da reforma política em geral. Eu creio que se possa aplicar a esse tema uma observação que o saudoso Senador – que tanto batalhou pelo divórcio – Nelson Carneiro fez a respeito da tese do divórcio. Ele dizia o seguinte: “Em relação ao divórcio, todos são a favor, mas a maioria é contra”. De modo que, em relação à reforma política (*Risos.*), pode-se talvez repetir esse aforismo de Nelson Carneiro, porque, na hora de detalhar, de entrar, de esmiuçar, de aplicar, surgem os desacordos. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu agradeço a intervenção do Senador Aloysio Nunes.

Respeito a sua opinião em relação ao instituto da reeleição, mas eu queria dar um depoimento que é pessoal. Eu fui prefeito da minha cidade de Petrolina por três mandatos. No primeiro, não havia ainda o instituto da reeleição. Eu cumpri quatro anos, saí da prefeitura e voltei. Fui prefeito eleito, mais uma vez, e reeleito. E posso dizer a V. Exª que tenho uma convicção muito assentada de que me parece ser o melhor caminho para a consolidação das nossas instituições um mandato maior e a supressão do direito do instituto da reeleição. Porque, se o prefeito, o governador ou o Presidente tiver feito um bom mandato, nada impede que ele possa

regressar cinco anos após. E a perspectiva de alternância do poder é ainda mais salutar como argumento a favor do fim do instituto da reeleição.

Sr. Presidente...

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador...

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu concedo o aparte ao Senador Jorge Viana.

O Sr. Jorge Viana (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Senador Fernando Bezerra, eu queria, primeiro, cumprimentar pela competência que tem o meu colega Senador Aloysio Nunes ao defender suas teses. Primeiro, ele se apaixona pelas suas teses e, com a história de vida que tem, faz com muita competência sempre a defesa. Mas eu, particularmente, defendo o instituto da reeleição mesmo não tendo lutado por ela. Eu fui governador reeleito. Eu não tenho nenhuma dúvida e nenhum problema de informar aqui que o meu segundo mandato foi, na minha percepção, extraordinariamente melhor do que o primeiro. Eu consegui realizar, concluir um projeto, um sonho de melhorar a vida do povo do Acre, de mudar o meu Estado, exatamente no segundo período. Acho que ficou bem claro que, no governo do Presidente Lula, a mesma coisa ocorreu – para pegar o exemplo nacional. Agora, acho que o instituto da reeleição tem um problema de origem, porque se instituiu a reeleição na época do governo Fernando Henrique Cardoso, mas não se mexeu na lei de desincompatibilização. Essa lei foi feita quando não se podia recorrer ao instituto da reeleição. Então, veja que ela tem uma coisa que é inexplicável: um secretário de Estado do Município, um ministro, um secretário de Estado de qualquer Estado da Federação tem a obrigação de se desincompatibilizar para concorrer a qualquer cargo; e o chefe dele, não. Prefeito, não; governador, não; Presidente da República, não. Então, isso prova e mostra que há algo muito mal resolvido. Então, a lei de desincompatibilização não foi alterada, mas nós alteramos e fizemos, então, o instituto da reeleição. Isso, na época do governo Fernando Henrique, foi colocado: é preciso mexer na lei de desincompatibilização para ajustar. Ou todos podem fazer o uso dessa prerrogativa de disputar eleição ocupando o cargo ou vamos criar uma nova regra. No debate que estamos fazendo agora... E inclusive, agora, aprovamos uma matéria que dificulta a fusão de partidos, que dificulta a criação de novos partidos, o que acho que também é outra carência que o País vive, e isso é um absurdo. Eu falei que estamos perigosamente querendo reproduzir o que a Argentina tem feito: na Argentina, são 70 partidos que estão procurando se viabilizar para compor o parlamento; nós já estamos com 32. São 28 Líderes na Câmara dos Deputados! É impraticável uma situação dessas, não tem nenhum sentido. Mas o que eu gostaria de dizer, então, é que, no debate que o Presidente Renan propôs, na Mesa do Senado, para darmos a nossa contribuição no sentido de aperfeiçoar o sistema político brasileiro está colocada a alteração na lei de desincompatibilização, em que os ocupantes de cargos – prefeitos, governadores e Presidente da República – teriam, quando buscassem a reeleição, que se desincompatibilizar do cargo. Acho que esse já seria um passo que nós daríamos. Concluo dizendo o seguinte: não é o instituto da reeleição que é problemático, é o mau uso que se está fazendo dele. Então, nós temos que tirar o poderio econômico das eleições, nós temos que acabar com o abuso do uso do poder do cargo nas reeleições, e não penalizar um instituto que, para mim, não deve ser penalizado, porque no Brasil tem dado certo, principalmente em um país que está em formação ainda. Nós precisamos de governos que tenham começo, meio e fim. Agora, se puséssemos uma mudança na legislação, como estamos propondo na Mesa do Senado, deixando estabelecido que se vai concorrer à reeleição, mas se afastando do cargo, poderíamos, aí, já impedir o uso abusivo do cargo na busca da reeleição. Cumprimento V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, por trazer esse debate que, para mim, é o dever de casa do novo Senado e da nova Câmara Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Respeito a sua opinião e concordo que, se prevalecer no Congresso Nacional a tese da reeleição, é preciso rever o dispositivo sobre os mecanismos de desincompatibilização dos cargos de Presidente, governador e prefeito.

Ouçó, com muita satisfação, a intervenção da Senadora Ana Amélia,

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Em seguida, Senador, em seguida à Senadora Amélia, eu gostaria que V. Ex^a me concedesse um aparte.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não, Senador Requião, muito obrigado.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu acho que o aniversariante tem preferência, mas, como ele é um cavalheiro, poderá me dar a preferência porque estou há tempo aqui pedindo. Obrigada, Senador Requião. Mais uma vez, parabéns e felicidades! Caro Senador Fernando Bezerra, eu queria dizer que assino embaixo nesse tema sobre reeleição. Tínhamos que acabar com isso e ampliar o prazo do mandato, o tempo do mandato. De qualquer modo, como entendo que esse é um tema que também tem algumas dificuldades

de aceitação, fui autora da PEC 73, que foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e que, exatamente, trata da questão que o Senador Jorge Viana, com muita propriedade e oportunidade, aborda, que é a desincompatibilização. A minha PEC pretendia que, assim como acontece com aqueles titulares de cargos do Executivo que vão disputar outro cargo, seja majoritário, para Senador, ou para Deputado, eles vão ter que, necessariamente, se afastar. Veja a falta de coerência e de lógica no processo: se ele disputa o mesmo cargo, ele fica até o dia da eleição. Então, é uma concorrência absolutamente desleal para os demais concorrentes à eleição. A minha PEC, cuja relatoria foi muito bem fundamentada pelo Senador Luiz Henrique da Silveira – que, aliás, deu um exemplo pessoal, porque se desincompatibilizou, mesmo que a lei não quisesse; ele saiu, quando se candidatou, em 2010, ao Senado, e era governador –, diz: “§6º Para concorrerem às eleições, o Presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos municipais devem se licenciar dos respectivos mandatos a partir do primeiro dia útil após a homologação da candidatura”. Claro que isso apenas atenua o problema, mas é um passo. É um passo! Então, eu queria dizer a V. Exª que há, na pauta de votação do Congresso Nacional, uma PEC do ex-Senador Wilson Santiago, que prevê não o afastamento, como está na minha PEC 73, mas a renúncia ao cargo daquele candidato que vai postular reeleição. Já é um caminho mais radical. Eu queria cumprimentá-lo e dizer que estou completamente de acordo com V. Exª quanto ao fim da reeleição e a ampliar o prazo de mandato. Outra questão: sou também favorável à coincidência das eleições; a fazermos, no mesmo dia, eleições para prefeito, para governador e para Presidente da República. O País está preparado e maduro para isso. E também sou favorável ao voto facultativo. Parabéns, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Incorporo as suas colocações ao nosso pronunciamento e ouço, com muita alegria, o aniversariante do dia, o ex-Governador, Senador pelo Paraná, Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Senador Fernando Bezerra, a sua defesa é a defesa do princípio republicano da rotatividade do poder. A reeleição veio eivada de um vício definitivo que foi o vício do oportunismo eleitoral. A Senadora Ana Amélia levanta com propriedade o caso, por exemplo, de um governador que pode disputar a sua própria reeleição, mas que, se quiser ser candidato a vereador do Município, tem que se desincompatibilizar. São absurdos completos. É evidente que, em alguns casos, a reeleição traz algum sucesso, alguma coisa positiva para a Administração Pública. Mas essa é a exceção não é a regra. E nós temos que trabalhar com a regra. A reeleição faz com que o governante medíocre manipule milhares de cargos em comissão e somas absurdas de propaganda eleitoral, então, nós temos que remover. Por outro lado, a sua tese de ampliação do mandato é apropriada, porque o mandato é de quatro anos. É um mandato pobre para a realização de um programa de governo no Brasil. Eu quero levantar um outro aspecto da mesma essência que é a PEC aprovada na Câmara Federal, do fim da aposentadoria compulsória de ministros dos tribunais superiores e de funcionários públicos em geral. É outra espécie de loucura, porque ela eterniza o mandato. É claro que as soluções e a evolução da Medicina hoje fazem com que um homem de 70 anos não seja um inútil. Muito pelo contrário, pode ter, em via de regra, acumulado conhecimentos que outras pessoas mais jovens não terão, mas o caminho para isso seria dado, por exemplo, por uma PEC que eu introduzi na Comissão de Constituição e Justiça e que foi derrotada na minha ausência por um parecer do nosso eterno relator Romero Jucá, que é o relator de tudo que tem aqui no Senado, V. Exª está chegando agora, mas vai verificar que ele tem o monopólio das relatorias. E, na minha ausência, foi derrubada. Ela repetia o sistema alemão, por exemplo, não se estabelece mais a estupidez da aposentadoria compulsória, mas ministros do Supremo Tribunal Federal – e eu me referia naquela ocasião especificamente ao Supremo – têm mandato. E eu sugeria um mandato de oito anos, enquanto na Alemanha, por exemplo, é um mandato de 12 anos. Esta PEC foi votada hoje, na Câmara, não sem razão, porque daria ao PT e à Presidente Dilma a possibilidade de indicar quase que a totalidade dos ministros do Supremo, mas esse é um casuísmo, nós temos que pensar em uma solução geral. A minha proposta proibia que um determinado presidente nomeasse mais do que o número restrito de ministros do Supremo Tribunal Federal. Nós temos que pensar nisso também, e eu espero – e por isso estou pedindo esse aparte – que a Presidente Dilma vete a emenda da bengala. A emenda que elimina a aposentadoria compulsória, enquanto ela não vier acompanhada do mandato fixado para cada ministro. Obrigado pelo aparte, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Agradeço, Senador Roberto Requião, pelas suas sugestões.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Peço um aparte a V. Exª, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Eu ofereço um aparte ao Senador Reguffe, que já tinha solicitado anteriormente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Uma correção, pois eu me confundi: é uma PEC, e ela não pode vetar. Acho que essa PEC é a PEC do desastre do Judiciário brasileiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Senador Reguffe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Em seguida, Fernando Bezerra. Estou aqui. Valadares.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aquele microfone ali não está funcionando. Senador Fernando Bezerra, na minha primeira semana nesta Casa, eu protocolei aqui sete propostas de emenda à Constituição no âmbito da reforma política. Dentre elas, uma que proíbe a reeleição para cargos executivos e uma outra que limita a uma reeleição no máximo para cargos legislativos. Na minha concepção, quando a pessoa fica muito tempo num cargo, ela pode até exercer bem esse cargo, mas isso começa a perder a oxigenação do sistema, que tem que ser constantemente oxigenado, renovado. É preciso dar chance a outras pessoas. Hoje o acesso à política não é fácil para o cidadão comum, e é importante que se dê chance a outras pessoas também. Claro que não é só acabando com a reeleição. Precisa haver outras mudanças, mas eu considero importante até porque o poder não pode ser pessoal. Se aquele governo está indo bem, coloque alguém daquele governo para dar sequência àquele projeto. Quando a pessoa fica muito tempo ali, ela começa a se achar proprietária daquele cargo, e ela vai se esquecendo de que é apenas um representante da população ali. Então, eu considero que é preciso, sim, dar um limite a isso, dar chance a outras pessoas e oxigenar constantemente o sistema. Por isso, eu propus o fim da reeleição para cargos executivos e o limite de uma única reeleição para cargos legislativos, que eu considero também de suma importância para a oxigenação do nosso sistema. Claro que eu não sou o dono da verdade, e isso depende da vontade da maioria. Isso aqui é uma Casa democrática, mas eu considero que seria um aprimoramento que, na minha opinião, melhoraria o nosso sistema. E queria parabenizar V. Exª pelo seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Reguffe.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Em seguida, gostaria de pedir um aparte a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Pois não, Senador Roberto Rocha.

Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Senador Fernando Bezerra, o pronunciamento de V. Exª está chamando a atenção da Casa principalmente porque o seu discurso traz os temas principais que representam o sentimento não só do Congresso, como da nacionalidade, no que toca à reforma política: o fim da reeleição, com o aumento de mandato para cinco anos; o financiamento de campanha; e outros temas em que V. Exª tocou, inclusive a permanência do voto proporcional para eleger a nossa representação nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional. No que diz respeito ao voto majoritário para a eleição de deputados, com que V. Exª não concorda e nem eu, acho que seria um retrocesso, como já se apregoa no âmbito da Câmara dos Deputados, a implantação desse sistema eleitoral que foi instituído no Brasil na época do Império. Seria o retorno das velhas oligarquias, da força do poderio econômico dominando as eleições, estabelecendo uma desarmonia entre o sistema partidário e o sistema personalizado, individualista criado pelo voto majoritário para deputado. Quando o eleitor fosse para a urna, não votaria no partido; a eleição seria “fulanizada”, quer dizer, votaria de forma personalizada. Por exemplo, se eu fosse candidato, ninguém se lembraria que eu era do PSB, votaria ou não em Antonio Carlos Valadares. Isso não é correto, isso significa, sem dúvida alguma, a destruição dos partidos políticos. E nós vamos pregar juntos, aqui, o voto proporcional como única saída para o fortalecimento do partido e também a proteção das minorias, uma vez que o voto majoritário só contempla uma maioria que detém o poder econômico, que detém o poder político; e as minorias ficam à mercê, sem dúvida alguma, dos favores, depois de eleitos, daqueles deputados que chegarem ao Congresso Nacional. Por isso, parabéns V. Exª. Estou totalmente de acordo com a sua pregação, da forma como V. Exª fez do alto dessa tribuna. Parabéns.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Ouçõ com alegria a intervenção do Senador Roberto Rocha.

O Sr. Roberto Rocha (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Senador Fernando, ao cumprimentá-lo por esse tema que V. Exª traz nesta manhã de quinta-feira, que é extremamente importante e oportuno, quero concordar, dizendo que, efetivamente, de quatro em quatro anos, sempre o Congresso Nacional, seja a Câmara, seja o Senado, os dois, discutem esse tema da reforma política. É um tema realmente muito grande, muito elástico, e creio que, se não for feito de forma homeopática, a reforma, de forma lenta, de forma que ela seja feita por partes, evidentemente que nós teremos como sempre dificuldades de efetivá-la. Eu creio que todo o processo começa no partido político e que seja fundamental que nós iniciemos esse debate em função das

condições de elegibilidade que nós temos no Brasil. Quanto à questão do domicílio, não há controvérsia; mas, quanto à questão da filiação partidária, sim. Hoje, disse bem V. Ex^a, temos no Brasil 32 partidos e há 40 partidos em processo de criação no Tribunal Superior Eleitoral, sem contar as dezenas de outros que estão em processo de coleta de assinatura. Estamos caminhando para cem partidos no Brasil. E é óbvio que o apetite para criar tanto partido aumentou quando o TSE, por resolução, definiu a chamada janela para mudar de partido com a criação/fusão de novos partidos. Eu quero aproveitar a oportunidade deste aparte e do pronunciamento de V. Ex^a para dizer ao Plenário e ao Presidente da Casa, Renan Calheiros, que nós apresentamos um projeto aqui no Senado, o Projeto nº 23/2005, que fecha essa janela com a criação de novos partidos, permitindo ao detentor de mandato político acabar de ser eleito e mudar para o partido que bem entender. Mas eu acho que não deve ficar sem nenhuma alternativa para não convivermos com uma ditadura de partido. A proposta que nós fazemos é que o Parlamentar, o detentor de mandato eletivo, possa mudar, ao final do seu mandato; nos últimos 30 dias que a lei permite essa mudança. Se é um ano, como é atualmente, nos últimos 30 dias. Se são 6 meses ou 3 meses, como vier a ser definido, mas que seja possível mudar para qualquer partido nos últimos 30 dias permitidos pela lei. E dizer também, por fim, que o Brasil já implementou numa ocasião a questão da coligação proporcional, o fim da coligação proporcional e a cláusula de barreira. A cláusula de barreira, creio que a discussão, a controvérsia, a divergência é em função do percentual. Creio que, se for 5%, nós já vamos ter aí uma quantidade grande de Parlamentares, Deputados principalmente. Claro que o cálculo é feito em função do Deputado Federal que se voltará contra a proposta. Acho que poderemos começar com um percentual de 3%, que entendo ser razoável para a realidade brasileira atual. E, por fim, em relação à reeleição. Eu quero dar a V. Ex^a um dado. O Maranhão hoje é um dos Estados do Brasil que tem a melhor situação fiscal. Eu disse fiscal, e por quê? Será que é fruto de uma boa gestão dos negócios públicos? Claro que não! Os indicadores sociais, econômicos e tributários revelam exatamente o contrário. O Maranhão hoje tem uma situação fiscal boa porque a Governadora Roseana não foi candidata e, efetivamente, o Estado não foi usado em função da campanha política. Esta é a realidade do Brasil, nós temos dois Brasis: o Brasil lá que nós conhecemos bem – eu e V. Ex^a – e o Brasil do Sul, sobre o qual falou há pouco a voz do experiente Senador Aloysio. No Sul do Brasil, já se convive melhor com o instituto da reeleição, mas, no Norte do Brasil, infelizmente, o uso e o abuso de quem está sentado na cadeira é muito grande e a gente tem, no mínimo, que fazer com que haja a desincompatibilização do mandato daquele que está como prefeito, presidente ou governador do Estado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha, e volto ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, talvez o ponto mais sensível da reforma política diga respeito ao financiamento de partidos e candidatos. No modelo vigente, o financiamento é efetuado de forma mista, com recursos públicos e privados. A fatia de recursos oriunda da área privada compreende doações de pessoas físicas e jurídicas, sendo essas últimas as maiores doadoras de campanha no Brasil.

A doação por pessoas jurídicas tende a abalar a isonomia entre os candidatos, em função de seu grande poder econômico. Um candidato escolhido por uma grande empresa terá mais recursos para divulgar sua candidatura, e chances maiores de realizar uma campanha vitoriosa. Note-se também, Sr. Presidente, que é comum as empresas doarem recursos a diversos partidos e candidatos diferentes, com ideologias e conteúdos programáticos distintos. Tal qual em um jogo de roleta, dividem suas apostas em diversas frentes, na esperança de acertar o número vencedor.

Defendo a permanência do modelo misto de financiamento político no País, mas que ele se restrinja, na esfera privada, às doações de pessoas físicas. Eu explico o porquê.

Um cidadão doa recursos por uma questão ideológica, por uma identificação com as propostas de um candidato ou de um partido. É natural, portanto, que esse cidadão possa contribuir financeiramente para a eleição desse candidato ou deste partido, como acontece em outras tantas democracias pelo mundo. Acrescente-se a isso o fato de que o cidadão comum não poderá doar milhões de reais ao candidato de sua preferência, desequilibrando a disputa a partir do poder econômico. Nossa proposta é que seja estabelecido um teto de doações por pessoa física, a partir do número do CPF. Regulamentando as contribuições, vamos diminuir o poder do capital sobre a discussão política.

Sou favorável ao financiamento público, com cotas estabelecidas por legenda e fiscalização de órgãos de controle externo, como Ministério Público e Tribunais de Contas. Porém, só devem ter acesso aos fundos partidários e ao tempo de rádio e TV as legendas que cumprirem a cláusula de desempenho. Caso contrário, vamos continuar assistindo às eleições sendo transformadas num imenso e, infelizmente, balcão de negócios.

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, Um último aspecto que desejo abordar refere-se ao apoio aos mecanismos de democracia participativa. Falo dos plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular. Devemos ampliar o uso dessas ferramentas de maneira a trazer os cidadãos para mais perto do Legislativo. É essencial que os brasileiros se sintam cada vez mais representados pelo Congresso Nacional. Nossa democracia

só tem a ganhar com o uso mais frequente desses três instrumentos, disponíveis para uso, inclusive, na reformulação do sistema político do País.

Tenho a esperança, Sr. Presidente, de que, neste ano de 2015, a reforma política – sempre tão propalada no passado – finalmente se concretize. Quero crer que esta discussão não se encerre daqui a poucos meses, sem resultados concretos, ou com resultados tímidos.

Peço a Vossas Excelências o empenho, para que possamos legar ao Brasil a reforma política que o País merece e de que tanto necessita para tornar ainda mais forte sua democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Vamos começar a Ordem do Dia.

Eu, há pouco, Senador Tasso Jereissati, propus aqui evoluirmos com os Líderes partidários, construindo a convergência, para antecipar, todas as quintas-feiras, quando houver pauta consensual a encaminhar, a Ordem do Dia.

Nós poderíamos estabelecer o início da sessão para as 11 horas e começaríamos a apreciação das matérias tão logo houvesse o encerramento da Comissão de Relações Exteriores. E, aí, nós anteciparíamos essas deliberações de quinta, daríamos uma rotina para elas, permitiríamos um planejamento de cada um e, efetivamente, colaboraríamos com a maior produtividade do Senado Federal.

Nós vamos tentar, para a próxima quinta-feira, convocar desde logo para as 11 horas a abertura da sessão, e nós começaremos a Ordem do Dia tão logo concluamos a Ordem do Dia da Comissão de Relações Exteriores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Se V. Exª me permite, primeiro, quero cumprimentá-lo, porque acho que essa é uma decisão acertada, porque todas as quintas o Plenário costuma deliberar matérias importantes.

Entretanto, a minha preocupação se refere ao que V. Exª já registrou: o funcionamento da Comissão de Relações Exteriores. Pelo que tudo indica, há um apoio do PSDB, indicando o Senador Aloysio Nunes Ferreira para a Presidência. E, de fato, é uma comissão muito importante, que trava longos debates, mesmo porque quase toda semana, Presidente Renan, recebe embaixadores para sabatina.

Senador Renan, poderíamos começar com as breves comunicações, às 11 horas, mas a Ordem do Dia, às 12 horas. Creio que, assim, a Comissão de Relações Exteriores teria mais tempo para trabalhar. Eu repito, Presidente: se V. Exª puder, chamar a sessão para as 11, mas a abertura da Ordem do Dia para as 12 horas, a fim de que não haja prejuízo para Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não haverá, porque o objetivo é compatibilizar com o funcionamento da importante Comissão de Relações Exteriores.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a partir de ontem, o PMDB indicou os membros que vão integrar a Comissão de Relações Exteriores. Eu fui indicado pelo meu Partido, com muita honra, para ocupar o cargo de Presidente. E vou começar a minha campanha eleitoral ainda hoje. Não comecei antes, porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Eu já antecipei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Já recolho, com muito prazer, com muito orgulho, o voto da Senadora Vanessa Grazziotin.

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Também o voto do Senador Tasso Jereissati, que, para minha honra, integra essa comissão.

Mas, Sr. Presidente, eu considero que, realmente, nós temos na Comissão de Relações Exteriores temas que são de debate, não são objeto de deliberação legislativa. A pauta legislativa é relativamente reduzida. Nós temos, evidentemente, as sabatinas e as deliberações sobre indicação de embaixadores, que, muitas vezes, tomam um bom tempo.

Então, eu acho que esta sugestão da Senadora Vanessa de começarmos a sessão com o pinga-fogo, com breves comunicações, às 11 horas, mas a Ordem do Dia para o meio-dia... Sempre com a cautela, Sr. Presidente, de evitamos colisão de horários da Ordem do Dia daqui do plenário com a Ordem do Dia das comissões.

De modo que, se houver uma deliberação da Comissão de Relações Exteriores que se estenda além do meio-dia – isso não será rotina –, postergaríamos um pouquinho o início da Ordem do Dia, para que nós possamos fazer as duas coisas, cada uma no seu horário.

E eu já quero também, se for eleito, dizer aos senhores que gostaria de antecipar para as 9 horas o início da nossa Comissão. Daria tempo a Senadora Vanessa Grazziotin fazer a sua sessão de pilates e, depois, iríamos para a nossa Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu entendo que é positivo iniciarmos às 11 horas e anteciparmos. Eu entendo que V. Exª traz uma sugestão positiva.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu tenho requerimento na Mesa, de minha autoria, para que o PLC nº 02, de 2015, possa tramitar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Peço a V. Exª a gentileza de colocar em votação, pois é uma matéria importante, e tramitar na Comissão de Agricultura. É importante para nós, da Comissão, para podermos debater esse PLC.

Então, o Requerimento está na Mesa, se V. Exª assim entender em atender nosso pedido para que nós possamos votar e esse PLC nº 02 tramitar na Comissão de Agricultura. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Acir, qual exatamente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO.) – O Requerimento, que deve estar na Mesa, é para que o PLC nº 02 possa tramitar na Comissão de Agricultura. É esse o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Esse é o novo Marco da Biodiversidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É um projeto que já foi aprovado, por unanimidade, na Câmara dos Deputados, veio para o Senado Federal, tramita em regime de urgência e vai, concomitantemente, tramitar em quatro comissões, no prazo de 30 dias.

Eu acho que o pedido que V. Exª faz de incluir mais uma comissão, do ponto de vista da importância do projeto e pelo fato de não alterar o tempo da sua tramitação, é perfeitamente razoável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tem tudo a ver com a agricultura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É perfeitamente razoável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tem tudo a ver com a agricultura. Inclusive, é importante podermos debater.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, nós vamos submeter, daqui a pouquinho, o requerimento à apreciação.

Eu, pessoalmente, vou cuidar da tramitação dessa matéria para cumprirmos os prazos na sua apreciação.

O Brasil todo cobra que essa matéria seja rapidamente aprovada. O Marco Regulatório da Biodiversidade é muito importante para o Brasil, para o seu desenvolvimento. E eu acredito que todos nós vamos estar juntos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, Senadora Ana Amélia, e conceder a palavra a V. Exª pela ordem, eu queria fazer uma rápida comunicação – rápida, muito rápida comunicação – ao Senado Federal.

No momento em que muitos estão com o pé atrás, com uma certa má vontade com a política, o pronunciamento de ontem do Senador José Serra é, sem dúvida nenhuma, um exemplo do que a política tem de melhor no Brasil, de como é importante ter a política para melhorar a democracia. A política tem muitos problemas, ela sempre terá problemas. É de sua natureza, é da natureza da política ter muitos problemas, mas é importante reconhecer a qualidade da política.

Eu não pude, como todos sabem, estar presente ontem, mas, durante a madrugada, eu fiz uma leitura disciplinada do pronunciamento do Senador José Serra, que foi um pronunciamento oportuno, verdadeiro, brilhante.

No momento, repito, de muitas dúvidas na política, só a política pode tornar possível a sua reinvenção. A política, como todos sabem, é a única ferramenta para tornar possível esse realismo.

O Senador José Serra, ontem, deu um grande exemplo ao Senado Federal e ao País. Por isso, eu considero o Senador José Serra um dos maiores ativos da política brasileira. O Senador José Serra, como todos sabem, foi muito competente, já produziu grandes momentos deste Parlamento, desta Casa e da outra Casa do Congresso Nacional, mas o Senador José Serra deve reconhecer que, há três ou quatro décadas, ele próprio não conseguiria fazer um diagnóstico tão preciso do Brasil como fez ontem.

Ou seja, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o tempo na política não ofusca o homem público, pelo contrário, ele pode significar o seu polimento definitivo, e foi isso o que o pronunciamento do Senador José Serra, ontem, possibilitou. O tempo não embaça a alma do político. O tempo acumulado é que faz com que a sua visão produza a luz.

Hoje, no Brasil, mais do que nunca, o Ministério Público é cada vez mais Ministério Público, o Judiciário é cada vez mais Judiciário, o Executivo é cada vez mais Executivo, e o Congresso Nacional é cada vez mais Congresso Nacional.

Portanto, a minha decisão de devolver a medida provisória não foi absolutamente contra ninguém; ela foi a favor do Congresso Nacional e da democracia no Brasil.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria assinar embaixo essa sua declaração, Senador Renan Calheiros. E faço isso renovadamente, absolutamente tranquila, porque V. Exª sabe que não votei em V. Exª na eleição, mas V. Exª está me dando motivos para acreditar que está, desde que foi reeleito, defendendo e valorizando a cadeira que está ocupando, defendendo a instituição republicana, a instituição política que é o Senado Federal e o Congresso Nacional.

O que o senhor acaba de ler aqui como mensagem, podem muitos ter discordado das conclusões feitas pelo Senador José Serra, mas ninguém, certamente, discordaria da avaliação e do diagnóstico feito por ele como uma espécie de aula sobre a economia brasileira. É isso que engrandece o Senado.

Foi muito rico o debate, também, com a participação de muitos apertes, e V. Exª, oportunamente, faz essa reflexão sobre o valor que tem a política brasileira nestas horas conturbadas que vivem a economia e o Congresso Nacional.

Eu queria cumprimentá-lo e reforçar também, Senador Renan Calheiros, o pedido feito pelo Senador Acir Gurgacz, porque, ontem, assumi a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa, com muita honra, por indicação do Senador Benedito de Lira, Líder do meu Partido. Também na Comissão, esse é o pensamento geral de todos os segmentos que integram e que defendem e que ali estão representados, de ministérios a entidades do setor privado em relação ao PLC 2, que é da questão genética.

E folgo em saber que V. Exª abriu espaço para que o tema seja examinado no âmbito da Comissão de Agricultura.

Da mesma forma, peço ao Senador Aloysio, porque a Comissão de Agricultura se reúne às quintas-feiras, e nós já criamos a ideia de começar às 8 horas. Como a transparência, as atividades do Congresso Nacional, em especial as do Senado, são muito importantes para que o cidadão, em qualquer canto do País, faça a avaliação, o julgamento e a fiscalização das nossas atividades, a transmissão ao vivo das comissões temáticas ou comissões permanentes é muito importante.

Temos que ter a conciliação dessas comissões – a CCJ é muito importante, a CAE, muito importante, a CRE, importante, a Comissão de Educação, a Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, todas são importantes.

Eu, agora, quero defender o espaço. Nós vamos começar às 8h, mas, se o Senador Aloysio começa às 9h, nós vamos perder uma hora dessa transmissão. Então, vamos compatibilizar para que todos nós possamos mostrar ao País o que também estamos fazendo no âmbito das comissões permanentes.

Muito obrigada, Presidente. Cumprimento V. Exª pela manifestação e também pela decisão de fazer as sessões ao meio dia de quinta-feira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu quero agradecer à Senadora Ana Amélia, Senador Telmário, e dizer que concordo também em gênero, número e grau com o que a senhora coloca com relação às transmissões das comissões permanentes.

Aliás, nós fizemos uma alteração na Secretaria de Comunicação do Senado Federal para que a TV Senado, a Rádio Senado e os meios de comunicação do Senado expressem, sobretudo, o funcionamento da Casa, deste plenário e de todas as comissões.

Mandei fazer uma grade nova. Sei que é muito importante nós termos programas de entrevista, de arte, de relações exteriores, tudo isso é importante, mas o fundamental para o Senado é que tenhamos a transmissão ao vivo dos trabalhos do Senado Federal, seja deste plenário ou de que comissão for.

Então, vamos repetir, repetir, repetir, porque a maior qualidade que a gente pode apresentar ao telespectador da TV Senado é exatamente se ela retratar o funcionamento do Senado Federal e do Congresso Nacional. Essa é uma outra modificação que está em curso, para que possamos mostrar ao País o dia a dia, a efetividade do funcionamento da Casa.

Eu me permiti fazer essas colocações a respeito do pronunciamento do Senador José Serra, porque ontem o Senador José Serra me telefonou, pediu para que aqui eu estivesse durante o seu pronunciamento, mas confesso, e mais uma vez peço desculpas, que não pude compatibilizar a minha presença neste plenário em função de afazeres fora do Senado Federal. Mas, mais uma vez, quero cumprimentá-lo.

Senador Telmário, com a palavra V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero parabenizar V. Exª por esse comunicado e dizer que Legislativo forte é Legislativo independente. Claro que nós

não podemos perder de vista o foco da harmonia, que é o bom funcionamento da Casa da República, é o bom entendimento entre os Poderes.

Mas quero também aqui fazer um destaque quanto ao pronunciamento do Senador Serra. Embora discorde de alguns pontos – sem entrar no mérito –, não poderia esperar outro pronunciamento de um homem que ocupou cargos tão importantes neste País e que tem uma história de vida brilhante. Com certeza, o Senador Serra trouxe a esta Casa um debate, uma linha de discussão para engrandecer esta Casa, para trazer uma reflexão.

Eu quero parabenizar V. Exª por reconhecer a grandeza que foi, sem nenhuma dúvida, o debate ou a fala, ontem, do Senador Serra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Eu só queria o apoio de V. Exª para colocar em votação um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 53 – tenho certeza de que a Mesa também concorda –, para uma sessão especial em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública. É o Requerimento nº 53, de minha autoria, Senador Renan Calheiros.

Muito obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa Grazziotin. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma que fez a Senadora Ana Amélia, que solicitou uma inclusão de pauta, eu também gostaria de pedir, Sr. Presidente. Já há sobre a mesa um requerimento solicitando urgência para a votação do PRS, do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, que trata de algumas modificações da resolução do Senado que trata do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Sr. Presidente.

Então, quero apenas solicitar a inclusão – o requerimento de urgência já está aí –, para que a gente possa votar hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA

Há, sobre a mesa, requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 40, de 2014. (Requerimento nº 125, de 2015)

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 125, DE 2015

Senhor Presidente,
Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014.

*Manoel Luiz Ayres
Banco Maioria*

Aracy

Subt

PS +

PCdoB

PR

Bloco PSB/PCdoB/PSOC/PPS

PT-PDT

Alcides de Souza

Manoel

Sala das Sessões,

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Votação do requerimento. As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Não havendo objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Item extrapauta:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40, DE 2014

Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz.*

A matéria depende de parecer da Comissão de Educação, da CCJ e também da Comissão Diretora.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Educação, que teve como Relator o Senador Inácio Arruda, favorável, com as Emendas nº 1 a 5, que será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 6, de 2015–CE.)**

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 6, DE 2015

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz.*

RELATOR: Senador INÁCIO ARRUDA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 40, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. A iniciativa busca permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz.

Em sua justificativa, a autora argumenta que homens podem contribuir para a defesa dos direitos das mulheres e para as questões de gênero.

Além de distribuído à CE, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão Diretora. Depois de passar por essas comissões, a matéria segue para deliberação em Plenário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A matéria enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela CE, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que tratem de homenagens cívicas.

Criadas para serem apenas esposas e mães, as mulheres foram historicamente excluídas da vida pública. Mesmo com os avanços obtidos nas últimas décadas pelo movimento feminista, as desigualdades e a discriminação de gênero persistem até os dias atuais.

A afirmação pode ser corroborada por dados estatísticos relativos ao acesso das mulheres a cargos eletivos; à disparidade de renda em decorrência do sexo; e à vitimização da mulher pela violência doméstica, entre outros.

Nas eleições deste ano de 2014, os partidos políticos não conseguiram alcançar a cota mínima de 30% de candidatas mulheres, estipulada por lei. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), somente 28,6% das candidatas registradas foram julgadas aptas a concorrer.

Noutro plano, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 revelou que o rendimento das mulheres equivale a pouco mais de 73% daquele auferido pelos homens. Sobre este tema, vale ressaltar, tramita no Senado projeto de nossa autoria que estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho.

Mencionamos, também, que o recrudescimento da violência contra a mulher em nosso país inspirou o advento da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha, a qual prevê mecanismos de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Portanto, mostram-se louváveis quaisquer iniciativas tendentes a promover a igualdade de gênero.

Convém deixar claro que apoiar a defesa dos direitos da mulher não significa identificar no ser masculino um inimigo ou um adversário. Faz-se necessária a construção de um novo paradigma para as relações de gênero, ancorado na superação da oposição entre o masculino e

o feminino e na consolidação de um modelo fundado em valores como harmonia, parceria e solidariedade.

Em sua origem, o Diploma Bertha Lutz foi concebido pela Senadora Emília Fernandes com o objetivo de homenagear mulheres que prestaram importantes contribuições à causa feminina.

Ocorre que as mulheres não estiveram sozinhas nessa jornada. Podemos citar valiosos exemplos de homens que atuaram em favor da instituição do voto das mulheres, tais como o constituinte de 1890, Saldanha Marinho, um dos autores da emenda que previa o exercício desse direito, posteriormente rejeitada; o Deputado Maurício Lacerda e o Senador Justo Leite Chermont, que tentaram aprovar, nas primeiras décadas do século XX, projetos de lei dispendo sobre a capacidade eleitoral das mulheres.

Entendemos que incluir homens entre os possíveis agraciados com o Diploma Bertha Lutz incentivará ainda mais o desenvolvimento de ações direcionadas para a construção de um modelo isonômico em se tratando de relações de gênero, uma vez que homens também têm oferecido relevante suporte para essa causa.

Nesse ponto, o PRS nº 40, de 2014, propõe-se a corrigir um lapso presente na Resolução nº 2, de 2001, em sua redação original. É, portanto, condizente com a ideia de justiça e de igualdade.

Consideramos, no entanto, ser necessária a apresentação de uma emenda de mérito, de sorte a garantir que, havendo indicação de candidato do sexo masculino, apenas uma das cinco vagas será ocupada por um homem. Com essa medida, evita-se que ocorram situações paradoxais, como a possível exclusão de mulheres entre as pessoas agraciadas com uma láurea voltada para a promoção do gênero feminino.

Na oportunidade, também introduzimos emendas destinadas a aperfeiçoar a redação da matéria.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, nos termos do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 1º É instituído o Diploma Bertha Lutz, destinado a agraciar pessoas que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero. (NR)”

EMENDA Nº 2 – CE

Dê-se ao art. 2º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, nos termos do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 2º O Diploma será conferido anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março), e agraciará cinco pessoas de diferentes áreas de atuação, sendo no mínimo quatro mulheres. (NR)”

EMENDA Nº 3 – CE

Dê-se ao art. 3º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, nos termos do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 3º A indicação da candidata ou do candidato ao Diploma deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e de justificativa, até o dia 1º de novembro”.

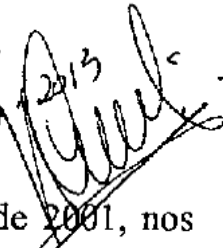
EMENDA Nº 4 – CE

Aprovada
em 5/12/2014

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, nos termos do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 4º

Parágrafo único. Anualmente, o Conselho escolherá, entre os seus integrantes, o seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos. (NR)”.



EMENDA Nº 5 - CE

Aprovada
em 9/7/2013

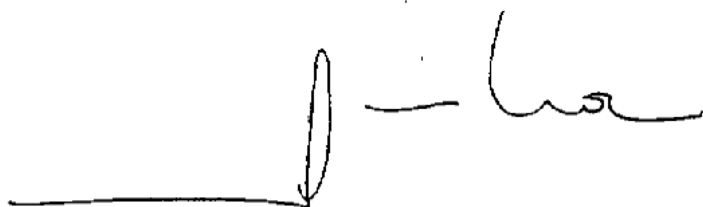
Dê-se ao art. 5º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, nos termos do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 5º Os nomes das agraciadas e, se houver, do agraciado serão previamente enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º.

Sala da Comissão, 16 de dezembro de 2014



, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 40/14 NA REUNIÃO DE 16/12/2014
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Sen. Cyro Miranda

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PSOL, PRB)

ÂNGELA PORTELA	1-LINDBERGH FARIAS
MARTA SUPICY <i>Marta Supicy</i>	2-ANIBAL DINIZ <i>Anibal Diniz</i>
ANA RITA <i>Ana Rita</i>	3-WELLINGTON DIAS
PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>	4-VANESSA GRAZZIOTIN
RANDOLFE RODRIGUES	5-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	6-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	7-ZEZÉ PERRELLA
INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>	8-RODRIGO ROLLEMBERG
JOÃO CAPIBERIBE	9-(VAGO)

Bloco Parlamentar Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)

JOSÉ SARNEY	1-EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2-VITAL DO RÉGO
ROMERO JUCÁ	3-VALDIR RAUPP
JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>	4-RICARDO FERRAÇO
EUNÍCIO OLIVEIRA	5-PEDRO SIMON
ANA AMÉLIA <i>Ana Amélia</i>	6-(VAGO)
BENEDITO DE LIRA	7-(VAGO)
CIRO NOGUEIRA	8-(VAGO)
KÁTIA ABREU	9-(VAGO)
(VAGO)	10-(VAGO)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM, SD)

CYRO MIRANDA	1-CÍCERO LUCENA
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	2-FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>
PAULO BAUER <i>Paulo Bauer</i>	3-CÁSSIO CUNHA LIMA
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo Alves</i>	4-LÚCIA VÂNIA
JOSÉ AGRIPINO	5-ALOYSIO NUNES

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)

ARMANDO MONTEIRO <i>Armando Monteiro</i>	1-EDUARDO AMORIM
GIM ARGELLO	2-JOÃO VICENTE CLAUDINO
(VAGO)	3-MOZARILDO CAVALCANTI
(VAGO)	4-(VAGO)

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu concedo a palavra, com muita satisfação, à Senadora Marta Suplicy, para proferir parecer em substituição à CCJ conjuntamente com a Comissão Diretora. Com a palavra V. Ex^a.

PARECER Nº 7, DE 2015–PLEN

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Sem revisão da oradora.) – Prezado Presidente Renan Calheiros, o Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2014, que altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz.

É um projeto que vem num momento adequado, vem numa hora adequada, no mês que homenageia a mulher, e as cinco emendas estão sendo acatadas por esta Relatora.

Então, Sr. Presidente, o projeto está sendo acatado, e espero que seja aprovado pelo Plenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O parecer da Senadora Marta Suplicy é favorável.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão do projeto em turno único.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer todos os Líderes, porque todos – como diz V. Ex^a, absolutamente todos –, absolutamente todos, assinaram o requerimento de urgência. E creio que isso, como outros projetos que estão na pauta, é parte das votações do mês de março que envolvem o Dia Internacional da Mulher. Isso é muito importante.

Eu mesma, assistindo à televisão hoje, vi matéria acerca da violência crescente que as mulheres sofrem no Brasil ainda, e o esforço do Congresso Nacional não só de aperfeiçoar a legislação, mas também de agir, no dia a dia, no sentido de colaborar com instrumentos os mais diversos, para que possa ser cada vez mais decrescente a violência doméstica, que faz com que tantas mulheres sofram neste País.

E esse projeto de resolução, Sr. Presidente, foi apresentado para propor uma pequena modificação no prêmio, que é o Diploma Bertha Lutz, que trata de homenagear as mulheres que lutam em defesa e que tiveram participação importante na luta em defesa dos direitos das mulheres e da questão de gênero.

A mudança é a seguinte, Sr. Presidente: hoje, pela resolução, somente mulheres poderão ser reconhecidas e premiadas – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a tem sido uma grande crítica em relação a isso. Somente as mulheres, pela Resolução do Senado, podem receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o Diploma Bertha Lutz, e estamos propondo a modificação, para que pessoas o recebam. Ou seja, muitos homens também lutam a favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, e a mudança é para que os homens também possam receber esse reconhecimento, ou seja, o Diploma Bertha Lutz.

Então, essa é a modificação que apresentamos. E acreditamos que, assim, democratizamos mais e reconhecemos que não só mulheres, mas muitos homens também apoiam as mulheres na luta, que não é delas, mas da própria sociedade, pelo direito à igualdade, pelo direito a condições iguais entre homens e mulheres.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Obrigada, Sr. Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos à Senadora Vanessa. Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Oposição/PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar essa resolução. Ela, sem dúvida nenhuma, vem modernizar toda essa luta da mulher. Acredito que, à medida que chamamos o homem para participar da nossa luta, temos uma parceria importante para avançarmos.

Portanto, meus cumprimentos à Bancada feminina, que lutou tanto por essa modernização.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Encerrada a discussão.

Passamos à votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação das Emendas nº 1 a 5 da Comissão de Educação, de parecer favorável.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer:

PARECER
Nº 8, DE 2015
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 40, de 2014.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 40, de 2014, que *altera a Resolução nº 2, de 2001, para permitir que homens também sejam agraciados com o Diploma Bertha Lutz*, consolidando as Emendas nºs 1 a 5 – CE, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 5 de março de 2015

Jorn. Viana - Jorge Elton
Maurício - Elienir dos Reis
Reitor
Aureliano - Edmundo
Ferreira
Ramon de Azevedo
Presidente

ANEXO AO PARECER Nº 8, DE 2015

Redação final do Projeto de Resolução
nº 40, de 2014.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2015

Altera a Resolução do Senado Federal
nº 2, de 2001, para permitir que homens
também sejam agraciados com o
Diploma Bertha Lutz.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução do Senado Federal nº 2, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É instituído o Diploma Bertha Lutz, destinado a agraciar pessoas que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e das questões do gênero.

Art. 2º O Diploma Bertha Lutz será conferido anualmente durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março, e agraciará 5 (cinco) pessoas de diferentes áreas de atuação, sendo no mínimo 4 (quatro) mulheres.

Art. 3º A indicação da candidata ou do candidato ao Diploma Bertha Lutz deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo *curriculum vitae* e de justificativa, até o dia 1º de novembro.

Parágrafo único. Toda entidade, governamental ou não governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à promoção e à valorização da mulher poderá indicar 1 (um) nome de candidata ou de candidato ao Diploma Bertha Lutz, a cada ano.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas e, se houver, do agraciado, será constituído o Conselho do

Diploma Bertha Lutz, composto por 1 (um) representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

Parágrafo único. Anualmente, o Conselho escolherá, dentre os seus integrantes, o seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

Art. 5º Os nomes das agraciadas e, se houver, do agraciado serão previamente enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º." (NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero também comunicar à Casa que ontem tivemos a satisfação de recepcionar na residência da Presidência do Senado Federal o Encontro de Mulheres Parlamentares.

Na oportunidade, nós todos discutimos uma pauta para a reforma política com efetiva participação das mulheres.

E, hoje, eu quero, com satisfação, comunicar ao Senado Federal que a Câmara dos Deputados aprovou – como nós cobrávamos aqui sempre –, neste mês de março, neste mês da mulher, o projeto de lei originado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a mulher, que qualifica o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. A matéria vai seguir para sanção.

É uma vitória, sem dúvida, da sociedade, mas também é uma vitória significativa das nossas Senadoras e das nossas Deputadas também, que, a par de outros graves problemas nacionais, estão atentas, como nunca, continuam muito atentas às questões que envolvem a mulher brasileira.

Quero comunicar também ao Senado – essa comunicação também é muito importante – a aprovação também pela Câmara dos Deputados, em primeiro turno, da chamada PEC da Bengala, que vai permitir aos Ministros do Supremo Tribunal Federal exercer suas prerrogativas até os 75 anos de idade.

Lembro que a matéria já tinha sido aprovada pelo Senado Federal em 2006, quando eu era Presidente do Senado Federal. Essa matéria acaba de ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Portanto, ela é altruísta e não se reveste – eu quero mais uma vez dizer – de nenhum casuismo. O Senado já havia deliberado sobre essa matéria em 2006. Desde 2006, nós cobrávamos, pacientemente, a apreciação dessa matéria pela Câmara dos Deputados, o que, nesta semana, ocorreu.

Isso é muito importante para o Brasil e é muito importante para o ajuste fiscal, porque – eu lembrei – nós temos caso hoje de Ministro do Supremo Tribunal Federal que está no exercício do cargo e, para esse mesmo cargo, nós já pagamos três Ministros aposentados. Então, essa medida que faculta cinco anos a mais é, sobretudo, uma das medidas mais significativas do ponto de vista do ajuste fiscal do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Próximo item da pauta.

Item 5:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 2, de 2011 (nº 583/2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.*

O Parecer nº 720, de 2014, da CDH, que teve como Relatora a Senadora Ana Rita, é favorável.

O Parecer nº 721, de 2014, da CCJ, que teve também como Relatora a Senadora Ana Rita, é favorável, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto, em turno único (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o projeto, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final da matéria, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer:

PARÉCER
Nº 9, DE 2015
(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do
Senado ao Projeto de Lei da Câmara
nº 2, de 2011 (nº 583, de 2007, na
Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011 (nº 583, de 2007, na Casa de origem), que *dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionários nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 5 de março de 2015

Jorge Elton - Jorge Elton,
Elmano - Elmano Ferraz
Elcio - Elcio
Elcio - Elcio
Ramon Belchior
Presidente

ANEXO AO PARECER Nº 9, DE 2015.

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2011 (nº 583, de 2007, na Casa de origem).

Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes profissionais.

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 2 – CCJ)

Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º

I – multa no valor de 30 (trinta) salários-mínimos ao empregador, revertida aos órgãos de proteção dos direitos da mulher;

.....”

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 1 – CCJ)

Suprima-se o art. 3º do Projeto.

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a redação final.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Próximo item da pauta.

É um item também muito importante, acordado com os Líderes partidários.

O Projeto de Lei da Câmara nº 16 contempla importante preocupação ao estender à mulher o direito de registrar o seu filho. Antes era necessário que ela comprovasse a ausência ou o impedimento do pai após 45 dias do nascimento para que o registro da criança pudesse ser feito. Com a aprovação desse projeto no mês da mulher, garante-se às genitoras o direito de registrarem suas crianças.

A Emenda nº 1 de Plenário, de redação, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com pareceres favoráveis da CDH e CCJ, deixa apenas claro que, quando realizado pela mãe, o registro da paternidade observará os casos previstos em lei de paternidade presumida ou mesmo de reconhecimento voluntário.

É, portanto, como todos sabem, uma proposição recoberta de méritos e que esta Casa, seguramente, deverá apoiar, como as Comissões já fizeram.

Item 6:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013 (nº 817/2011, na Casa de origem), que *altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.*

Os Pareceres nº 1.197, de 2013, e 833, de 2014, da CDH, que teve como Relatora a Senadora Angela Portela, em primeiro pronunciamento favorável ao Projeto e segundo pronunciamento favorável à Emenda nº 1, de Plenário; e – nºs 1.198, de 2013, e 834, de 2014, da CCJ, primeiro pronunciamento, que teve como Relator o Senador Humberto Costa, favorável ao Projeto, e segundo pronunciamento, que teve como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, favorável à Emenda nº 1, de Plenário.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 20, de 2013.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o projeto, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação o projeto, sem prejuízo da Emenda nº 1, de Plenário.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1, de Plenário, de redação.

Essa Emenda não altera o conteúdo do projeto na manifestação da própria Comissão.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão da Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental.

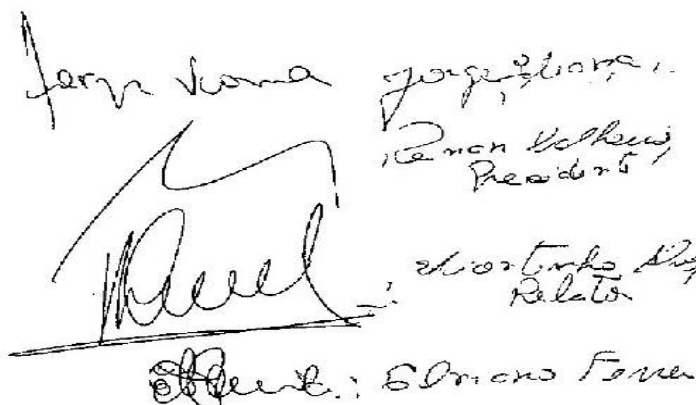
É o seguinte o parecer:

PARECER
Nº 10, DE 2015
(COMISSÃO DIRETORA)

Redação final do Projeto de Lei da
Câmara nº 16, de 2013 (nº 817, de
2011, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013 (nº 817, de 2011, na Casa de origem), que *altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho, consolidando a Emenda nº 1 Plen, de redação, aprovada pelo Plenário.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 05 de março de 2015.


Fernando...
Gorge...
Renon...
Presidente
Relator
Edmundo Fere

ANEXO AO PARECER Nº 10, DE 2015.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2013 (nº 817, de 2011, na Casa de origem).

Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.

Art. 2º Os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52.

1º) o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto, observado o disposto no § 2º do art. 54;

2º) no caso de falta ou de impedimento de um dos indicados no item 1º, outro indicado, que terá o prazo para declaração prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Senadora Marta Suplicy e Senadora Vanessa.

Não havendo quem queira...

Senadora Rose de Freitas e Senadora Lúcia Vânia.

Não havendo quem queira discutir a redação final, nós declaramos encerrada a discussão da redação final e passamos à votação da redação final.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – V. Exª chamou a atenção das mulheres aqui no plenário, entretanto nós queríamos votar todos primeiro para depois falar.

Foram três projetos relativos às mulheres que nós acabamos de votar, três projetos muito importantes: esse que permite à mãe registrar o próprio filho; o projeto anterior, de autoria da Deputada Alice Portugal, que proíbe a revista íntima em local de trabalho contra a mulher; e, nos presídios, a revista íntima só poderá ser feita por pessoas do sexo feminino, para evitar muitos constrangimentos que muitas mulheres simples e hu-

mildes sofrem quando vão visitar filhos, parentes nas penitenciárias, Sr. Presidente. E o projeto anterior, que é um reconhecimento das próprias mulheres, com relação ao prêmio Bertha Lutz, de que os homens também, muitos deles, lutam por direitos iguais.

E dizer, Sr. Presidente, que tenho certeza de que todas nós nos sentimos muito orgulhosas do poder, muito orgulhosas, porque nem sempre foi assim. Nem sempre a gente teve as condições reunidas para votar projetos que avancem no reconhecimento e na necessidade da igualdade entre homens e mulheres.

V. Exª falou, no pronunciamento inicial, acerca do feminicídio, um projeto que primeiro o Senado aprovou e, há dois dias, a Câmara dos Deputados aprovou, que é algo fundamental, porque é inimaginável, mas é a realidade: muitas mulheres que sofrem a violência doméstica sofrem por uma única razão: a razão de gênero. Sofrem violência pelo simples fato de serem mulheres. Infelizmente, na sociedade machista, ainda existem muitos homens que acham que mulheres não são parceiras nem companheiras, mas só e tão somente sua propriedade.

Então, cumprimento V. Exª, cumprimento os Parlamentares, Senadores e Senadoras, pela importância dos três projetos que acabamos de votar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Requerimento do Senador Acir Gurgacz:

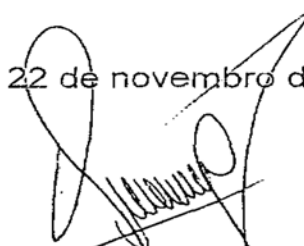
Requeiro, nos termos do §12, alínea “c”, inciso II, do art. 255, combinado com o art. 104, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei nº 2, de 2015, além das comissões constantes do despacho do Presidente, seja também apreciada a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o conteúdo do referido projeto trata de matéria de análise típica daquela Comissão, onde melhor se debaterá a eficácia da proposta.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 126, DE 2015

Requeiro, nos termos do nº 12, alínea c, inciso II, do art. 255, combinado com art. 104-B ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o **Projeto de Lei da Câmara, nº 2 de 2015**, Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências, além das Comissões constantes no despacho inicial, seja também apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, uma vez que o conteúdo do referido Projeto trata de matéria de análise típica daquela Comissão, onde melhor se debaterá a eficácia da proposta.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 2011



Senador **Acir Gurgacz**
PDT/RO

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em votação o requerimento do Senador Acir.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento, nº 53, de 2015**, da Senadora Ana Amélia e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 18 de maio, destinada a comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O próximo item, Proposta de Emenda à Constituição nº 40, que foi consequência de uma comissão criada pelo Congresso Nacional e subscrita, em primeiro lugar, pelo Senador José Sarney, que à época era o Presidente do Senado Federal.

Já está discutida a matéria e nós vamos transferir a sua inclusão para a pauta de terça-feira, já com a discussão esgotada. É a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, que altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Esse item, essa Proposta de Emenda à Constituição será o primeiro item da pauta de terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – **Item 3:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Wilson Santiago, que *altera a redação do § 6º do art. 14 da Constituição Federal para determinar a desincompatibilização do Presidente da República, do Governador do Estado e do Prefeito Municipal como condição para a candidatura eleitoral.*

O Parecer nº 233, de 2014, da CCJ, que tem como Relator o Senador Luiz Henrique, é favorável, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ (Substitutivo), que oferece.

A matéria, como todos sabem, constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, do Senado Federal.

Há, sobre a mesa, emenda que será publicada.

É a seguinte a emenda:

EMENDA
Nº 2-PLEN
(à PEC nº 73, de 2011)

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 73, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 14.

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

.....” (NR)

“Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de cinco anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....” (NR)

“Art. 29.....

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito, para mandato de cinco anos, e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleitos diretos e simultâneos, em cada caso, realizados em todo o País;

.....”

“Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Neste momento em que a Reforma Política se coloca como tema mais importante da Ordem do Dia, impõe-se dar solução permanente para a questão dos mandatos dos Chefes do Poder Executivo.

Com base em toda a experiência que tivemos, parece-nos que, indiscutivelmente, a melhor alternativa é o fim da reeleição com mandato de cinco anos.

Com esse desenho, eliminamos o instituto da reeleição dos Chefes de Governo, cujos resultados têm sido, no mínimo, negativos, mas, ao mesmo tempo, com a extensão do tempo do mandato, resolve-se o problema de que quatro anos são considerados insuficientes para que um administrador possa levar a cabo o seu programa de Governo.

Com essas alterações, temos a certeza de que se aprimorará muito o processo de eleição para o Poder Executivo, permitindo eleições mais corretas e que os eleitos possam executar a vontade do povo que os elegeu.

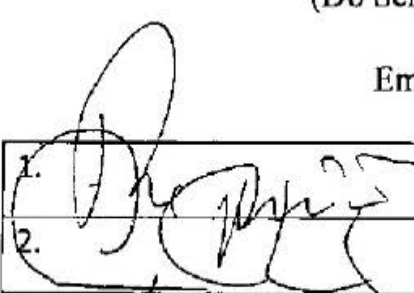
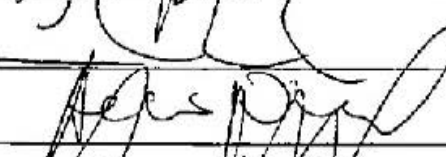
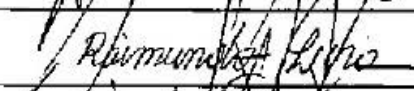
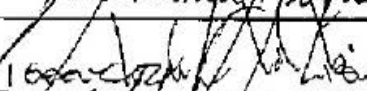
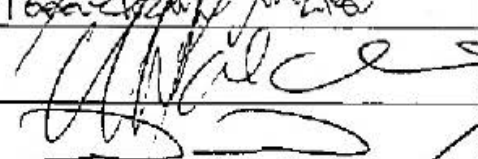
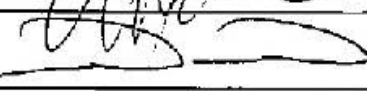
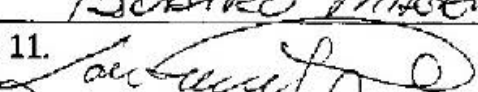
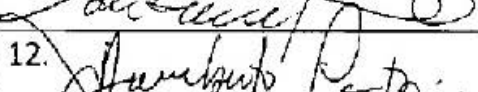
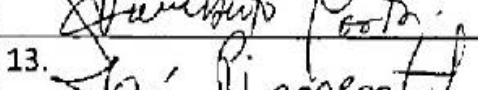
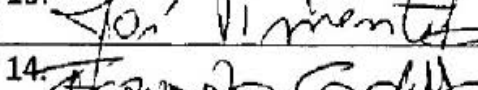
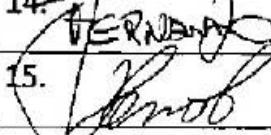
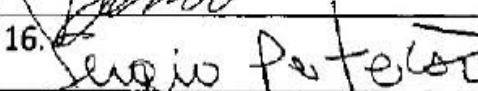
Sala das Sessões,



Senador ROMERO JUCÁ


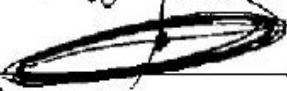
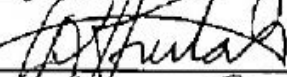
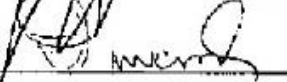

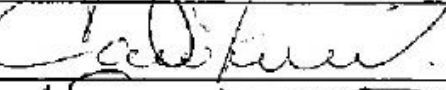


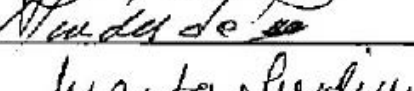
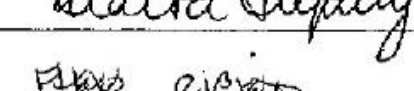
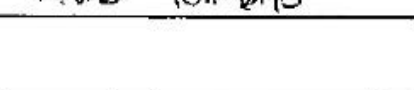
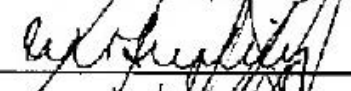
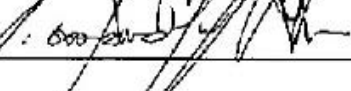
FOLHA DE ASSINATURAS
EMENDA Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Emenda à PEC nº 73/2011

1.		
2.		CÁSSIO CUNHA LIMA
3.		Aécio Neves
4.		Raimundo Faria
5.		Flávio Bolsonaro
6.		VALADRES
7.		Waldenir Costa
8.	Auz Amêlie (P/MS)	
9.	Mafuso Magri	MAGUSO MAGIA
10.	Bernardo Maggi	Bernardo Maggi
11.		BATISTA A. FILHO
12.		HUMBERTO COSTA
13.		José Pimentel
14.		FERNANDO COSTA
15.		FLAVIO CASSOL
16.		SERGIO PETECÃO
17.	Eunício OLIVEIRA	

FOLHA DE ASSINATURAS
EMENDA Nº DE 2015
(Do Senador Romero Jucá e outros)

Emenda à PEC nº 73/2011

18.	ELIANO FÉZEE	
19.	Jaig Alcolumbe	
20.	Romero Jucá mulo	
21.		Rose de Freitas
22.		JEN. XAVIER
23.	JOE AGRIPINO	
24.	Aloysio Nunes	
25.	Henri José	
26.	TASSO	
27.	Leonardo Ribeiro	
28.	VIZ / mique	
29.	Atades Oliveira	
30.		Marta Siqueira
31.		ANDRÉ RIBEIRO
32.		
33.		
34.		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Segunda sessão de discussão da proposta e emendas em primeiro turno.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Luiz Henrique, que foi, na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator dessa importantíssima matéria.

Eu acho que essa desincompatibilização... E antes mesmo que nós colocássemos isso no texto da Constituição Federal, o Senador Luiz Henrique – e é importante lembrar isso aqui –, sem que a Constituição mandasse, ele se desincompatibilizou na sua reeleição como candidato ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Essa é uma prática, Senador Reguffe, que devia valer para todas as eleições do Executivo e até mesmo do Ministério Público. Nós estamos com o Procurador-Geral da República em processo de reeleição para a sua recondução ao Ministério Público.

Quem sabe se nós, mais adiante, não vamos ter também, a exemplo do que estamos fazendo com as reeleições do Executivo, que regrear esse sistema que o Ministério Público tornou eletivo.

O último Procurador-Geral da República antes do Dr. Janot, que tem uma excelente relação com esta Casa, no seu processo de eleição, de uma só vez, às vésperas das eleições, o saudoso Dr. Gurgel, ele pagou de uma só vez R\$ 275 milhões ao Ministério Público de vários anos de ajuda moradia. De uma só vez, em pleno processo eleitoral, ele pagou R\$ 275 milhões. E é evidente que isso o ajudou no próprio processo de recondução.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Renan Calheiros, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o Congresso Nacional instituiu contra a cultura política deste País o sistema de reeleição dos titulares de cargos do Poder Executivo eu fiz discursos, escrevi artigos condenando a instituição daquela prática.

Dizia na época que mais importante teria sido a reforma política no sentido de impedir a influência do poder econômico nas eleições, no sentido de regular o financiamento público dos pleitos, impedindo a cumplicidade entre empresas que são contratadas pelo Governo para fazer obras com o financiamento de campanhas eleitorais e com o financiamento de partidos e candidatos.

Fiz, portanto, pronunciamentos veementes contra a instituição da reeleição. Defendo, Sr. Presidente, uma reforma política – e estabeleci isso no projeto de emenda à Constituição de autoria do nobre Senador Romero Jucá –, defendo o fim da reeleição, defendo mandatos de seis anos e a coincidência de todas as eleições em 2022, mas, enquanto perdura, no Direito brasileiro, o princípio da reeleição, é uma excrescência que não se estabeleça também a desincompatibilização do titular do cargo que exerce.

Por isso, Sr. Presidente, prefeito de Joinville, concorri à eleição fora do cargo, não pude renunciar à época, porque meu Vice-Prefeito, José Henrique Carneiro de Loyola, tinha assumido como suplente suas funções de Senador da República, mas me licenciiei, passei o cargo ao Presidente da Câmara e fui reeleito fora do Governo, sem o poder do Governo. Posteriormente, candidato à reeleição ao cargo de governador do Estado, aí sim, pude praticar o ato da renúncia, e o fiz tão logo homologado em convenção do meu Partido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto do Senador Wilson Santiago, como a iniciativa da ilustre Senadora Ana Amélia, representa, caso mantida a reeleição na reforma política, um avanço nas instituições.

O governador, que pode reduzir alíquotas do ICMS, o governador, que tem sob o seu comando a Polícia Militar e a Polícia Civil, disputando a reeleição no cargo, leva uma vantagem extraordinária em relação aos demais concorrentes. Eu não quis ter essa vantagem e, por isso, renunciei.

Coerentemente com o que preguei e com o que fiz, elaborei esse parecer, que peço seja aprovado pelos ilustres pares desta Casa para que a democracia brasileira sofra o importante processo de aprimoramento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

Eu peço ao Secretário-Geral da Mesa, por favor, o requerimento através do qual o Senador Roberto Requião propõe uma sessão temática nesta Casa do Congresso Nacional, que tratará do Brasil e da crise econômica.

Se não houver objeção, nós vamos apreciar o requerimento do Senador Roberto Requião, que propõe uma sessão temática para avaliar, nesta Casa do Congresso Nacional, o Brasil e a crise econômica.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 154, parágrafo 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão de debate temático para discussão do tema **"A crise e as perspectivas de longo prazo do Brasil"**.

JUSTIFICATIVA

O Brasil encontra-se em profunda crise de natureza econômica, política e com riscos de crise institucional. Diante desse quadro, é preocupante a ausência de uma visão de longo prazo, de um projeto estratégico, de um projeto nacional. O governo e o Congresso Nacional estão aprisionados por uma agenda de curto prazo, de administração cotidiana da crise.

O governo e o Congresso, embalados pela mídia e pelos escândalos de corrupção, concentram sua atenção na busca da construção de consenso para implantar uma reforma política, mais ou menos ambiciosa e mais ou menos diversionista.

Ao contrário do que se vem repetindo à exaustão, a "mãe de todas as reformas" não é a reforma política, mas a reforma da economia. O Brasil necessita, mais precisamente e com urgência, de um projeto nacional que oriente o governo, o Congresso, os partidos, o capital produtivo, a classe trabalhadora, a política externa. Enfrentar a crise que se avoluma e se aprofunda exigem planejamento estratégico e projeto nacional.

Como debatedores, sugiro que sejam convidados o engenheiro civil e doutor em engenharia da produção **Darc Antonio da Luz Costa**, o doutor em economia **Carlos Lessa** e o doutor em economia **Marco Henrique Monteiro de Castro**, cujos currículos seguem em anexo.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 2015.

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – PMDB/PR

SENADOR RENAN CALHEIROS – PMDB/AL – Presidente do Senado Federal

CURRICULUM VITAE**MARCIO HENRIQUE MONTEIRO DE CASTRO**

Brasileiro

Estado civil: casado

RG: 2323760-5 - DIC / DETRAN - RJ CPF: 346293517/87

Nascimento: 5/9/1951, Rio de Janeiro - RJ

Endereço: Praia do Flamengo, 60, Apt° 302- Flamengo - Rio de Janeiro CEP 22210-030

Telefone (21) 2285-1681

FORMAÇÃO ACADÊMICA

UFF/FEA - bacharei em Ciências Econômicas. 6/1/ 1975

UFRJ/COPPE - mestre em Engenharia de Produção. 23/12 1980

TESE - SUBSÍDIOS À FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA TECNOLÓGICA

UNICAMP/IE - doutor em Economia. 27/11/1992

TESE - REFORMA AGRÁRIA E PEQUENA PRODUÇÃO

ATIVIDADES PROFISSIONAIS**BNDES**

1975 – 1978: economista da Área de Planejamento, lotado na gerência de tecnologia e bens de capital.

1979 – 1980: gerente do Departamento de Planejamento

1980: analista do projeto ALBRÁS/ALUNORTE do Deptº de Mineração

1984: assessor da superintendência da Área de Projetos II

1985: Gerente da Coordenação Geral da Área de Projetos IV

1986 – 1988: Coordenador Geral da Área de Projetos IV, responsável pelo controle orçamentário, financeiro e avaliação dos projetos.

1989: Chefe do Departamento de Estudos sociais do BNDES. Coordenou mais de duas dezenas de trabalhos pioneiros na área de políticas públicas. Devemos destacar: 1) a avaliação do Programa do Leite; 2) Avaliação do Programa de Reforma Agrária, a maior e mais complexa pesquisa realizada sobre assentamentos rurais no Brasil até o início dos anos 90.

1993 – 1994: gerente setorial de agronegócios

1999: economista da gerência de projetos para populações tradicionais

2001-2002: gerente de contas responsável pelo FRD/MG, ES, PA, MS, TO e por projetos relacionados às populações tradicionais.

2003-2004: Diretor do BNDES

UFF

- Departamento de Economia; 2º semestre de 1980 e 1º semestre de 1984

- Departamento de História. Professor assistente e, a partir de 1992, adjunto.

Início: 1º semestre de 1985. Término: 1º semestre de 1997

UFRJ/COPPE

- Programa de Planejamento Energético; professor em 1983/1985

- Programa de Engenharia de Produção; professor colaborador 1995/1998

CÂNDIDO MENDES

- Professor de Macroeconomia e Teoria Monetária 1983/1986

CORECON- CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

Conselheiro Efetivo 1990/1992

Presidente durante o ano de 1992

COFECON- CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Conselheiro Efetivo 1993/1995

Coordenador da Comissão de Política Econômica 1994/1995

TRABALHOS PUBLICADOS

Rudolf Bahro e a Alternativa ao Socialismo Real; Castro M. H. M., Medeiros C. A., Oliveira F. A.; em Temas de Economia – UFMG – 1983

Contribuição de Ignácio Rangel ao Pensamento Econômico Brasileiro; Bielschowsky R., Castro M. H. M.; em “Economia Brasileira Contemporânea”; Ignácio Rangel; BLenal 1987

Repensando a Questão Agrária Brasileira; Castro M. H. M., David M. B. A.; em “A Economia e Política da Crise Brasileira – A Perspectiva Social-Democrata”; Rio Fundo Editora 1991

Subsídios à formulação de uma Política Social para População Rural; FUNDAP – SP; 1991

Aproximação à Questão Agrária Brasileira; Arche'typon Nº 3, 1993

A Dualidade Básica da Economia Brasileira de Ignácio Rangel; Arche'typon Nº 9, 1995

Notas para uma leitura de Gilberto Freire; Arche'typon Nº 10, 1995

Dualidade, Modernidade e Atualidade; em “O Pensamento de Ignácio Rangel”; FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, CNPQ e PPGG-UFSC. 1997, idem Editora 34, 1998

Valor, Marxismo e História; Arche'typon Nº 17, 1998

A Economia Geopolítica do Pós-Guerra; Arche'typon Nº 22, 2000

O Sentido da Revolução Brasileira em “RAÍZES DO BRASIL”; em Estudos Estratégicos; CEE/ESG, Agosto 2002

Nosso Mestre Ignácio Rangel; in Obras Reunidas / Ignácio Rangel – Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

A esfinge Amazônica; CIÊNCIA HOJE; Nº 235 – MARÇO 2007

Amazônia – soberania e desenvolvimento sustentável; Brasília; CONFEA (Pensar Brasil), 2007

Desenvolvimento Sustentável: a politização da economia física; OIKOS Vol. 9, Nº1; 2010

Elementos de economia do projeto; em Ignácio Rangel: decifrador do Brasil / Felipe Macedo de Holanda et al (organizadores) – São Luís: Edufma, 2014.

Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel / Monteiro de Castro, Bielschowsky e Benjamin; em Revista de Economia Política, volume 34, nº 4 (137), out-dez 2014.

Carlos Lessa é Doutor em Economia.

Formou-se em Economia pela Universidade do Brasil em 1959. Entre 1962 a 1968 foi professor do Instituto Rio Branco, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social. Atuou em instituições do Chile, Nicarágua, El Salvador, México, Argentina e Espanha.

Foi Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, eleito com 82% dos votos da comunidade universitária, em 2002.

Foi presidente do BNDES, no início do Governo Lula – 2003/2004. Foi Diretor Executivo do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (1993-1995) e conhece o Rio como poucos.

Foi Fundador e Diretor do IFCH da UNICAMP.

É Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde continua em atividade, nos cursos de Mestrado e Doutorado em Engenharia de Produção, na COPPE.

Autor de 15 livros, e inúmeros artigos em publicações sobre economia e sobre Brasil.

Livros:

- Introdução à Economia- uma abordagem estruturalista, com Antonio Barros de Castro;
- Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise
- O Conceito de Política Econômica - Ciência e /ou Ideologia
- A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso;
- O Rio de Todos os Brasis
- A Auto-estima e Desenvolvimento Social.

E capítulos em livros:

- Se o Brasil é viável?
- Cultura, arte e tradições fluminenses
- Rio de Janeiro: panorama sociocultural

Também organizou outros tantos livros, entre os quais:

- O Rio Pensa o Brasil,
- À Luz do Apagão,
- Depois do atentado – Notícias da Guerra Assimétrica,
- Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno e
- Enciclopédia da Brasilidade: auto estima em verde e amarelo.

Entre as condecorações que recebeu está a Medalha do Mérito Naval, em reconhecimento de sua posição em defesa dos interesses nacionais, e a Grã Cruz do Mérito Científico, a mais alta e seletiva comenda outorgada um intelectual.

CURRICULUM VITAE

FORMAÇÃO ESCOLAR:

Primário: English Course for Children	1953-1957
Ginásial: Colégio Santo Inácio	1958-1962
Científico: Colégio Santo Inácio	1963-1965

UNIVERSITÁRIA

Graduação:

PUC/RJ Engenharia Civil	1966-1970
-------------------------	-----------

Pós-Graduação:

COPPE/UFRJ-Engenharia Nuclear	1971
PUC/RJ-Análise de Sistemas	1973-1974
PUC/RJ-Engenharia de Produção (M. Sc.)	1975-1977
COPPE/UFRJ-Engenharia da Produção (D. Sc.)	1997-1999

Extensão:

Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia/ESG	1989
Diversos outros cursos e estudos nas áreas de engenharia, análise de sistema, economia, sociologia e filosofia.	

MILITAR

Escola de Formação de Oficiais da Reserva da Marinha	1967-1969
--	-----------

Idiomas:

Espanhol e Inglês: Lê, fala e escreve.
Francês, Italiano e Alemão: Lê

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**Panamericana de Engenharia:**

Estagiário em Engenharia	1969-1973
--------------------------	-----------

Airant Construtora Ltda.:

Engenheiro	1971
------------	------

Ministério da Marinha:

Oficial Convocado	1972-1973
-------------------	-----------

Analista de Sistemas	1974
----------------------	------

BNDES

Engenheiro Concursado	1975-1977
-----------------------	-----------

Gerente de Sistemas	1978
---------------------	------

Gerente da Área de Planejamento	1979
---------------------------------	------

Chefe do Departamento	1980-1982
-----------------------	-----------

Chefe da Consultoria Técnica	1982-1987
------------------------------	-----------

Superintendente	1988-1989
-----------------	-----------

Vice-Presidente	2003-2004
-----------------	-----------

Escola Superior de Guerra

Membro do Corpo Permanente	1995-2002
----------------------------	-----------

Organizador do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos	1998
---	------

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos	1999-2002
---	-----------

Conselheiro do Centro de Estudos Estratégicos	2003
---	------

ELETROBRÁS

Membro do Conselho de Administração	2003-2004
-------------------------------------	-----------

CSN-COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Membro do Conselho de Administração	2005-2009
-------------------------------------	-----------

ALGAR S.A.

Membro do Conselho de Administração	2009
-------------------------------------	------

DLC Desenvolvimento Logística e Cenários Simples Ltda.

Sócio-Presidente	2005.....
------------------	-----------

TRANSESTER DO BRASIL Alta Tecnologia em Bioenergia Ltda.

Sócio	2005.....
-------	-----------

ILED Infraestrutura, Logística, Energia e Desenvolvimento Simples Ltda.

Sócio	2008.....
-------	-----------

MICROONDAS Desenvolvimento de Tecnologias de Energia e Meio Ambiente Simples Ltda.

Sócio 2008.....

LUZ Assessoria Energética Simples Ltda.

Sócio 2009.....

CÂMARAS de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela

Presidente 2008.....

FEDERAÇÃO DE CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DA AMÉRICA DO SUL

Presidente 2009.....

MAGISTÉRIO

UFRJ-Professor Visitante-Instituto de Economia 1997- 1998
 UERJ-Professor-Curso de Pós- Graduação em Engenharia 1995- 1999
 UFRJ/COPPE-Professor convidado – Mestrado em Engenharia de Produção 2003- 2004
 Membro do Corpo Permanente e Conferencista da Escola Superior de Guerra
 Conferencista da Escola de Política Pública e de Governo da UFRJ
 Conferencista do Curso de Especialização de Estudos Brasileiros da Universidade Mackenzie em São Paulo

OUTRAS PARTICIPAÇÕES

Clube de Engenharia

Chefe de Divisão Técnica 1990-1995
 Conselheiro 1993- 1998

Fundação de Previdência e Assistência Social do BNDES-FAPES

Conselheiro Eleito 1994-1997
 Membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos 1993-
 Membro do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro 1992-

Sindicato Nacional das Indústrias de Construção Pesada-SINICON

Consultor 1994-1995

Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento- ABDE:

Professor 1994-1996

Financiadora de Estudos e Projetos – Finep

Professor 1998

Associação Brasileira dos Estudiosos em Estratégia - ABESE

Membro Fundador, primeiro e Presidente 1996-1998

Instituto Virtual de Economia e Logística do Rio de Janeiro

Coordenador Geral 1999-

Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos – CEBRES

Membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos 1993-1998

Membro do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro 1992-

Conselheiro 1998-

ARTIGOS PUBLICADOS

Revista do Clube de Engenharia

Revista da Escola Superior de Guerra

Revista da Defesa Nacional

Diversos periódicos de ampla divulgação.

LIVROS PUBLICADOS

- ESTRATÉGIA NACIONAL - outubro de 2003.
- BRASIL- EM DEFESA DO ESTADO - 1996, pelo CEBRES.
- CAUSA NACIONAL - 1999, pela Editora SENAC (SP)
- A GUERRA DO BRASIL, em co-autoria com diversos outros autores - 2000, pela Editora SENAC (SP)
- O BRASIL A LUZ DO APAGÃO, em co-autoria com diversos outros autores - 2001, pela Editora Razão Cultural (RJ)
- DEPOIS DO ATENTADO, em co-autoria com diversos outros autores - 2002, pela Editora Garamond (RJ)
- MUNDO LATINO E MUNDIALIZAÇÃO – Organizador – 2004
- FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO DA ESTRATÉGIA NACIONAL – 2010, pela Editora PAZ E TERRA (RJ – SP)
- AMERICA DO SUL, em co-autoria com diversos outros autores – 2011, pela Capax Dei Editora Ltda (RJ)
- AFRICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL, em co-autoria com diversos outros autores – 2013, pela Capax Dei Editora Ltda (RJ)

VIAGENS A SERVIÇO E COMISSÕES:

Instrução como Guarda-Marinha	Europa e África	1969
Membro de Delegação a	UNIDO Viena, Austria	1984
Membro de Delegação da ESG	Argentina, Uruguai e Paraguai	1995
Membro de Delegação a	Angola,	2000
Conferencista em	Portugal	2002-...
Membro de Delegação aos	EUA	2002

CONDECORAÇÕES

- Medalha da Ordem do Mérito da Defesa - Grau de Comendador
- Ordem do Mérito Naval
- Ordem do Mérito Aeronáutico - Grau de Comendador
- Ordem do Mérito Militar
- Ordem do Mérito do Rio Branco
- Medalha do Mérito Santos Dumont
- Medalha Tiradentes
- Medalha Marechal Cordeiro de Farias – ESG
- Medalha da Vitória

TÍTULOS INTERNACIONAIS

Acadêmico Estrangeiro da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – As Senadoras e os Senadores que aprovam... Senador Jorge Viana...

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Oportunamente, será designado o dia, e o Senado expedirá os convites para os nomes listados no requerimento do Senador Requião.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, apenas para corroborar com o que V. Exª manifestou a respeito da PEC da Bengala. V. Exª mencionou que a Casa aprovou, em 2005. Essa iniciativa, justiça se faça, foi do Senador, nosso conterrâneo, Pedro Simon, de passagem brilhante por esta Casa, em 2003. Em 2003, a PEC da Bengala. Assim, eu faço questão deste registro pela relevância e pelo papel que teve o Senador Pedro Simon que, ao longo do tempo, defendeu sua PEC. Então, a aprovação dela pela Câmara, como disse V. Exª, foi um gesto necessário e oportuno e, agora, o Senado terá também a responsabilidade de referendar aquilo que o Senador Pedro Simon, em 2003... Nós estamos em 2015, faz bastante tempo. Nós vamos apreciar, então, a iniciativa de nosso conterrâneo, Senador Pedro Simon.

Muito obrigada, Presidente Renan Calheiros.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu estou inscrito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Jorge Viana e Senador Valadares, na sequência.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me refiro... Queria me manifestar em relação à PEC 73, que, oportunamente, V. Exª porá na Ordem do Dia e iniciará o debate dessa tão importante proposição no dia de hoje. Essa PEC tem origem em iniciativa do Senador Wilson Santiago e teve, como Relator, o Senador Luiz Henrique, que acaba de fazer um pronunciamento aproveitando o debate, que se inicia hoje, dessa tão importante Emenda à Constituição. Eu só queria – vou participar desse debate nas outras quatro sessões – dizer que, quando da mudança no art. 14 da Constituição Federal, com a Emenda Constitucional nº 16, de 1997, que instituiu a reeleição, não foi feita a devida modificação na Lei da Desincompatibilidade. E ficamos em uma situação, Senador Fernando Bezerra, que V. Exª ainda há pouco usou da tribuna... O §6º traz um absurdo, exatamente por conta de não se ter alterado a Lei da Desincompatibilidade, o §6º que fica: “Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos [cargos e] mandatos até seis meses antes do pleito.”

Imaginem se o Presidente da República resolver, em homenagem ao seu Município, à sua terra natal, candidatar-se a vereador ou mesmo a prefeito. Tem que renunciar ao cargo, mas se ele quiser se candidatar ao cargo mais importante do País, do ponto de vista do Executivo, que é de Presidente, ele segue ocupando o cargo.

Se o Governador do Estado, no exercício do seu mandato, resolve ocupar o cargo de deputado estadual, ele tem que renunciar ao mandato seis meses antes, mas, se ele quiser concorrer à reeleição, ele disputa a reeleição permanecendo no cargo.

Essa situação inaceitável vem desde 97 quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 16, que tinha um objetivo: instituir, a qualquer preço, a reeleição. A reeleição foi instituída e a Lei de Desincompatibilidade não foi alterada.

Então, penso que a PEC 73, tão bem relatada pelo Senador Luiz Henrique, da qual se inicia o debate agora para sua apreciação do ponto de vista terminativo nas próximas quatro sessões, vem corrigir algo. Vem corrigir algo!

Por isso, eu, como, a princípio, defensor do instrumento da reeleição, mas com esse tipo de correção. Então, quem queira concorrer à reeleição no Executivo, seja prefeito, seja governador ou mesmo Presidente da República, vai ter que se desincompatibilizar de um cargo.

Ora, se é necessário esse regramento na Constituição para um cargo menor, ele tem que valer principalmente para um cargo maior. Eu penso que nós vamos estar aqui dando uma satisfação à sociedade – e isso o Presidente Renan debateu em uma reunião da Mesa Diretora – para fazer jus a um reclame da sociedade.

A sociedade pode até se dividir um pouco, do ponto de vista do instrumento da reeleição ou não, mas, quando for debatido esse tema da desincompatibilização, eu penso que a ampla maioria da sociedade vai dizer: “Não, é incompatível poder disputar o maior cargo sem se afastar ou mesmo sem renunciar.” É absolutamente incompreensível que se tenha que renunciar ao cargo para disputar um cargo menor, quando a decisão vir de alguém que ocupa o Executivo.

Então, fica aqui o meu reconhecimento do trabalho feito pelo Senador Luiz Henrique, como Relator na Comissão de Constituição e Justiça, eu me refiro à PEC 73, que institui uma alteração na proposta que instituiu

a reeleição e impõe a obrigatoriedade da renúncia seis meses antes àqueles que busquem a reeleição quando ocupando cargo no Executivo, seja do ponto de vista do Município, do Estado ou mesmo ocupando a Presidência da República.

Essa é a minha contribuição, Sr. Presidente, para este debate, que entendo da maior importância, que começa agora de maneira terminativa no Senado Federal e que vai seguir nas próximas quatro sessões, como estabelece o Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Valadares, com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Flexa em seguida ao Senador Valadares.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, pode falar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Agradeço.

Sr. Presidente, sabemos que o sistema prisional brasileiro está vivendo uma crise sem precedentes. São mais de 600 mil presos espalhados pelo Brasil inteiro, muitos deles aprisionados em cadeias ou presídios insalubres, onde criminosos de alta periculosidade são misturados com criminosos primários, onde não há vaga suficiente para atender às demandas judiciais, à Lei de Execução Penal.

Por isso, nós pretendemos, oportunamente, apresentar aqui no Senado Federal um requerimento solicitando, pedindo, uma sessão temática para a discussão desse tema tão importante para o Brasil.

O criminoso, no Brasil, entra para cumprir a sua pena, e a sua reinserção social, a sua recuperação para a sociedade, é praticamente inexistente, uma vez que o preso sai da cadeia formado em criminalidade, com o diploma em doutorado, não para contribuir com o seu trabalho para a paz social, mas para voltar ao crime, para retornar ao crime, infelizmente.

Lamentavelmente, ainda não existe no Brasil, Sr. Presidente, uma lei que cuide dos direitos dos presos, como a educação, o preparo psicológico, o trabalho na cadeia, como prevê a própria Lei de Execução Penal, uma lei de 1984 – à época uma lei superavançada –, que está em vigor, mas que, em virtude de iniciativa do Senado, está em processo de alteração.

Foi instituída uma comissão de juristas, para fazer a alteração dessa lei, por meio de um projeto de lei, que já está em tramitação no Senado Federal. Essa lei sequer foi totalmente utilizada nos meios, nos instrumentos que ela prega de reinserção social, de recuperação do preso, de fortalecimento do sistema prisional, de fortalecimento do juiz da execução penal, isto é, do sistema como um todo, para que o Brasil possa se livrar desse círculo vicioso, cujas consequências, a violência que invadiu não apenas as capitais, o meio urbano, mas também o meio rural, os Estados estão sofrendo.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos apresentar um requerimento com este objetivo: uma sessão temática para que, com a presença de especialistas, do próprio Ministro da Justiça aqui neste plenário, possamos avaliar o trabalho que está sendo feito nos Estados em favor de um sistema prisional mais perfeito, mais adequado e avaliar também os males que estão acontecendo para o enfraquecimento do sistema.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fernando Bezerra Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Tenho certeza, Senador Valadares, que, pela importância do tema, o requerimento deverá receber pleno apoio deste Plenário. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Fernando Bezerra, eu gostaria que V. Ex^a nos dissesse se a Ordem do Dia foi encerrada, porque...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Temos mais um item na Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – ... nós estávamos discutindo uma PEC que trata da reforma política e tivemos agora o Senador Valadares colocando, propondo uma sessão temática, importante, que tem o apoio de todos nós.

Mas vamos esgotar a Ordem do Dia para que possamos encerrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – É o que faremos agora a seguir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – Coloco em discussão o Item 4 da Ordem do Dia.

Item 4:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2013

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que acrescenta o § 5º ao artigo 17 da Constituição Federal para estabelecer critérios para criação de partidos políticos.

Parecer sob nº 623, de 2014, da Comissão de Constituição e Justiça, Relator: Senador Cidinho Santos, favorável, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, que apresenta.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358, do Regimento Interno.

Coloco a matéria em discussão, em primeiro turno.

Não havendo, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão. Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011 (REFORMA POLÍTICA)

Votação, em primeiro turno, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias*.

Pareceres da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, sob nºs:

– 660, de 2011 – 1º Pronunciamento: (sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 40, de 2011) favorável, com votos vencidos dos Senadores José Pimentel, Antonio Carlos Valadares, Humberto Costa, Sérgio Petecão e da Senadora Marta Suplicy; e vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda e outros; e

– 1.097, de 2011 – 2º Pronunciamento: (sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 40, de 2011; e 29, de 2007, tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 919, de 2011), favorável à Proposta de Emenda a Constituição nº 40, de 2011, com votos vencidos dos Senadores Marcelo Crivella e Antonio Carlos Valadares, e vencido, em separado, do Senador Inácio Arruda; e pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2007, que tramitava em conjunto; e

– 721, de 2012 – 3º Pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 1 a 4-Plen) contrário, com votos vencidos dos Senadores Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares e José Pimentel.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência*.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2013 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2013 – Complementar, do Senador Roberto Requião, que *insere parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e altera redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação*.

Parecer sob nº 923, de 2014, da CAE, Relatora: Senadora Gleisi Hoffmann, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CAE, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – PE) – A primeira oradora que convoco à tribuna é a Senadora Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão Senador Fernando Bezerra, caras colegas Senadoras, colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje foram avanços significativos especialmente em relação à agenda das matérias legislativas de interesse do empoderamento e de uma maior participação das mulheres na atividade política brasileira.

Isso se faz necessário não só pela celebração do mês de março, dia 8, Dia Internacional da Mulher, mas também pelo compromisso desta Casa com esta agenda de ampliar as condições favoráveis para uma ampliação da presença feminina nos Parlamentos brasileiros, nas câmaras de vereadoras, nas assembleias legislativas, na Câmara Federal e no Senado Federal.

Hoje já podemos aqui nesta Casa, aqui no Senado Federal, ter um percentual bastante melhor do que tivemos no início da legislatura que começou em 2011, mas ainda assim queremos avançar mais, e a Câmara ainda patina nos nem 10% da representação dos 513 Deputados Federais de representação de mulheres.

Temos a convicção de que os passos ao longo do tempo vêm sendo dados e, por isso, vamos avançar cada dia mais.

E, aí, vejo que duas mulheres estão ali: uma presidindo a sessão, Senadora Vanessa Grazziotin; ao lado da Senadora recém-eleita, Senadora Rose de Freitas, que foi a primeira mulher a ocupar a Vice-Presidência da Câmara dos Deputados.

Então, quero dizer que nós precisamos, Senadora Rose, Senadora Vanessa, que é a Procuradora da Mulher no Senado, criar cada vez mais espaços para essa representação, até porque nós estamos vivendo momentos de enorme tensão na economia e na política. E essa tensão e essa instabilidade são provocadas por um processo que eu diria que imobilizou o País, Senador Moka, por conta de uma investigação que está sendo comandada muito bem pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, e o Poder Judiciário agora está sendo instado a entrar na famosa Operação Lava Jato.

E estamos vivendo no Brasil essa instabilidade – eu diria – jurídica, em função de quem é, de quem está indiciado, de quem será indiciado, exatamente por conta da falta de uma divulgação segura e rápida de nomes envolvidos na chamada lista do caso Lava Jato ou do petróleo, que atinge diretamente a economia brasileira, as nossas instituições políticas, mas, principalmente, a nossa crença e a credibilidade necessárias para a capacidade que teremos de solucionar, no curto prazo, este e vários outros problemas por cujos resultados a sociedade está clamando.

O que estamos vivendo não é apenas mais um caso de corrupção como os demais que já vimos na nossa história recente. Esse escândalo está parando e paralisando a atividade econômica, está, de certa forma, obstruindo também a nossa atividade legislativa, e a sua maior consequência é que toda a classe política, na verdade, está sob suspeita, perdendo, de alguma forma, a legitimidade para defender causas, ideias e projetos.

A estabilidade jurídica precisa, Senadora Rose de Freitas, ser restabelecida imediatamente, com a celeridade possível. Por que essa estabilidade jurídica? Porque ela também impacta na estabilidade econômica e na estabilidade política. Ela é a base de muitos dos outros desdobramentos e também a raiz de todas as demais estabilidades por que estamos clamando e exortando, que norteiam a segurança da nossa vida, a estabilidade moral, social, política e econômica.

Por isso, se nós quisermos melhorar a estabilidade em todos os setores – e começamos aqui, nesta Casa –, temos que começar por restabelecer a crença, a credibilidade e a estabilidade na ordem jurídica.

É lamentável, mas parece que nosso País perdeu o rumo. Por isso, eu entendo e penso que só – tenho compartilhado essa ideia com várias pessoas – o Judiciário poderá estabelecer novos rumos para esta Nação, apresentando os nomes de quem está envolvido nesse escândalo: o Lava Jato.

Que medidas sejam tomadas para que a Nação siga o seu caminho rumo ao crescimento econômico, rumo à estabilidade democrática e à consolidação dos nossos valores, longe da corrupção e restabelecendo os valores éticos e morais por que tanto clama a sociedade.

Valho-me de uma frase que é mais do que retórica. Eu a recebo como não apenas uma expressão de verdade, mas, mais do que isso, um compromisso de um líder de uma instituição que nós aqui sempre defendemos, especialmente quando recusamos a PEC que cerceava o poder do Ministério Público: a famosa e famigerada PEC nº 37.

Nós, portanto, temos confiança, serenidade na segurança do trabalho que o Ministério Público vem fazendo. E, por isso, a frase do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, abre aspas: “Quem tiver que pagar vai pagar. Vamos apurar. É um processo longo, e nós vamos até o final dessa investigação.” – fecha aspas.

É nisso, Senador Reguffe, Senador Moka, que nós cremos. É nisso que nós cremos! E nós respeitamos a seriedade dessa instituição, Ministério Público, pelo equilíbrio, pela responsabilidade, exatamente por respeitar o estado de direito.

Ontem, essa instabilidade chegou à economia de modo direto numa das áreas mais sensíveis: o dólar chegou a superar R\$3; R\$3,30; R\$3,40; chegou a ser comercializado. E por que isso acontece? Porque essa área é muito sensível à especulação e à instabilidade política.

Mesmo que uma autoridade possa ter dito – e eu já fui jornalista de economia por muito tempo, Senadora Rose de Freitas, de um Estado exportador –que, para quem exporta, dólar alto representa mais reais no bolso do exportador, nós temos que ver que, como temos também uma economia globalizada – e hoje o Brasil importa tudo, um monte de bugigangas da China, a começar por aí; gastamos muito –, nosso desequilíbrio da balança comercial já está alarmando.

A nossa exportação é relevante, porque ela também entra nas nossas reservas cambiais. É bom, portanto, ampliarmos nossa capacidade dessas reservas cambiais, só que nós também dependemos muito de importação.

Nós estamos importando frutas, importando peixe de tudo que é lugar do mundo. E precisamos entender que também muitos dos insumos, para agricultura, por exemplo, dependem de importação. Goiás, essa nova fronteira agrícola, Estado da Senadora Lúcia Vânia, vai importar fertilizantes, assim como o meu Estado, o Rio Grande do Sul, que já é tradicionalmente um celeiro agrícola, e tantos outros Estados: Paraná, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. Rondônia é uma fronteira agropecuária.

É exatamente por isto que nós temos que ver o equilíbrio cambial: para evitar... É ótimo, mas, se nós dependemos da importação, tudo que nós importarmos também virá muito mais caro. Teremos que gastar muito mais reais para pagar essa importação, porque o dólar está valorizado em relação ao real.

Aliás, a nossa moeda foi um das mais desvalorizadas em toda a região. É claro que outras moedas foram mais desvalorizadas – não estamos sozinhos nesse processo. Eu só quero chamar a atenção para o impacto que a instabilidade política provoca também na economia. Por isso nós precisamos de um norte, de uma segurança fundamental para saber: para que rumo vai o Brasil? Que tamanho terá o ajuste fiscal que nós vamos votar aqui?

O Presidente Renan Calheiros renovou hoje aqui, na sessão do Senado Federal que acabou há pouco, os motivos que o levaram a devolver uma medida provisória que tratava de matéria inconstitucional de questão tributária já examinada no ano passado. Não foi nenhum ato de afronta à Presidente da República. Foi simplesmente o uso de uma prerrogativa do Presidente do Senado, até porque chegou a hora de dar um basta.

É medida provisória todo dia. Nós estamos sufocados aqui na nossa atividade. Difícil! Nós temos que fazer.

A Presidente da República certamente sabe, como democrata que é, que esse é um ato legítimo e que isso não vai criar... Só que nós precisamos que rapidamente o Governo converta a medida provisória num projeto de lei, para que possamos aqui discutir amplamente e democraticamente, no período regimental, uma matéria que venha em caráter de urgência. Por que não?

Tantas matérias que estavam engavetadas aqui, no Congresso, de uma hora para outra, como por milagre, mesmo complexas, como aquela de que se falou agora, a PEC da Bengala, já foram aprovadas, e tantas outras, Senadora Lúcia Vânia. É exatamente isto: a chamada vontade política. Quando a sociedade percebe norte e segurança na tal vontade política, ela vai acreditar nesses valores, e essa estabilidade só se dará na hora em que o País souber para que rumo estamos indo.

Há notícia de que, domingo, a Presidente falará à Nação. Tomara que aproveite essa oportunidade para exatamente sinalizar para que lado nós estamos indo, ampliando os nossos horizontes nessa participação! Ontem, uma avaliação foi feita aqui, numa aula de economia dada pelo Senador José Serra, assim como tantos Senadores que, todo dia, vêm aqui falar sobre isso.

Então, acreditamos, somos, eu, pelo menos, compartilho de uma atitude de responsabilidade, o que for importante para o País, votarei a favor, mesmo que tenha restrições a outras questões com que não concordo, mas isso é do regime democrático, é assim que temos que fazer. Por isso, faço questão de pedir à Presidente desta Casa a transcrição na íntegra do Editorial publicado hoje, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, cujo título é “A lista de Janot”. E, aí, encerro o meu pronunciamento, porque ele está com um texto absolutamente equilibrado sobre esta matéria que pauta e, por outro lado, está criando esse grau de incerteza e instabilidade.

Em uma iniciativa cercada de muita expectativa, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de 28 inquéritos para investigar 54 nomes mencionados

no âmbito da Operação Lava Jato. Referem-se [diz o Editorial] a pessoas suspeitas de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras.

[Continua o Editorial da Folha.] Nem por isso se desfez, ao menos não completamente, a ansiedade em torno da lista de Janot. É que ainda não se tornaram conhecidos todos os políticos afetados pela medida, o que deve ocorrer nos próximos dias. [Prossegue o Editorial.] Não se sabe ao certo, aliás, nem mesmo quantos desse grupo são congressistas e quantos não ocupam cargos públicos.

Além disso, [prossegue] a relação por ora traz apenas casos relacionados a autoridades que, por força da Constituição, precisam ser processadas no STF, [Supremo Tribunal Federal] como deputados e senadores. Eventuais investigações sobre governadores, por sua vez, requerem aval do Superior Tribunal de Justiça, mas Janot ainda não formalizou pedidos nessa corte.

[Prossegue o texto do Editorial.] Quando essas dúvidas iniciais estiveram resolvidas, restará por responder a uma questão muito mais relevante: entre todos os citados, quais serão considerados culpados pela Justiça? A pergunta, basilar em qualquer ação penal, será esclarecida somente depois de percorrido um longo e necessário caminho.

Tudo o que o procurador-geral [prossegue o texto do editorial] por ora fez foi sugerir investigações aprofundadas acerca de determinadas pessoas. No STF, caberá ao ministro Teori Zavascki dizer se há indícios suficientes para tanto. Após essa fase, Janot decidirá se apresenta denúncias que, uma vez aceitas pela Justiça, representarão a abertura de processos criminais.

[Ainda prossegue o editorial da Folha de S.Paulo, de que já solicitei a transcrição na íntegra.] Investigados ou acusados, pouco importa, os citados na Lava Jato não poderão ser considerados culpados [Senador Valdir Raupp] antes que o Judiciário assim o decida. [E prossegue o editorial, com que compartilho integralmente.] Qualquer prejulgamento, além de violar os direitos ao contraditório e à ampla defesa, apenas contribuiria para desmoralizar instituições que têm dado seguidos sinais de amadurecimento. [Isso é muito importante para o Estado de direito, Senador Valdir Raupp.]

Marco na história do País, o julgamento do mensalão foi também laboratório para a nova fase que se inaugurava. Com a experiência dos últimos anos, a Procuradoria-Geral da República e o próprio STF aprenderam a evitar armadilhas que retardam o ritmo judicial.

Abro agora um parêntese para lembrar também de erros graves, como o daquele juiz que pegou os carros do Sr. Eike Batista para usar, manchando o Judiciário. Por sorte já foi admoestado pelo Conselho da Justiça, mas esse caso é exemplar, para que isso não contamine. E é exatamente aí que está também a força dessa argumentação do editorial da *Folha*.

Para terminar, prossegue o editorial:

O Supremo, por exemplo, não analisará os casos no plenário da corte, mas em uma turma composta de cinco ministros; Rodrigo Janot, por seu turno, não reunirá todos os processos, mas os dividirá em inúmeras peças. São iniciativas que, tudo leva a crer, contribuirão para dar à Justiça a agilidade que a sociedade demanda.

[O último parágrafo, Senadora Rose de Freitas.] Da teoria à prática, entretanto, sempre há uma distância que precisa ser preenchida por ações concretas. A imagem do julgamento que mal começa será tanto melhor quanto mais rápidos e transparentes forem seus primeiros passos.

Esse editorial tem exatamente a relevância que o tema merece, a reflexão que nós todos fazemos sobre ele e pela precisão,...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – ... pelo equilíbrio e pela responsabilidade é que eu fiz a leitura dele e também solicitei a transcrição nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigada, Srª Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “A lista de Janot”, Editorial, *Folha de S.Paulo*, de 5/3/2015.

A lista de Janot

Pedido de abertura de inquéritos no Supremo representa apenas o fim da primeira etapa de uma longa jornada no Judiciário

Editorial – Folha de S.Paulo 05/03/2015

Em uma iniciativa cercada de muita expectativa, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de 28 inquéritos para investigar 54 nomes mencionados no âmbito da Operação Lava Jato. Referem-se a pessoas suspeitas de envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras.

Nem por isso se desfaz, ao menos não completamente, a ansiedade em torno da lista de Janot. É que ainda não se tornaram conhecidos todos os políticos afetados pela medida, o que deve ocorrer nos próximos dias. Não se sabe ao certo, aliás, nem mesmo quantos desse grupo são congressistas e quantos não ocupam cargos públicos.

Além disso, a relação por ora traz apenas casos relacionados a autoridades que, por força da Constituição, precisam ser processadas no STF, como deputados e senadores. Eventuais investigações sobre governadores, por sua vez, requerem aval do Superior Tribunal de Justiça, mas Janot ainda não formalizou pedidos nessa corte.

Quando essas dúvidas iniciais estiveram resolvidas, restará por responder a uma questão muito mais relevante: entre todos os citados, quais serão considerados culpados pela Justiça?

A pergunta, basilar em qualquer ação penal, será esclarecida somente depois de percorrido um longo e necessário caminho.

Tudo o que o procurador-geral por ora fez foi sugerir investigações aprofundadas acerca de determinadas pessoas. No STF, caberá ao ministro Teori Zavascki dizer se há indícios suficientes para tanto. Após essa fase, Janot decidirá se apresenta denúncias que, uma vez aceitas pela Justiça, representarão a abertura de processos criminais.

Investigados ou acusados, pouco importa, os citados na Lava Jato não poderão ser considerados culpados antes que o Judiciário assim o decida. Qualquer prejulgamento, além de violar os direitos ao contraditório e à ampla defesa, apenas contribuiria para desmoralizar instituições que têm dado seguidos sinais de amadurecimento.

Marco na história do país, o julgamento do mensalão foi também laboratório para a nova fase que se inaugurava. Com a experiência dos últimos anos, a Procuradoria-Geral da República e o próprio STF aprenderam a evitar armadilhas que retardam o ritmo judicial.

O Supremo, por exemplo, não analisará os casos no plenário da corte, mas em uma turma composta de cinco ministros; Rodrigo Janot, por seu turno, não reunirá todos os processos, mas os dividirá em inúmeras peças. São iniciativas que, tudo leva a crer, contribuirão para dar à Justiça a agilidade que a sociedade demanda.

Da teoria à prática, entretanto, sempre há uma distância que precisa ser preenchida por ações concretas. A imagem do julgamento que mal começa será tanto melhor quanto mais rápidos e transparentes forem seus primeiros passos.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, o Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

Durante o discurso da Sra. Ana Amélia, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Rose de Freitas.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Concedo a palavra à Líder Vanessa Grazziotin, do PCdoB.

Comunico, também, a Senadora Ana Amélia que o pedido de transcrição do editorial da *Folha de S.Paulo* será atendido integralmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. Como líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Rose de Freitas, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras.

Srª Senadora Rose de Freitas, antes de iniciar o meu pronunciamento, eu quero aqui fazer um registro em meu nome e no nome da Senadora Sandra Braga, que já ocupou a tribuna mais cedo, pela manhã. É um registro importante relativo à presença, neste plenário, dos Vereadores do Município de Parintins, lá no Estado do Amazonas. Parintins, a Ilha Tupinambarana, que o mundo inteiro conhece. Aliás, eles são muito, Senadora Rose, pávulos.

Pávulo é uma expressão que se usa para falar sobre aquelas pessoas que são muito altruístas, orgulhosas, não diria metidas, mas muito seguras de si, porque Parintins tem, segundo eles, os parintinenses, a maior festa do mundo, que é a Festa dos Bois-Bumbás, o folclore, do Caprichoso e do Garantido – não é Senador Raupp? –, que, de fato, o mundo inteiro assiste. Aliás, o Carnaval do Rio de Janeiro passou por um processo revolucionário, o Carnaval do Rio de Janeiro, a maior festa do Brasil, a partir do momento em que os artistas de Parintins, que eu acho que é a cidade que mais talento reúne, Senadora Ana Amélia, por metro quadrado, porque lá todo mundo é artista... Por isso que a gente diz que é um povo muito pávulo.

E aqui estão presentes conosco o Vereador Juliano Petro Velho, o Vereador Mateus Assayag, o Vereador Rai Cardoso e o Vereador Rildo Maia. Então, sejam todos bem-vindos aqui nesta visita ao Senado! Certamente estão em Brasília tratando dos problemas de Parintins – é muito bom tê-los aqui.

Eu costumo dizer – e não só na época do festival folclórico, que acontece no último final de semana do mês de junho – sempre que Parintins é o nosso orgulho. Parintins é o orgulho não só do povo amazonense, mas do Brasil. E quem teve a oportunidade de conhecer a Festa dos Bois, em Parintins, sabe como aquilo é uma obra de arte, porque é a mistura do Brasil que foi construído a partir da miscigenação.

O que é o Boi-Bumbá? Porque, lá no Maranhão, nós temos o Bumba Meu Boi, e, em Parintins, nós temos o Boi-Bumbá. Pega a tradição do povo nordestino que foi para a Amazônia brasileira, pega a tradição dos povos indígenas, lá não só da Ilha Tupinambarana, mas de toda a Região Amazônica do Brasil, num espetáculo que é uma verdadeira ópera – é uma ópera, uma ópera!

Eles fazem essa disputa entre Caprichoso e Garantido lá no bumbódromo, porque há sambódromo, e lá é bumbódromo. E o mais bonito é que a galera, as pessoas que vão assistir, elas participam, e conta pontos. Na escola de samba, só contam pontos os itens do boi; no bumbódromo e durante a festa de Parintins, contam pontos, além dos itens – porque são itens, é uma história que é contada –, contam pontos também a postura da galera, daqueles que estão nas arquibancadas, que têm uma participação direta.

A Srª Sandra Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O Garantido é o vermelho, e o Caprichoso é o azul.

A Srª Sandra Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – É o azul.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nós temos o nosso boi, cada um, mas nós temos um que é o maior, que é o Caprichoso e o Garantido, que é a festa de Parintins.

Então sejam bem-vindos!

Senadora Sandra.

A Srª Sandra Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Apenas para reiterar suas belas palavras com relação à nossa querida Parintins, uma cidade muito importante para o nosso Estado, principalmente por essa questão cultural, e importante para o Brasil, porque é um espetáculo realmente que todos nós brasileiros ficamos muito orgulhosos e pávulos com a beleza que é esse festival e o quanto isso representa para a nossa cultura brasileira. Quero dizer também que o festival é lindo, mas que o povo de Parintins também é muito importante, porque não só é inteligente e pávulo, mas é um povo carinhoso, um povo receptivo, que recebe o Brasil inteiro naquela ilha e dá uma demonstração de comportamento de brasileiro que acolhe, como é o povo de

Parintins. Então parabéns aqui pela presença dos nossos Vereadores que estão aqui representando esse povo, representando toda essa alegria de Parintins. E estão aqui certamente visitando esta Casa, trazendo, nos brindando com todo esse talento de Parintins, mas também porque estão aqui trabalhando pelo povo de Parintins. Então, parabéns e sejam muito bem-vindos. E parabéns, também, Senadora, pelas suas palavras referentes à nossa ilha Tupinambarana. Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Sandra. Acolho o aparte de V. Exª. De fato, tudo isso que estamos falando de Parintins acho que ainda é muito pouco diante do que é Parintins.

Só quem conhece a Região Amazônica sabe como é difícil a vida. E o Município de Parintins tem algo assim... Não é um Município que tenha grandes produções; lá há uma produção de gado grande, importante, mas a grande produção de Parintins é o talento da sua gente e a exportação de tecnologia nessa área de cultura.

No Carnaval do Rio de Janeiro, Senadora Lúcia Vânia, as alegorias eram todas paradas. Hoje, não; são alegorias vivas, que interagem com a população. E quem ensinou isso aos artistas cariocas, da Cidade Maravilhosa do Brasil, foram os artistas parintinenses, que são verdadeiros profissionais do mundo. Eles ficam, por um período, preparando a festa de Parintins e, fora daquele período, vão para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para o mundo inteiro, para preparar outras festas.

Então, Vereadores Petro, Mateus, Rai e Rildo, recebam e transmitam a toda aquela gente querida os nossos cumprimentos e, mais do que isso, os nossos reconhecimentos.

Aqui estamos eu e Sandra Braga, as duas Senadoras, mas tenho certeza de que são as palavras também de Omar Aziz, nosso outro Senador, e de Eduardo Braga, que é Senador e hoje está lá no Ministério.

Aliás, Senadora Sandra, o Senador Eduardo está preparando um encontro com a Bancada da Região Norte, Senador Valdir Raupp, e em breve teremos notícias muito boas. Parintins também se prepare, porque notícias muito boas virão. Mas isso é por conta do projeto que o Ministro está desenvolvendo, e em breve – creio que no início de abril – teremos esse encontro com a Bancada como um todo.

Eu quero, feito esse registro, Presidente, levantar outro assunto que diz respeito também ao Estado do Amazonas.

Mas quero chamar a atenção dos senhores, Vereadores de Parintins, porque há outro problema semelhante com o Município de Parintins. E nós já estamos procurando nos antecipar para que o povo de Parintins não viva a apreensão que pessoas estão vivendo lá em Barcelos.

Eu me refiro ao fato – tratei, antes de ontem, desse assunto aqui na tribuna – de que há uma ordem judicial, recentemente assinada, dando um prazo de 30 dias para que aproximadamente 700 famílias – em torno de 639 famílias – residentes no Município de Barcelos...

O Município de Barcelos, para quem não sabe, é um Município localizado na região do Alto Rio Negro. É o maior Município, em extensão territorial, do Amazonas. Creio – não sei se peço, se erro, se falho, mas creio que não – que é o maior Município do Brasil. A sua extensão territorial é maior do que muitos países da Europa, maior do que a França.

Lá, a Aeronáutica, já há algum tempo, entrou com uma ação de reintegração de posse de uma área muito próxima ao centro da cidade, ao centro de Barcelos, uma área urbana. Eu já tinha conhecimento do problema. Ainda quando o Ministro da Defesa era o Ministro Jobim, estivemos no Ministério da Defesa, no Comando da Aeronáutica, tratando do assunto, no sentido de construir uma solução negociada para que essas 700 famílias que vivem em Barcelos não percam as suas casas.

Ontem, nos reunimos com um representante da Força Aérea, e ele nos relatou, nos confirmou a intenção da Aeronáutica de negociar, de buscar uma saída negociada. Ou seja, tratamos desse assunto em uma reunião no dia de ontem, e foi com muita satisfação que eu obtive essa confirmação de que não há interesse da Força Aérea Brasileira, ou seja, da Aeronáutica, por essa área em questão, apesar de existir a ação judicial. O que eles querem é tão somente preservar a área no entorno das torres de comunicação do aeródromo, do aeroporto, que estão instaladas no local. Ou seja, a região onde vivem as famílias – repito, em torno de 700 famílias – não é mais de interesse da Aeronáutica. Portanto, nós acreditamos que, com essa decisão da Aeronáutica, podemos chegar a um acordo, e esse acordo terá de ser feito no âmbito da Justiça.

O impasse jurídico, Srª Presidente, foi criado porque a Aeronáutica, como responsável por assegurar a área, foi obrigada, à época, a comunicar à Advocacia-Geral da União a existência de famílias no terreno. O terreno é da União. Caso não fizesse isso, o próprio Comando da Aeronáutica poderia responder por crime de responsabilidade, porque, uma vez que um agente público toma conhecimento de determinado fato, é obrigação desse agente público agir contra esse fato.

Entretanto, foi-me explicado ontem que, desde 2003, entrou em vigência a Lei nº 10.683 e que, por força do art. 24-D dessa lei, a competência em relação aos aeródromos do Brasil passou da Aeronáutica para a SAC, ou seja, para a Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República.

Portanto, com essa troca de responsabilidades, diante dessa nova realidade, acredito que seja plenamente possível chegarmos a um entendimento diante da decisão do Juiz Federal Ricardo de Sales, em relação a quem quero fazer um registro, da sua justeza, da sua dedicação e da sua responsabilidade. Mas vamos solicitar a ele – a peça já está sendo elaborada, e a Prefeitura de Barcelos já está ajudando nesse processo – no sentido de adiar essa solicitação, o despacho da desocupação, visto que não é mais a Aeronáutica que deve responder, e sim a SAC (Secretaria de Aviação Civil), a quem pertence a área.

Essas famílias, Srª Presidente, a que me referi estão localizadas nos bairros de Aparecida, Nazaré, São Francisco e Bairro da Paz. Quero dizer a essas pessoas que elas podem dormir com um pouco mais de tranquilidade, porque estamos trabalhando no problema e, certamente, chegaremos a um bom termo.

Imagine, Senador Raupp, o que significa ter uma casa para morar, um lugar onde se alojar com a família, e receber uma carta pedindo para desocupar aquela propriedade em 30 dias. Isso não é não fácil; é difícil. Mas quero tranquilizar a população daquele Município porque, de fato, estamos buscando uma saída, e ela será negociada. Eu irei ao Estado do Amazonas nesse fim de semana e procurarei o Juiz que proferiu o despacho, o Dr. Ricardo de Sales, pedindo para antecipar, porque, se os dois lados têm interesse em resolver, não querem mais o conflito, tenho certeza absoluta de que o Juiz agirá da mesma forma.

Eu me referi a Parintins porque esse Município poderá, Vereador Petro, viver esse problema, que se refere também a uma decisão judicial de liberação e reintegração de posse, por parte da União, de uma área de mais de dois milhões de metros quadrados nos arredores da cidade, uma área que também foi ocupada pela população.

Então, a Procuradoria da União no Amazonas, que é a unidade da AGU, atuou no caso, comprovou que o terreno foi doado pela prefeitura local para a Aeronáutica em 1982, que há a presença de ocupantes na área, que estão morando ou explorando comercialmente o terreno, e que isso representaria riscos para as operações aéreas do aeroporto de Parintins – que também é a mesma situação de Barcelos. Portanto, a Procuradoria apresentou uma documentação provando que o terreno era da União e que estava ocupado por populares.

É uma ação que está na Justiça, acho que da mesma forma como acontece em Barcelos. Não é um problema de má-fé, mas apenas uma necessidade da população. E, acompanhando o caso de Barcelos, nós já acompanharemos o caso de Parintins, para evitar que também naquele Município moradores sejam despejados de suas casas. São pessoas humildes, pessoas simples, que não usam o terreno ou a área para qualquer tipo de especulação, mas tão somente para ter o seu abrigo, para ter a sua moradia.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Cumprimento, mais uma vez, a Casa e agradeço, mais uma vez, às Senadoras e aos Senadores, aos Líderes partidários, ao Presidente Renan, pela importante sessão que tivemos hoje pela manhã, sessão em que nós votamos três projetos que falam diretamente às necessidades e às reivindicações das mulheres.

Então, é importante saber que no domingo, agora, comemoraremos mais um Dia Internacional da Mulher, dia 08, e que, desde o início do mês, nós estamos realizando muitas atividades.

A Senadora Rose de Freitas, que preside esta sessão, na semana que vem deverá tomar posse, porque assim está indicada para a Presidência da Comissão Mista de Orçamento.

E para nós, Senadora Rose de Freitas, V. Exª não tem ideia... Aliás, em ideia, sim, do que representa – V. Exª já foi Vice-Presidente da Câmara dos Deputados –, do que significa ter, pela primeira vez, uma mulher à frente da Comissão de Orçamento.

Dizem que mulher é muito competente para dirigir Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação, mas que Comissão de Orçamento é uma comissão para homens. Não; é uma comissão para mulheres também. E a Senadora Rose de Freitas é, talvez, a maior militante da Comissão de Orçamento.

Eu me recordo muito que, quando era Deputada Federal, ela, ao lado da ex-Deputada Laura Carneiro, eram as duas mais ardorosas debatedoras partícipes daquela Comissão, batalhadoras. Muitas vezes, em problemas de emendas, não só individuais, mas emendas coletivas, de Bancadas, que tocavam diretamente à questão das mulheres, era a elas que nós recorriamos, e, sempre com muita eficiência, elas aprovavam.

Enfim, pela importância, Senadora, desse fato – de V. Exª ter sido indicada pelo PMDB para a Presidência da Comissão –, nós estamos incluindo isso na agenda do mês de março, das mulheres, como um fato muito importante, porque estaremos todas lá. Mesmo aquelas que não participam da Comissão, estaremos lá para prestigiá-la e para dizer: é uma mulher, portanto, tem que valorizar muito as ações e os projetos da mulher dentro do Orçamento Geral da União.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eu quero, antes de mais nada, agradecer a V. Exª as palavras. V. Exª orgulha o seu Estado e a todas nós mulheres: faz a vanguarda da política nesta Casa, e não há um só momento – não só como nossa Procuradora, mas como companheira de Parlamento – em que nós não tenhamos em V. Exª as atitudes mais firmes, mais coerentes e mais pioneiras com relação à luta da mulher.

Hoje, eu registro que aquilo que aprovamos, nesta Casa, hoje, tem a marca registrada da sua luta, que acompanhamos. Somos seguidoras da sua luta. Acho que nós somos poucas – dizem –, mas a Senadora Vanessa Grazziotin é emblemática na luta das mulheres. Eu quero agradecer, inclusive, o convívio, a parceria, o aprendizado e dizer que V. Exª é orgulho desta Nação. Podemos ser poucas, mas o exército que V. Exª representa nos faz mais fortes e mais unidas.

Parabéns pelo discurso! Estaremos juntas, comemorando as conquistas das mulheres e lutando para que outras venham para esse caminho árduo da luta pelos direitos, pela igualdade e pela legislação mais justa no caminho das mulheres.

Registro que V. Exª contou com a presença dos Vereadores de Parintins: Mateus Assayag, Juliano Petro Velho, Rildo Maia e Rai Cardoso. Nós temos muito prazer em registrar a presença de todos vocês e a festa linda, sempre divulgada em prosa e verso, de que o Brasil se orgulha tanto e que, agora, é mundial.

(Manifestação da galeria.)

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Maioria/PMDB – ES) – Eles fazem o convite, extensivo a todos os Parlamentares desta Casa, para que compareçam para prestigiar esse evento internacional.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao nosso Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Rose de Freitas, Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores.

Queria dizer já, de imediato, Srª Presidente, aproveitando aqui a estada da Senadora Vanessa Grazziotin, que homenageou aqui Parintins. Eu, quando era governador do meu Estado, fui à festa do Parintins. Como eu sou colorado, torço pelo Internacional do Rio Grande do Sul, que tem uniforme vermelho, eu não tive dúvida, chegando a Parintins já comecei a torcer pelo Garantido.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Ai, ai, ai...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Falava à Vanessa que eu torço pelo Internacional do Rio Grande do Sul, que veste vermelho. Quando eu cheguei que vi o azul e o vermelho, com todo respeito ao Caprichoso, que também é um boi espetacular, mas eu acabei torcendo pelo Garantido, pelas cores que estava usando no momento e que foi uma belíssima – nem lembro se foi o Caprichoso, se foi o Garantido que venceu...

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Deve ter sido o Caprichoso.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – ... mas o importante foi o espetáculo, que realmente é uma coisa extraordinária.

Mas, antes de começar a minha fala, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre a reforma política, eu quero homenagear as mulheres. Eu não sei se eu vou ter a oportunidade de ocupar esta tribuna até o dia oito, até domingo. Em nome da nossa Presidente – que já foi Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e, na época, se comentava muito que pela primeira vez uma mulher tinha assumido a Vice-Presidência da Câmara dos Deputados e presidido, por inúmeras sessões, naqueles dois anos, a Câmara dos Deputados. E, agora, neste momento, preside a sessão do Senado Federal. Então, realmente, as mulheres têm galgado posições nos últimos tempos.

Acho que depois que a Margaret Thatcher, a dama de ferro, que ocupou como Primeira-Ministra da Inglaterra, ela conseguiu despertar nas mulheres do mundo inteiro que elas podiam avançar muito mais. Ela que fez uma gestão brilhante como Primeira-Ministra britânica. Depois também com Angela Merkel na Presidência da Alemanha, uma excelente gestão, dando um exemplo ao mundo de como dialogar, de como conversar, de como dirigir uma das primeiras economias do mundo, como a Alemanha.

Então, em nome dessas mulheres, da minha mãe que vai completar 95 anos no dia 12 de setembro próximo. Em nome da minha esposa, Deputada Marinha Raupp, que está no sexto mandato consecutivo como Deputada Federal, também uma brilhante Parlamentar, psicóloga, professora, educadora e, agora, há mais de 20 anos, trabalhando na Câmara dos Deputados. Então, em nome dessas mulheres, das mulheres rondonienses, das mulheres brasileiras, gostaria de homenagear todas as mulheres do nosso País pela luta, pela bravura, pela determinação. E tenho certeza de que vão continuar avançando cada vez mais.

Eu presidi, Senador Paim, a reunião de uma comissão aqui no Senado, em que estavam presentes senadores e senadoras da Suécia. Vi muitas mulheres naquele plenário, e perguntei qual era o percentual de mulheres

no Parlamento sueco e elas responderam que eram 48%. Quarenta e oito por cento do Parlamento sueco, da Suécia, são mulheres. Vejam como avançaram e outros países que estão avançando também.

Não tenho nenhuma dúvida de que assim como nas empresas, no comércio, na indústria e em todas as áreas, na política também, as mulheres vão continuar avançando e terão, graças a Deus, a compreensão e o apoio de todos nós, homens, que entendemos que as mulheres devam continuar avançando pela competência e capacidade. Parabéns às mulheres brasileiras, às mulheres do meu Estado, Rondônia.

Sr^a Presidente, volta e meia, a reforma política é tema que se faz presente na agenda do Congresso Nacional. Mais precisamente, há 18 anos o Congresso Nacional discute reforma política sem termos avançado muito. O meu sentimento é de que a hora atual se mostra favorável a processos significativos nessa área.

A despeito das diversas alterações que têm sido levadas a cabo ao longo das últimas décadas, remodelar o nosso sistema eleitoral partidário continua a ser demanda urgente da sociedade brasileira. Tenho insistido nisso e acredito que nós, Congresso Nacional, temos a oportunidade neste momento de dar vários passos em direção a um sistema político mais condizente com as necessidades do País.

Esta é a hora de aproveitarmos o entusiasmo de uma nova legislatura para que possamos, enfim, concretizar uma reforma política de caráter global. Uma reforma ampla, uma reforma profunda, uma reforma que a sociedade brasileira está a esperar.

Há tempos venho insistindo em alguns pontos que me parecem críticos, pontos que, na minha opinião, necessitam mais urgentemente de modernização.

Em primeiro lugar, defendo o fim da reeleição, com a consequente adoção de mandato único de cinco anos para todos os cargos no Executivo. São muitos os benefícios dessa medida, a começar pela economia em termos de gastos com a organização de eleições. Ao invés de uma eleição a cada dois anos, teríamos apenas uma a cada 5 anos.

Ano sim, ano não, nós temos uma eleição. Eleições caras, eleições difíceis. Para os partidos, os custos também seriam menores, e haveria mais estabilidade política porque a distribuição partidária no Legislativo ficaria estável por prazo bastante longo.

Em segundo lugar, defendo alterações no financiamento de campanhas eleitorais. Sou favorável ao fim do financiamento por parte de pessoas jurídicas. Hoje, Sr. Presidente, da forma como as coisas são feitas, acaba-se por reproduzir nas campanhas eleitorais as desigualdades existentes na sociedade, isto é, grandes empresas tornam-se naturalmente os grandes doadores de candidatos a cargos eletivos. A grande prejudicada, é claro, é a democracia.

Em lugar do sistema atualmente existente, advogo a adoção de um que contemple a combinação de financiamento público com o proveniente de pessoas físicas, o financiamento privado, sendo que, nesse último caso, faríamos como nos países desenvolvidos, em que se limitam as doações a valores absolutos. Além disso, doações seriam para os partidos políticos e não para os candidatos, o que fortaleceria as agremiações partidárias.

Em terceiro lugar, defendo a proibição das coligações partidárias nas eleições proporcionais. Fui relator, na Comissão de Constituição e Justiça, da PEC nº 40, de 2011, que trata do tema e já está em sessões de discussão, aqui no Senado, para ser votada em breve, esta PEC. No parecer, afirmei que a medida permitirá que o eleitor identifique o ideário político de cada candidato e que sejam eleitos representantes comprometidos com os programas dos respectivos partidos. Adicionalmente, haverá o reforço dos partidos políticos, haja vista que, a partir da adoção da PEC, um voto para determinado partido não contribuirá para a eleição de candidato de outra agremiação.

Em quarto lugar, defendo mudança nas regras de criação de partidos políticos. Apresentei a PEC nº 58, de 2013, que acrescenta o parágrafo 5º ao art. 17 da Constituição Federal, de modo que a criação de partidos políticos dependeria do apoio de 1% do eleitorado nacional, distribuído por 18 Estados, sendo ao menos um em cada região do País, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. No âmbito da CCJ, foi aprovada emenda modificativa que aumentou o apoio de 1% para 3,5%. Em suma, os limites para a criação de partidos políticos devem ser mais rígidos, a fim de evitar as legendas de ocasião, descompromissadas de qualquer ideário.

É partido demais, Sr. Presidente. Não há hoje, no País, começando do Supremo Tribunal Federal, que esteve aqui recentemente – que é membro também do TSE, do Tribunal Superior Eleitoral –, Ministro Gilmar Mendes, que disse, naquele momento, que, na proporção em que se estão criando partidos, o País não vai aguentar, nossa democracia não vai aguentar. Venho falando isso há muito tempo aqui na tribuna do Senado Federal. Hoje temos 34 partidos, há mais 27 ou 30 na fila, daqui a pouco serão 60 partidos; quer dizer, o nosso Congresso vai virar uma torre de babel.

Na Câmara dos Deputados, já quase não se entendem mais, são 28 Bancadas, são 28 Líderes, são 28 partidos já representados; aqui, são 14 ou 15 já. Quando tiver 50, como é que vai ficar? Como vai se discutir em

50 partidos, 60 partidos dentro da Câmara dos Deputados ou numa câmara de vereadores? Já há câmara de vereadores no Brasil em que cada partido tem um vereador. Cada partido tem um vereador, quer dizer, não existe um partido com dois vereadores, como é que o prefeito vai trabalhar? Já houve coligações no País de 22 partidos. Como é que um prefeito vai governar o seu Município fazendo acordo com 21 partidos? É desproporcional a escalada de criação de partidos políticos.

Esses, Sr^{as} e Srs. Senadores, são os quatro pontos que me parecem necessários para que produzamos uma mudança qualitativa na política brasileira, de modo que o eleitor possa, efetivamente, se sentir mais bem representado nos quadros do Estado.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, queria sair um pouco desse tema da reforma política e falar sobre os ajustes da economia. É muito importante; nós do nosso Partido, PMDB, entendemos que ajustes têm que ser feitos em qualquer país do mundo. Todos os países avançados do mundo tiveram ajustes. Tiveram ajustes na previdência, tiveram ajustes na economia, tiveram ajustes em todas as áreas. E, neste momento, o Brasil atravessa um momento difícil em que precisa fazer ajustes.

Nós concordamos que os ajustes sejam feitos, mas, ao mesmo tempo, queremos uma agenda positiva. Paralelamente aos ajustes, às reformas econômicas do nosso País, precisamos que o Governo Federal, através da Presidente da República, através dos seus ministérios, lance também agendas positivas: agenda positiva na área da educação; agenda positiva na área da saúde; agenda positiva na área da infraestrutura; agenda positiva na área de geração de emprego; na área de formação profissional. Enfim, precisamos de agendas positivas para dar ânimo à população. A população brasileira precisa de uma direção, precisa de um rumo, precisa de um norte para que ela possa erguer a cabeça e continuar trabalhando. É disso que nós precisamos neste momento. Não estamos negando aprovar aqui no Congresso Nacional os ajustes necessários para que o Brasil não perca o grau de investimento, para que o Brasil continue sendo uma grande economia – que é –, para que o Brasil continue avançando, mas precisamos imediatamente também de uma agenda positiva para que a gente possa defender com mais ênfase e com mais força o nosso Governo, o Governo de que nós fazemos parte.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, a Sr^a Rose de Freitas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, se me permitir, com essa agenda positiva, concordo plenamente. Ainda hoje me perguntaram, numa emissora: “Qual é a agenda positiva?” E como é que fiquei? Sem responder! V. Ex^a tem toda a razão. Nós temos de entrar numa agenda positiva, e o Executivo tem de nos apresentar essa agenda positiva. É fundamental. E eu lhe digo, Senador, com toda a tranquilidade, porque sou muito transparente e sei que V. Ex^a também o é. Aquilo que falo em reunião fechada falo também em reunião aberta, a minha opinião, aquilo que eu falei. E, nessa agenda positiva, estou propondo – e provamos por a mais b que é possível – que entre o debate do fator previdenciário. Nós provamos, e os ministros concordaram – pelo menos os com quem falei – que o fator previdenciário já cumpriu todo o seu papel, digamos, de perversidade. Não há mais motivo de existir. As pessoas estão se aposentando e continuam trabalhando. Com o fator perdem 50, e tudo bem; ganham 50 e continuam trabalhando. E está aumentando o número de pessoas que está fazendo isso. Ali na frente, entra com o instituto da desaposentadoria e vão ganhar integral ainda. Então, resolve logo a questão do fator. O momento é este. Estou dando um exemplo só daquilo que nós podemos transformar numa agenda positiva, mas percebo que V. Ex^a quer concluir o seu pronunciamento ainda.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – É apenas um pedido a V. Ex^a, Sr. Presidente. Queria solicitar a inclusão, na próxima sessão, do Requerimento nº 95, de 2015, que dispõe sobre a sessão especial da Ordem DeMolay.

Então, Gostaria de fazer esse pedido a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Já peço à Secretaria da Mesa que providencie o pedido do Senador Valdir Raupp, como também tomo a liberdade para que inclua também outro pedido, de minha autoria, de uma sessão de homenagem ao Senai, do Sistema S, tão importante para todos nós. Não é um tema polêmico. Eu tenho certeza de que a maioria concorda.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu me incorporo ao pedido de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso. Homenageamos o Senac aqui e foi uma bela agenda – V. Ex^a passou aqui, inclusive –, e faríamos uma para o Senai no mês de abril.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência, nos termos da Resolução nº 1, de 2014-CN, e do art. 10-A, do Regimento Comum, e de acordo com as indicações recebidas da Câmara dos Deputados e dos Senhores Líderes do Senado Federal, designa os seguintes integrantes da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, para o biênio de 2015/2016.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco da Maioria (PMDB/PSD)

Simone Tebet (PMDB/MS)	1.
Rose de Freitas (PMDB/ES)	2.
Sandra Braga (PMDB/AM)	3.

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Angela Portela (PT/RR)	1. Fátima Bezerra (PT/RN)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Regina Sousa (PT/PI)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
	2.

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB)

Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	1. Lídice da Mata (PSB/BA)
-------------------------------	----------------------------

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Magno Malta (PR/ES)	1.
---------------------	----

PP

Ana Amélia (PP/RS)	1.
--------------------	----

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Conceição Sampaio (PP/AM)	1. Cristiane Brasil (PTB/RJ)
Dulce Miranda (PMDB/TO)	2. Josi Nunes (PMDB/TO)
Elcione Barbalho (PMDB/PA)	3. Raquel Muniz (PSC/MG)
Jéssica Sales (PMDB/AC)	4. Rosangela Gomes (PRB/RJ)
Jozí Rocha (PTB/AP)	5. Simone Morgado (PMDB/PA)
Júlia Marinho (PSC/PA)	6. Soraya Santos (PMDB/RJ)
Marinha Raupp (PMDB/RO)	7.
Tia Eron (PRB/BA)	8.
	9.
	10.
	11.
	12.

Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Clarissa Garotinho (PR/RJ)	1. José Rocha (PR/BA)
Dr. Jorge Silva (PROS/ES)	2. Ronaldo Fonseca (PROS/DF)
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.

Bloco PSDB, PSB, PPS, PV

Bruna Furlan (PSDB/SP)	1. Arnaldo Jordy (PPS/PA)
Carmen Zanotto (PPS/SC)	2.
Janete Capiberibe (PSB/AP)	3.
Keiko Ota (PSB/SP)	4.
Shéridan (PSDB/RR)	5.
	6.

PDT

	1.
--	----

PSOL*

Jean Wyllys (PSOL/RJ)	1.
-----------------------	----

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios de indicação:

OF. GLPMDB nº 26/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico nos termos regimentais e, em atenção ao ofício OF. Nº 65/2015-CN, a indicação dos membros do Bloco da Maioria (PMDB/PSD), que integrarão, como TITULAR, a Comissão Permanente e Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM.

Titulares

1. Senadora Simone Tebet
2. Senadora Rose de Freitas
3. Senadora Sandra Braga

Na oportunidade, renovo votos de estimas e considerações. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

OF. Nº 7/2015-BLUFOR

Brasília, 26 de fevereiro de 2015

Senhor Presidente, Renan Calheiros,

Em atenção ao **OF. Nº 063/2015-CN**, indico a Vossa Excelência o **Senador Magno Malta (PR/ES)** para integrar a **Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**, na condição de membro Titular.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Collor**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB 0 PR – PSC – PRB.

OF. Nº 41/2015-GLPSDB

Brasília, de março de 2015

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício nº 61/15-CN, indico a Senadora LÚCIA VÂNIA para integrar, como titular, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

GLBSD-OF. nº 19/2015

Brasília (DF), 2 de março de 2015

Assunto: Indicação de Titulares e Suplentes das Comissões

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica para compor a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a Senadora Vanessa Grazziotin, como titular, e a Senadora Lídice da Mata, como suplente.

Respeitosamente, – **Lídice da Mata**, Líder do Bloco Socialismo e Democracia.

Ofício nº 1/2015 - GLDPP

Brasília, 3 de março de 2015

Assunto: Indicação de Membro de Comissão

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. 59/2015-CN, de 25 de fevereiro do corrente, indico a **Senadora ANA AMÉLIA** para a vaga de titular da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, conforme designação proporcional reservada ao Partido Progressista – PP.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Benedito de Lira**, Líder do Partido Progressista.

Ofício nº 18/2015 – GLDBAG

Brasília, 3 de março de 2015

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Of. nº 64/2015-CN e nos termos regimentais, indico as Senadoras Angela Portela, Marta Suplicy como titulares e as Senadoras Fátima Bezerra, Regina Sousa como suplentes, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Of. nº 463/2015/SGM/P

Brasília, de março de 2015

Assunto: Composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 66/2015-CN, recebido em 25 de fevereiro de 2015, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a relação dos Deputados, indicados pelas Lideranças, para o preenchimento das vagas destinadas às suas bancadas na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente, – **Eduardo Cunha**, Presidente da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

TITULARES		SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB		
JOZI ROCHA		CRISTIANE BRASIL
JÚLIA MARINHO		RAQUEL MUNIZ
10 vaga(s)		10 vaga(s)
	PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
CLARISSA GAROTINHO		JOSÉ ROCHA
DR. JORGE SILVA		RONALDO FONSECA
6 vaga(s)		6 vaga(s)
	PSDB/PSB/PPS/PV	
BRUNA FURLAN		ARNALDO JORDY
CARMEN ZANOTTO		5 vaga(s)
JANETE CAPIBERIBE		
KEIKO OTA		
SHERIDAN		
1 vaga(s)		
	PDT	
1 vaga(s)		1 vaga(s)
	PSOL	
1 vaga(s)		1 vaga(s)

Of. nº 477/2015/SGM/P

Brasília, 4 de março de 2015

Assunto: Composição da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício nº 66/2015-CN, recebido em 25-3-15, e em complementação do nosso Of. nº 477/2015/SGM/P nº 463, enviado em 3-3-15, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a relação atualizada dos Deputados indicados pelas Lideranças, para o preenchimento das vagas destinadas às suas bancadas na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Atenciosamente, – **Eduardo Cunha**, Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

TITULARES		SUPLENTES
PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB		
CONCEIÇÃO SAMPAIO		CRISTIANE BRASIL
DULCÉ MIRANDA		JOSI NUNES
ELCIONE BARBALHO		RAQUEL MUNIZ
JÉSSICA SALES		ROSANGELA GOMES
JOZI ROCHA		SIMONE MORGADO
JÚLIA MARINHO		SORAYA SANTOS
MARINHA RAUPP		6 vaga(s)
TIA ERON		
4 vaga(s)		
	PT/PSD/PR/PROS/PCdoB	
CLARISSA GAROTINHO		JOSÉ ROCHA
DR. JORGE SILVA		RONALDO FONSECA
6 vaga(s)		6 vaga(s)
	PSDB/PSB/PPS/PV	
BRUNA FURLAN		ARNALDO JORDY
CARMEN ZANOTTO		5 vaga(s)
JANETE CAPIBERIBE		
KEIKO OTA		
SHERIDAN		
1 vaga(s)		
	PDT	
1 vaga(s)		1 vaga(s)
	PSOL	
JEAN WYLLYS		1 vaga(s)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, II, "b", e art. 375, I do Regimento Interno, foram apresentadas 116 emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015**, que tramita em regime de urgência constitucional. A matéria volta à CCJ, CCT, CRA, CAE e CMA para exame dos projetos e das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDA Nºs 1 A 166

EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2015 (nº 7.735/2014, na Casa de origem) (Prazo único, arts. 122, II, "b", e o art. 375, I, do RISF)

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.

<u>Emendas</u>	
<u>SENADOR</u>	<u>NÚMERO</u>
Telmário Mota	1 a 16
Randolfe Rodrigues	17 a 42
Paulo Rocha	43 a 57
Roberto Rocha	58 e 59
Lídice da Mata	60
Humberto Costa	61 a 63
Vanessa Grazziotin	64 a 82
Antonio Carlos Valadares	83 e 84
Paulo Rocha	85 a 88
Lindbergh Farias	89 a 95
Lúcia Vânia	96
João Capiberibe	97 a 116

Total – 116 emendas

EMENDA Nº 1 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 2, Inciso II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

A substituição pelo relator do termo “povos indígenas” por “populações indígenas” significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão “povo indígena” foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que “população” é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo “povo” para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de “identidade cultural” ou “identidade étnica”, diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Art. 2, Inciso II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

Brasília, 02/03/2015

Senador Telmário Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 2 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 2, Inciso XVI - produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica

É desejável retirar da definição de produto acabado a necessidade de o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ser o elemento **principal** de agregação de valor ao produto, pois esse dispositivo restringe sobremaneira a repartição de benefícios. No novo marco legal, a repartição de benefícios já é restrita apenas ao produto acabado (na MP 2.186-16 era vinculada a qualquer produto ou processo oriundo de acesso). Sugestão de texto para o inciso:

Art. 2

"XVI - produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica".

Brasília, 02/03/2015

Senador Teófilo Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 3 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 2, Inciso XXII – Atestado de regularidade de acesso - ato administrativo pelo qual o órgão competente declara que o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado cumpriu os requisitos desta Lei;

A fragilidade da definição do atestado de regularidade de acesso da forma como colocada no texto é uma ameaça ao direito de consentimento prévio garantido aos provedores na CDB, uma vez que não se prevê no PL o controle do poder público sobre o acesso ao conhecimento tradicional de origem identificada ainda na etapa de Cadastro. A CDB e a Convenção 169 da OIT pressupõem que o procedimento de consulta prévia e informada seja realizado antes do acesso para que este seja considerado regular. Para tanto, é preciso haver um controle do órgão gestor ainda na fase de cadastro para verificar se o Termo de Anuência Prévia (instrumento de consulta do sistema ABS brasileiro) foi realizado de acordo com todos os preceitos da Lei. Há uma emenda protocolada na Câmara dos Deputados que modifica a redação do Inciso e garante maior segurança e transparência ao procedimento:

Art. 2

"XXII - atestado de regularidade de acesso - ato administrativo pelo qual o órgão competente declara a regularidade do cadastro de que trata o inciso II do art. 2.º e faculta o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado";

Brasília, 02/03/2015

Senador Telmário Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 4 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 2 inciso XXXI define quem são os agricultores tradicionais que possuem direito à repartição de benefício.

Existe no Brasil uma lei que define agricultor familiar, lei 11.326 de 2006. A referida lei cria parâmetros concretos de definição dos agricultores que inclui questões territoriais, econômicas e sociais, sendo um pilar no processo de desenvolvimento rural sustentável brasileiro e na promoção da soberania alimentar nacional. Não parece coerente que esse projeto de lei crie um novo conceito, o de agricultor tradicional, que não tem definições claras, levando em consideração parâmetros territoriais, econômicos e sociais. Assim, solicita-se a supressão do referido inciso e atualização do termo Agricultor Familiar ao longo de todo o Projeto de Lei.

Brasília, 02/03/2015

Senador Telmário Mota
PDT/RR



EMENDA Nº 5 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 8 § 3º São formas de reconhecimento dos conhecimentos tradicionais associados, entre outras:

I - publicações científicas;

II - registros em cadastros ou bancos de dados; ou

III - inventários culturais.

É necessário ampliar a lista de formas de reconhecimento tradicional associado, mesmo o parágrafo tendo caráter exemplificativo e não exaustivo recomenda-se que o mesmo inclua formas atualmente utilizadas tanto por povos e comunidades tradicionais, como pelos usuários do patrimônio genético. Sugere-se a inclusão de 2 novos incisos. Sem estes novos incisos propostos, na prática haveria reconhecimento de poucos conhecimentos tradicionais associados, tendo em vista que povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais muito provavelmente não irão fazer publicações científicas (inciso I), tampouco registrarão em bancos de dados (inciso II), e os inventários culturais (inciso III). Sugestão de inclusão de dois incisos:

“Art. 8º, parágrafo 3º; IV – registro audiovisual; e V – mecanismos de busca na Internet.”

Brasília, 02/03/2015.

Senador Fernando Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 6 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 9º § 2º O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado.

A isenção de consentimento prévio informado é delicada e deve ser utilizada somente em casos onde não seja em hipótese alguma possível identificar ao menos um provedor ao qual o referido conhecimento tradicional associado possa ser vinculado. Deve ser trata de forma excepcional sempre. A presente emenda propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado – e tampouco dever-se-ia repartir os benefícios a ele relacionado. Proposta de texto:

“Art. 9º §2º – O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado, observado o esgotamento de tentativas de obtenção, por escrito ou documentadas, de informação da origem do conhecimento tradicional associado perante o CGEN ou em qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismos de busca na Internet.”

Brasília, 02/03/2015

Senador Teófilo de Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 7 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 10, Inciso V – Usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, observados os dispositivos das Leis nºs 9.456, de 25 de abril de 1997, e 10.711, de 5 de agosto de 2003;

A inserção da remissão à Lei de Cultivares e à Lei de Sementes feita pelo relator no Art. 10, Inciso V, que trata dos direitos que os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais têm de usar e vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado cria uma série de complicações. Com a inserção do relator, os direitos desses povos, comunidades e agricultores sobre seus recursos fitogenéticos ficam limitados, uma vez que se vincula a definição de variedades crioulas exclusivamente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sem considerar a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o tema. A identificação de sementes crioulas pelo MAPA tem sido feita com base em critérios discricionários e pouco precisos do ponto de vista científico. O MDA vem argumentando a favor do uso de critérios científicos baseados no uso de marcadores moleculares para a definição e identificação de sementes crioulas e raças localmente adaptadas. Como as sementes crioulas possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos, essa definição afeta diretamente os direitos dos provedores de perceberem repartição de benefícios em decorrência do uso comercial de produtos elaborados a partir de recursos genéticos da agrobiodiversidade. A emenda elencada no anexo 1 suprime o trecho do inciso que faz referência à legislação acima mencionada e soluciona o problema:

Art. 10

“V - usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;”

Brasília, 02/03/2015

Senador Delmarino Mota

PDT-RR

EMENDA Nº 8 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 10 § 2º Versa sobre patrimônio genético mantido em coleção *ex situ* em instituições nacionais e geridas com recursos públicos e seus acessos por povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

É sabido que todo material conservado *ex situ* derivou-se de um material *in situ*, ou seja tem um provedor. Mesmo que não identificável, esse material foi coletado e pertenceu a um povo, comunidade tradicional ou agricultor. A maior parte dos bancos de germoplasma nacionais foram montados antes da legislação de acesso e não se previa uma série de direitos que hoje devem ser garantidos. Nesse cenário e dialogando com o já em vigor Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica - PLANAPO, é necessário que se garanta o acesso de povos e comunidades tradicionais e agricultores a esses bancos. Garantindo os direitos destes sobre seus próprios patrimônios genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Sugestão de texto:

Art. 10 “§ 2º. O patrimônio genético mantido em coleção *ex situ* em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a ele associadas deverão ser acessados pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na forma do regulamento.”

Brasília, 02/03/2015

Senador Teófilo Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 9 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 17, §4º As operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por terceiros são caracterizadas como exploração econômica isenta da obrigação de repartição de benefícios.

O processo de transferência de direito de propriedade intelectual não oneroso como se propõe no presente parágrafo isenta uma parcela grande de possibilidades de repartição de benefícios, pois é justamente nessas operações de exploração econômica advindas de licenciamento, transferência ou permissão de uso de direitos de propriedade intelectual que o grande capital financeiro advindo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado advém. Isentar essa grande exploração econômica, da repartição dos benefícios auferidos, seria, além de injusto, contrário ao interesse maior deste Projeto em si. As empresas que de fato se beneficiam da exploração econômica do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado teriam apenas o bônus, mas não arcariam com o ônus de repartir tais benefícios em proveito dos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais. Sugestão de supressão plena do parágrafo.

Brasília, 02/03/2015



Senador Telmário Mota
PDT/RR

EMENDA Nº 10 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 17, § 9º - A repartição de benefícios referente ao produto acabado ou ao material reprodutivo ocorrerá exclusivamente sobre os produtos previstos na Lista de Classificação de Repartição de Benefícios, definida e atualizada em ato conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça com base na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, conforme regulamento.

A lógica da lista de produtos sobre os quais incidem repartição de benefícios (Art. 17, § 9º) acarreta ameaça aos provedores de conhecimentos tradicionais associados e precisa ser invertida. No texto do PL há a previsão de uma lista de produtos passíveis de repartição de benefícios a ser elaborada por um ato conjunto de alguns ministérios, a qual é baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul. Com essa lógica (lista positiva) corre-se o risco de não haver repartição de benefícios de qualquer produto até que a lista seja publicada. Representantes de movimentos sociais demandaram durante a reunião na SGPR que a lógica da lista fosse invertida e o dispositivo, ao invés de prever sobre quais produtos incidiria a repartição, passaria a prever quais deles estariam isentos. Com a inversão da lógica da lista, evita-se uma lacuna na lei e preservam-se as regras previstas nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e da legislação hoje vigente, as quais asseguram a repartição de benefícios sobre o uso comercial de qualquer produto ou processo decorrente de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado. Proposta de redação do parágrafo na emenda:

Art. 17

“§ 9º Ato conjunto dos titulares do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça definirá e atualizará periodicamente, na forma do regulamento, lista de produtos que estarão isentos da repartição de benefícios de que trata esse artigo, a ser elaborada com base na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.”

Brasília, 02/03/2015

Senador Teófilo F. Costa

PDT/RR

EMENDA Nº 11 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 17, § 10º - A exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo realizada a partir da vigência desta Lei, resultado de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000, fica isenta da obrigação de repartição de benefícios, mediante comprovação do usuário, na forma do regulamento.

O § 10º do Art. 17 é prejudicial aos direitos indígenas e aos direitos dos provedores em geral, pois restringe a repartição de benefícios. Na legislação atual e no CDB de modo geral, a repartição de benefícios é vinculada à exploração econômica de produto decorrente do acesso e não do acesso isoladamente. Esse dispositivo suprime o direito dos provedores de perceberem repartição de benefícios decorrente de exploração econômica atual, caso o acesso tenha sido realizado antes da data estipulada. Ademais, o dispositivo facilita a ocorrência de fraude, uma vez que a data de acesso pode ser facilmente alterada pelo usuário. Com isso, as empresas poderão modificar o registro de acessos realizados no passado para uma data anterior à prevista no texto da Lei para ficarem isentas da repartição de benefícios, mesmo quando houver acesso a conhecimento tradicional associado. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.

Brasília, 02/03/2015

Senador Telmário Mota

PDT/RR

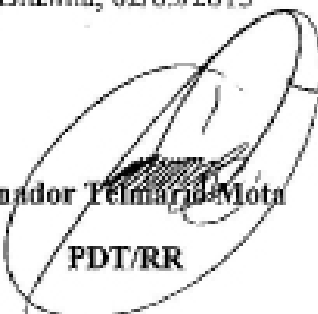
EMENDA Nº 12 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 19 § 2º Ato conjunto dos Ministros de Estado dos Ministérios afetos às respectivas atividades econômicas ou cadeias produtivas disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.

O presente parágrafo favorece os ministérios relacionados com os usuários e cria a possibilidade de existir diferentes parâmetros para a repartição e benefícios não monetários de acordo com a cadeia produtiva relacionada. Parece ser mais coerente que o Presidente da República defina esses critérios e que os mesmos sejam construídos independentes do setor ou cadeia produtiva, e dos ministérios envolvidos. Proposta de texto:

Art. 19 “§ 2º. Decreto do Poder Executivo disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.”

Brasília, 02/03/2015


Senador Telmário Mota
PDT/RR

EMENDA Nº 13 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 19, § 4º - No caso de repartição de benefícios na modalidade não monetária decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, o usuário indicará o beneficiário da repartição de benefícios.

Embora o patrimônio genético seja de domínio da União e não de povos ou comunidades específicas, trata-se de um bem comum do povo brasileiro e a repartição de benefícios deveria ser voltada para atender os interesses da coletividade e não interesses particulares de usuários. Ademais, a CDB deixa claro que a repartição de benefícios deve estar vinculada a ações de conservação e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Dessa forma, é inadequado que o usuário seja o responsável pela indicação do beneficiário da repartição de benefícios na modalidade não monetária, como disposto no § 4º do Art. 19. Nesse sentido, há uma emenda que vincula a repartição de benefícios decorrente de acesso ao patrimônio genético na modalidade não monetária às áreas protegidas, contemplando as terras indígenas:

Art. 19

“§ 4º - No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade”.

Brasília, 02/03/2015

Senador Teófilo Mota
PDT/RR



EMENDA Nº 14 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 21, Parágrafo Único – Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de populações indígenas e de comunidades tradicionais poderão ser ouvidos, nos termos do regulamento.

No texto proposto pelo relator não há obrigação à oitiva dos órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais (Art. 21, Parágrafo Único) para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolver conhecimento tradicional de origem não identificável. É importante deixar expresso no texto da Lei que esses órgãos deverão (substituindo a expressão poderão) ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável. Conforme destacado na justificativa da emenda apresentada no anexo 1: “Embora não identificável, esse conhecimento é oriundo de povos indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, por isso a importância da participação dos órgãos que atuam com a temática participarem das negociações”, com direito de veto quando essas implicarem prejuízos aos direitos desses povos. Proposta de redação:

Art. 21

“Parágrafo único. Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento.”

Brasília, 02/03/2015

Senador Telmário Mota

FDT/RR

EMENDA Nº 15 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Art. 43 – Ficam remetidas as indenizações civis relacionadas a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado das quais a União seja credora.

A isenção de indenizações civis a quais a União seja credora precisam ser analisadas e finalizadas na forma prevista no marco legal vigente. Se houve infração por parte da União contra patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado, esta deve arcar com a penalidade, pois a mesma envolve outros atores, como povos e comunidades tradicionais, não cabendo a União o direito de abrir mão dessas indenizações. Dessa forma, é fundamental que o artigo seja suprimido em seu inteiro teor.

Brasília, 02/03/2015



Senador Felmário Mota
PDT/RR

EMENDA N° 16 - U**Regulamenta o marco da biodiversidade**

Artigo 47 - Trata da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado introduzido no País pela ação humana.

O presente artigo se relaciona com tratados internacionais do qual o Brasil é ou venha a ser Parte. Justificativa Consolidado está o consenso internacional quanto a interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas. A FAO, a CDB, o TIRFAA e o Protocolo de Nagoia reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para alimentação e agricultura, suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas. Nesse sentido, a matéria já se encontra resguardada no direito internacional, não fazendo sentido a existência desse artigo que cria inclusive uma incoerência com alguns dos marcos legais dos quais o Brasil é signatário. Dessa forma, é fundamental que o artigo seja suprimido em seu inteiro.

Brasília, 02/03/2015

Senador Felício Mota

PDT/RR

EMENDA Nº 17 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se aos incisos II, III, V, VI, VII, XXXII e XXXIII, do Art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º.:

II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III - conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, um povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional;

[...]

V - provedor de conhecimento tradicional associado - povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso;

VI - consentimento prévio informado - consentimento formal, previamente concedido por povos indígenas ou comunidade tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários;

VII - protocolo comunitário - norma procedimental dos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei;

[...]

XXXII - variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecida, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais; e

XXXIII - raça localmente adaptada ou crioula - raça proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada adaptada por povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional.(NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 18 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao inciso XVI do Art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º.

XVI - produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica;
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A limitação da repartição de benefícios em decorrência da definição restritiva de produto acabado, vinculando-o àqueles no qual o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional seja o elemento principal de agregação de valor. É desejável retirar da definição de produto acabado (Art. 2º, Inciso XVI) a necessidade de o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ser o elemento principal de agregação de valor ao produto, pois esse dispositivo restringe sobremaneira a repartição de benefícios. No novo marco legal, a repartição de benefícios já é restrita apenas ao produto acabado (na MP 2.186-16 era vinculada a qualquer produto ou processo oriundo de acesso).

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 19 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao inciso XXII do Art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º.....

XXII - atestado de regularidade de acesso - ato administrativo pelo qual o órgão competente declara a regularidade do cadastro de que trata o inciso II do art. 2.º e faculta o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

.....

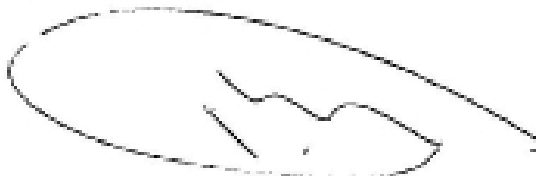
JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da definição de "atestado de regularidade de acesso" sem considerar a necessidade de avaliação prévia pelo poder público da validade do consentimento prévio e informado concedido pelo provedor ao usuário no caso de acesso a conhecimento tradicional associado. A fragilidade da definição do atestado de regularidade de acesso da forma como colocada no texto é uma ameaça ao direito de consentimento prévio garantido aos provedores na CDB, uma vez que não se prevê no PL o controle do poder público sobre o acesso ao conhecimento tradicional de origem identificada ainda na etapa de Cadastro. A CDB e a Convenção 169 da OIT pressupõem que o procedimento de consulta prévia e informada seja realizado antes do acesso para que este seja considerado regular. Para tanto, é preciso haver um controle do órgão gestor ainda na fase de cadastro para verificar se o consentimento prévio e informado foi realizado de acordo com todos os preceitos da Lei.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 20 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se aos Incisos XXXI, do Art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º.

XXXI – agricultor tradicional – agricultor familiar que utiliza variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Existe no Brasil uma lei que define agricultor familiar, lei 11.326 de 2006. A referida lei cria parâmetros concretos de definição dos agricultores que inclui questões territoriais, econômicas e sociais, sendo um pilar no processo de desenvolvimento rural sustentável brasileiro e na promoção da soberania alimentar nacional.

Portanto, o ajuste redacional se faz necessário para se clarificar qual o alcance da definição em comento.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 21 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se aos incisos III e X, do Art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 6º.:

III - povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
[...]

X – cientificar órgãos federais de proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados;

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 22 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se aos incisos III e X e ao § 3º, do Art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 6º.

III - povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

[...]

X – identificar órgãos federais de proteção dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados;

[...]

§ 3º O CGen criará Câmaras Temáticas e Setoriais, com a participação paritária do Governo e da sociedade civil, sendo esta representada pelos setores empresarial, acadêmico e representantes dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, para subsidiar as decisões do plenário.
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os

afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os Indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 23 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao caput do Art. 8º, seus §§ 1º e 4º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultor tradicional contra a utilização e exploração ilícita.

§ 1º O Estado reconhece o direito dos povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais de participar da tomada de decisões, no âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

[...]

§ 4º O intercâmbio e a difusão de patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado praticados entre si por povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional para seu próprio benefício e baseados em seus usos, costumes e tradições são isentos das obrigações desta Lei.

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção

169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 24 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Acresça-se ao §3º do Art. 8º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015 os seguintes incisos IV e V:

Art. 8º.....
§3º.....
IV – registro audiovisual; e
V – mecanismos de busca na Internet.
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Art. 8 § 3º fala das formas de reconhecimento do conhecimento tradicional associado. É necessário que ampliar a lista de formas de reconhecimento do conhecimento tradicional associado. Mesmo o parágrafo tendo caráter exemplificativo e não exaustivo recomenda-se que o mesmo inclua formas atualmente utilizadas tanto por povos e comunidades tradicionais, como pelos usuários do patrimônio genético.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 15 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se aos §§1º e 3º, do Art. 9º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 9º.

§ 1º A comprovação do consentimento prévio informado poderá ocorrer, a critério dos povos indígenas, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, pelos seguintes instrumentos, na forma do regulamento:

[...]

§ 3º O acesso ao patrimônio genético de variedade tradicional local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para atividades agrícolas compreende o acesso ao conhecimento tradicional associado não identificável que deu origem à variedade ou à raça e não depende do consentimento prévio da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou a raça. (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer

reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 26 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao §2º do Art. 9º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 9º.

§2º – O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado, observada a esgotamento de tentativas de obtenção, por escrito ou documentadas, de informação da origem do conhecimento tradicional associado perante o CGEN ou em qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismos de busca na Internet.” (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

A isenção de consentimento prévio informado é delicada e deve ser utilizada somente em casos onde não seja em hipótese alguma possível identificar ao menos um provedor ao qual o referido conhecimento tradicional associado possa ser vinculado. Deve ser tratada de forma excepcional sempre. A presente emenda propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado – e tampouco dever-se-ia repartir os benefícios a ele relacionado.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 27 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao caput do Art. 10, e aos seus §§ 1º e 2º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 10. Aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e aos agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associada são garantidos os direitos de:

[...]

§ 1º Para os fins desta Lei, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético será considerado de natureza coletiva, ainda que apenas um indivíduo de povo indígena ou de comunidade tradicional o detenha.

§ 2º O patrimônio genético mantido em coleções ex situ em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a ele associadas deverão ser acessadas pelos povos indígenas, pelas comunidades tradicionais e pelos agricultores tradicionais, na forma do regulamento.
(NR)

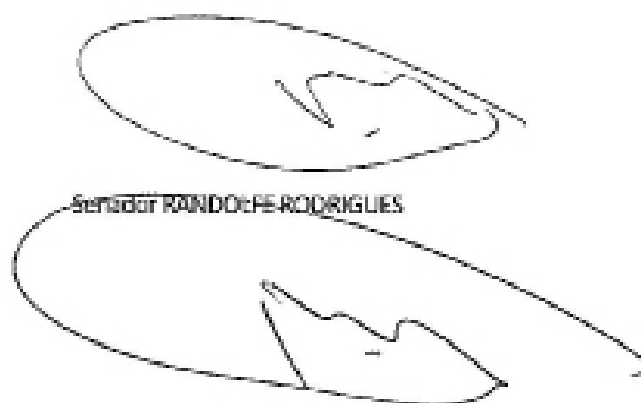
JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao

sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

É sabido que todo material conservado *ex situ* derivou-se de um material *in situ*, ou seja tem um provedor, mesmo que não identificável, esse material foi coletado e pertenceu à um povo, comunidade tradicional ou agricultor. A maior parte dos bancos de germoplasma nacionais foram montados antes da legislação de acesso e não se previa uma série de direitos que hoje devem ser garantidos. Nesse cenário e dialogando com o já em vigor Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica - PLANAPO, é necessário que se garanta o acesso de povos e comunidades tradicionais e agricultores a esses bancos. Garantindo o direitos desses sobre seus próprios patrimônios genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES

EMENDA Nº 28 - I
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao inciso V do Art. 10, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 10.:

V - usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado; e

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A inserção da remissão à Lei de Cultivares e à Lei de Sementes feita no Art. 10, Inciso V, que trata dos direitos que os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais têm de usar e vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado cria uma série de complicações. Com a redação proposta, os direitos desses povos, comunidades e agricultores sobre seus recursos fitogenéticos ficam limitados, uma vez que se vincula a definição de variedades crioulas exclusivamente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sem considerar a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o tema. A identificação de sementes crioulas pelo MAPA tem sido feita com base em critérios discricionários e pouco precisos do ponto de vista científico. Defendemos o uso de critérios científicos baseados no uso de marcadores moleculares para a definição e identificação de sementes crioulas e raças localmente adaptadas. Como as sementes crioulas possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos, essa definição afeta diretamente os direitos dos provedores de perceberem repartição de benefícios em decorrência do uso comercial de produtos elaborados a partir de recursos genéticos da agrobiodiversidade.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 29 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao caput do Art. 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições in situ ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei. (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

A limitação da repartição de benefícios em decorrência da definição restritiva de produto acabado, vinculando-o àqueles no qual o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional seja o elemento principal de agregação de valor. É desejável retirar da definição de produto acabado (Art. 2º, Inciso XVI) a necessidade de o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ser o elemento principal de agregação de valor ao produto, pois esse dispositivo restringe sobremaneira a repartição de benefícios. No novo marco legal, a repartição de benefícios já é restrita apenas ao produto acabado (na MP 2.186-16 era vinculada a qualquer produto ou processo oriundo de acesso).

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 30 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Suprime-se o § 4º do Art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de isenção de repartição de benefícios sobre operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado. O processo de transferência de direito de propriedade intelectual não oneroso como se propõe no presente parágrafo isenta uma parcela grande de possibilidades de repartição de benefícios, pois é justamente nessas operações de exploração econômica advindas de licenciamento, transferência ou permissão de uso de direitos de propriedade intelectual que o grande capital financeiro advindo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado advém. Isentar essa grande exploração econômica, da repartição dos benefícios auferidos, seria, além de injusto, contrário ao interesse maior deste Projeto em si. As empresas que de fato se beneficiam da exploração econômica do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado teriam apenas o bônus, mas não arcariam com o ônus de repartir tais benefícios em proveito dos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais. Sugestão de supressão plena do parágrafo.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 31 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o § 9º do Art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

A lógica da lista de produtos sobre os quais incidem repartição de benefícios (Art. 17, § 9º) acarreta ameaça aos provedores de conhecimentos tradicionais associados e precisa ser invertida. No texto do PL há a previsão de uma lista de produtos passíveis de repartição de benefícios a ser elaborada por um ato conjunto de alguns ministérios, a qual é baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul. A elaboração de um ato conjunto que envolve 7 diferentes ministérios demorará muito para ocorrer e criará um limbo no processo de repartição. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº32 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao §9º do Art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 17.

§ 9º Ato conjunto dos titulares do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça definirá e atualizará periodicamente, na forma do regulamento, lista de produtos que estarão isentos da repartição de benefícios de que trata esse artigo, a ser elaborada com base na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

A lógica da lista de produtos sobre os quais incidem repartição de benefícios (Art. 17, § 9º) acarreta ameaça aos provedores de conhecimentos tradicionais associados e precisa ser invertida. No texto do projeto de lei há a previsão de uma lista de produtos passíveis de repartição de benefícios a ser elaborada por um ato conjunto de alguns ministérios, a qual é baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul. Com essa lógica (lista positiva) corre-se o risco de não haver repartição de benefícios de qualquer produto até que a lista seja publicada. Representantes de movimentos sociais demandaram durante a reunião na SGPR que a lógica da lista fosse invertida e o dispositivo, ao invés de prever sobre quais produtos incidiria a repartição, passaria a prever quais deles estariam isentos. Com a inversão da lógica da lista, evita-se uma lacuna na lei e preservam-se as regras previstas nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e da legislação hoje vigente, as quais asseguram a repartição de benefícios sobre o uso comercial de qualquer produto ou processo decorrente de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

Sala das Sessões, em



EMENDA Nº 33 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o § 10 do Art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da restrição do direito dos provedores à repartição de benefícios no caso de exploração econômica atual de produto resultante de acesso realizado antes de 29 de junho de 2000. O § 10º do Art. 17 é prejudicial aos direitos indígenas e aos direitos dos provedores em geral, pois restringe a repartição de benefícios. Na legislação atual e na CDB de modo geral, a repartição de benefícios é vinculada à exploração econômica de produto decorrente do acesso e não do acesso isoladamente. Esse dispositivo suprime o direito dos provedores de perceberem repartição de benefícios decorrente de exploração econômica atual, caso o acesso tenha sido realizado antes da data estipulada. Ademais, o dispositivo facilita a ocorrência de fraude, uma vez que a data de acesso pode ser facilmente alterada pelo usuário. Com isso, as empresas poderão modificar o registro de acessos realizados no passado para uma data anterior à prevista no texto da Lei para ficarem isentas da repartição de benefícios, mesmo quando houver acesso a conhecimento tradicional associado. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 34 – II
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se à alínea "a", do inciso II, do Art. 19, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 19.

[...]

II-.....

a) projetos para conservação ou uso sustentável de biodiversidade ou para proteção e manutenção de conhecimentos, inovações ou práticas de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores tradicionais, preferencialmente no local de ocorrência da espécie em condição in situ ou de obtenção da amostra quando não se puder especificar o local original;
(NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

EMENDA Nº 38 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015.)

Dá-se ao §2º do Art. 19, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 19.

§ 2º. Decreto do Executivo disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.
(NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

O presente parágrafo favorece os ministérios relacionados com os usuários e cria a possibilidade de existir diferentes parâmetros para a repartição e benefícios não monetários de acordo com a cadeia produtiva relacionada. Parece ser mais coerente que o Presidente da República defina esses critérios e que os mesmos sejam construídos independente do setor ou cadeia produtiva, e dos ministérios envolvidos.

Sala das Sessões, em

Senador RANDOLFE RODRIGUES

EMENDA Nº36 - II
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao §4º do Art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 19.....?

§4º No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se do dispositivo que concede ao usuário o direito de escolha de beneficiário para a repartição de benefícios decorrente de acesso ao patrimônio genético na modalidade não monetária. Embora o patrimônio genético seja de domínio da União e não de povos ou comunidades específicas, trata-se de um bem comum do povo brasileiro e a repartição de benefícios deveria ser voltada para atender os interesses da coletividade e não interesses particulares de usuários. Ademais, a CDB deixa claro que a repartição de benefícios deve estar vinculada a ações de conservação e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Dessa forma, é inadequado que o usuário seja o responsável pela indicação do beneficiário da repartição de benefícios na modalidade não monetária, como disposto no § 4º do Art. 19.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 37 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao *parágrafo único* do Art. 21, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 21.

Parágrafo único. Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e de comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento. (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

No texto proposto pelo relator não há obrigação à oitiva dos órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais (Art. 21, Parágrafo Único) para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolva conhecimento tradicional de origem não identificável. É importante deixar expresso no texto da Lei que esses órgãos deverão (substituindo a expressão poderão) ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável. Conforme destacado na justificativa da emenda

apresentada no anexo 1: “Embora não identificável, esse conhecimento é oriundo de povos indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, por isso a importância da participação dos órgãos que atuam com a temática participarem das negociações”, com direito de veto quando essas implicarem prejuízos aos direitos desses povos.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 38 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao §2º do Art. 29, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 29.

§ 2º Quando as infrações envolverem conhecimento tradicional associado, o Ibama, no exercício da competência prevista no caput, poderá atuar em articulação com os órgãos oficiais de defesa dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



EMENDA Nº 39 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Dá-se ao *parágrafo único* do Art. 31, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 31.:

Parágrafo único. A gestão de recursos monetários depositados no FNRB destinados a povos indígenas, a comunidades tradicionais e a agricultores tradicionais dar-se-á com a sua participação, na forma do regulamento..

(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



EMENDA Nº 40 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015.)

Dá-se ao Inciso VIII do Art. 33, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015, a seguinte redação:

Art. 33.

VIII - apoiar aos esforços dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos agricultores tradicionais no manejo sustentável e na conservação de patrimônio genético;
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da substituição da expressão "povos indígenas" por "populações indígenas". A substituição pelo relator na Câmara Baixa do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Sessões, em



EMENDA Nº 41 - II
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Suprime-se o Art. 43, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da remissão de indenizações civis relacionadas ao acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional nas quais a União seja credora. A isenção de indenizações civis a quais a União seja credora precisam ser analisadas e finalizadas na forma prevista no marco legal vigente. Se houve infração por parte da União contra patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado esta deve arcar com a penalidade, pois a mesma envolve outros atores, como povos e comunidades tradicionais, não cabendo a União o direito de abrir mão dessas indenizações. Dessa forma, é fundamental que o artigo seja suprimido em seu inteiro teor.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº42 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o Art. 47, do Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O presente artigo se relaciona com tratados internacionais do qual o Brasil é ou venha a ser Parte. Consolidado está o consenso internacional quanto a interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas. A FAO, a CDB, o TIRFAA e o Protocolo de Nagôia reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para alimentação e agricultura, suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas. Nesse sentido, a matéria já se encontra resguardada no direito internacional, não fazendo sentido a existência desse artigo que cria inclusive uma incoerência com alguns dos marcos legais dos quais o Brasil é signatário. Dessa forma, é fundamental que o artigo seja suprimido em seu inteiro.

Sala das Sessões, em



Senador RANDOLFE RODRIGUES



EMENDA Nº 43 - U
(Ao PLC nº 2, de 2015)

EMENTA : "Altera o Art. 2º - Inciso II, substituindo a expressão "população indígena" por "povos indígenas"

JUSTIFICATIVA

A substituição pelo relator do Projeto na Câmara dos Deputados, do termo "povos indígenas" por "populações indígenas" significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão "povo indígena" foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que "população" é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo "povo" para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de "identidade cultural" ou "identidade étnica", diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.


Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 44 - U

Emenda : "Suprime a expressão " principais" do inciso XVI do Art. 2º , ficando com a seguinte redação :

"XVI - produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica".

JUSTIFICATIVA

É desejável retirar da definição de produto acabado (Art. 2º, Inciso XVI) a necessidade de o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ser o elemento "principal" de agregação de valor ao produto, pois esse dispositivo restringe sobremaneira a repartição de benefícios. No novo marco legal, a repartição de benefícios já é restrita apenas ao produto acabado (na MP 2.186-16 era vinculada a qualquer produto ou processo oriundo de acesso).



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 45 - I

Ementa : “Altera a redação do inciso XXII do Art. 2º”, que passa a ter a seguinte redação :

“ XXII - atestado de regularidade de acesso – ato administrativo pelo qual o órgão competente declara a regularidade do cadastro de que trata o inciso II do art. 2º e faculta o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado”

JUSTIFICATIVA

Da maneira como está a redação atual do inciso, o atestado não consideraria a necessidade de avaliação prévia pelo Poder Público da validade do consentimento prévio e informado concedido pelo provedor ao usuário no caso de acesso a conhecimento tradicional associado.

A fragilidade da definição do atestado de regularidade de acesso da forma como colocada no texto original é uma ameaça ao direito de consentimento prévio garantido aos provedores na CDB, uma vez que não se prevê no PLC o controle do poder público sobre o acesso ao conhecimento tradicional de origem identificada ainda na etapa de Cadastro. A CDB e a Convenção 169 da OIT pressupõem que o procedimento de consulta prévia e informada seja realizado antes do acesso para que este seja considerado regular. Para tanto, é preciso haver um controle do órgão gestor ainda na fase de cadastro para verificar se o Termo de Anuência Prévia (instrumento de consulta do sistema ABS brasileiro) foi realizado de acordo com todos os preceitos da Lei.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA ADITIVA Nº46 - U

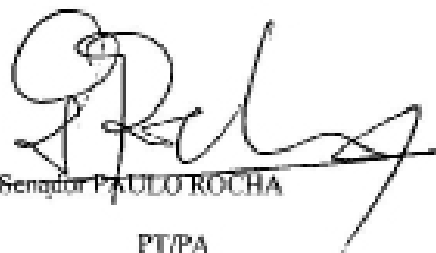
Ementa : "Acrescenta os seguintes incisos ao § 3º do Art. 8º :

"IV – registro audiovisual e

V – mecanismos de busca na rede mundial de computadores(web/internet)

JUSTIFICATIVA

É necessário ampliar a lista das formas de reconhecimento tradicional associado, ainda que se considere que o parágrafo em tela tem caráter exemplificativo, e não exaustivo. Assim, proponho que o mesmo inclua formas atualmente utilizadas tanto por povos e comunidades tradicionais, como pelos usuários do patrimônio genético, sugerindo a inclusão de dois novos incisos, sem os quais, na prática, haveria reconhecimento de poucos conhecimentos tradicionais associados, haja vista que povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais muito provavelmente não irão fazer publicações científicas (inciso I), tampouco registrarão em bancos de dados (inciso II) ou em inventários culturais(inciso III)



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA ADITIVA Nº 47 - U

Ementa : "Acrescenta conteúdo ao § 2º do Art. 9º", que passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - "Art. 9º §2º – O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado, observado o esgotamento de tentativas de obtenção, por escrito ou documentadas, de informação da origem do conhecimento tradicional associado perante o CGEN ou em qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismos de busca na Internet."

JUSTIFICATIVA

A isenção de consentimento prévio informado necessita de cuidados , alguns prévios, quando possível, devendo ser utilizada de imediato somente em casos onde não seja em hipótese alguma possível identificar ao menos um provedor ao qual o referido conhecimento tradicional associado possa ser vinculado. Deve ser tratada de forma excepcional sempre. A presente emenda aditiva propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado – e tampouco dever-se-ia repartir os benefícios a ele relacionado.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 48 - U

Ementa : "Dá-se ao Art. 10, inciso V, a seguinte redação" :

" V – usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado"

JUSTIFICATIVA

A inserção da remissão à Lei de Cultivares e à Lei de Sementes feita pelo relator do projeto na Câmara dos Deputados , no Art. 10, Inciso V, que trata dos direitos que os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais têm a usar e vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado cria uma série de complicações.

Com tal inserção , os direitos desses povos, comunidades e agricultores sobre seus recursos fitogenéticos ficam limitados, uma vez que se vincula a definição de variedades crioulas exclusivamente ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sem considerar a competência legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre o tema. A identificação de sementes crioulas pelo MAPA tem sido feita com base em critérios discricionários e pouco precisos do ponto de vista científico. O MDA vem argumentando a favor do uso de critérios científicos baseados no uso de marcadores moleculares para a definição e identificação de sementes crioulas e raças localmente adaptadas. Como as sementes crioulas possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos, essa definição afeta diretamente os direitos dos provedores de perceberem repartição de benefícios em decorrência do uso comercial de produtos elaborados a partir de recursos genéticos da agrobiodiversidade.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº49 - U

Ementa : "Altera a redação do § 2º do Art. 10, que passa a ter a seguinte redação ":

" § 2º - . O patrimônio genético mantido, em coleção *ex situ* em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a ele associadas deverão ser acessados pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares na forma do regulamento."

JUSTIFICATIVA :

É sabido que todo material conservado *ex situ* derivou-se de um material *in situ*, ou seja tem um provedor. Mesmo que não identificável, esse material foi coletado e pertenceu a um povo, comunidade tradicional ou agricultor. A maior parte dos bancos de germoplasma nacionais foram montados antes da legislação de acesso e não se previa uma série de direitos que hoje devem ser garantidos. Nesse cenário, e dialogando com o já em vigor Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica - PLANAPO, é necessário que se garanta o acesso de povos e comunidades tradicionais e agricultores a esses bancos de dados, garantindo o direitos desses sobre seus próprios patrimônios genéticos e conhecimentos tradicionais associados.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 50 - U

Ementa : "Suprime o § 4º do Art. 17."

JUSTIFICATIVA

O processo de transferência de direito de propriedade intelectual não oneroso como se propõe no presente parágrafo isenta uma parcela grande de possibilidades de repartição de benefícios, pois é justamente nessas operações de exploração econômica advindas de licenciamento, transferência ou permissão de uso de direitos de propriedade intelectual que o grande capital financeiro advindo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado advém. Isentar essa grande exploração econômica, da repartição dos benefícios auferidos, seria, além de injusto, contrário ao interesse maior deste Projeto em si. As empresas que de fato se beneficiam da exploração econômica do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado teriam apenas o bônus, mas não arcariam com o ônus de repartir tais benefícios em proveito dos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais. Assim, necessária se faz a supressão plena do parágrafo.



Senador PAULO RÓCHA
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº51 - U

Ementa : "Suprime o § 9º do Art. 17 "

JUSTIFICATIVA :

A lógica da lista de produtos sobre os quais incidem repartição de benefícios (Art. 17, § 9º) acarreta ameaça aos provedores de conhecimentos tradicionais associados e precisa ser invertida. No texto do PL há a previsão de uma lista de produtos passíveis de repartição de benefícios a ser elaborada por um ato conjunto de vários ministérios, a qual deve ser baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul. A elaboração de um ato conjunto que envolve sete diferentes Ministérios demorará muito para ocorrer e criará um limbo no processo de repartição, haja vista as peculiaridades e acúmulo de trabalho de cada um. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 52 - U

Ementa : Suprime o § 10 do Art. 17

JUSTIFICATIVA

O § 10º do Art. 17, da forma como está redigido, é prejudicial aos direitos indígenas e aos direitos dos provedores em geral, pois restringe a repartição de benefícios. Na legislação atual e na CDB de modo geral, a repartição de benefícios é vinculada à exploração econômica de produto decorrente do acesso e não do acesso isoladamente.

Esse dispositivo suprime o direito dos provedores de perceberem repartição de benefícios decorrente de exploração econômica atual, caso o acesso tenha sido realizado antes da data estipulada. Ademais, o dispositivo facilita a ocorrência de fraude, uma vez que a data de acesso pode ser facilmente alterada pelo usuário. Com isso, as empresas poderão modificar o registro de acessos realizados no passado para uma data anterior à prevista no texto da Lei para ficarem isentas da repartição de benefícios, mesmo quando houver acesso a conhecimento tradicional associado. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.



SENADOR PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 53 - U

Ementa : "Altera a redação do § 2º do Art. 19", que passa a ter a seguinte redação :

" § 2º - Decreto do Executivo disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético."

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do presente parágrafo favorece a intervenção dos Ministérios relacionados com os usuários, mas cria a possibilidade de serem propostos diferentes parâmetros para a repartição e benefícios não monetários de acordo com a cadeia produtiva relacionada. Parece ser mais coerente que o Poder Executivo coordene esse trabalho, chamando os Ministérios envolvidos para discutir as matérias correlacionadas à questão.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 54 - U

Ementa : "Altera a redação do § 4º do Art. 19", que passa a ter a seguinte redação :

" § 4º - No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade".

JUSTIFICATIVA

Embora o patrimônio genético seja de domínio da União e não de povos ou comunidades específicas, trata-se de um bem comum do povo brasileiro e a repartição de benefícios deve ser voltada para atender os interesses da coletividade e não a interesses particulares de usuários. Ademais, a CDB deixa claro que a repartição de benefícios deve estar vinculada a ações de conservação e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados.

Dessa forma, é inadequado que o usuário seja o responsável pela indicação do beneficiário da repartição de benefícios na modalidade não monetária, como disposto no § 4º do Art. 19. Nesse sentido, a emenda visa dar destinação para Unidades de Conservação da Natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 55 - U

Emenda : "Altera a redação do Parágrafo Único do Art. 21 ", que deverá ter a seguinte redação :

" Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento"

JUSTIFICATIVA

No texto oriundo da Câmara dos Deputados, não há obrigação à citiva dos órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolver conhecimento tradicional de origem não identificável. É importante deixar exposto no texto da Lei que esses órgãos deverão (substituindo a expressão poderão) ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável, já que, embora não identificável, esse conhecimento é oriundo de povos indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, por isso a importância da participação dos órgãos que atuam com a temática participarem das negociações.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 56 - II

Ementa : "Altera a redação do Art. 43º, que passa a ser a seguinte relação :

"Art. 43 - Ficam remetidas as indenizações civis relacionadas a patrimônio genético, das quais a União seja credora."

JUSTIFICATIVA

É necessário retirar a menção ao conhecimento tradicional associado do Art. 43, uma vez que as indenizações relativas ao conhecimento tradicional associado são de propriedade do povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor familiar. Portanto, não cabe ao Poder Público, mesmo em se tratando de conhecimentos tradicionais associados de origem desconhecida, conceder a remissão de tais dívidas.



Senador PAULO ROCHA
PT/PA

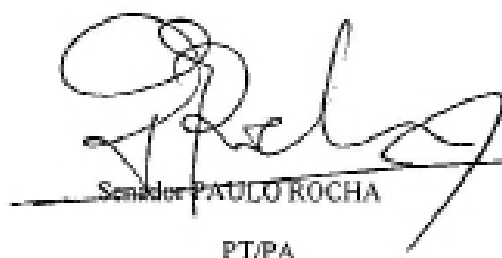
EMENDA MODIFICATIVA Nº 57 - U

Ementa : "Altera a redação do *caput* do Art. 47, que passa a ter a seguinte redação" :

"Art. 47 - A utilização do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais o Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008."

JUSTIFICATIVA :

O *caput* do art. 47 se relaciona com tratados internacionais do qual o Brasil é ou venha a ser Parte. Já está consolidado o consenso internacional quanto a interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas. A FAO, a CDB, o TIRFAA e o Protocolo de Nagóia reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para a alimentação e agricultura, bem como as suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas. Nesse sentido, o tratamento especial dado pelo artigo 47 se justifica exclusivamente para o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura, por sua estreita relação com o direito básico à segurança alimentar e nutricional, e não de forma generalizada.



Senador PAULO RÓCHA
PT/PA

EMENDA Nº 58 - U
(PROJETO DE LEI Nº 7735/2014)
(DO PODER EXECUTIVO)

Regulamenta o inciso II § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, j, 10, e, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no. 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e de outras providências.

EMENDA DE REDAÇÃO

Substitua-se no inciso II do Art. 2º, e em todos os dispositivos dele decorrentes, a expressão “população indígena” por “povo indígena”.

JUSTIFICAÇÃO

A expressão “povo indígena” foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção:

- a) Para evitar qualquer reducionismo biológico, já que “população” é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais;
- b) Para sinalizar o abandono e a superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT que foi substituída pela Convenção 169;
- c) Para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e, em particular, detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam.

“Povo indígena” está consagrado na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros.

Se se substitui, portanto, “povo indígena”, expressão já consagrada, por “população indígena” em um texto legal, haveria que fornecer uma justificativa convincente, o que não consta tenha sido feito. É assim injustificada essa proposta de substituição de uma expressão pela outra.

Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo “povo” para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra “povo” remete ao sentido de “identidade cultural” ou “identidade étnica”, diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala das Comissões, _____ de março de 2015.


SENADOR ROBERTO ROCHA
PSB/MA

EMENDA Nº 59 - U
(PROJETO DE LEI Nº 7735/2014)
(DO PODER EXECUTIVO)

Regulamenta o inciso II § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, j, 10, c, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no. 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo 10 do art. 17:

“Art.

17.....
.....
.....

§ 10 – A exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo realizado a partir da vigência desta lei, resultado de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000, fica isenta da obrigação de repartição de benefícios, mediante comprovação do usuário, na forma do regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

O patrimônio genético é patrimônio da sociedade brasileira. Não é possível dar, ao usuário, o poder de declarar, a seu bel prazer, a data de acesso àquele patrimônio. Na prática, é um convite à fraude.

Sala das Comissões, de março de 2015.



SENADOR ROBERTO ROCHA
PSB/MA

EMENDA Nº 60 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Substitua-se no inciso II do Art. 2º, e em todos os dispositivos dele decorrentes, a expressão “população indígena” por “povo indígena”.

JUSTIFICAÇÃO

I. A expressão “povo indígena” foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativa, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção:

- a) Para evitar qualquer reducionismo biológico, já que “população” é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais.
- b) Para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT que foi substituída pela Convenção 169
- c) Para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam.

II. “Povo indígena” está consagrado na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros.

Se se substitui, portanto, “povo indígena”, expressão já consagrada, por “população indígena” em um texto legal, haveria que fornecer uma justificativa convincente, o que não consta tenha sido feito. É assim injustificada essa proposta de substituição de uma expressão pela outra.

Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo “povo” para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra povo remete ao sentido de “identidade cultural” ou “identidade étnica”, diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala da Comissão,


Senadora LÍDICE DA MATA

EMENDA Nº 61 - U
Projeto de Lei da Câmara nº. 2 de 2015
Supressiva

O art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº. 2, de 2015, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 10. As populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

.....
.....
V – usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.”

JUSTIFICAÇÃO

A inserção da remissão à Lei de Cultivares e de Sementes limita os direitos dos agricultores sobre os recursos fitogenéticos, gerando impactos diretos às políticas de agroecologia e produção orgânica.

É importante garantir a regulamentação do patrimônio genético dentro de um único marco regulatório evitando remissões com leis anteriores que versam sobre outras matérias.

Sala da Comissão, em 26 março de 2015.


Senador HUMBERTO COSTA

EMENDA Nº 62 - U
Projeto de Lei da Câmara nº. 2 de 2015
Modificativa

O art. 29 do Projeto de Lei da Câmara nº. 2, de 2015, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 29. São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas respectivas competências e na forma do regulamento:

I – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e

II – o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa”

JUSTIFICAÇÃO

A fiscalização do acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e IBAMA, conforme proposto pelo substitutivo, criaria uma sobreposição de competências prejudicial ao usuário, pois um mesmo acesso poderia ser direcionado para o desenvolvimento de produtos destinados tanto à agropecuária quanto a outros setores que fazem uso de componentes da diversidade biológica nacional.

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cabe a fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor, conforme a Lei nº. 10.683/2003, ou seja, após a disponibilização do produto no mercado e não sobre o acesso ao patrimônio genético (PG) e ao conhecimento tradicional associado (CTA).

Até a existência do produto oriundo do acesso ao PG e ao CTA não há o que se falar em insumos utilizados em atividade agropecuária, pois ainda se trata da fase de utilização de informação de origem de genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, que não é um insumo nem mesmo um produto.

Sala da Comissão, em _____ de março de 2015.



Senador HUMBERTO COSTA

EMENDA Nº 63 - U
Projeto de Lei da Câmara nº. 2 de 2015
Modificativa

O *caput* do art. 47 do Projeto de Lei da Câmara nº. 2, de 2015, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 47. A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais o Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008"

JUSTIFICAÇÃO

Consolidado está o consenso internacional quanto a interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA) e o

Protocolo de Nagoya reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para alimentação e agricultura, suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas.

Nesse sentido, o tratamento especial dado pelo artigo 47 se justifica exclusivamente para o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura, por sua estreita relação com o direito básico à segurança alimentar e nutricional e não de forma generalizada.

Sala da Comissão, em de março de 2015.


Senador HUMBERTO COSTA

EMENDA Nº 64 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Substitui-se a expressão "*material reprodutivo*" para "*processo*" disposto no inciso IV do Art. 1º do PLC 02 de 2015, adequando-se a expressão aos demais dispositivos da lei:

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa reestabelecer o que foi alterado no inciso IV do art. 1º, dentre outros dispositivos deste Projeto de Lei, excluindo-se a possibilidade de repartição de benefícios sobre processos desenvolvidos a partir de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado. Esta retirada reduz o escopo da aplicação da Lei, deixando de fora as possibilidades de repartição de benefícios sobre as potencialidades dos processos biológicos e dos conhecimentos de comunidades tradicionais. A consequência da ausência dos processos no texto representa prejuízos para o País e para as comunidades.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 65 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

O inciso XIV do Art. 2º do PLC nº de 2015 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º.....

.....

"XIV - autorização de acesso ou remessa - ato administrativo que permite, sob condições específicas, o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e a remessa de patrimônio genético." (NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

A pessoa jurídica estrangeira que quiser obter autorização de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa de patrimônio genético, no País, deverá se associar a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada. Esta condição é exigida por diversos países megadiversos e em desenvolvimento, como por exemplo a Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, México, Índia, China, entre outros, no intuito de proteger a soberania nacional e induzir a cooperação científica e tecnológica internacional, de modo a contribuir com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país. É importante que tais pessoas jurídicas estrangeiras, que querem acessar o patrimônio genético nacional ou conhecimentos tradicionais associados, ao se associarem à instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento, invistam no País e colaborem com a Ciência brasileira por meio de compartilhamento de conhecimento, desenvolvimento de pesquisas colaborativas, transferência de tecnologia, capacitação, entre outros.

No Brasil, atualmente, todo pesquisador estrangeiro ou pessoa jurídica estrangeira que quer realizar pesquisa que envolva coleta de dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, tem que ter autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que também deverá supervisionar a fiscalização e analisar os resultados de tal pesquisa. Somente são autorizadas as atividades em que haja a coparticipação e a coresponsabilidade de instituição brasileira de elevado e reconhecido conceito técnico-científico, no campo de pesquisa correlacionado com o trabalho a ser desenvolvido, segundo a avaliação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A instituição

brasileira tem que acompanhar e fiscalizar as atividades exercidas pelos estrangeiros. Estas previsões estão amparadas pelo Decreto nº 98.830/90, pelas portarias do MCT nºs 55/1990 e 826/2008, pela Resolução Normativa nº 101/2013, do Conselho Nacional de Imigração, e pela Resolução Normativa nº 13/1991, do CNPq.

Brasília, de MARÇO de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 66 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

O Inciso XVI do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....
XVI - produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica".

JUSTIFICAÇÃO

É desejável retirar da definição de produto acabado a necessidade de o componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ser o elemento principal de agregação de valor ao produto, pois esse dispositivo restringe sobremaneira a repartição de benefícios.

Sala da comissão, em


Senadora Valéria Grazziotin
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 67 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

O Inciso XXXI, do art. 2º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

.....
XXXI – agricultor tradicional – agricultor familiar ou pessoa natural que utiliza variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;”

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do conceito é abranger todos os agricultores que utilizem variedades tradicionais, sejam eles agricultores familiares ou não.

Como a definição de agricultor familiar é feita em lei e tem políticas públicas específicas é importante que se destaque que quando se fala de agricultor tradicional, os agricultores familiares estão incluídos nessa discussão, evitando dúvidas sobre o alcance aos agricultores familiares.



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 68 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

JUSTIFICAÇÃO

Incluem-se os incisos IV e V ao § 3º, do art. 8º, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com a seguinte redação:

“Art. 8º.

.....

§ 3º

.....

IV – registro audiovisual; e

V – mecanismos de busca na Internet.”

JUSTIFICAÇÃO

É necessário que ampliar a lista de formar de reconhecimento tradicional associado, mesmo o parágrafo tendo caráter exemplificativo e não exaustivo recomenda-se que o mesmo inclua formas atualmente utilizadas tanto por povos e comunidades tradicionais, como pelos usuários do patrimônio genético. Sugere-se a inclusão de 2 novos incisos Sem estes novos incisos propostos, na prática haveria reconhecimento de pouco conhecimento tradicional associado, tendo em vista que povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais muito provavelmente não irão fazer publicações científicas (inciso I), tampouco registrarão em bancos de dados (inciso II), e os inventários culturais (inciso III).



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 69 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

O § 2º do art. 9º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º

.....

§2º – O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado, observado o esgotamento de tentativas de obtenção, por escrito ou documentadas, de informação da origem do conhecimento tradicional associado perante o CGEN ou em qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismos de busca na Internet."

JUSTIFICAÇÃO

Sobre a isenção de consentimento prévio informado no caso de acesso a conhecimento tradicional de origem não identificável. A isenção de consentimento prévio informado é delicada e deve ser utilizada somente em casos onde não seja em hipótese alguma possível identificar ao menos um provedor ao qual o referido conhecimento tradicional associado possa ser vinculado. Deve ser trada de forma excepcional sempre. A presente emenda propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado – e tampouco se deveria repartir os benefícios a ele relacionado.



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 70 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Os incisos I e II do Art. 13 do PLC 02 de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13

I - acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;

II - remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada."(NR)

.....

JUSTIFICAÇÃO

A atividade de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou para remessa de amostra de patrimônio genético com finalidade de pesquisa ou desenvolvimento realizada por pessoa jurídica estrangeira associada a instituição nacional está sujeita a cadastro, como previsto no Art. 12. No Art.13 permite que, a critério da União, seja exigida autorização de acesso ou remessa, na forma de regulamento, tal como, no caso de exploração econômica de produtos oriundos do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional, como também em casos de acesso em áreas de segurança nacional, na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.

A retirada da palavra "não" dos incisos I e II é fundamental para ratificar a posição brasileira de que qualquer pessoa jurídica estrangeira, que queira acessar patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, deve ser associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada. E, que a critério da União, em casos a serem definidos em regulamento, podem ser exigido, além do cadastro, a autorização de acesso e o estabelecimento do Acordo de Repartição de Benefícios.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 71 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o §2º e altera-se e renumerem-se os §3º e §4º do Art. 13 do PLC 02 de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13.....

§ 1º

§ 2º As autorizações de acesso para pessoas jurídicas sediadas no exterior associadas a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada, serão concedidas:

I -

II - pelo CGen, quando se tratar de atividade de desenvolvimento tecnológico ou de exploração econômica.

§ 3º

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º não se faz mais necessário, pois a remessa para o exterior por pessoa jurídica estrangeira associada a instituição nacional se fará por meio de cadastro e pela assinatura de Termo de Transferência de Material (TTM). Nos casos em que a União definir, por regulamento, que a pessoa jurídica estrangeira associada a instituição nacional necessitará de obter autorização de acesso e remessa, as condições suplementares para a remessa também deverão ser definidas no regulamento, tal como a assinatura do Acordo de Repartição de Benefícios.

Com a mudança no caput do Art. 13 que prevê que a União pode exigir, em casos específicos, que a pessoa jurídica estrangeira associada a instituição nacional

obtenha autorização prévia de acesso e remessa, é necessário alterar também o § 3º, renumerando-o, e incluindo como competência do CGen a concessão da autorização para pessoa jurídica estrangeira, nos casos de exploração econômica, conforme definidos em regulamento. Nesses casos específicos, a União poderá estabelecer condições e garantias para o acesso, em situações sensíveis ao Brasil, tal como em área de segurança nacional, área de fronteira, na plataforma continental, mar territorial, zona econômica exclusiva, ou quando a pessoa jurídica estrangeira quiser realizar o acesso com finalidade de exploração econômica.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 72 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Altera-se o caput do Art. 16º e o seu inciso I, do PLC 02 de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16º Para a exploração econômica de produto acabado ou processo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado serão exigidas:

I – a notificação do produto acabado ou do material reprodutivo ao CCen previamente ao início de sua comercialização;

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Ao se excluir a expressão *“previamente ao início de sua comercialização”* do inciso I do art. 16, não fica claro para o usuário em que momento se deve notificar o produto de seu acesso. Além disso, causa prejuízo à fiscalização, pois elimina a clareza sobre o momento a partir do qual o não cumprimento da norma constitui infração, nos termos da Lei.

Brasília, 04 de março de 2015


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 73 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Altera-se o Art. 17º do PLC 02 de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou de material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições *in situ* ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do país, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta lei." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta visa superar a limitação imposta a repartição somente às espécies encontradas em condições *in situ*, deixando de fora do escopo da lei a obrigação de repartição de benefícios em virtude do acesso a espécies encontradas em condições *ex situ*. A experiência da fiscalização demonstra que a grande maioria das espécies acessadas tem origem em condições *ex situ*, especialmente quando a finalidade do acesso é o desenvolvimento tecnológico, ou seja, quando será necessária uma fonte garantida e relativamente constante de fornecimento de matéria-prima para assegurar a fabricação do produto.

Muitas empresas buscam em grandes produtores as amostras para realizar o acesso, firmando neste momento a parceria para o fornecimento dos insumos. Em outros casos, também frequentes, amostras são buscadas em coleções científicas como ponto de partida para a pesquisa de novos produtos, inclusive sintéticos, os quais derivam de espécies da biodiversidade brasileira mas que, por conveniência, foram obtidas em condições *ex situ*.

Também resta importante dizer que, uma vez informado pelo interessado que a amostra teve origem *ex situ*, dificilmente poderá ser contestado. De forma geral, a inclusão da expressão “*de espécies encontradas em condições in situ*” no texto do art. 17 constitui subterfúgio para a não repartição de benefícios e contraria os preceitos da Convenção da Diversidade Biológica – CDB.

Outra interpretação possível desse dispositivo, ainda que contraditória ao princípio da conservação, seria que apenas as espécies encontradas em condições *in situ* fariam jus à proteção governamental consagrada pela repartição de benefícios, ficando as demais espécies, aquelas que não mais são encontradas em condições *in situ*, à margem da proteção dada pela norma.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 74 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o § 4º do art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2,
de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

Trata de isenção de repartição de benefícios sobre operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado. O processo de transferência de direito de propriedade intelectual não oneroso como se propõe no presente parágrafo isente uma parcela grande de possibilidades de repartição de benefícios, pois é justamente nessas operações de exploração econômica advindas de licenciamento, transferência ou permissão de uso de direitos de propriedade intelectual que o grande capital financeiro advindo do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado advém. Isentar essa grande exploração econômica, da repartição dos benefícios auferidos, seria, além de injusto, contrário ao interesse maior deste Projeto em si. As empresas que de fato se beneficiam da exploração econômica do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado teriam apenas o bônus, mas não arcariam com o ônus de repartir tais benefícios em proveito dos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais.



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 75 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o § 10º do Art. 17º do PLC 02 de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O § 10 do art. 17 retira a possibilidade de adequação referente à repartição de benefícios de produtos decorrentes de atividades de acesso realizadas antes da 1ª versão da atual MP, ou seja, em 29 de junho de 2000:

"§10 A exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo realizada a partir da vigência desta Lei, resultado de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000, fica isenta da obrigação de repartição de benefícios, mediante comprovação do usuário, na forma do regulamento."

Esse dispositivo diz respeito a diversos produtos que estão no mercado há mais de 15 anos e que utilizam espécies da biodiversidade brasileira em sua composição. Embora a atividade que gerou tais produtos tenha sido desenvolvida antes da norma que define acesso ao patrimônio genético, não se pode negar que a continuidade na fabricação de tais produtos somente é possível devido à utilização de recursos naturais, muitos deles provenientes de extrativismo realizado por comunidades tradicionais. Não se trata, pois, de retroagir a norma para alcançar atividades realizadas antes de sua vigência, e sim garantir o seu cumprimento a partir da incorporação dos preceitos da CDB no ordenamento jurídico nacional.

Naturalmente, não faz sentido falar em adequação das atividades de acesso, mas não é isonômica a decisão de isentar para sempre da repartição de benefícios as empresas que exploram recursos naturais de forma continuada. A nova norma deve vir

para consertar discrepâncias da antiga MP, especialmente questões que nunca foram regulamentadas pelo Poder Público, como a indenização, mas não deve criar tratamento diferenciado a ser dado às empresas que fabricam produtos que possuem a mesma natureza.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 76 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Altera-se o § 5º do Art. 17º do PLC 02 de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º

.....

§ 5º Poderão ser isentados da obrigação de repartição de benefícios, nos termos do regulamento:

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O § 5º do art. 17 isentou da repartição de benefícios as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Apesar da imensa relevância na concessão de benefícios a essa categoria empresarial, suas atividades representam volume significativo das atividades de acesso, remessa e exploração econômica do patrimônio genético do País. Abrir mão dos benefícios gerados individualmente por cada microempresa e empresa de pequeno porte (essas em especial) representará grande prejuízo ao meio ambiente e à conservação dos biomas.

A repartição de benefícios sugerida também se daria de forma proporcional aos ganhos dessas empresas, não caracterizando sobrecarga a essa categoria empresarial. Assim, em vez de sacramentar a isenção de repartição de benefícios na norma,

sugerimos facultar ao Poder Público a cobrança da repartição de benefícios nesses casos, possibilitando melhor avaliação da realidade do setor por meio de regulamento.

Brasília, 04 de março de 2015



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 77 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Suprima-se o § 10, do art. 17, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015.

JUSTIFICAÇÃO

O § 10º do Art. 17 é prejudicial aos direitos indígenas e aos direitos dos provedores em geral, pois restringe a repartição de benefícios. Na legislação atual e na CDB, de modo geral, a repartição de benefícios é vinculada à exploração econômica de produto decorrente do acesso e não do acesso isoladamente. Esse dispositivo suprime o direito dos provedores de perceberem repartição de benefícios decorrente de exploração econômica atual, caso o acesso tenha sido realizado antes da data estipulada. Ademais, o dispositivo facilita a ocorrência de fraude, uma vez que a data de acesso pode ser facilmente alterada pelo usuário. Com isso, as empresas poderão modificar o registro de acessos realizados no passado para uma data anterior à prevista no texto da Lei para ficarem isentas da repartição de benefícios, mesmo quando houver acesso a conhecimento tradicional associado. Dessa forma, é fundamental que o parágrafo seja suprimido em seu inteiro teor.

Sala da Comissão, em



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 78- U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Modifica-se o § 4º do Art. 19º do PLC 02 de 2015, passando a ter a seguinte redação:

**“ Artigo 19º
.....**

§4º No caso de repartição de benefícios na modalidade não monetária decorrente da exploração econômica de produto acabado oriundo de acesso ao patrimônio genético, o usuário indicará o beneficiário da repartição de benefícios, sujeito à aprovação pelo CGen.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O §4º, do Art. 19 deixa a critério do usuário o beneficiário da repartição de benefícios, o que constitui fragilidade para a concretização dos objetivos da CDB. Sugere-se, assim, a submissão ao CGen da indicação do beneficiário da repartição de benefícios.

Brasília, 04 de março de 2015


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 79 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

O § 4º do art. 19, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19

§ 4º - No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade".

JUSTIFICAÇÃO

Embora o patrimônio genético seja de domínio da União e não de povos ou comunidades específicas, trata-se de um bem comum do povo brasileiro e a repartição de benefícios deveria ser voltada para atender os interesses da coletividade e não interesses particulares de usuários. Ademais, a CDB deixa claro que a repartição de benefícios deve estar vinculada a ações de conservação e uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Dessa forma, é inadequado que o usuário seja o responsável pela indicação do beneficiário da repartição de benefícios na modalidade não monetária, como disposto no projeto.



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 80 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

O Parágrafo único do art. 21, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21

Parágrafo único. Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

No texto do projeto não há obrigação à oitiva dos órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolver conhecimento tradicional de origem não identificável. É importante deixar expresso no texto da Lei que esses órgãos deverão ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

Sala da Comissão, em



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA Nº 81 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

O Art. 47, caput, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais do Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.”

JUSTIFICAÇÃO

Trata da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado introduzido no País pela ação humana. O presente artigo se relaciona com tratados internacionais do qual o Brasil é ou venha a ser Parte. Tem como base o consenso internacional quanto à interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas. A FAO, a CDB, o TIRFAA e o Protocolo de Nagóia reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para alimentação e agricultura, suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas.



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA N° 82 - U*(ao PLC nº 2, de 2015)*

Substitua-se a expressão: *povos indígenas*, constantes no projeto, pela expressão: *populações indígenas*.

JUSTIFICAÇÃO

A substituição pelo relator do termo *povos indígenas*, por *populações indígenas* significa um retrocesso na legislação brasileira, já que a expressão está consagrada na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Desde então, tem sido adotada nos documentos oficiais brasileiros. Ressalte-se que a expressão *povo indígena* foi introduzida na Convenção 169 com as seguintes justificativas, que constam da introdução da versão brasileira da Convenção: i) para evitar qualquer reducionismo biológico, já que *população* é termo adotado para espécies naturais, como plantas e animais; ii) para sinalizar o abandono e superação da perspectiva paternalista presente na Convenção 107 da OIT, que foi substituída pela Convenção 169; e iii) para deixar claro que os povos indígenas são sujeitos de direitos e em particular detêm o direito de serem consultados no que concerne às políticas que os afetam. Além disso, há um valor simbólico e político na manutenção do termo *povo* para os indígenas, já que do ponto de vista antropológico a palavra *povo* remete ao sentido de *identidade cultural* ou *identidade étnica*, diferenciando esses povos de outros grupos sociais que não possuem esse tipo de vínculo.

Sala da Comissão, em



Senadora Vanessa Grazziotin

PCdoB/Amazonas

EMENDA N° 83 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao inciso XXXI do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

XXXI – agricultor tradicional: agricultor familiar ou pessoa natural que utiliza variedades tradicionais locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;

....."

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de ajuste redacional. O objetivo dar mais precisão ao conceito, abrangendo todos os agricultores que utilizem variedades tradicionais, sejam eles agricultores familiares ou não, para que não haja dúvidas sobre o alcance da nova Lei. A inclusão da expressão agricultor familiar havia sido acordada na Câmara dos Deputados e foi suprimida no substitutivo aprovado. A inclusão da expressão não encontra maior dificuldade, uma vez que já existe uma definição legal – Lei 11.326/2006 – de quem são os agricultores familiares.

Sala da Comissão,


Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

PSB-SE

EMENDA Nº 84 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao § 4º do art. 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 19

.....
§ 4º No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza de domínio público, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade."

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda busca destinar recursos para a efetivação das políticas públicas voltadas para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade.

Sala da Comissão,


Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**

PSB-SE

EMENDA MODIFICATIVA Nº 85 - U

Ementa : Altera a redação do inciso I do Art. 13, que passa a ter a seguinte redação :

“ I – acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por pessoa física ou jurídica sediada no exterior e obrigatoriamente associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;”

JUSTIFICATIVA

A possibilidade de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional por pessoa física ou jurídica estrangeira, como proposto pelo texto na forma como veio da Câmara dos Deputados , sem a vinculação a uma instituição de ciência e tecnologia nacional abre a possibilidade a que pessoas ou empresas internacionais mal-intencionadas, apropriem-se de parte de nosso patrimônio genético para fins lucrativos, sem o devido embasamento científico , reconhecimento e retorno às comunidades tradicionais.

Além disso, há mecanismos institucionais que vinculam as atividades científicas estrangeiras a instituições brasileiras para acesso à biodiversidade, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou ao conhecimento tradicional (antropológico e linguístico), via Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou ao patrimônio material (arqueológico), via Instituto Nacional ao Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

Estes mecanismos deverão ser seguidos em relação à proposta de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional, e repartição de benefícios.

Ademais, a vinculação a instituições nacionais contribuirá também na qualificação do conhecimento interno, já que nossos técnicos e instituições manterão, certamente, programas de intercâmbio e qualificação de seus pesquisadores, além de possibilitar, ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias em parceria com as instituições do exterior.



Senador Paulo Rocha

PT/PA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 86 - U

Ementa : “Altera a redação do inciso II do Art. 13”, que passa a ter as seguinte redação;

“II – remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso por pessoa física ou jurídica sediada no exterior e obrigatoriamente associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;”

JUSTIFICATIVA :

A possibilidade de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional por pessoa jurídica estrangeira, como proposto pelo texto na forma como veio da Câmara dos Deputados , sem a vinculação a uma instituição de ciência e tecnologia nacional abre a possibilidade a pessoas físicas ou empresas internacionais mal-intencionadas, de apropriarem-se de parte de nosso patrimônio genético para fins lucrativos, sem o devido embasamento científico , reconhecimento e retorno às comunidades tradicionais.

Além disso, há mecanismos institucionais que vinculam as atividades científicas estrangeiras a instituições brasileiras para acesso à biodiversidade, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou ao conhecimento tradicional (antropológico e linguístico), via Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou ao patrimônio material (arqueológico), via Instituto Nacional ao Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

Estes mecanismos deverão ser seguidos em relação à proposta de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional, e repartição de benefícios.

Ademais, a vinculação a instituições nacionais contribuirá também na qualificação do conhecimento interno, já que nossos técnicos e instituições manterão, certamente, programas de intercâmbio e qualificação de seus pesquisadores, além de possibilitar, ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias em parceria com as instituições do exterior.



Senador Paulo Rocha

PT/PA

EMENDA ADITIVA Nº 87 - U

Ementa : " Acrescenta conteúdo ao inciso IV, do Art. 13º, que passa a ter a seguinte redação :

" IV – acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado em águas jurisdicionais brasileiras, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, que se dará após anuência da autoridade marítima, sendo obrigatória a associação a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada quando o interessado for pessoa física ou jurídica sediada no exterior"

JUSTIFICATIVA :

A possibilidade de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional por pessoa jurídica estrangeira, como proposto pelo texto na forma como veio da Câmara dos Deputados , sem a vinculação a uma instituição de ciência e tecnologia nacional abre a possibilidade a pessoas físicas e/ou empresas internacionais mal-intencionadas, de apropriarem-se de parte de nosso patrimônio genético para fins lucrativos, sem o devido embasamento científico , reconhecimento e retorno às comunidades tradicionais.


Além disso, há mecanismos institucionais que vinculam as atividades científicas estrangeiras a instituições brasileiras para acesso à biodiversidade, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou ao conhecimento tradicional (antropológico e linguístico), via Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou ao patrimônio material (arqueológico), via Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

Estes mecanismos deverão ser seguidos em relação à proposta de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional, e repartição de benefícios.

Ademais, a vinculação a instituições nacionais contribuirá também na qualificação do conhecimento interno, já que nossos técnicos e instituições manterão, certamente, programas de intercâmbio e qualificação de seus pesquisadores, além de possibilitar, ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias em parceria com as instituições do exterior.

A riqueza do patrimônio genético contido em nossas águas oceânicas ainda não está devidamente levantada, mas é inegável que ali o Brasil tem uma reserva de patrimônios fantástica, que vai das milhares de espécies da fauna marítima até as reservas de

minerais e outros elementos . Portanto, torna-se necessária a adoção de mecanismos protetores ao patrimônio nacional, motivo pelo qual propomos a que , ali também, a exemplo do segmento patrimonial em terra, haja mecanismos que possibilitem a interação dos nossos órgãos de pesquisas com instituições externas, de modo a que se tenha a oportunidade de , além de proteger o patrimônio genético, trocar experiências e materiais científicos.


Senador Paulo Rocha
PT/PA

EMENDA SUPRESSIVA Nº 88 - U

Ementa : "Altera a redação do § 3º do Art. 13", que passa a ter a seguinte redação :

" § 3º - As autorizações de acesso para pessoas físicas e jurídicas sediadas no exterior associadas a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada, serão concedidas : "


JUSTIFICATIVA :

A possibilidade de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional por pessoa física ou jurídica estrangeira, como proposto pelo texto na forma como veio da Câmara dos Deputados , sem a vinculação a uma instituição de ciência e tecnologia nacional abre a possibilidade a que pessoas ou empresas internacionais mal-intencionadas, apropriem-se de parte de nosso patrimônio genético para fins lucrativos, sem o devido embasamento científico , reconhecimento e retorno às comunidades tradicionais.

Além disso, há mecanismos institucionais que vinculam as atividades científicas estrangeiras a instituições brasileiras para acesso à biodiversidade, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou ao conhecimento tradicional (antropológico e linguístico), via Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou ao patrimônio material (arqueológico), via Instituto Nacional ao Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN).

Estes mecanismos deverão ser seguidos em relação à proposta de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional, e repartição de benefícios.

Ademais, a vinculação a instituições nacionais contribuirá também na qualificação do conhecimento interno, já que nossos técnicos e instituições manterão, certamente, programas de intercâmbio e qualificação de seus pesquisadores, além de possibilitar, ainda, o desenvolvimento de novas tecnologias em parceria com as instituições do exterior.



Senador Paulo Rocha

PT/PA

EMENDA Nº 89 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao inciso XXXI do art. 2 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2.

.....
XXXI- agricultor tradicional – agricultor familiar ou pessoa natural que utiliza variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;"

....."

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de ajuste redacional. O objetivo do conceito é abranger todos agricultores que utilizem variedades tradicionais, sejam eles agricultores familiares ou não, para que não haja dúvidas sobre o alcance aos agricultores familiares.

São essas as razões pelas quais contamos com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 90 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao inciso V do art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 10.

V- usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado; e

.....”.

JUSTIFICAÇÃO

A inserção da remissão à Lei de Cultivares e de Sementes limita os direitos dos agricultores sobre os recursos filogenéticos, gerando impactos diretos às políticas de agroecologia e produção orgânica. É importante garantir a regulamentação do patrimônio genético dentro de um único marco regulatório evitando remissões com leis anteriores que versam sobre outras matérias.

São essas as razões pelas quais contamos com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 91 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao § 9º do art. 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 17.

.....

§ 9º Ato conjunto dos titulares do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça definirá e atualizará periodicamente, na forma do regulamento, lista de produtos isentos da repartição de benefícios de que trata o caput, a ser elaborada com base na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM.

.....”.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2015, regula a repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produtos acabados, ou de materiais reprodutivos, oriundos de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

A alteração proposta por esta emenda objetiva acatar a demanda dos povos e comunidades tradicionais de forma a prever quais produtos ou materiais reprodutivos estariam isentos da repartição de benefícios. Dessa forma, inverte-se a lógica do texto original que prevê a elaboração de lista dos produtos sobre os quais incidiria a repartição. Além disso, evita-se uma lacuna na lei de forma a adequá-la às regras previstas nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e na legislação vigente, que excluem a possibilidade de não incidência da repartição sobre todos os produtos.

São essas as razões pelas quais contamos com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação da emenda ora apresentada.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 92 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao art. 21, parágrafo único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 21.

Parágrafo único. Para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolver acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento.”

JUSTIFICAÇÃO

No parágrafo único do art. 21 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, com relação à oitiva de órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais quando da celebração de acordos setoriais, é imperativo deixar expresso que esses órgãos deverão ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de repartição de benefícios sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável. Embora não identificável, esse conhecimento é oriundo de povos indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, por isso, a importância da participação dos órgãos que atuam com a temática participarem das negociações.

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 1989 e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004, estabelece que os povos indígenas devem ser consultados com relação a medidas legislativas ou administrativas que os possam afetar diretamente. Mitigar essa obrigação no Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, seria uma afronta a um dos principais direitos dos povos indígenas e à sua autonomia.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 93 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao art. 29 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 29. São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas competências e na forma do regulamento:

I – O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e

II – o Comando da Marinha do Ministério da Defesa.”

JUSTIFICAÇÃO

A fiscalização do acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, pelo Comando da Marinha do Ministério da Defesa, conforme proposto pelo substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, criaria uma sobreposição de competências prejudicial ao usuário, pois um mesmo acesso ao patrimônio genético poderia ser direcionado para o desenvolvimento de produtos destinados tanto à agropecuária quanto a outros setores que fazem uso de componentes da diversidade biológica nacional.

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cabe a fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor, conforme determina o art. 27, inciso I, alínea f, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, ou seja, a fiscalização ocorre após a disponibilização do produto no mercado e não sobre as ações que antecedem a esta atividade.

As atividades de acesso, por sua vez, antecedem à comercialização dos produtos agropecuários oriundos de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, de modo que, inexistindo referido produto, não há que se falar em insumos utilizados em atividade agropecuária. Trata-se da fase de utilização de informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, que não é um insumo e nem mesmo um produto, motivo pelo qual a competência para fiscalizar não cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Portanto, busco junto a meus pares o apoio à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 94 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao art. 48 do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

Art. 48. A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais do Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 3 de junho de 2008.

JUSTIFICAÇÃO

Consolidado está o consenso internacional quanto a interdependência de todos os países em relação aos recursos genéticos para a alimentação e agricultura, bem como sua natureza especial e sua importância para lograr a segurança alimentar em escala global e para o desenvolvimento sustentável da agricultura no contexto de redução de pobreza e de mudanças climáticas. A FAO, a CDB, o TIRFAA e o Protocolo de Nagoia reconhecem a natureza especial do patrimônio genético para alimentação e agricultura, suas características e problemas peculiares que demandam soluções específicas.

Nesse sentido, o tratamento especial dado pelo artigo 47 se justifica exclusivamente para o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura, por sua estreita relação com o direito básico à segurança alimentar e nutricional e não de forma generalizada.

Portanto, busco junto a meus pares o apoio à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,


Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 95 - U

(ao PLC nº 2, de 2015)

Substituam-se, no Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a expressão “populações indígenas” por “povos indígenas”, em todo o seu texto, corrigindo-se os artigos e preposições ligados a essas expressões, quando necessário.

JUSTIFICAÇÃO

A utilização do termo “povos” está de acordo com a autodenominação dos indígenas. Além disso, esse termo é referendado pela Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 1989 e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004. É o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Seu artigo 7º, item I, dispõe que “Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente”.

O conceito de “povo indígena” extrapola o de “população”, pois inclui as noções de cultura, história e identidade próprias, que não excluem esses povos do grupo mais amplo do povo brasileiro, mas os distinguem pela sua especificidade no grupo nacional. Ao contrário de rejeitar a identidade nacional brasileira, esse termo reforça a pluralidade e a diversidade que caracterizam a nossa nacionalidade.

Sala da Comissão,



Senador LINDBERGH FARIAS

EMENDA Nº 96 - U
(ao PLC nº 2, de 2015)

Dê-se ao inciso I do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 2º ”

I – patrimônio genético – informação de origem genética contida em todo ou parte de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza que contenham unidades funcionais de hereditariedade, incluindo substâncias oriundas de metabolismos desses seres vivos;

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 2, de 2015, tem o mérito de estabelecer um marco legal que assegure o efetivo cumprimento dos compromissos relativos à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à repartição de benefícios referentes à proteção e ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

Objetiva-se, com a alteração do inciso I do art. 2º do projeto, melhorar a redação de um de seus principais conceitos, o de patrimônio genético, a fim de especificar que o patrimônio genético é a informação de origem genética contida em todo ou parte de espécies.

Julgo importante, ainda, harmonizar a redação de patrimônio genético ao conceito de material genético previsto no art. 2º da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, ao incluir a expressão “que contenha unidades funcionais de hereditariedade”.

Portanto, busco junto a meus pares o apoio à aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,



Senadora LÚCIA VÂNIA

EMENDA Nº 97 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se inciso II do Artigo 2,º e ao caput do artigo 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º -----

II – conhecimento tradicional associado – informação ou prática de povos indígenas, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

-----"NR)"

SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 98 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao XXXI do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 2º -----

“XXXI – agricultor tradicional – agricultor familiar ou pessoa natural que utiliza variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;”

JUSTIFICATIVA

Trata-se de ajuste redacional. O objetivo do conceito é abranger todos os agricultores que utilizem variedades tradicionais, sejam eles agricultores familiares ou não, para que não haja dúvidas sobre o alcance aos agricultores familiares.

Sala das Sessões,

2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 99 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se inciso XXXI do artigo 2º do PLC 02 de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º _____

XXXI – agricultor tradicional – agricultor familiar ou pessoa natural que utiliza variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética _____

_____, "(NR)"

JUSTIFICATIVA

Trata-se de ajuste redacional. O objetivo do conceito é abranger todos os agricultores que utilizem variedades tradicionais, sejam eles agricultores familiares ou não, para que não haja dúvidas sobre o alcance da nova Lei. A inclusão da expressão agricultor familiar havia sido acordada e foi suprimida no substitutivo apresentado. A inclusão as expressa não encontra maior dificuldade, uma vez que já existe uma definição legal – Lei 11.326./2006 – de quem sejam os agricultores familiares.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 100 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º, inciso III, ao Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º _____

II = conhecimento tradicional associado de origem não identificável = conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, um povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, depois de esgotadas as tentativas de obtenção, por escrito ou documentadas, de informação da origem do conhecimento tradicional associado, perante o CGEN ou qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismo de busca na internet;

_____"(NR)"

JUSTIFICATIVA

Esta emenda se faz necessária porque basta que o conhecimento tradicional associado seja considerado como não identificável para que não haja qualquer repartição de benefícios.

Segundo o Art. 9º, § 2º, ao PLC nº 02 de 2015, independe de consentimento prévio informado a utilização de conhecimento tradicional associado não identificável.

Resultado: Legalizar-se-ia a biopirataria.

A presente emenda propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado – e tampouco dever-se-ia repartir os benefícios a ele relacionado.

Sala das Sessões, de 2015.


SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 101 - U

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8 º"j", 10 º"e", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outra providência.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 9º, § 2º, do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 9º -----

§2º - O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável independe de consentimento prévio informado, observando o esgotamento de tentativas de obtenção, por escrito ou documento, de informação da origem do conhecimento tradicional associado perante o CGEN ou em qualquer outro meio admissível, inclusive mecanismos de buscas na internet.

-----" (NR) "


JUSTIFICATIVA

Esta emenda se faz necessária porque basta que o conhecimento tradicional associado seja considerado como não haja qualquer repartição de benefícios.

Como independe de consentimento prévio informado a utilização de conhecimento tradicional associado não identificável, qualquer conhecimento tradicional associado que for considerado como não identificável dará margem para se legalizar a biopirataria.

A presente emenda propõe, portanto, exigir que se esgotem todas as possibilidades de se identificar a origem do conhecimento tradicional associado, sob risco de se alegar que a origem do mesmo não é identificável e, portanto, não se deveria obter consentimento prévio informado e tampouco dever-se-lhe repartir os benefícios a ele relacionado.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 102 - U

Regula o inciso h do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se inciso V do artigo 10 ao Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 10 _____

V – usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado; e _____

_____, "(NR)"

JUSTIFICATIVA

A remissão à Lei de Cultivares e de Sementes limita é desnecessária porque as Leis disciplinam institutos jurídicos diversos, devendo se preservar os direitos dos agricultores fitogenéticos. Principalmente quando trata-se de produção agro ecológicas ou orgânicas .

Sala das Sessões, de 2015.


SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA N° 103 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo 2º do art. 19 a seguinte redação:

"Art. 19 A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado poderá constituir-se nas seguintes modalidades:

§2º Regulamento disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.

JUSTIFICATIVA

Não é possível deixar exclusivamente a critério do usuário a modalidade repartição de benefícios obtidas a partir do uso de bem público. O Estado deve decidir como essa repartição se fará.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA N° 104 - U

Regula o inciso III do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo 1º do art. 19:

"Art. 19 A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado poderá constituir-se nas seguintes modalidades:"

§1º - No caso de acesso a patrimônio genético fica a critério do usuário a opção por uma das modalidades de repartição de benefícios previstas no caput.

JUSTIFICATIVA

Não é possível deixar exclusivamente a critério do usuário a modalidade repartição de benefícios obtidas a partir do uso de bem público.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 105 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Altera-se a redação do § 2º do artigo 19 do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

"Art. 19 _____

§ 2º Regulamento disciplinará a forma de repartição de benefícios da modalidade não monetária nos casos de acesso a patrimônio genético.

_____"(NR)"

JUSTIFICATIVA

A medida visa a salvaguardar os direitos dos povos indígenas e tradicionais, ampliando sua participação democrática na formação de regulamento próprio que discipline a forma de repartição de benefícios.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 106 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 4º do artigo 19 do PLC 02 de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19º _____


"§ 4º No caso de repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrentes da exploração econômica do produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, a destinação será feita para unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade" (NR).

JUSTIFICATIVA

A Emenda busca criar recursos para a efetivação das políticas públicas voltada para atender às unidades de conservação da natureza, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade.

Por todo exposto, requeremos dos nobres pares o apoio para a Emenda ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 02 de 2015.

Sala das Sessões, de 2015.


SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 107 - U

Regula o inciso III do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altera-se a redação do § 4º do artigo 19 do Projeto de Lei Câmara nº 02 de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 _____

§ 4º A repartição de benefícios, na modalidade não monetária, decorrente da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, será destinada a unidade de conservação de domínio público, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade. "(NR)"

JUSTIFICATIVA

Propomos a inclusão de restrição "de domínio público", para as unidades de conservação e adequação a redação ao Decreto nº 5.092/2004, que trata das áreas identificadas como prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA N° 108 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 21 a seguinte redação:

"Art." 21 – Com o fim de garantir a competitividade do setor contemplado, a União, poderá, a pedido do interessado, conforme o regulamento, celebrar acordo setorial que permita reduzir o valor da repartição de benefícios monetária para até um por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

Parágrafo único. "Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento".

JUSTIFICATIVA

É indispensável a oitiva dos órgãos do governo federal de defesa dos direitos de populações indígenas e comunidades tradicionais por ocasião de celebração de acordos setoriais. Um acordo desse tipo vai permitir reduzir o montante repassado pelas empresas ao Fundo. Cabe lembrar que os recursos do Fundo serão usados em benefícios das comunidades e povos indígenas.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 109 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 21 do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 21 § 1º. A Lei nº 13.023, de 2014, que institui o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Genéticos e de Recursos Tradicionais, e dá outras providências, é aprovada com as alterações a seguir propostas.

" Parágrafo único. Para subsidiar a celebração de acordo setorial que envolver acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos nos termos do regulamento."

JUSTIFICATIVA

No parágrafo único do art. 21 que trata sobre a oitiva de órgãos de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidade tradicional quando da celebração de acordos setoriais sugere-se deixar expresso que esses órgãos deverão (substituindo poderão por deverão) ser ouvidos sempre que o acordo setorial tratar de RB sobre conhecimento tradicional associado de origem não identificável. Embora não identificável esse conhecimento é oriundo de povos indígenas, comunidades e agricultores tradicionais, por isso, a importância da participação dos órgãos que atuam com a temática participarem das negociações. Eis a proposta de redação.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 110 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único, do artigo 21, do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:


Art. 21 _____

Parágrafo único. "Para subsidiar a celebração de acordo setorial, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão ser ouvidos, nos termos do regulamento". (NR)

JUSTIFICATIVA

A Emenda busca atender ao que já está expresso no Protocolo de Nagoya, em seu art. 5º, § 5º. Por todo exposto, requeremos dos nobres pares o apoio para esta Emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 2015.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 111 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 29 do Projeto de Lei da Câmara nº 02 de 2015, a seguinte redação:

Art. 29 São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas respectivas competências e na forma do regulamento:

- I – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- II – o Comando da Marinha do Ministério da Defesa.

JUSTIFICATIVA

A fiscalização do acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ibama, conforme proposto pelo substitutivo, criaria uma sobreposição de competência prejudicial ao usuário, pois um mesmo acesso poderia ser direcionado para o desenvolvimento de produtos destinados tanto à agropecuária quanto a outros setores que fazem uso de componentes da diversidade biológica nacional.

Ao Ministério da Agricultura cabe a fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor, conforme a Lei nº 10.683/2003, ou seja, após a disponibilização do produto no mercado e não sobre o acesso que antecede esta atividade.

As atividades de acesso antecedem a comercialização dos produtos agropecuários oriundos de acesso ao patrimônio genético (PG) e ao conhecimento tradicional associado (CTA). Até a existência do produto oriundo do acesso ao PG e ao CTA não há o que falar em insumos utilizados em atividade agropecuária, pois ainda se trata da fase de utilização de informação de origem de genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, que não é um insumo e nem mesmo um produto.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 112 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 47 e seus parágrafos;

"Art. 47 – A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado de espécie introduzida no País pela ação humana até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais o Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 junho de 2008.

JUSTIFICATIVA

Não é cabível que um país simplesmente deixe de cumprir, unilateralmente, acordos e tratado internacional. O Brasil perderá credibilidade, inclusive nas questões comerciais.

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 113 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Onde houver a expressão "*populações indígenas*", substituir por "*povos indígenas*", em todo texto.

JUSTIFICATIVA

Justificativa: A utilização do termo "povos" está de acordo com a autodenominação das indígenas. Além disso, esse termo é referendado pela Convenção 169 sobre Povos Indígenas. Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada em 1989. É o instrumento internacional vinculante mais antigo que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Foi promulgada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto 5051 de 2004.

"Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida da possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente" (Artigo 7º, §1).

Sala das Sessões,

de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 114 - U

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, *f*, 10, c, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos:

I - ao acesso ao patrimônio genético do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições *in situ*, inclusive as espécies domesticadas e populações espontâneas, ou mantido em condições *ex situ*, desde que encontrado em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva;

II - ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes;

III - ao acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica;

IV - à exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

V - à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado, para conservação e uso sustentável da biodiversidade;

VI - à implementação de tratados internacionais sobre patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado dos quais o Brasil seja signatário.

§ 1º O acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado será efetuado sem prejuízo dos direitos de propriedade material ou imaterial que incidam sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado acessado ou sobre o local de sua ocorrência.

§ 2º O acesso ao patrimônio genético existente na plataforma continental observará o disposto na Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993.

Art. 2º Além dos conceitos e das definições constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, consideram-se para os fins desta Lei:

I - patrimônio genético - informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos;

II - conhecimento tradicional associado - informação ou prática de povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III - conhecimento tradicional associado de origem não identificável - conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, um povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional;

IV - povos indígenas - as coletividades de origem pré-colombiana, que se distinguem no conjunto da sociedade e entre si, com identidade e organização próprias, cosmovisões específicas e especiais em relação com a terra que habitam.

V - comunidade tradicional – grupo culturalmente diferenciado, que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social, e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição;

VI - provedor de conhecimento tradicional associado - povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso;

VII - consentimento prévio informado - consentimento formal, previamente concedido por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários;

VIII - protocolo comunitário - norma procedimental dos povos indígenas ou comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei;

IX - acesso ao patrimônio genético - pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre amostra de patrimônio genético;

X - acesso ao conhecimento tradicional associado - pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético que possibilite ou facilite o acesso ao patrimônio genético, ainda que obtido de fontes secundárias tais como feiras, publicações, inventários, filmes, artigos científicos, cadastros e outras formas de sistematização e registro de conhecimentos tradicionais associados;

XI - pesquisa - atividade, experimental ou teórica, realizada sobre o patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, com o objetivo de produzir novos conhecimentos, por meio de um processo sistemático de construção do conhecimento que gera e testa hipóteses e teorias, descreve e interpreta os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis;

XII - desenvolvimento tecnológico - trabalho sistemático sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de

desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica;

XIII - cadastro de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado - instrumento declaratório obrigatório das atividades previstas no art. 12 desta Lei;

XIV - remessa - transferência de amostra de patrimônio genético para instituição localizada fora do país com a finalidade de acesso;

XV - Rastreabilidade: habilidade de rastrear, documentar e verificar cronologicamente a história e os locais de acesso, manipulação e uso de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados, incluindo as transferências efetuadas, as aplicações realizadas e os agentes responsáveis em território nacional ou estrangeiro;

XVI - autorização de acesso ou remessa - ato administrativo que permite, sob condições específicas, o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e a remessa de patrimônio genético, nos casos previstos no art. 13 desta Lei;

XVII - usuário - pessoa natural ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

XVIII - produto - produto intermediário ou produto final;

XIX - produto final - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional;

XX - produto intermediário - produto cuja natureza é a utilização em cadeia produtiva para o desenvolvimento de outro produto intermediário ou de produto final;

XXI - notificação de produto: instrumento declaratório que antecede o início da atividade de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o usuário declara o cumprimento dos requisitos desta Lei;

XXII - acordo de repartição de benefícios: instrumento jurídico de natureza transacional que antecede o início da atividade de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual deve constar a qualificação as partes, o objeto e as condições para repartição de benefícios;

XXIII - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e usuários, com a participação dos órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais, tendo em vista a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da exploração econômica oriunda de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

XXIV - atestado de regularidade de acesso - ato administrativo pelo qual o órgão competente declara a regularidade do cadastro de que trata o inciso XII do art. 2.º e faculta o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, nos termos do art. 225, § 1.º, II, da Constituição Federal; e

XXV - termo de transferência de material - instrumento firmado entre remetente e destinatário para remessa ao exterior de uma ou mais amostras contendo patrimônio genético acessado ou disponível para acesso, que indica, quando for o caso, se houve acesso a conhecimento tradicional associado e que estabelece o compromisso de repartição de benefícios de acordo com as regras previstas nesta Lei.

XXVI - atividades agrícolas: atividades de produção, processamento e comercialização de alimentos, fibras, energia e florestas plantadas.

XXVII - condições *in situ*: condições em que o patrimônio genético existe em ecossistemas e habitats naturais, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas características distintivas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas;

XXVIII - espécie domesticada ou cultivada: espécie em cujo processo de evolução influia o ser humano para atender suas necessidades;

XXIX - condições *ex situ*: condições em que o patrimônio genético é mantido fora de seu habitat natural;

XXX - população espontânea: população de espécies introduzidas no território nacional, ainda que domesticadas, capazes de se autoperpetuarem naturalmente nos ecossistemas e habitats brasileiros;

XXXI - material reprodutivo: material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécie ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada;

XXXII - envio de amostra: envio de amostra que contenha patrimônio genético para a prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico na qual a responsabilidade sobre a amostra é de quem realiza o acesso no Brasil;

XXXIII - Agricultor tradicional: agricultores definidos na Lei 11.326/2006 ou no Decreto 6.040/2007;

XXXIV - variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição *in situ*, ou mantida em condição *ex situ*, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja produto de melhoramento conduzido pelo sistema formal ou científico;

XXXV - raça localmente adaptada ou crioula - raça proveniente de espécie que ocorre em condição *in situ*, ou mantida em condição *ex situ*, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada adaptada por povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicionais.

Parágrafo único. Considera-se parte do patrimônio genético existente no território nacional, para os efeitos desta Lei, o microrganismo que tenha sido isolado a partir de substratos do território nacional, do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental.

Art. 3º O acesso ao patrimônio genético existente no País ou ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo desse acesso somente serão realizados mediante cadastro ou autorização e notificação, e serão submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos nesta Lei e no seu regulamento.

Parágrafo único. São de competência da União a gestão, o controle e a fiscalização das atividades descritas no *caput*, nos termos do disposto no inciso XXIII do *caput* do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao patrimônio genético humano.

Art. 5º É vedado o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado para práticas nocivas ao meio ambiente, à reprodução cultural e à saúde humana e para o desenvolvimento de armas biológicas e químicas.

CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 6º Fica criado, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen, órgão colegiado, de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal, responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição dos benefícios.

§ 1º O Cgen é formado por representação de órgãos e entidades da Administração Pública Federal que detêm competência sobre as diversas ações de que trata essa Lei com participação máxima de 50% (cinquenta por cento) e a representação da sociedade civil em no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos membros, assegurada a paridade entre:

- I - setor empresarial;
- II - setor acadêmico;
- III - povos indígenas;

IV - comunidades tradicionais; e

V - agricultores tradicionais.

§ 2º Compete também ao CGen:

- I - estabelecer:
 - a) normas técnicas;
 - b) diretrizes e critérios para elaboração e cumprimento do Acordo de Repartição de Benefícios;
 - c) critérios para a criação de banco de dados para o registro de informação sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

II - acompanhar, em articulação com órgãos federais, ou mediante convênio com outras instituições, as atividades de:

- a) acesso e remessa de amostra que contenha o patrimônio genético; e
- b) acesso a conhecimento tradicional associado;

III - deliberar sobre:

- a) as autorizações de que trata o art. 13;
- b) o credenciamento de instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético; e
- c) o credenciamento de instituição nacional para ser responsável pela criação e manutenção da base de dados de que trata o inciso IX;

IV - atestar a regularidade do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de que trata o Capítulo IV desta Lei;

V - registrar o recebimento da notificação do produto ou material reprodutivo e a apresentação do Acordo de Repartição de Benefícios, nos termos do art. 15;

VI - promover debates e consultas públicas sobre os temas de que trata esta Lei;

VII - funcionar como instância superior de recurso em relação à decisão de instituição credenciada e aos atos decorrentes da aplicação desta Lei, na forma do regulamento;

VIII - estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, a título de repartição de benefícios;

IX - criar e manter base de dados relativos:

- a) aos cadastros de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado e de remessa;
- b) às autorizações de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado e de remessa;
- c) aos instrumentos e termos de transferência de material;
- d) às coleções ex situ das instituições credenciadas que contenham amostras de patrimônio genético;

- e) às notificações de produto acabado ou material reprodutivo;
- f) aos acordos de repartição de benefícios;
- g) aos atestados de regularidade de acesso; e
- h) aos protocolos comunitários.

X – identificar órgãos federais de proteção dos direitos de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados;

XI - aprovar seu regimento interno.

§ 2º Regulamento disporá sobre a composição e o funcionamento do CGen.

§ 3º O CGEN criará Câmaras Temáticas e Setoriais, com a participação paritária do Governo e sociedade civil, sendo esta representada pelos setores empresarial, acadêmico, representantes de povos indígenas, representantes de comunidades tradicionais e representantes de agricultores tradicionais, para subsidiar as decisões do Plenário.

Art. 7º A Administração Pública Federal disponibilizará ao CGen, na forma do regulamento, as informações necessárias para a rastreabilidade das atividades decorrentes de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, inclusive as relativas à exploração econômica oriunda desse acesso.

CAPÍTULO III - DA PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

Art. 8º Ficam protegidos por esta Lei os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais contra a utilização e exploração ilícita e outras atividades lesivas.

§ 1º O Estado reconhece o direito de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores tradicionais de decidir sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País, nos termos desta Lei e do seu regulamento.

§ 2º O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de que trata esta Lei integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser depositado em banco de dados ou outra modalidade de depósito, conforme dispuser o regulamento ou legislação específica.

§ 3º As disposições desta Lei não poderão ser interpretadas de modo a obstar a preservação, o intercâmbio, a utilização e o desenvolvimento de conhecimento tradicional e do patrimônio genético a ele associado de povos indígenas, de comunidades tradicionais e de agricultores tradicionais, ficando tais atividades isentas das obrigações desta Lei.

§ 4º O Estado reconhece que os instrumentos de mercado não os únicos indicadores que permitem promover a proteção e o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais associados e que a precificação desses pode ser prejudicial para sua proteção e reprodução.

§ 5º O Estado compreende que a perda de conhecimentos tradicionais associados está muitas vezes relacionada a ações antrópicas não sustentáveis, predatórias, como a de acumulação econômica por despossessão.

§ 6º O Estado reconhece a reparação histórica pelo uso de conhecimentos tradicionais associados enquanto direito constituído e que a prática da biopirataria faz parte da história econômica, tecnológica e do sucesso mercadológico de empresas nacionais e multinacionais dos ramos de farmacêutico, nutracêuticos, de defensivos agrícolas, entre outros.

§ 7º O Estado reconhece a fragilidade dos instrumentos efetivos de fiscalização, inclusive tecnológicos, do uso indevido, atual ou futuro, dos conhecimentos tradicionais associados inclusive daqueles oriundos dos acelerados desenvolvimentos tecnológicos de aplicação nas áreas biotecnológicas, de engenharia genética, de biologia sintética e de nanotecnologia nos territórios nacional internacional.

§ 8º O Estado reconhece que parte substancial das espécies da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados oriundos de países megadiversos, inclusive do Brasil, estão guardados em coleções públicas de antigas potências coloniais, que as coleções nacionais são menores e menos abrangentes que essas e que não possui capacidade de fiscalização do uso potencial dessas desse material catalogado.

§ 9º O Estado reconhece que os detentores de conhecimentos tradicionais associados podem proteger esses de transformação em produto mercadológico, negando o acesso a eles.

§ 10º O Estado reconhece que o sistema internacional de proteção dos direitos sobre propriedade intelectual, sobretudo através do tratado internacional Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio celebrado no seio da Organização Mundial do Comércio não reconhece a Convenção sobre Diversidade Biológica,

inclusive no que diz respeito à proteção dos conhecimentos tradicionais associados, colocando em risco quaisquer esforços de controle em nível internacional dos usos indevidos desses e de biopirataria institucionalizada.

§ 11º O Estado reconhece que determinados instrumentos de proteção dos conhecimentos tradicionais associados se baseiam na aceitação pelo mercado da implementação de um biocomércio ético e na adoção de boas práticas voluntárias.

§ 12º O Estado reconhece que parte relevante das empresas comerciais que entram no sistema nacional de gestão do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados possui tão somente interesse de propaganda e mercadológico, em usar a imagem da natureza e dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Art. 9º O acesso ao conhecimento tradicional associado está condicionado à obtenção do consentimento prévio informado.

§ 1º A comprovação do consentimento prévio informado deverá ocorrer segundo os protocolos comunitários de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais.

§ 2º No caso de inexistência de um protocolo comunitário, o processo de obtenção de consentimento prévio informado deve se dar mediante procedimento acordado e documentado entre os provedores e os usuários.

§ 3º A obtenção de consentimento prévio e informado deve ser comprovada mediante termo assinado ou outro instrumento estabelecido no protocolo comunitário.

§ 4º O acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a ser comprovado pelo usuário, independe de consentimento prévio informado.

§ 5º O acesso ao patrimônio genético de variedade tradicional local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para atividades agrícolas compreende o acesso ao conhecimento tradicional associado não identificável que deu origem à variedade ou à raça e não depende do consentimento prévio do povo indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou raça.

Art. 10 Aos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais que criam, usam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

I - ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação;

II - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional associado em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;

III - perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, nos termos desta Lei;

IV - participar, de forma equitativa, do processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios decorrente desse acesso, na forma do regulamento;

V - impedir terceiros de:

a) acessar, utilizar, realizar testes, pesquisar ou explorar economicamente seu conhecimento tradicional associado em desacordo com esta Lei;

b) divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integrem ou constituam conhecimento tradicional associado em desacordo com esta Lei;

VI - usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

VII - conservar, manejar, guardar, produzir, trocar, desenvolver, melhorar e vender material reprodutivo que contenha patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, sementes e outros materiais de propagação e de reprodução vegetal e animal conservados e manejados em sistemas agrícolas locais e tradicionais, e de acordo com as normas locais e os seus usos, costumes e tradições; e;

VIII - acessar as coleções *ex situ* de recursos genéticos de instituições geridas com recursos públicos, bem como todas as informações associadas aos mesmos;

§1º. Para os fins desta Lei, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético será considerado de natureza coletiva, ainda que apenas um indivíduo do povo indígena ou comunidade tradicional ou agricultor tradicional o detenha.

§2º O patrimônio genético mantido em coleções *ex situ* em instituições nacionais geridas com recursos públicos e as informações a eles associadas poderão ser acessadas pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, na forma do regulamento.

CAPÍTULO IV - DO ACESSO, DA REMESSA E DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA

Art. 11. Ficam sujeitas às exigências desta Lei e de seu regulamento e às normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelo CGen, quando realizadas por pessoa natural, nacional, ou pessoa jurídica, pública ou privada, nacional ou sediada no exterior, as seguintes atividades:

- I - acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- II - remessa para o exterior de amostras de patrimônio genético; e
- III - exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado após a vigência desta Lei.

§1º. É vedado o acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa natural estrangeira e por pessoa jurídica estrangeira não associada a instituição nacional.

§2º. A remessa para o exterior de amostra de patrimônio genético depende de assinatura do termo de transferência de material, na forma prevista pelo CGen.

Art. 12. Deverão ser cadastradas as seguintes atividades:

- I - acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado dentro do País realizado por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada; e
- II - envio de amostra que contenha patrimônio genético por pessoa jurídica nacional, pública ou privada, para prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico.

§ 1º O cadastro de que trata este artigo terá seu funcionamento definido em regulamento.

§ 2º O cadastro de que trata este artigo deverá ser aprovado pelo CGen mediante atestado de regularidade previamente ao início das atividades previstas nos incisos I e II do caput.

§ 3º São públicas as informações constantes do banco de dados de que trata o inciso IX, do artigo 6º, ressalvadas aquelas que possam prejudicar a preservação da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, bem como as atividades de pesquisa ou desenvolvimento científico ou tecnológico ou as atividades comerciais de terceiros, podendo ser estas informações serem disponibilizadas mediante autorização do usuário

Art. 13. As seguintes atividades poderão, a critério da União, ser realizadas mediante autorização prévia, na forma do regulamento:

I - acesso ao patrimônio genético por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada; e

II - acesso ao patrimônio genético realizado no exterior por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;

III - remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior com a finalidade de acesso, nas hipóteses dos incisos I e II do caput.

§1º As autorizações de acesso e de remessa podem ser requeridas em conjunto ou isoladamente.

§ 2º No caso de remessa de amostra de patrimônio genético para o exterior, a responsabilidade da amostra ou material remetido será solidária entre o remetente e a destinatária.

§ 3.º A autorização para remessa de amostra do patrimônio genético para o exterior depende da informação do uso pretendido, observados os requisitos do regulamento.

Art. 14. A conservação *ex situ* de amostra do patrimônio genético encontrado na condição *in situ* deverá ser realizada preferencialmente no território nacional.

Art. 15. Para a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado serão exigidas:

I - a notificação do produto ou material reprodutivo junto ao CGen; e

II - a apresentação do Acordo de Repartição de Benefícios.

§ 1.º No caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, o Acordo de Repartição de Benefícios deverá ser celebrado entre o usuário e o CGen, em até trezentos e sessenta e cinco dias, contados da notificação do produto

§ 2.º No caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado, o Acordo de Repartição de Benefícios deverá ser celebrado entre o usuário e o provedor e será apresentado ao CGen no ato da notificação do produto ou material reprodutivo.

CAPÍTULO V - DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 16 Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições *in situ* ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa.

§ 1º Estará sujeito à repartição de benefícios o fabricante do produto ou o produtor do material reprodutivo, independentemente de quem tenha realizado o acesso anteriormente.

§ 2º A repartição de benefícios incidirá de forma não-cumulativa, compensando-se o que for devido para cada produto intermediário até o produto final.

§ 3º Ficam isentos da obrigação de repartição de benefícios, nos termos do regulamento, os agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

§ 4º Caso o produto ou material reprodutivo não tenha sido produzido no Brasil, o importador, subsidiária, controlada, coligada, vinculada ou representante comercial do produtor estrangeiro em território nacional ou em território de países com os quais o Brasil mantiver acordo com este fim responde solidariamente com o fabricante do produto ou do material reprodutivo pela repartição de benefícios.

§ 5º Na ausência de acesso a informações essenciais à determinação da base de cálculo de repartição de benefícios em tempo adequado, nos casos a que se refere o § 4º, a União arbitrará o valor da base de cálculo de acordo com a melhor informação disponível, considerando o percentual previsto nesta lei ou em acordo setorial, garantido o contraditório.

Art. 17. Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para atividades agrícolas serão repartidos sobre a comercialização do material reprodutivo, ainda que o acesso ou a exploração econômica se dê por meio de pessoa física ou jurídica subsidiária, controlada, coligada, contratada, terceirizada ou vinculada, respeitado o disposto no § 4º do artigo 16.

§1º A repartição de benefícios, prevista no caput, incidirá de forma não-cumulativa, compensando-se o que for devido para cada produto intermediário até o produto final.

§2º Fica isenta da Repartição de Benefícios a exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, ainda que domesticadas, exceto:

- I - as que formem populações espontâneas que tenham adquirido características distintivas próprias no País; e
- II - variedade tradicional local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula.

Art. 18. A repartição de benefícios decorrente da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem identificável poderá constituir-se nas seguintes modalidades:

- I - monetária; ou
- II - não monetária, incluindo, entre outras:
 - a) projetos para conservação ou uso sustentável de biodiversidade em unidades de conservação de domínio público, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade;
 - b) projetos para proteção e manutenção de conhecimentos, inovações ou práticas de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares detentores do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado;

c) transferência de tecnologias, que seja relevante para a conservação e uso sustentável da biodiversidade;

d) capacitação de recursos humanos em temas relacionados à conservação e uso sustentável do patrimônio genético e à proteção dos [ou] conhecimento tradicional associado, inclusive para a construção de protocolos comunitários

Art. 19. Quando a modalidade escolhida for a repartição de benefícios monetária decorrente da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético, será devida uma parcela de um por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica, ressalvada a hipótese de redução para até meio por cento prevista no art. 20.

Art. 20. Em casos excepcionais, com o fim de garantir a competitividade do setor contemplado, a União, poderá, a pedido do interessado, conforme o regulamento, celebrar acordo setorial que permita reduzir o valor da repartição de benefícios monetária para até meio por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem não identificável.

§ 1.º. Nos casos de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem não identificável, os órgãos oficiais de defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais deverão aprovar a celebração do acordo setorial previsto no **caput**.

§ 2.º. Nos casos de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético, o órgão oficial de conservação da biodiversidade deverá aprovar a celebração do acordo setorial previsto no **caput**.

Art. 21. Nas modalidades de repartição de benefícios não monetárias decorrentes de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriunda de acesso a patrimônio genético, a repartição de benefícios deverá ser equivalente a cem por cento do previsto para a modalidade monetária, conforme os critérios definidos pelo CCB.

Art. 22 Quando o produto ou material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, a repartição de benefícios se dará na modalidade monetária, no montante de um por cento da receita líquida anual, a ser depositado no Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.

4

Art. 23 Quando o produto ou o material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado que seja de origem identificável, o provedor de conhecimento tradicional associado terá direito de receber benefícios mediante Acordo de Repartição de Benefícios.

§ 1º No caso do caput, presume-se, para efeitos dessa Lei, a existência de outros detentores do mesmo conhecimento tradicional associado.

§ 2º A repartição entre usuário e provedor será negociada de forma justa e equitativa entre as partes, atendendo a parâmetros de clareza, lealdade e transparência nas cláusulas pactuadas, que deverão indicar condições, obrigações, tipos e duração dos benefícios de curto, médio e longo prazo.

§ 3º Além do Acordo de Repartição de Benefícios celebrado diretamente com o provedor, o usuário deverá depositar no Fundo Nacional de Repartição de Benefícios uma parcela correspondente a metade daquela prevista no art. 19 [ou art. 20] desta Lei, a título de repartição de benefícios com os demais detentores do mesmo conhecimento.

§ 4º No caso do caput, a repartição de benefícios terá a duração de no mínimo o tempo de exploração econômica do produto ou material reprodutivo.

§ 5º A repartição de benefícios gerados a partir do acesso ao conhecimento tradicional associado que seja de origem identificável não poderá ser inferior a meio por cento da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto ou material reprodutivo.

Art. 24. O Acordo de Repartição de Benefícios deverá indicar e qualificar com clareza as partes, que serão, no caso de exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a:

I - patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado de origem não identificável:

a) a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente; e

b) aquele que explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional não identificável;

II – conhecimento tradicional associado de origem identificável:

a) o provedor de conhecimento tradicional associado;

b) aquele que explora economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado;

c) como interveniente, o órgão oficial de defesa dos direitos de povos indígenas ou comunidades tradicionais, conforme o caso.

§ 1º Adicionalmente ao Acordo de Repartição de Benefícios, o usuário deverá depositar o valor estipulado no § 3º do art. 23 no FNRB quando explorar economicamente produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado de origem identificável.

§ 2º A repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado dispensa o usuário de repartir benefícios referentes ao patrimônio genético.

Art. 25. São cláusulas essenciais do Acordo de Repartição de Benefícios, sem prejuízo de outras que venham a serem estabelecidas em regulamento, as que dispõem sobre:

I - produtos objeto de exploração econômica;

II - prazo de duração;

III - modalidade de repartição de benefícios;

IV - direitos e responsabilidades das partes;

V - direito de propriedade intelectual;

VI - rescisão;

VII - penalidades; e

VIII - foro no Brasil.

CAPÍTULO VI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 26. Considera-se infração administrativa contra o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional associado toda ação ou omissão que viole as normas desta Lei e do regulamento.

§ 1º Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, as infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão:

a) das amostras que contêm o patrimônio genético acessado;

b) dos instrumentos utilizados na coleta ou no processamento do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado acessado;

c) dos produtos derivados de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; ou

d) dos produtos obtidos a partir de informação sobre conhecimento tradicional associado.

IV - suspensão da venda do produto ou material reprodutivo derivado de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

V - embargo da atividade específica relacionada à infração;

VI - interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento;

VII - suspensão de atestado ou autorização de que trata esta Lei; ou

VIII - cancelamento de atestado ou autorização de que trata esta Lei.

§ 2º Para imposição e graduação das sanções administrativas, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato;

II - os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação referente ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;

III - a reincidência; e

IV - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

§ 3º As sanções previstas no § 1º poderão ser aplicadas cumulativamente.

- § 4º As amostras, os produtos e os instrumentos de que trata o inciso III do § 1º terão sua destinação definida pelo CGen.

§ 5º A multa de que trata o inciso II do § 1º será arbitrada pela autoridade competente, por infração, e pode variar:

I - de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), quando a infração for cometida por pessoa natural; ou

II - de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), quando a infração for cometida por pessoa jurídica, ou com seu concurso.

§ 6º Verifica-se a reincidência quando o agente comete nova infração no prazo de até cinco anos contados do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

§ 7º O regulamento disporá sobre o processo administrativo próprio para aplicação das sanções de que trata esta Lei, assegurado o direito a ampla defesa e contraditório.

§ 8º Aplicam subsidiariamente a esta Lei as disposições da Lei 9.605/1998.

Art. 27. Os órgãos federais competentes exercerão a fiscalização, a interceptação e a apreensão de amostras que contêm o patrimônio genético acessado, de produtos ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, quando o acesso ou a exploração econômica tiver sido em desacordo com as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 28. São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas respectivas competências e na forma do regulamento:

I - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e

II - o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa. § 1º O exercício da competência de fiscalização de que trata o caput pelo Comando da Marinha ocorrerá no âmbito de águas jurisdicionais e da plataforma continental brasileiras, em coordenação com o IBAMA.

§ 2º Quando as infrações envolverem conhecimento tradicional associado, o IBAMA, no exercício da competência prevista no caput, poderá atuar em articulação com os órgãos oficiais de defesa dos direitos dos povos indígenas, povos ou comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

CAPÍTULO VII - DO FUNDO NACIONAL DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS E DO PROGRAMA NACIONAL DE REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Art. 29. Fica instituído o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios - FNRB, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de preservar, valorizar e promover o uso sustentável do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados.

Art. 30. O Poder Executivo disporá em regulamento sobre a composição, organização e funcionamento do Comitê Gestor do FNRB.

Parágrafo único. A gestão de recursos monetários depositados no FNRB destinados a povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais se dará com a sua participação, de forma majoritária.

Art. 31. Constituem receitas do FNRB:

- I - dotações consignadas na Lei orçamentária anual e seus créditos adicionais;
- II - doações;
- III - valores arrecadados com o pagamento de multas administrativas aplicadas em virtude do descumprimento desta Lei;
- IV - recursos financeiros de origem externa decorrentes de contratos, acordos ou convênios, especialmente reservados para as finalidades do Fundo;
- V - contribuições feitas por usuários de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado para o Programa Nacional de Repartição de Benefícios;
- VI - valores provenientes da repartição de benefícios; e
- VII - outras receitas que lhe vierem a ser destinadas.

§ 1º Os recursos monetários depositados no FNRB decorrentes da exploração econômica de produto, ou material reprodutivo oriundo de acesso a conhecimento tradicional associado serão destinados exclusivamente em benefício dos detentores de conhecimentos tradicionais associados.

§ 2º Os recursos monetários depositados no FNRB decorrentes da exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético proveniente de coleções *ex situ* serão parcialmente destinados em benefício dessas coleções, na forma do regulamento.

§ 3º O FNRB poderá estabelecer instrumentos de cooperação, inclusive com estados, municípios e o Distrito Federal.

Art. 32. Fica instituído o Programa Nacional de Repartição de Benefícios - PNRB, com a finalidade de promover:

- I - conservação da diversidade biológica;
- II - recuperação, criação e manutenção de coleções *ex situ* de amostra do patrimônio genético;
- III - prospecção e capacitação de recursos humanos associados ao uso e à conservação do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;
- IV - proteção, promoção do uso e valorização dos conhecimentos tradicionais associados;
- V - implantação e desenvolvimento de atividades relacionadas ao uso sustentável da diversidade biológica, sua conservação e repartição de benefícios;
- VI - fomento a pesquisa e desenvolvimento tecnológico associado ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado;
- VII - levantamento e inventário do patrimônio genético, considerando a situação e o grau de variação das populações existentes, incluindo aquelas de uso potencial e, quando viável, avaliando qualquer ameaça a elas;
- VIII - apoio aos esforços dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais no manejo sustentável e conservação de patrimônio genético;

IX - conservação das plantas silvestres;

X - desenvolvimento de um sistema eficiente e sustentável de conservação *ex situ* e *in situ*, e desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para essa finalidade com vistas a melhorar o uso sustentável do patrimônio genético;

XI - monitoramento e manutenção da viabilidade, do grau de variação e da integridade genética das coleções de patrimônio genético;

XII - adoção de medidas para minimizar ou, se possível, eliminar as ameaças ao patrimônio genético; "

XIII - desenvolvimento e manutenção dos diversos sistemas de cultivo que favoreçam o uso sustentável do patrimônio genético;

XIV - elaboração e execução dos Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos ou Comunidades Tradicionais; e

XV - a construção de protocolos comunitários em benefício de povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais

XVI - outras ações relacionadas ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, conforme o regulamento.

§ 1.º - O Programa Nacional de Repartição de Benefícios deverá conter componentes especificamente voltados para a conservação e utilização sustentável da agrobiodiversidade, e incluir ações, políticas e programas destinados a:

I - promover e apoiar as iniciativas e atividades de agricultores tradicionais, gestão e conservação local dos recursos da agrobiodiversidade;

II - promover e apoiar as iniciativas e atividades dos agricultores tradicionais de conservar *in situ* os parentes silvestres de espécies cultivadas e de espécies silvestres usadas para produção de alimentos, dentro e fora de áreas protegidas;

III - ampliar a base genética dos cultivos agrícolas e aumentar a gama de diversidade genética à disposição dos agricultores tradicionais;

IV - fortalecer as pesquisas que promovam e conservem a diversidade biológica, maximizando a variação intra e interespecífica da agrobiodiversidade em benefício dos agricultores tradicionais, especialmente dos agricultores que criam e utilizam as suas próprias variedades e aplicam princípios ecológicos de conservação da fertilidade dos solos e de combate às doenças e pragas;

V - promover políticas agrícolas justas e equitativas que estimulem o desenvolvimento e a manutenção de sistemas agrícolas locais e tradicionais diversificados e que favoreçam a utilização sustentável da agrobiodiversidade;

VI - promover iniciativas de melhoramento vegetal que, com a participação dos agricultores tradicionais, reforcem a capacidade de desenvolvimento de variedades especificamente adaptadas às diferentes condições sociais, econômicas e ambientais locais;

VII - promover ampla utilização de cultivos agrícolas, variedades e espécies subutilizadas, locais ou adaptadas às condições locais;

VIII - definir áreas protegidas especialmente voltadas para a conservação local e o manejo sustentável da agrobiodiversidade, que devem ser geridas com a participação dos agricultores tradicionais e respeitar as formas de manejo e uso dos recursos naturais que integram os sistemas agrícolas locais e tradicionais.

§ 2º - As áreas protegidas a que se refere o inciso VIII serão denominadas reservas da agrobiodiversidade e serão criadas preferencialmente em centros de diversidade genética de plantas tradicionalmente cultivadas pelos agricultores tradicionais;

Art. 33. O PNRB será implementado por meio do FNRB.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS SOBRE A ADEQUAÇÃO E A REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES

Art. 34. O pedido de autorização ou regularização de acesso e de remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ainda em tramitação na data de entrada em vigor desta Lei deverá ser reformulado pelo usuário como pedido de cadastro ou de autorização de acesso ou remessa, conforme o caso.

Art. 35. O prazo para o usuário reformular o pedido de autorização ou regularização de que trata o art. 34 será de um ano, contado da data da disponibilização do cadastro pelo CGen.

Art. 36. Deverá adequar-se nos termos desta Lei, no prazo de um ano, contado da data da disponibilização do Cadastro pelo CGen, o usuário que realizou, a partir de 30 de junho de 2000, as seguintes atividades de acordo com Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

I - acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

II - exploração econômica de produto ou material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado;

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, o usuário deverá adotar uma ou mais das seguintes providências, conforme o caso:

I - cadastrar o acesso a patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;

II - notificar o produto, processo ou material reprodutivo objeto da exploração econômica, nos termos desta Lei; e

III - repartir os benefícios referentes à exploração econômica realizada a partir da data de entrada em vigor desta Lei, nos termos do Capítulo V, exceto quando o tenha feito na forma da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 37. Deverá regularizar-se nos termos desta Lei, no prazo de um ano, contado da data da disponibilização do Cadastro pelo CGen, o usuário que, entre 30 de junho de 2000 e a data de entrada em vigor desta Lei, realizou as seguintes atividades em desacordo com a legislação em vigor à época:

I - acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado;

II - acesso e exploração econômica de produto ou processo oriundo do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, de que trata a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001;

, III - remessa ao exterior de amostra de patrimônio genético; ou

IV - divulgação, transmissão ou retransmissão de dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado.

§ 1º A regularização de que trata o caput está condicionada a assinatura de Termo de Compromisso.

§ 2º Na hipótese de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado unicamente para fins de pesquisa científica, o usuário estará dispensado de firmar o Termo de Compromisso, regularizando-se por meio de cadastro ou autorização da atividade, conforme o caso.

§ 3º Para fins de regularização junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial- INPI dos pedidos de patentes depositados durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, o requerente deverá apresentar o comprovante de cadastro ou de autorização de que trata este artigo.

Art. 38. O Termo de Compromisso será firmado entre o usuário e a União, representada pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Meio Ambiente poderá delegar a competência prevista no caput.

Art. 39. O Termo de Compromisso deverá prever, conforme o caso:

I - o cadastro ou a autorização de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado;

II - a notificação de produto ou processo oriundo do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, de que trata a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001; e

III - a repartição de benefícios obtidos, na forma do Capítulo V desta Lei, referente ao tempo em que o produto desenvolvido após 30 de junho de 2000 oriundo de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado tiver sido disponibilizado no mercado.

Art. 40. Havendo interesse das partes, com o intuito de findar questões controversas e eventuais litígios administrativos ou judiciais, poderão ser aplicadas as regras de regularização ou adequação, conforme a hipótese observada, ainda que para casos anteriores à Medida Provisória nº 2.052, de 29 de junho de 2000.

Parágrafo único. No caso de litígio judicial, respeitadas as regras de regularização ou adequação previstas nesta Lei, a União fica autorizada a firmar acordo ou transação judicial.

Art. 41. Permanecem válidos os atos e decisões do CGen referentes a atividades de acesso ou remessa de patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado que geraram produtos ou processos em comercialização no mercado e que já foram objeto de regularização antes da entrada em vigor da presente Lei.

§1º. Caberá ao CGen cadastrar no sistema as autorizações já emitidas.

§2º Os Acordos de Repartição de Benefícios celebrados antes da entrada em vigor desta Lei serão válidos pelo prazo neles previstos.

Art. 42. O pedido de regularização previsto neste Capítulo autoriza a continuidade da análise de requerimento de direito de propriedade industrial em andamento no órgão competente.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. As atividades realizadas sobre patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado que constarem em acordos internacionais dos quais o País seja signatário, quando utilizadas para os fins do referido acordo internacional, deverão ser efetuadas em conformidade com as condições neles definidas, mantidas as exigências deles constantes.

Art. 44. A concessão de direito de propriedade intelectual pelo órgão competente sobre produto ou material reprodutivo obtido a partir de acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado fica condicionada ao cadastramento ou autorização, nos termos desta Lei.

Art. 45. A utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para alimentação e agricultura de espécie introduzida no País pela ação humana, que tenham

desenvolvido características distintivas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas, até a data de entrada em vigor desta Lei, e encontrada no território nacional, na plataforma continental ou zona econômica exclusiva, não estará sujeita a repartição de benefícios prevista em acordos internacionais sobre acesso e repartição de benefícios dos quais do Brasil seja parte, ressalvada aquela prevista no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008.

Parágrafo único. A utilização de que trata o caput compreende:

I - acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; e

II - a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

Art. 46. Revoga-se a Medida Provisória 2.186-16/2001.

Art. 47. Ficam extintas, no âmbito do Poder Executivo, Funções Comissionadas Técnicas, criadas pelo art. 58 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nos seguintes quantitativos por nível:

I - trinta e três FCT-12; e

II - cinquenta e três FCT-11.

Parágrafo único. Ficam criados os seguintes cargos em comissão Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados à unidade que exercerá a função de Secretaria-Executiva do CGen:

I - um DAS-5;

II - três DAS-4; e

III - seis DAS-3.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Submetemos ao Senado Federal o presente Projeto de Lei que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1, 8, “j”, 10, “c”, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica e dispõe sobre a proteção e acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e dá outras providências.

Na Conferência do Clima Rio-92 a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB foi adotada, compreendendo que o setor biotecnológico se tornaria em um dos mais dinâmicos da economia e, portanto, estaria dentre os setores econômicos e produtivos de maior rentabilidade. Diante desse cenário, se destacou a necessidade de proteção aos direitos e conhecimentos tradicionais associados ao desenvolvimento de mercadorias e produtos a partir da utilização de recursos genéticos da biodiversidade associados a conhecimentos tradicionais.

Por esse motivo, os países em desenvolvimento travaram duras batalhas no campo das negociações internacionais, com objetivo de garantir a nacionalização dos recursos genéticos, assegurando o pagamento de royalties pelos países usuários desses recursos. A importância dos conhecimentos tradicionais associados reside no fato de que esses conhecimentos se constituem como espécies de “atalhos científicos e tecnológicos” utilizados pela grande indústria de base biotecnológica na concepção, produção e comercialização de mercadorias e produtos. Para a realização de aplicações específicas, a pesquisa biotecnológica da indústria precisaria executar uma prospecção de cerca de 10 mil moléculas para identificar uma única molécula com potencial comercial. O conhecimento tradicional associado a recursos genéticos que detêm os povos indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares, portanto, funciona como um “atalho científico” altamente especializado, que fornece informações estratégicas altamente importantes sobre biodiversidade, que são capazes de desenvolver uma série infinita de produtos a serem comercializados pela indústria de base biotecnológica, como indústria cosmética e farmacêutica, por exemplo.

O presente projeto avança na consolidação do marco regulatório iniciado com a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que foi ratificada pelo Congresso Nacional, em 1994, e promulgada pelo Executivo, por meio do Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998. O texto estabelece a soberania dos países sobre seus recursos genéticos e sua autonomia para regular o acesso a tais recursos, mediante autorização prévia da autoridade nacional

competente. Estabelece ainda, que os países receptores e usuários de recursos genéticos de terceiros assegurariam a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização econômica. Este projeto que estamos apresentando, respeita as regras inseridas pela CDB e pelo referido Decreto para garantir que populações indígenas, povos tradicionais e agricultores tradicionais tenham de fato seus direitos garantidos.

Em decorrência do fornecimento de microrganismos brasileiros para outros países, sem a respectiva previsão de transferência de tecnologia e repartição dos benefícios resultante do uso desses recursos, o Governo Brasileiro editou, em 29 de junho de 2000, a Medida Provisória no 2.052. A norma supracitada sofreu sucessivas reedições até a superveniência da Emenda Constitucional no 32, de 2001, que veio a disciplinar o uso de Medidas Provisórias, dispensando de reedição as publicadas anteriormente a ela e fazendo com que estas perdessem o caráter provisório, até que fossem apreciadas definitivamente pelo Congresso Nacional. Por essa razão, a Medida Provisória no 2.186-16, de 2001, constitui-se, hoje, no marco legal que rege o acesso e a remessa de componentes do patrimônio genético nacional, o conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização comercial dos recursos genéticos.

A legislação brasileira sobre o tema inovou ao adotar o termo "patrimônio genético", entendido como a informação de origem genética contida em espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, diferentemente do termo "recurso genético" adotado pela Convenção. Partiu-se do princípio que a informação proveniente do recurso genético deveria ser protegida, pois uma vez extraída poderia ser livremente distribuída, principalmente com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação. Assim, depois da retirada da informação, o recurso genético perderia a importância para o usuário, trazendo prejuízo ao provedor.

Também foi instituído o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, como autoridade competente para conceder as autorizações de acesso e remessa, além de analisar os contratos de repartição de benefícios. O Conselho iniciou suas atividades em abril de 2003, constituindo-se em um órgão de caráter deliberativo e normativo.

De acordo com o Decreto no 5.459, de 2005, os agentes públicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA são autoridades competentes para a fiscalização das condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado. Em julho de 2010, foi criado o Núcleo Temporário de Combate ao Acesso Ilegal ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, vinculado tecnicamente à Diretoria de Proteção Ambiental daquela Autarquia.

As ações fiscalizatórias desse Núcleo resultaram em 498 autos de infração emitidos, sendo 54 advertências e 444 multas para empresas privadas, institutos de pesquisa, universidades e pessoas físicas. O total das multas é de R\$ 220 milhões. Constitui-se, portanto, um quadro de alta relevância e gravidade em relação a esta temática.

Contudo, o Poder Executivo Federal entende que a experiência de doze anos dessa legislação demonstra que ela deve ser revista e ajustada, sob o argumento que a legislação tem se mostrado pouco efetiva em função de um conjunto de restrições sobre o acesso, que, por sua vez, vem resultando em um regime insatisfatório para a repartição de benefícios decorrente do uso desse patrimônio ambiental e social. Entretanto, entendemos que existe uma grande fragilidade legal quanto a garantia da repartição de benefícios pelo uso de recursos genéticos para populações tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares.

O presente projeto considerou as demandas de distintos setores da sociedade afetos ao tema, priorizando a defesa do conhecimento tradicional sem dificultar a pesquisa e objetivando alavancar a inovação tecnológica do setor produtivo e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para toda a sociedade e para os povos detentores dos conhecimentos utilizados.

Por fim, esclarecemos que esta proposição, inspirada nos posicionamentos técnicos e institucionais manifestados pelas organizações ambientalistas que tratam do tema, contém mecanismos de proteção aos interesses nacionais e das comunidades detentoras de conhecimento tradicional, o que não está plenamente assegurado na redação do PL 7735/14 aprovado na Câmara dos Deputados e a ser submetido a esta Casa.

Considerando os avanços estratégicos que esta proposição explicita sobre o tema, solicitamos o necessário apoio de nossos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,



SENADOR JOÃO CAPIBERIBE
PSB/AP

EMENDA Nº 115 - U

Regula o inciso II do § 1º e o § 4º do, "C", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se § 9º do artigo 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 2015.

JUSTIFICATIVA

A repartição de benefícios, nos termos do PLC em análise, se dará apenas sobre os produtos que integrarem uma "Lista de classificação de repartição de benefícios", a ser definida em ato conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. Deste modo, ainda que tenha havido acesso a conhecimento tradicional associado e Posterior exploração econômica, o produto que não constar da referida lista será possível de gerar repartição de benefícios.

Assim, a repartição de benefícios será exceção, e não regra, como prevê a Convenção da Diversidade Biológica, principalmente considerando as fortes pressões econômicas sobre todos os agentes públicos mencionados.

Pretendendo salvaguardar a repartição de benefícios de modo equânime, sugere-se a exclusão do referido dispositivo.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

EMENDA Nº 116 - U

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1,8, "j",10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altera-se a redação do caput e do § 9º do artigo 17 do Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 17 Os benefícios resultantes da exploração econômica de produtos acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições *in situ* ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei.

LEI Nº 13.123, DE 2015 (Projeto de Lei da Câmara Nº 02, de 2015) - Altera a Lei Nº 13.123, de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, e dá outras providências.

§ 9º A repartição de benefícios referente ao produto acabado ou material reprodutivo não ocorrerá sobre os produtos previstos na Lista de Exclusão de Repartição de Benefícios, definida e atualizada em ato conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Justiça com base na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, conforme regulamento.

-----“(NR)”

JUSTIFICATIVA

A repartição de benefícios, nos termos do PLC em análise, se dará apenas sobre os produtos que integrarem uma “Lista de classificação de repartição de benefícios”, ser definida em ato conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. Deste modo, ainda que tenha havido acesso a conhecimento tradicional associado e posterior exploração econômica, o produto que não constar da referida lista não será possível de gerar repartição de benefícios.

Assim, a repartição de benefícios será exceção, e não regra, como prevê a Convenção da Diversidade Biológica, principalmente considerando as fortes pressões econômicas sobre todos os agentes públicos mencionados.

Pretendendo salvaguarda a repartição de benefícios de modo equânime, sugere-se a criação não de uma lista positiva de produtos sobre os quais deverá incidir a repartição de benefícios, mas de produtos sobre os quais está não incidirá.

Além disso, retira-se a qualificação, no caput, de o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado ser um dos elementos principais da agregação de valor do produto acabado, tendo em vista a extrema dificuldade de sua prova e subjetividade de sua atribuição, o que contribuiria para impedir a repartição de benefícios resultantes da exploração econômica.

Sala das Sessões, de 2015.



SENADOR João Capiberibe
PSB/AP

(À Publicação)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Comunico à Casa que o próximo orador é o Senador Jorge Viana, mas aproveito para fazer alguns informes.

Tivemos, hoje pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, uma excelente audiência pública, com a participação de diversas entidades, como Dieese, Diap, Confederação dos Profissionais Liberais, Ministério Público do Trabalho, Instituto Nacional de Previdência, advogados, líderes e entidades em nível nacional, que, por unanimidade, solicitaram que tanto a MP nº 664, como a MP nº 665, de preferência, fossem rejeitadas. Essa foi a decisão final de todos os painelistas daquele evento. Uma sessão muito disputada. Estavam lá mais de uma centena de líderes e todos, por unanimidade, expressaram o seu ponto de vista.

Relatei a eles, como Presidente daquela Comissão, que terei mais uma audiência pública, na próxima quinta-feira, com as centrais sindicais, confederações e entidades de caráter nacional, para discutir as mesmas MPs, com o objetivo de, na outra quinta-feira, ouvindo os ministros das áreas correspondentes – Previdência, Trabalho, Secretaria-Geral da Presidência da República e, também, Ministério do Planejamento –, aprofundar o debate sobre o tema. Já sabemos que a posição das centrais – lá anunciada e vai ser confirmada na quinta-feira – também é pela rejeição das duas MPs.

Mas, nada melhor do que um bom debate, um bom diálogo, para chegarmos ao caminho de um acordo, seja de procedimento, seja até mesmo de rejeição absoluta das duas MPs. Enfim, os Senadores e Senadoras é que vão decidir.

Quero também registrar que na próxima segunda-feira às 9 horas da manhã teremos, na Comissão de Direitos Humanos – em requerimento por mim aprovado –, uma audiência pública para debater, discutir a situação dos motoristas de caminhão, principalmente a situação dos caminhoneiros do Brasil todo.

Alguns estarão se deslocando a partir de domingo à noite para Brasília – me informam aqui, pelo chamado WhatsApp, que estarão aí para fazer esse bom debate. Na terça-feira, dia 10, eles estarão negociando com o Governo a redação final de um provável acordo que atenda às propostas básicas dos caminhoneiros, como a questão do frete, dos pedágios, das estradas, das paradas, o combate à violência – buscando segurança para que eles possam ir e vir e voltar para os lares e suas famílias com tranquilidade; a questão das prestações, junto aos bancos, dos caminhões financiados, como também um fundo mútuo que eles querem construir – com base em projeto de minha autoria –, já que as grandes negociadoras não fazem seguro para um caminhão que tenha mais de 15 anos. Acho que é natural eles terem o direito de fazer um fundo mútuo e poderem, então, nessa sociedade que eles montam, dividir os prejuízos que porventura possam ter.

Enquanto aguardamos o Senador Jorge Viana, que em seguida vai à tribuna, aproveito para fazer três registros.

Primeiro, senhores e senhoras, aproveito para informar que recebemos, no dia de hoje, duas comitivas aqui no Senado: uma lá do meu querido Rio Grande, da cidade de Alvorada, da região metropolitana de Porto Alegre. Esteve o Prefeito Sergio Maciel Bertoldi, a Deputada Estadual Stela Farias, a Secretária de Saúde Mari Bortoli, o Vereador Gerson Luis, que é o Presidente da Câmara, e o Vereador Nadir Machado. Na pauta, claro, discutimos interesses do Município.

Também tive a grata satisfação de receber os meus líderes da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, o Presidente Warley Martins Gonçalves e o Vice-Presidente Moacir Meirelles, acompanhados da sua assessora de imprensa, que vieram confirmar que estarão na próxima quinta-feira na audiência pública que teremos para discutir as MPs que tratam, inclusive, dos interesses dos aposentados.

Falaram também da mobilização da categoria, porque entraram com uma ação no Supremo contra as referidas MPs e que estão na luta por uma política de valorização dos benefícios dos aposentados e pelo fim do fator.

Aqui cumprimento a Cobap. Eu sei que existe uma disputa na Cobap em relação ao processo eleitoral. Só o que eu digo a todos é que sou simpatizante da Cobap. As questões internas, eles é que deverão resolver.

Registro ainda, neste momento, que nos dias 20, 21 e 22 de março de 2015 estará acontecendo, no Município de Lagoa dos Três Cantos, lá no meu Rio Grande, a 14ª Lagoa Fest, a Festa da Alegria Germânica, que este ano será uma comemoração em relação ao 23º aniversário da emancipação desse querido Município.

Sexta, dia 20, às 17 horas, acontecerá a reunião da Amaja, na Câmara de Vereadores. Logo após, haverá um evento, que se iniciará às 20 horas, no Parque Municipal, com todas as atrações da grande feira comercial, industrial e do agronegócio. Naturalmente, ali vai estar também toda a produção da agricultura da região, com café, almoço e jantar imperdíveis.

Lagoa dos Três Cantos está localizada no Planalto Médio, Senador Jorge Viana — vou em seguida passar a palavra a V. Exª agora —, lá no meu Rio Grande, região do alto do Jacuí, distante 290Km da capital.

Conhecer esse lugar magnífico é muito, muito interessante. Fica aqui um convite a todos para conhecerem a gastronomia germânica, muito boa, com certeza – estive lá –, verem o canto coral, o artesanato e as danças folclóricas daquela região.

Está feito o convite, Sr. Presidente, que me foi entregue pelo Vereador Nelvo Osmar Knopp.

Portanto, nos dias 20, 21 e 22 de março estaremos nos encontrando lá em Lagoa dos Três Cantos.

Fiz esse registro, enquanto eu aguardava a chegada do Senador Jorge Viana, que já chegou, aproveitando já também a presença em plenário do Senador Serra, que fez um pronunciamento ontem aqui, um debate franco e aberto com o Senado, que é muito positivo. Esta Casa é uma casa de debates.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana e cumprimento já o Senador Serra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Paulo Paim, eu não posso nem pensar em começar o meu pronunciamento, essa busca de falar em nome do povo do Acre, que é algo de muita responsabilidade, sem antes agradecer a V. Exª por ter me aguardado. Estava em uma audiência e queria muito poder usar da tribuna. Eu passei a manhã aqui, participei das votações, na condição de Vice-Presidente presidi e abri a sessão.

Antes, eu queria fazer um registro do colega Senador José Serra. Eu estava informando a ele que o Presidente Renan Ihe fez muitos elogios, independente da posição política que ocupamos, ele no PSDB, nós dois, Senador Paim, no PT. Mas aqui é o Parlamento, a mais antiga instituição da República.

Ex-Ministro, ex-Senador, José Serra é uma pessoa que tem um papel, uma história escrita na história do Brasil. Fez uma fala ontem – eu até Ihe pedi uma cópia do discurso e vou ler com atenção, como os colegas fizeram aqui hoje ouvindo com atenção –, e hoje eu vi o Presidente da Casa pedindo desculpas por não ter estado presente, mas fez aquilo que é o melhor. Na ausência do Senador José Serra, fez os elogios e mostrou que tinha feito uma boa leitura do discurso de V. Exª.

Neste momento conturbado que a vida pública nos prega – o País tem desafios grandes pela frente –, nós precisamos da grandeza de todos, seja dos da oposição, seja de quem é Base do Governo. E V. Exª trouxe a sua contribuição, a sua leitura, suas observações, as suas críticas, o seu apontar caminho, e eu acho que esse é o debate que devemos fazer aqui. Não é um debate que se confunde com alguns de dizer, como vemos nas redes sociais, parece que são inimigos do País. Não! Quem quer o bem do País aponta os erros, aponta caminhos, valoriza. V. Exª mesmo colocou no discurso o reconhecimento do muito que o próprio Presidente Lula fez e cobrou equívocos que, na visão de V. Exª, ocorreram no governo dele.

Eu penso que isto é o que a sociedade espera de todos nós aqui: um debate elevado, e V. Exª estabeleceu um patamar elevado para o debate no Senado e repercutiu muito fortemente hoje, aqui, na ausência de V. Exª, e reproduzo, como Vice-Presidente da Casa, o que presenciei.

Mas, se V. Exª quiser dar uma contribuição à minha fala, muito me honrará. Porque vou falar do problema gravíssimo, da calamidade que estamos vivendo no Acre, especialmente em Rio Branco – um lugar que V. Exª conhece. Vou para lá hoje à noite. Vou ter uma reunião no Palácio, agora, sobre isso. Estamos vivendo uma calamidade pública como nunca imaginávamos viver. Mas, antes de falar dos problemas de lá, fiz esse comentário sobre a importante contribuição que V. Exª dá para a ampliação e o adequado debate que o Senado Federal tem obrigação de fazer sobre esse momento de turbulência que o Brasil vive.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Ouço V. Exª, Senador.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer a referência que fez a mim, ao pronunciamento que fiz ontem. Quero lembrar que eu e V. Exª trabalhamos muito em função do Acre, quando fui Ministro da Saúde. Tivemos uma parceria não pelo PSDB ou pelo PT, mas pelo Acre e pelo Brasil. E quero dar aqui meu testemunho que V. Exª foi um excelente parceiro naquele período em que trabalhamos pela saúde do seu Estado, que era um Estado carente e que, sem dúvida nenhuma, deu um salto em matéria de saúde naquele período. Isso não teria sido feito sem a colaboração, sem o empenho, sem a luta de V. Exª. Porque V. Exª sabe que o cobertor é curto e, tendo instrumentos na mão para atuar no Brasil, em qualquer Ministério, para onde vão os recursos, para onde vão os esforços todos, depende muito da ação do governador. E, neste sentido, quero dizer que o Estado do Acre deve a V. Exª uma ação muito determinada e positiva, no caso da saúde, como eu pude constatar no meu período. E uma das minhas esperanças, aqui nesta Casa, de diálogo e de questões que têm a ver com o Brasil é V. Exª. Sempre quando eu penso no seu partido, eu penso: bom, tem o Jorge Viana. Não estou excluindo outros, mas é alguém com que vamos poder conversar em torno de questões que não interessam apenas ao Governo ou à oposição, são questões que interessam ao Brasil. E que nos travemos aqui um debate em torno da verdade. A verdade não precisa ser a mesma para todos. O importante é que cada um diga a sua verdade. E aí eu tenho certeza que nós vamos poder encontrar, dentro dos embates, coisas positivas e saídas para o Brasil. Essa é a minha preocupação fundamental. Nunca fui da linha do quanto

pior melhor. Sempre fui de uma linha positiva de que as coisas aconteçam, embora, para essa definição, o papel da crítica, do reparo de apontar as dificuldades sempre é crucial. Eu quero dizer, meu caro Senador Jorge Viana, que para mim é muito grato tê-lo aqui, agora, na tribuna fazendo referência a mim. Eu não pude deixar de fazer referência a V. Exª e à esperança que eu tenho a respeito do nosso trabalho.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado, ex-Ministro, ex-Prefeito e um personagem importante da história do Brasil desses anos que vivemos...

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Se V. Exª me permite...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pois não.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Para fazer também menção de que é muito grato para mim estar aqui presidido pelo Senador Paim, com quem eu convivo desde os anos de Deputado. Sou testemunho do espírito de luta do Senador Paim e de sua integridade. Muitas vezes estivemos em lados opostos; muitas vezes estivemos juntos, inclusive na questão do seguro-desemprego, em que ele teve um papel muito importante. E dou aqui meu testemunho da integridade, do espírito de luta e da coerência do Paim. Pode ser que, amanhã, estejamos aqui trocando não diria ataques, mas críticas recíprocas ou o que for. Mas quero sublinhar também o meu respeito a esse Senador e o meu agrado de estar aqui falando, fazendo uma intervenção numa sessão por ele presidida.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita que eu agradeça o Senador José Serra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Houve um episódio que, de fato, marcou muito para mim: a construção do seguro-desemprego no Brasil.

Eram três projetos: o do Jorge Uequet, o meu e o de V. Exª, que, sem dúvida, era o mais completo. Fizemos um grande acordo. V. Exª ficou titular, mas, toda vez que fala, dá mérito também a mim e ao Jorge Uequet. Por isso, eu reconheço em V. Exª – e não só por isso – a grandeza do homem público.

O homem público nem sempre é aquele que diz “eu fiz, eu fiz, eu fiz”, mas aquele que sabe fazer com o coletivo. V. Exª, naquela ocasião, eu não tenho nenhuma dúvida, liderou a questão do seguro-desemprego – o seu nome foi o principal –, mas acabou dando também o devido valor à minha contribuição e à do Deputado Jorge Uequet, que é lá de Canoas, Rio Grande do Sul, mas não é mais Deputado.

Um abraço a V. Exª.

O Sr. José Serra (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Então, mais uma vez, agradeço a intervenção, o aparte do Senador José Serra.

E, caro Paim, as palavras dele em relação a V. Exª, eu assino embaixo também. V. Exª é um Senador dos mais respeitados desta Casa e tem um trabalho muito bonito, um trabalho que é inspirador para todos nós, porque ele é focado no social, na busca de justiça para os que trabalham, para os que labutam todo dia na busca do ganha-pão. V. Exª madruga aqui, chega bem cedo, e é um dos últimos a sair.

Feliz o povo do Rio Grande do Sul, que tem V. Exª como representante. Feliz o Partido dos Trabalhadores, que tem V. Exª como um de seus grandes Parlamentares. Feliz o Senado Federal, que tem V. Exª compondo esta Casa, que é a Casa de Rui Barbosa, a Casa mais antiga do ponto de vista das instituições.

Mas eu queria, Presidente Paim, agradecendo mais uma vez sua colaboração, expressar-me para todo o povo acriano, para todo o povo brasileiro, através da Rádio e TV Senado e através desta tribuna.

Hoje, felizmente, graças a Deus, o Rio Acre começou a baixar, desde às 23h de ontem. Então, já são 10cm. De maneira absolutamente incompreensível, até do ponto de vista técnico, de qualquer previsão técnica e científica, ninguém seria capaz de prever que o Rio Acre, um rio pequeno, como todos que nascem num filete de água, pudesse ganhar força e que essa força virasse uma violência tão grande contra algumas cidades do Acre, como ocorreu em Assis Brasil – também em Iñapari, no Peru –, em Brasiléia – que decretou calamidade pública –, em Epitaciolândia, em Xapuri – terra de Chico Mendes, que também foi varrida pelas águas do Rio Acre, uma parte de Xapuri. Essa água chegou com uma força brutal em Rio Branco e nos chocou a todos. É de cortar o coração as cenas que vemos onde nós tivemos essa cheia recorde.

Eu não tenho muitas dúvidas sobre o que é que pode estar ocorrendo. Muito provavelmente, uma cheia dessa magnitude já materializa aquilo que, teoricamente, a comunidade científica diz: uma mudança climática.

O regime de chuvas e de seca tem certa coerência histórica. Há uma margem: há um período mais extremo, vai num ponto extremo, volta, vai mais abaixo; chove mais num ano, chove menos no outro. Mas você pode identificar uma série histórica dessas cheias ou do período de pouca água, de seca.

Eu promovi muitos debates sobre essa questão da mudança climática. Somos sete bilhões de pessoas no Planeta, e o padrão de produção e consumo que estabelecemos no Planeta é absolutamente insustentável.

Muita gente tem uma casa com quatro pessoas – vejam só, quatro pessoas – e, às vezes, a casa tem dez quartos, oito banheiros, uma área descomunal para o convívio de quatro pessoas. E, às vezes, numa casa de quatro pessoas, há seis carros: um para o fim de semana, outro para o trabalho; e aí cada uma das quatro pessoas sai no seu carro. Aí você pega algo que pesa 3,5 toneladas para carregar 60kg. Isso é energia consumida. Isso é a transformação de recursos naturais em bens materiais.

Então, nós somos sete bilhões de pessoas no Planeta que fazem uma inadequada... Beira a irresponsabilidade o padrão de produção e consumo que estabelecemos no Planeta. Nós destruímos os recursos naturais.

Veja o caso de São Paulo. Se somarmos São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, parte desses Estados está vivendo o problema da seca, de falta de água para o abastecimento para o consumo humano, por conta da seca dos reservatórios.

Não quero entrar no mérito, mas não é possível uma seca que atinge 50 milhões de pessoas no Sudeste brasileiro! Lá, nesses Estados, está perto de 70% do PIB nacional. Onde se tem a fonte de 70% do Produto Interno Bruto brasileiro, o PIB, não há um planejamento mínimo para a produção e consumo de água potável.

Então, vejam só: numa parte de Minas Gerais, incluindo a Grande Belo Horizonte; numa parte de São Paulo, incluindo a Grande São Paulo; numa parte do Espírito Santo, incluindo a Grande Vitória; numa parte do Rio de Janeiro, incluindo o Grande Rio de Janeiro, há 50 milhões de pessoas com insegurança hídrica para a água de consumo. Se o lugar mais rico do País não cuidou de planejar o abastecimento de água... Não há vida sem água!

Agora, quando nós olhamos o que aconteceu no Sudeste brasileiro, lembramos que aquela era uma região linda, maravilhosa, desde as montanhas gerais às praias, às encostas, à Mata Atlântica.

Sabe o que aconteceu nesses 500 anos nessa região, que agora tem sede e onde falta água potável, falta água para beber e para um banho? Eles desmataram não a metade da vegetação, Senador Paim, mas 94% do que havia de floresta foram retirados.

D. Pedro II, vendo a insanidade que tomava conta do entorno do Rio de Janeiro, falou: Espera aí, espera aí, espera aí! Vamos proteger esta Cidade de São Sebastião. Criou a floresta da Tijuca, que é, talvez, a segunda floresta nacional mais visitada do Brasil, depois de Iguaçu. Então, essa ação humana tem boa parte de responsabilidade pelo o que estamos vivendo.

No Vale do Acre, não posso deixar de refletir, pelo menos um pouco, que, de alguma maneira, o modelo de ocupação que fizemos deve ter influenciado muito na alteração desse regime. Mas não quero pôr a culpa só em quem vive na Amazônia, porque acho que não tem muito sentido nisso. A mudança do clima que estamos vendo não é por conta do povo acreano, por mais que alguns queiram ver assim. Nós estamos sofrendo as consequências da mudança do clima. O Acre não é o maior emissor de gás de efeito estufa do Planeta. Os Estados Unidos e a China são. O Brasil era, quando o desmatamento alcançava 25 a 27 mil km² por ano; agora, o desmatamento foi reduzido a perto de cinco mil km², um quinto do que era. O Brasil já não é mais o grande e maior emissor de gás de efeito estufa.

Este ano deve ter, em Paris, a assinatura de um novo acordo do clima que possa substituir Kyoto – só este ano. Kyoto já não está mais valendo, porque há um sinal, agora, do Presidente Obama e do Governo chinês, de que vão ter um entendimento, e o Governo brasileiro – o Ministro Figueiredo, a Ministra Izabella Teixeira, a própria Presidenta Dilma – cumpriu um papel importante. E o Brasil tem sido sujeito desse processo – daí eu ter até defendido a permanência da Ministra Izabella à frente do Ministério do Meio Ambiente, porque ela precisa concluir esse trabalho e quem sabe nos ajudar a ter um acordo sobre o clima, assinado em Paris no final do ano.

Mas a tragédia ambiental, o desastre natural que estamos vivendo no Acre é, sem dúvida, em minha opinião, o reflexo da mudança climática. E ela não é responsabilidade, na minha percepção, de quem vive na Amazônia.

Aliás, no Acre, nós cuidamos do nosso meio ambiente. O Acre ainda tem 87% de sua floresta preservada, diferente do Sudeste do Brasil, que só tem 6%. Seis por cento! Mas a concentração de desmatamento no Acre é nesse vale do Acre, todos nós sabemos.

Eu queria dizer que o drama que nós estamos vivendo no Acre, que as famílias estão vivendo no Acre só não é maior, apesar de eu não querer nunca trazer um registro para os *Anais* do Senado Federal como estou trazendo agora de que o Rio Acre alcançou a quota de 18m40cm. Isso é algo inimaginável. A maior cheia de que nós tínhamos notícia foi a de 88, no Governo Flaviano Melo, com 17m12cm.

Foi um drama para o País em 88. Ocorreu, inclusive, mau uso de recursos, mas não vou entrar nesse mérito. Agora a hora é outra, mas o Brasil inteiro ajudou quando o Rio Acre alcançou 17m12cm, em 1988. Quando chega em 1997, eu tinha deixado a prefeitura, passado a prefeitura no dia 1º de janeiro para o Mauri Sérgio.

Naquele começo de 97, na gestão de Mauri Sérgio, o Rio Acre alcançou 17m66cm. Meio metro a mais do que na cheia de 88.

Eu achei que aquilo já era uma meta intransponível, pelo tamanho e a dimensão daquela cheia de 1997. Depois tivemos outras, como a cheia de 2012, que alcançou 17m64cm. Ficou a dois centímetros, já no Governo Tião e Marcos Alexandre, da grande cheia de 1997, na administração Mauri Sérgio, que tinha sido a marca histórica. E aí vem a cheia deste ano.

Depois do drama que vivemos com a cheia do Rio Madeira, que as pessoas confundem... A cheia do Rio Madeira interditou a BR-364 e isolou o Acre. Chega agora 2015 e nós estamos diante da maior cheia da história. Não há registro, não há possibilidade de ter ocorrido uma cheia ao longo dos 132 anos de Rio Branco na proporção que estamos vivendo.

A cheia não atingiu só os ribeirinhos, que de alguma maneira sabem lidar com ela. O prejuízo para a comunidade rural ribeirinha não pode e não será calculado, a perda é total. Não tem o que ver. Os animais, a plantação, a criação, os bens materiais, a casa, perderam tudo. É uma tristeza só.

Na cidade de Rio Branco, nós temos um bom plano de contingência, uma boa Defesa Civil municipal. Eles estavam preparados para uma cheia grande, mas não para essa cheia. Chegou a um ponto, domingo, em que o Prefeito Marcus Alexandre, que tinha decretado calamidade pública, falou: "Olha, daqui para frente nós não estamos mais no controle de nada. Agora vamos ter que fazer algo desorganizado, manter o que está organizado, porque não tem como controlar".

Imagine, a capital do Estado ficou, num período, onde vive a metade do povo acreano, com 40% da rede elétrica desligada, 40% da cidade sem água, a oito centímetros, depois de uma ação do Governador Tião Viana, da sua equipe, a oito centímetros de ter que desligar todo o abastecimento de água. A rede de esgotamento da cidade desativada, porque temos as elevatórias, o tratamento e, depois, o Rio Acre é o destino final do esgoto tratado.

Postos de saúde, escolas, transporte coletivo, os terminais de ônibus, o terminal urbano na cidade que eu construí quando era Prefeito, que foi ampliado pelo Prefeito Angelim, que foi melhorado pelo Prefeito Marcus Alexandre, teve que ser fechado pelas águas.

O Parque da Maternidade alagou. Inacreditável! Nunca imaginei! Fui criança, moleque, jovem nas ruas de Rio Branco. Conheço a fundo, Senador Paim, mas nunca imaginei que a água chegaria ao nível em que chegou.

Então, estamos diante do maior desastre natural vivido na Amazônia brasileira. Nenhum outro superou o drama que Rio Branco está vivendo. E digo aqui, para todos que estão me vendo na TV Senado, ouvindo-me na Rádio Senado: se não tivéssemos um Governador como Tião Viana, se não tivéssemos um Prefeito como Marcus Alexandre o desastre seria maior ainda. Graças a Deus que, na hora em que o povo acreano, a população de Rio Branco enfrenta o seu maior desafio tem à frente do Governo um Governador como Tião Viana, que não está dormindo, que se antecipa aos problemas, que exercita o cargo com vontade de servir e de ajudar todos indistintamente. E graças a Deus que, na hora em que Rio Branco enfrenta o seu maior desafio, nós temos um prefeito como o Prefeito Marcus Alexandre, um técnico preparado, competente, dedicado. Tenho muita satisfação de ter ajudado, de alguma maneira, na formação dele. Ele trabalhou comigo oito anos, no Governo, quatro anos com o Governador Binho e, depois, também com o Governador Tião Viana.

Mas, daqui da tribuna do Senado, eu queria dizer às autoridades da República, à Presidenta Dilma, a todo o Executivo: nós estamos gratos com a presença do Ministro Gilberto Occhi, do General Adriano, Secretário que coordena a Defesa Civil Nacional. Eles ficaram por dois dias e meio no Acre. Eu fui com eles duas vezes, duas idas em uma semana. Essa foi uma determinação da Presidenta Dilma. Eu agradeço à Presidenta, que me recebeu numa audiência pessoal, mostrando preocupação com o povo do Acre, sendo solidária. Então, muito obrigado, Presidenta. Determinou que o possível e o impossível fossem feitos para ajudar. O mesmo digo ao Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que tem os números, tem as informações e compartilha conosco as preocupações.

Mas, quando tive a audiência com a Presidenta Dilma, na segunda-feira passada, a situação era uma. Hoje é outra.

Quero dizer que o ideal é que a Presidenta Dilma possa estar com o povo do Acre, reunindo-se, se possível pessoalmente, já na semana que vem, com o Governador Tião Viana e o Prefeito Marcus Alexandre para discutir não só o socorro, porque o Governo Federal, a Defesa Civil Nacional tem ajudado, o Ministério da Integração tem sido um grande parceiro, o das Cidades também tem ajudado, com o Ministro Kassab, a Caixa Econômica está fazendo a parte dela, com a Ministra Miriam Belchior, o Banco do Brasil, com o seu Presidente, com os seus superintendentes, o BNDES, com a equipe do Dr. Luciano Coutinho tem ajudado, mas agora nós estamos diante do maior desastre natural da história do Acre.

Não se trata de ajuda de R\$10 milhões, R\$20 milhões, R\$30 milhões. Nós vamos ter o socorro que está sendo prestado à população e vamos ter também que fazer o restabelecimento. Esses são termos da Defesa Civil. Eu sou relator aqui da matéria.

Socorro e restabelecimento. O que é o restabelecimento? Socorro é uma palavra que se justifica por si só. Restabelecimento é voltar ao normal. Como aquelas pessoas vão voltar para casa? Como a vida vai seguir com alguma normalidade? Esse é o próximo desafio. Mas o maior dos desafios será o da reconstrução. Reconstrução! É caro! Vai exigir tempo. A reconstrução de Brasileia, a reconstrução de parte de Xapuri e a reconstrução de boa parte de Rio Branco.

Eu hoje falava com o Prefeito Marcus Alexandre. Estou me oferecendo, como técnico, como Senador e Vice-Presidente do Senado, para ajudar a montar uma equipe. E nós vamos fazer isso já no sábado. Vamos montar uma equipe para, na minha sugestão, acatada pelo Prefeito, coordenada pelo Gilberto Siqueira, que me ajudou por quatro anos na prefeitura, oito no governo, e depois ao Governador Binho. Gilberto Siqueira, um técnico competente, um acriano de coração, um dos melhores, e uma equipe técnica qualificada, elaborar um plano de reconstrução de Rio Branco. Esse é meu compromisso como Senador, como ajudador.

O Governador Tião Viana sabe que nós estamos juntos. Ele está trabalhando intensamente. Essa foi uma das mensagens que, a pedido do Governador Tião Viana, eu levei para a Presidenta Dilma. Ela acionou a Miriam Belchior, da Caixa, acionou o Gilberto Kassab, acionou o Ministro Gilberto Occhi.

O Governador Tião Viana tem 900 casas construídas, do Minha Casa, Minha Vida, na Cidade do Povo. Mas a burocracia estava impedindo que 900 famílias que estão nos abrigos, que são as proprietárias dessas casas, pudessem ir. Esta semana ainda é possível que essas famílias já saiam direto do abrigo, por conta de serem vítimas da cheia, para as casas na Cidade do Povo. Isso é algo que mostra que o Governo do Estado, que o Governador Tião Viana estava se antecipando ao problema. Ele já havia levado perto de mil famílias para a Cidade do Povo. E de onde saíram essas famílias? Das áreas baixas e das áreas de risco. Se não a tragédia seria maior.

Tivemos uma vítima da cheia até aqui: uma senhora que morreu eletrocutada. Mas eu acho que em poucos lugares do Brasil você tem um desastre natural na dimensão do que estamos enfrentando sem vítimas, como acontece no Rio de Janeiro e em outros lugares. Por quê? Porque tem um Governador dedicado, tem uma equipe preparada no Governo, tem uma equipe preparada na Prefeitura, tem uma espécie de cultura, uma tecnologia para lidar com a cheia. Somos moradores dos rios!

Nesse sentido, eu queria parabenizar o Governador Tião Viana e o Marcus Alexandre e mais uma vez agradecer a Deus por, nessa hora de tanta dificuldade, a gente ter dois gestores públicos com tanta dedicação, capacidade e competência que têm sido fundamentais.

Queria encerrar, Sr. Presidente, dizer que as instituições financeiras, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal vão ter que mudar a sua maneira de agir. Isso já tem um entendimento prévio, já tem um pedido do Governador Tião Viana. Nós temos que alongar os prazos da dívida de todos os pequenos, médios e grandes comerciantes do Acre. Todos os industriais, todas as pessoas físicas atingidas pela cheia do Rio Acre, todas vão ter que ter um alongamento de suas dívidas, vão ter que ter uma carência no pagamento das dívidas de três ou quatro meses, porque as pessoas tiveram suas vidas destruídas. Falo até das pessoas físicas, porque quem tem o seu CDC não vai poder pagar a prestação tendo que por em casa a cama para dormir, o fogão para cozinhar, a geladeira para refrigerar os alimentos. É muito grave!

Defendo que toda a área atingida e estabelecida no decreto como área de calamidade pública tenha um tratamento diferenciado pela rede bancária, pelos órgãos de tributos e que se criem ainda linhas de crédito diferenciadas para que as pessoas possam recompor as suas casas. Para o reparo das casas ou para reequipar as casas, precisam ter uma linha de crédito.

O Governador Tião Viana – ele me afirmava isso ontem – está trabalhando intensamente para que isso ocorra, para que Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES possam abrir linhas de crédito. Primeiro, renegociar as dívidas com um retardo dos vencimentos e dando, aí, pelo menos três ou quatro meses sem cobrança das prestações. Segundo, abrindo linhas de crédito para que as pessoas possam recompor suas casas, suas vidas. Isso é fundamental.

Estou seguro, também, de que a Presidenta Dilma, de que o Governo Federal vai ter que ter uma linha de crédito diferenciada para o Governo do Acre, para a Prefeitura de Rio Branco e as prefeituras atingidas mais fortemente, como as de Tarauacá, Xapuri e Brasileia.

Defendo que se crie uma linha de crédito no BNDES. Eu quero pedir ao presidente Luciano Coutinho – ontem, eu falei com a diretoria, o Governador Tião Viana já está fazendo essa solicitação – que possa vir, na próxima medida provisória, o tratamento da questão que o Acre enfrenta, hoje, de calamidade pública na cidade de Rio Branco.

Vou, hoje à tarde, reunir-me com o Ministro Aloizio Mercadante. Pretendo estabelecer um contato com a Presidenta Dilma e voltar para o Acre com a boa notícia de que o Brasil vai dar o tratamento necessário e indispensável para esta situação, este momento de calamidade que o Acre vive.

Quando houve o problema em Santa Catarina – ontem, o Governador Colombo me ligava, o Senador Luiz Henrique, para ser solidário –, o Governo Federal liberou 1,3 bilhão para Santa Catarina. Um bilhão e trezentos milhões, para reconstruir um dos Estados importantes do nosso País.

Nós não queremos bilhões. Nós queremos a ajuda necessária e eu, como Senador, estou certo, como o restante da Bancada do Senado – Senador Petecão, Senador Gladson –, como o coordenador da nossa Bancada, Raimundo Angelim, e todos os Deputados e Deputadas, que nós vamos, sim – nesse trabalho, eu vou me empenhar pessoalmente, como técnico, junto com Gilberto Siqueira e um grupo de técnicos –, elaborar um plano, sempre subordinado à orientação do Prefeito Marcus Alexandre e do Governador Tião Viana, para o Município de Rio Branco, de reconstrução da cidade de Rio Branco, de reconstrução dos 50 bairros atingidos, da vida das famílias.

Cento e trinta mil pessoas foram atingidas pela cheia do Rio Acre. Dezenas de milhares de famílias foram atingidas. Pessoas que nunca imaginaram ter que sair de suas casas foram desalojadas pelas águas.

O prejuízo é incalculável. A cena é de cortar o coração. Vou voltar ao Acre, Senador Presidente Paim, vou voltar ao Acre, porque, agora, nós vamos ver, com as águas baixando – como já baixaram mais de 10cm –, vamos ver o rastro da destruição, o rastro do dano causado às famílias, nos bairros atingidos, que são incalculáveis do ponto de vista de seus valores e que atingiram as famílias, que atingiram as pessoas, na sua maioria, os mais pobres, os que mais precisam, os que menos têm.

De coração, queria agradecer a solidariedade do Brasil inteiro. Vejam só: o Rio Acre já baixou 11cm, de ontem à noite para agora, mas a cheia, o nível da água, hoje, é mais de meio metro maior do que a maior cheia que nós tivemos na história. Então, a situação não é grave, ela segue de calamidade. Certamente, amanhã, depois de amanhã mais tardar, o rio vai ter baixado mais de 3m – seguramente 2m a 3m, e nós vamos ver, presenciar que o que era bairro virou fundo de rio, o que era rua virou praia, o que era casa virou sinônimo de demolição.

Obrigado a todos que nos ajudaram e que nos estão ajudando. O Acre precisa de solidariedade, precisa do apoio. Eu espero, sinceramente, confio que a Presidenta Dilma, o Governo Federal vai dar o apoio necessário para o povo do Acre. Nós vamos precisar dessa ajuda. O povo do Acre não quer esmola. O povo do Acre quer um abraço amigo, quer o apoio necessário para reconstruir a vida.

O Acre já venceu muitos desafios. Se Deus quiser, com união, trabalho e o apoio de todos, nós vamos vencer mais esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Jorge Viana, faço questão de, mais uma vez, registrar que a gente sente, na sua fala, que V. Ex^a está falando com a alma, com o coração. Eu tiraria até o V. Ex^a, o Jorge Viana, Senador do Acre, ex-Governador, faz essa fala já há três, quatro dias, aqui. A gente sente a profundidade do sentimento que você está sentindo, que o Tião está sentindo, que o povo do Acre está sentindo.

Fico feliz quando V. Ex^a vai à tribuna e diz que o Governo Federal está dando todo o apoio ao povo do Acre. O que depender de nós aqui, no Congresso e no Senado – não é meu amigo Pimentel? –, tenha a certeza absoluta de que estamos ao seu lado, como sempre.

Passamos a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes, que me dava aqui a boa notícia de que deverá ser o Presidente do Senado do Futuro. E eu faço questão de estar lá com V. Ex^a, não só para colaborar como para votar o seu nome para Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Paim. Quero aqui também saudar o Senador Jorge Viana e até parabenizá-lo pela sua persistência, pela sua insistência na defesa da sua população, principalmente neste momento difícil que vive o Acre. Hoje de manhã já tive a oportunidade de estar vendo as imagens na televisão. Há poucos dias, aqui também, já me solidarizava, junto com Jorge Viana, àquele povo e colocando, inclusive, a disposição de estar com ele em uma comissão externa para irmos lá acompanhar, averiguar de que forma esta Casa poderia estar contribuindo.

Mas claro, é importante esta demonstração de apoio de todos nós aqui, porque um sofrimento como vive hoje a população do Acre, não só é a questão da solidariedade, mas, também, de buscarmos todos os caminhos para estar ajudando aquele Estado, o Estado do Amazonas. Nós que vivemos também no Mato Grosso, somos lá nascidos, em Mato Grosso, sabemos a complexidade que é a questão amazônica.

Enchentes como essa não imaginávamos que estariam acontecendo, mas nós temos essas questões dos efeitos climáticos. O Acre é um exemplo na questão ambiental, na preservação. Mas, de qualquer forma,

quando o homem vai lá e mexe em alguma coisa da natureza, sempre os problemas acabam vindo. Por isso é importante, também, a gente fazer uma reflexão nessa questão ambiental, principalmente todos nós da Amazônia. Preservar. Claro, temos que olhar também a questão do ser humano. Por isso é importante a pesquisa, é importante se debruçar naquilo que pode ser preventivo, porque depois que vêm os problemas as consequências são muito grandes.

Então, fica aqui a minha solidariedade, em nome do povo de Mato Grosso, também à toda a população do Acre em nome do nosso Senador Jorge Viana.

Mas, Presidente, eu quero aqui também, neste pronunciamento, aproveitar para parabenizar o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura, o muito conhecido SIF, pelos 100 anos completados neste ano, e destacar também o trabalho modelo e de extrema importância que vem realizando durante o seu século de existência.

Fundado em 1915, o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura passou por momentos de expansão nas décadas de 40, 50 e 60, que refletem até hoje. Um exemplo a ser destacado desse desenvolvimento foi a criação do RIISPOA, um Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, que está em vigor desde 1952. Dessa década também vieram as Normas Higiênico-Sanitárias e Tecnológicas para Exportação de Carnes, pioneiras na regulamentação de frigoríficos e locais de abate.

Em consequência da criação do SIF, tivemos também planos de abastecimento, de modernização, de ampliação dos parques industriais, de interiorização dos matadouros e também dos frigoríficos. Enfim, todo o aporte para transformar o nosso interior nesse oásis de produção. Cito como exemplo o meu Estado, Mato Grosso, que dentre todas as riquezas figura hoje como o maior produtor de gado do País. O Brasil, nesse embalo, possui o maior rebanho comercial do mundo, com cerca de 200 milhões de cabeças bovinas. Devemos estar preparados pois o consumo de carne, nos próximos 50 anos, deve aumentar em mais da metade do que é hoje. Mato Grosso, além do volume e de ser o maior produtor de carne bovina, hoje também está avançando muito na produção de aves, sendo o segundo produtor, de suínos, enfim, um Estado que tem também se destacado pelo seu parque industrial nessa área.

Atualmente, Sr. Presidente, a inspeção é feita pelo órgão e é muito bem coordenada, vem ganhando ares modernos e ampliando cada dia mais e, parece-me, aquém do que pode oferecer ainda à nossa Nação.

Ainda temos escassez de recursos para essa área, tão importante para a saúde dos consumidores internos e externos e também dos trabalhadores, que dão o seu suor para que o mundo tenha um alimento mais saudável e, cada vez mais, de melhor qualidade.

É nosso dever trabalhar por isso. Vejo essa necessidade com os olhos de um legislador e também como um médico veterinário.

Aos Srs. Parlamentares, peço que conversemos sobre o tema a fim de manter o bem estar social e econômico da nossa Nação.

É necessário que o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura esteja cada dia mais atualizado, afastando da população a contaminação dos alimentos por organismos causadores de intoxicação e também infecções de origem alimentar.

Por isso, quero aqui, inclusive como médico veterinário, saudar todos os meus colegas profissionais pelo brilhante trabalho que vem sendo feito e porque isso, claro, impacta diretamente na saúde da população. Para isso, devemos ampliar os recursos para essa área. E pouco se fala hoje em dia sobre a importância desse órgão. Observá-lo é o primeiro passo, mas também devemos agir.

Segundo estudos do IBGE, realizados no ano passado, 75,8% dos 34 milhões de cabeça de gado abatidas foram inspecionadas pelo SIF, já os suínos tiveram 88% dos abates inspecionados também por esse órgão, mas, ressalto ainda que poderíamos e deveríamos equilibrar esses números com os das inspeções realizadas sobre a carne de frango, que corresponde a 94,5% de todo o corte no País.

Por isso volto a falar, temos voltar as atenções para a melhoria do nosso Sistema de Inspeção Federal. Avançamos muito ao longo dos 100 anos, mas, repito, o Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura ainda espera investimentos que permitam sua atualização e aperfeiçoamento. Além disso, devemos considerar a necessidade de uma maior autonomia científica e administrativa para o órgão de inspeção, a exemplo do que ocorre com a Anvisa e também com o trabalho da Embrapa.

Vindo de um Estado tão próspero na pecuária, que literalmente coloca a carne nos pratos do mundo, devo pedir a atenção dos senhores legisladores, das senhoras legisladoras e também dos membros do Governo para o progresso que o SIF nos trouxe e também a necessidade de engrandecer ainda mais a nossa inspeção, que é modelo hoje para todo o mundo.

Aproveito para finalizar, parabenizando todos aqueles que direta ou indiretamente ajudaram a construir a legislação vigente, também os que fiscalizam sua aplicação e que se responsabilizam pelo desenvolvimento do nosso campo e também dos nossos rebanhos.

E ainda, Sr. Presidente, gostaria aqui de abordar algo que já é de conhecimento de todos. A Presidente Dilma Rousseff sancionou na segunda-feira, sem qualquer veto, a Lei dos Caminhoneiros, construída sob um grande debate democrático ocorrido tanto na Câmara – e lá pude acompanhar, nas comissões especiais, discutindo com os caminhoneiros, discutindo com as empresas a melhor forma, fazendo audiências públicas, de a gente construir uma lei que viesse atender a todo o setor e a população – e aqui no Senado, hoje, que também cumpriu o seu papel. Então, com isso, tivemos a sanção da Presidente.

Esse acordo, diga-se de passagem, teve também a participação, claro, de todas as comissões desta Casa.

Cumprimento, de forma especial, o meu amigo, companheiro, Senador Blairo Maggi, que é Líder do meu Partido, e o PR, com quem trabalhamos na busca de soluções para chegar a um consenso, um entendimento que evitasse o grande risco que vivia a população de nosso País com a paralisação dos caminhoneiros e transportadores.

No final de semana, eu e Blairo nos reunimos com líderes do movimento, lá na rodovia BR-163, na minha cidade natal, Rondonópolis, região sul de Mato Grosso, cidade-polo que abriu um grande entroncamento da BR-163 com a BR-364. No encontro, buscamos a pacificação dessa situação que tanto nos causou e ainda nos causa, por que não dizer, uma grande preocupação. Ainda não está de todo resolvida a situação, mas creio que o maior temor tenha sido afastado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso reconhecer que, verdadeiramente, tivemos o risco de desabastecimento e da instabilidade com esse movimento dos caminhoneiros. O povo brasileiro viveu dias de incertezas, só quem estava lá no extremo norte de Mato Grosso, como nos Municípios de Matupá, Colniza e Guarantã do Norte, lá na divisa do sul do Pará, vivendo o medo de ficar sem comida e sem combustível, sabe do que estou falando. Mas isso também não foi diferente nas grandes cidades, como a nossa capital, inclusive com o desabastecimento de produtos básicos como a questão do leite.

Boatos se transformaram em Deus nos acuda. Lamentavelmente!

Ainda, na segunda-feira, apesar de cumprido o que ficou acordado, tivemos situações pontuais, como o bloqueio em algumas rodovias, inclusive lá no Estado de Mato Grosso, onde os protestos se registram, sobretudo nas zonas de alta produção agrícola, travando o escoamento da safra e também a colheita.

A lei sancionada pela Presidente Dilma garante, entre outros grandes benefícios: a isenção de pagamento de pedágio para cada eixo suspenso de caminhões vazios; o perdão das multas por excesso de peso expedidas nos últimos dois anos; a ampliação de pontos de parada para descanso e repouso.

E aí, nesse aspecto, também é importante cobrar uma linha de crédito específica para que empresários possam investir nessa área. Hoje você trafega em estradas, como a BR-163, e não há locais específicos para que os caminhoneiros possam parar, cumprir o seu momento de descanso, principalmente agora, com a sanção da lei, quando isso será muito mais exigido. Também definido pela lei, está o aumento da tolerância máxima na pesagem dos veículos. Esses, sem dúvida, são alguns dos maiores avanços.

Claro que, nesse aspecto, temos uma preocupação porque tem sido frequente depararmos com muitos excessos. Já chegamos, em algumas pesagens por amostragem, a encontrar carretas com mais de 80 toneladas, ou seja, com excesso muito maior do que permitia a legislação. E aí é importante estarmos aqui, em relação a esse aspecto, cobrando mais ainda do Ministério dos Transportes uma melhor fiscalização porque isso é fundamental para a preservação das nossas rodovias.

Também foi discutida e está sendo tratada a prorrogação por 12 meses das parcelas de financiamento de caminhões adquiridos pelos programas Pró-Caminhoneiro e Finame, do BNDES.

Particularmente, acredito que uma das melhores formas de reduzir os custos dos caminhoneiros está nos investimentos. Penso que o Brasil só deixará de enfrentar esses sobressaltos com a melhoria da infraestrutura logística do nosso País, que é rodoviário, acima de tudo.

Adianto aos nobres colegas que este será um dos temas que pretendo trazer ao debate nesta Casa, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, Frente essa que começou ainda com o nosso saudoso companheiro Deputado Homero, que tive a honra de substituir. E, aqui, neste Senado, quero conclamar os companheiros para, inclusive, estarem conosco nesta Frente porque entendo que ela é fundamental para o desenvolvimento do País.

Hoje ainda temos gargalos em todas as áreas da infraestrutura logística, tanto na questão dos portos quanto dos aeroportos. Nesse sentido, quero também destacar que hoje o Ministro da Aviação Civil anunciou a aprovação de investimento em cinco novos aeroportos no meu Estado: aeroporto de Rondonópolis, de Sinop, de Cáceres, enfim, são cinco Municípios a serem atendidos.

Quero aqui parabenizá-lo, espero que os recursos cheguem e que a licitação que está sob responsabilidade do Banco do Brasil seja feita o mais rápido possível!

No conjunto das medidas sancionadas, Sr. Presidente, há uma situação posta, que reputo aqui, da maior importância. Trata-se do exame obrigatório de toxicologia para os motoristas de carretas e caminhões. Daqui a 90 dias, todos os motoristas terão de passar por esse exame. E aí é importante também cobrar das áreas governamentais que façam uma política de esclarecimento à população, principalmente através de todos os meios de comunicação para que o caminhoneiro conheça e saiba que essa lei entrará em vigor e que, daqui a pouco, ele poderá ser penalizado.

Ao mesmo tempo em que o Governo precisa arcar com as responsabilidades de assegurar condições melhores aos condutores, com a melhoria de infraestrutura, motoristas e transportadores também precisam assumir sua parcela de responsabilidade sobre muitas situações que ocorrem nas rodovias do Brasil.

Para sintetizar o que estou dizendo, reproduzo aqui um texto do jornalista Paulo Tavares, do jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em seu Estado. Ele acrescentou em tom de alerta e denúncia – abre aspas: “Enquanto alguns caminhoneiros no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina migram para a cocaína, no centro do País a situação está mais grave.” – fecha aspas. E ele acrescenta: “Além do *crack*, os motoristas também estão se valendo de barbitúricos tóxicos conseguidos mais baratos nas estradas brasileiras.” Que situação!

O Procurador do Trabalho Paulo Douglas, lá de minha cidade, Rondonópolis, começou e realizou, em 2007, com sua equipe, uma pesquisa em que ele analisava o local de passagem de caminhoneiros vindos de várias regiões do País. Na época, foi detectada a tendência da migração do “rebite” para a cocaína. Sete anos depois dessa pesquisa, Sr. Presidente, o mesmo Procurador classificava a situação como ainda mais crítica.

Perceba o que estamos enfrentando em nossas estradas!

Levantamento realizado pela concessionária Rota do Oeste, que é a concessionária da BR-163, no meu Estado, mostra – isso é agora, recente – que, a cinco caminhoneiros que trafegam pela BR-163, em Mato Grosso, um admite que já usou ou ainda faz uso de substâncias ilícitas e estimulantes, conhecidas como “rebites”, para poder cumprir as longas jornadas de trabalho. Então, de cada cinco, um usa e admite fazer uso desses produtos.

Registrem, por favor, estes dados: um, em cada cinco condutores, usa drogas. Há tempo vivemos essa situação e quanto tempo a viveremos ainda mais?

Pergunto ainda: quantas e quantas vidas se perderam nas rodovias do Brasil?

Hoje nós vivemos uma guerra, mas, nas nossas rodovias, são mais de 50 mil mortes por ano, porque os motoristas, condutores das nossas riquezas e da nossa economia nacional, estavam drogados e, na maioria das vezes, empurrados pela necessidade.

Quantas mães choram? quantas famílias choram as suas perdas? E eu lhes respondo: milhares em todo o nosso Brasil a cada ano.

Pior, quantas vidas mais se perderão por causa das drogas e estimulantes?

Conforme o estudo, também é alto o índice de consumo do álcool e do tabaco. Vinte e seis por cento admitiram que bebem e 22% são fumantes, ou seja, saúde e condições de saúde eram ou são apenas um detalhe.

Em suma, mais que o asfalto ruim, temos um quadro de degradação social nas nossas estradas, senão vejamos: entre os caminhoneiros que responderam a pesquisa da Rota Oeste – e aí, Sr. Presidente –, pelo menos 27% disseram já ter sentido sonolência diurna e 30% contaram que já se envolveram em acidentes nas estradas.

Indo além, de acordo com dados da Polícia Rodoviária Federal, até o começo de fevereiro, 41 pessoas morreram em acidentes nas rodovias federais no nosso Estado, só este ano. O número representa mais do que o dobro em relação ao índice registrado no mesmo período do ano passado. Quase 20 pessoas perderam a vida nas BRs do nosso Estado. Insisto, boa parte pode ser debitada nessa relação entre a necessidade de cumprimento de jornada de trabalho e o uso de substâncias proibidas. O custo social, Sr. Presidente, exige ações concretas e efetivas.

Portanto, aqui estaremos ao lado dos caminhoneiros e transportadores, porque o Brasil é um País que depende das carretas e caminhões para se mover rumo ao desenvolvimento e ao equilíbrio social, mas também estaremos cobrando com a mesma clareza que se cumpra essa lei por que tanto lutamos aqui e que tanto conversamos com a sociedade para aprovar, especialmente no tocante ao uso de drogas pelos condutores.

Esse é um ilícito intolerável.

Portanto, é hora de agirmos; é hora de o Brasil olhar para a profundidade de suas potencialidades e riquezas é hora de construir a pacificação em bases sólidas, em que a responsabilidade seja compartilhada por todos. Esse é o meu apelo.

E aqui quero parabenizar, mais uma vez, todos que lutaram por essa lei, desde a Presidente Dilma, que a sancionou, aos seus ministros por concordarem com os termos da lei dos caminhoneiros. Mas que o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) faça valer a lei que torna obrigatória a realização do exame antidrogas. Vamos

estar vigilantes. Para isso, a Polícia Rodoviária Federal precisa ser mais aparelhada, de forma a também cumprir com eficiência a sua missão.

Inclusive, Sr. Presidente, a reforma política que estaremos aqui discutindo não pode ser uma cortina de fumaça para essa triste e preocupante realidade que estamos vivendo. A lei precisa valer de fato para todos. É preciso que saia do papel, para o bem de todos aqueles que transportam as nossas riquezas e para toda a população.

Quero concluir, Sr. Presidente, e também estar, mais uma vez, me colocando como parceiro nessa luta dos caminhoneiros. Tive a oportunidade de ver alguns pronunciamentos de V. Ex^a aqui defendendo essa mesma luta. Claro que vamos lutar para melhorar essa questão logística em todas as áreas. Precisamos investir mais nas ferrovias. No meu caso, em Mato Grosso, chegou a ferrovia em Rondonópolis, na região sul do Estado. Claro que diminuiu muito o volume de caminhões dali para frente, mas o caminhão será sempre imprescindível, porque tem que buscar a carga nas fazendas. Então, tem que andar pelas rodovias, por isso é uma categoria que sempre merecerá o nosso respeito.

Estaremos discutindo, trabalhando aqui para melhorar os investimentos nas nossas hidrovias – é o meio de transporte mais barato, aquilo que Deus já nos deu. Eu sempre tenho dito: nos Estados Unidos, na Europa, utilizam-se todas as formas; todas as oportunidades das hidrovias são utilizadas. No Brasil praticamente não se utiliza a cabotagem; as nossas hidrovias são pouco utilizadas.

No caso de Mato Grosso, a formação do nosso Estado se deu principalmente através da hidrovia Paraguai-Paraná. Depois, com a questão da legislação ambiental, colocou-se como dogma não mais utilizar essas hidrovias. É claro que, com a tecnologia existente hoje, não são mais os rios que precisam se adaptar às embarcações. Hoje nós temos tecnologia suficiente para fazer com que as embarcações possam se adaptar à realidade de cada hidrovia.

Além disso, claro, há a questão da integração aeroviária. A capital do nosso Estado, Mato Grosso, está no centro geodésico da América do Sul.

Estamos praticamente de costas para o Mercosul. Não temos hoje um voo de Cuiabá para a Bolívia, para o Chile, para países tão próximos. Nós precisamos integrar mais, exatamente através dessa infraestrutura logística de transporte, inclusive a cultura do nosso povo.

Por isso, eu quero aqui, mais uma vez, reafirmar o meu propósito, neste mandato, o meu compromisso com a população e Mato Grosso de lutar para fazer com que, no Brasil e, em especial, no nosso Estado – que é um Estado gigantesco, um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, que está no centro do Brasil, no centro da América do Sul, que está se desenvolvendo muito –, ocorram investimentos nessa questão da logística, que é extremamente importante para que o nosso Estado continue avançando, sendo o Estado maior produtor de grãos, maior produtor de carne, respondendo por 54% da produção de pluma de algodão do Brasil. Nós temos condições de quintuplicar essa produção, sem que haja nenhum impacto ambiental, mas, claro, precisamos do investimento em infraestrutura. E aqui estarei trabalhando e espero contar com o apoio de todos os nossos companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Fagundes, eu o cumprimento pelo seu pronunciamento. Estamos trabalhando juntos, todos nós, o Senador Pimentel, V.Ex^a, o Senador Blairo Maggi e tantos outros, nessa questão dos caminhoneiros, preocupados, claro, com as condições de vida e de trabalho deles, mas também com o Brasil, que não pode parar. É preciso fazer essa conciliação entre o interesse dos caminhoneiros e toda a mercadoria que eles transportam, que é fundamental para a vida nacional.

Nesse aspecto, faremos uma audiência pública, na segunda-feira pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, proposta por eles. E, na terça, teremos uma grande reunião lá no Palácio, com a presença dos Ministros, para fazer a grande concertação e, com isso, o País voltar totalmente à normalidade. Diria que 99% já voltou, mas sempre é bom firmar o acordo com esse objetivo.

Eu queria convidar V. Ex^a, para presidir os trabalhos.

Vai falar agora o meu amigo e Líder do Governo, Senador José Pimentel, e, depois, eu volto para cá. Senador José Pimentel.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu quero saudar o nosso Senador Wellington Fagundes, aqui presidindo a sessão do nosso Senado Federal; saudar nossas Deputadas, nossos Deputados.

Gostaria de começar, registrando que o nobre Senador Jorge Viana terminou de fazer uma fala sobre a cheia, as enchentes, no Acre e em outras regiões da Região Norte. E este País é um país continental cheio de contradições: Estados, como o Estado de São Paulo, estão tendo dificuldades para o abastecimento de água; e, em nossa região, a Região Nordeste, há uma questão secular, porque a seca faz parte da nossa cultura, da nossa vivência, e o que nós precisamos é criar um ambiente de convivência com a seca. Portanto, enquanto parte do Brasil pede apoio por conta das enchentes, outras regiões do Brasil pedem socorro por falta da água.

No caso concreto da nossa região, a Região Nordeste, nós fizemos, na última sexta-feira, uma grande audiência presidida pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, envolvendo os órgãos do Governo Federal que atuam e dialogam diretamente com essa problemática, como também do Governo estadual, das 184 Prefeituras do Estado do Ceará, do setor produtivo, agronegócio, agricultura familiar, perímetros irrigados, em que nós temos a maior produção de fruticultura na região do Ceará, que vem exatamente desses perímetros irrigados. E buscou-se refletir sobre o diagnóstico, o planejamento de inverno para 2015. E os vários indicadores demonstram que, neste quarto ano, após a grande seca de 2012, e nós só tivemos uma seca dessa magnitude, nosso Senador Wellington Fagundes, e a mais de 60 anos...

Por isso, quando V. Ex^a, em seu brilhante pronunciamento, diz que nós precisamos ter essa agenda ambiental mais presente no nosso dia a dia... Nós do Ceará e do Nordeste Setentrional somos vítimas desse processo, porque não soubemos trabalhar a questão da caatinga, como também a Região Centro-Oeste está sendo vítima, porque não soube conviver com a questão regional ali da nossa vegetação, do nosso meio ambiente. E essa audiência pública, esse seminário, tinha como objetivo exatamente ter um plano de convivência de médio e longo prazo com a seca e, ao mesmo tempo, uma política para 2015, quando estamos saindo desse longo ciclo de secas que temos vivenciado.

Dizia eu, há pouco, que dos últimos 60 anos esta é a maior seca. Nós tínhamos, nobre Senador Wellington, uma agenda que dizia a respeito à renegociação das dívidas, envolvendo a agricultura familiar, envolvendo os assentados, a média e a grande propriedade. Já no ano passado, em 2014, a Presidenta Dilma lançou um programa para o semiárido, para a convivência da agricultura e da pecuária com a região semiárida. E, neste 2015, esta agenda está resolvida.

Portanto, nós temos recursos planejados, envolvendo os bancos públicos, os particulares, envolvendo os órgãos de Governo, de assistência técnica e conseguimos superar isso. E, neste 2015, o que nós estamos discutindo é, no lançamento do Plano Safra, entre maio e junho, a parte que tocará ao semiárido nessa política da agricultura de convivência com a seca, para que nós possamos enfrentar. Ao mesmo tempo, fizemos todo um diálogo sobre a parte de assessoria técnica e as políticas desenvolvidas nos últimos anos, particularmente resgatando a parte de assessoria técnica, uma política permanente de Estado, em convênio com os Governos estaduais, que também caminham, para ter uma solução de continuidade – nesse item, não houve grandes reclamações.

No que diz respeito à convivência com a seca e, particularmente, a segurança hídrica, e para nós a interligação da Bacia do Rio São Francisco com a região semiárida nordestina, ela é decisiva. O nosso Presidente Lula teve o cuidado de construir uma grande concertação entre os Estados doadores de água e os Estados receptores, construindo todo o projeto e interligação de bacias. E quero aqui registrar o papel das Forças Armadas, em especial do Exército brasileiro, que nos ajudou na desapropriação dessas terras, no trajeto e na sua licitação.

Isso permitiu formar uma composição de interesses divergentes e ora convergentes, por debate, que se iniciou em 1947, ainda no início do Segundo Império. E, em 2005 e 2006, felizmente, pela mediação de um nordestino que conviveu com as secas, que saiu dali em um pau-de-arara, com a sua mãe e os seus irmãos, para São Paulo, para sobreviver, tendo clareza do que isso representa, conseguiu-se fazer essa grande concertação.

E esse projeto hoje já tem mais de 70% dos seus dois grandes eixos prontos: o Eixo Norte, que beneficiará o Ceará, o Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; e o Eixo Leste, que beneficiará Pernambuco e Alagoas. E, neste março de 2015, nós estamos com mais de 11 mil trabalhadores na construção e no andamento desses dois projetos. Queremos, no início de 2016, estar com esses dois projetos totalmente concluídos; e, neste 2015, parte dele já tem água, demonstrando o seu avanço e o seu andamento.

E aqui o que nós temos de mais avançado é a sinergia das águas, porque a chuva no Nordeste Setentrional é entre fevereiro e junho, enquanto, na outra parte do chamado Alto São Francisco, que pega setores da Bahia, setores de Minas Gerais, o inverno vai de junho até novembro. Portanto, quando nós tivermos um bom inverno na Região do Nordeste Setentrional, em que vai haver o recebimento da água, e havendo a recarga das nossas barragens, da nossa estrutura, nós não precisaremos das águas do São Francisco. Mas, quando nós não tivermos a segurança hídrica regional, nós temos uma alternativa que é exatamente receber as águas do São Francisco nesse período difícil, como o que está acontecendo desde 2012.

Nesse processo, o nosso Governo – do Presidente Lula – deu continuidade, com a Presidenta Dilma, a uma política de construção de cisternas caseiras. Já estamos chegando a mais de 800 mil cisternas feitas. E esse processo está permitindo que a casa isolada, que a casa do campo, que as pequenas moradias tenham uma garantia hídrica coletada pela chuva.

Nesse início de inverno de 2015, grande parte dessas cisternas caseiras já receberam água. Algo em torno de 16 mil litros em cada cisterna dessas, assegurando o abastecimento de água para as famílias por volta de oito a nove meses. Portanto, esse processo está muito adiantado.

Quero também registrar que o nosso Governador Camilo Santana, do nosso Estado, o Ceará, apresentou para a Assembleia Legislativa, para a Bancada Federal – os 22 Deputados e os 3 Senadores – e para o Governo Federal, em especial para a Presidenta Dilma, através do Ministério da Integração Nacional, todo um plano emergencial para conviver com a seca neste 2015. Mas volto a dizer, estamos saindo da seca, mas ainda temos graves problemas. E o primeiro deles diz respeito ao Garantia-Safra, programa que tem uma participação muito forte do Governo Federal, 90% dos recursos vêm do Governo Federal; há a participação do Governo estadual, com 6%; das Prefeituras, com 3%; e da agricultura familiar, do produtor, com 1%.

No orçamento de 2015, nós temos algo em torno de R\$350 milhões destinados ao Garantia-Safra. Portanto, essa é uma das demandas que têm previsão orçamentária. Assim, não há contingenciamento nessa rubrica, em face da sua natureza e do compromisso do Governo Federal.

O Governo do Estado também apresentou toda uma demanda sobre a construção de poços profundos, que são uma forma de convivência momentânea com a seca, com o abastecimento de água, particularmente com o abastecimento humano, animal e de pequenos perímetros irrigados. Nós temos hoje 1.084 poços profundos totalmente concluídos, com a identificação da qualidade da água. Cada poço desses tem acima de mil litros por hora de vazão, e nenhum deles está em funcionamento pleno, porque temos um problema grave com a empresa de eletrificação do Estado do Ceará, chamada Coelce.

Essa empresa era uma das empresas de excelência no Estado do Ceará e no setor elétrico até a sua privatização, no final dos anos 90. De lá para cá, essa empresa tem aumentado muito o custo da energia, mas os serviços que ela presta deixam muito a desejar. No caso concreto, nós estamos com 1.084 poços, que só não entraram em funcionamento até agora, porque a Coelce não deu conta da sua obrigação, que é instalar o transformador e fazer também a ligação da energia, para que possamos tirar esse precioso líquido, que é a água, para nós da Região Nordeste.

Portanto, ao mesmo tempo em que nós estamos discutindo a necessidade de abrir mais poços, nós temos 115 Municípios que serão beneficiados com esses 1.084 poços já abertos, já perfurados, em plena condição de funcionar, dependendo apenas de uma empresa, que é uma concessão pública, que, lamentavelmente, não cumpre o seu papel, particularmente no semiárido, no Estado do Ceará.

Nós temos clareza também de que é necessário dar continuidade ao processo de interligação das águas do São Francisco com o restante do Ceará, previsto no projeto chamado CAC (Cinturão das Águas do Ceará). Quando esse projeto for concluído, nós vamos ter em torno de 80% do território cearense com águas regulares.

O primeiro trecho, que fica na região do Cariri, já foi licitado e seu custo é de R\$1,6 bilhão, totalmente assegurado no PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento). E há um bom número de trabalhadores. Esperamos, até dezembro de 2015, concluir essa primeira etapa.

Estamos trabalhando para incluir no PAC 3, que o Governo Federal, que a Presidente Dilma deve lançar até o final do primeiro semestre, a segunda etapa do projeto CAC (Cinturão das Águas do Ceará). Essa segunda etapa vai chegar exatamente à região mais seca do meu Estado, o Ceará, que é a região dos Inhamuns, a região de Crateús. Ali nós temos o nascedouro de três rios temporários, entre eles o maior rio seco de que temos notícia, que é o Rio Jaguaribe. Estes três rios – Jaguaribe, Banabuiú e Poti – serão perenizados com essa segunda fase do Cinturão das Águas do Ceará, que, para nós, faz parte desse grande projeto de segurança hídrica para toda a nossa região.

No que diz respeito à construção de barragens, basicamente já aproveitamos todas as regiões do Estado onde era possível fazer barragens acima de 200 milhões de metros cúbicos. Neste momento, há uma barragem importantíssima, a Barragem Fronteiras, na região dos Inhamuns, na região de Crateús, que foi projetada ainda no governo Juscelino Kubitschek, na época de outra grande seca, entre os anos de 1955 e 1959.

O projeto dessa barragem nunca havia sido feito, mas, no governo Lula, o Presidente determinou que fosse feito todo o estudo do impacto ambiental, da área a ser desapropriada e do seu tamanho. É uma barragem de quase 500 milhões de metros cúbicos e que está no PAC 2. Foi feita a licitação, e, em seguida, as construtoras compraram uma briga, o que atrasou o início e a solução da licitação.

Felizmente, o Poder Judiciário terminou de julgar esse processo. A empresa que ganhou a licitação está habilitada, e agora estamos fazendo as desapropriações das terras onde a barragem será construída, para que possamos fazer essa grande barragem, Fronteiras, que tem os recursos totalmente garantidos no PAC 2.

E nós temos uma segunda barragem, chamada de Lontras, que precisamos incluir no PAC 3, que também tem acima de 200 milhões de metros cúbicos, para concluirmos no Estado do Ceará mais de 200 barragens de porte médio e porte grande para o aproveitamento integral das águas ali existentes.

Quero também registrar, Sr. Presidente desta sessão, nosso Senador Acir, a política de convivência que o Ceará desenvolveu ao longo dos últimos cem anos de gestão de águas, com os Comitês de Bacias, e que depois o Brasil incorporou. Essa política de convivência de um recurso tão escasso para nós no Nordeste setentrional, que é a água, nos obrigou a ter uma política de gestão muito avançada, e esse processo tem permitido um aproveitamento significativo da água. Consequentemente, podemos, com a experiência do nosso DNOCS, que é o nosso Departamento que tem mais de cem anos, contribuir com essa experiência em outras Regiões do Brasil. E é por isso que o Governo Federal está trabalhando para que o DNOCS deixe de ser um órgão federal regional e possa ser um órgão federal nacional, para ajudar o Brasil neste momento de dificuldade.

Temos clareza de que a questão dos recursos hídricos, a questão das águas cada vez mais será agravada no nosso País por conta da grande concentração urbana que temos. Somos o quinto País do mundo em população, com mais de 200 milhões de habitantes. Deste público, em torno de 90% hoje moram nas cidades, e somos grandes consumidores de água, diferentemente de 50 anos atrás, de 40 anos atrás. E, por isso, precisamos ter uma nova visão, uma nova cultura, uma nova política de aproveitamento da água e de convivência, sem esquecer que somos o segundo maior produtor de grãos do Planeta, um grande produtor de carnes, das mais variadas espécies, e precisamos ter clareza de que esse setor precisa ter segurança hídrica para que o Brasil continue investindo.

Por isso, quero aqui registrar que esse plano de convivência, apresentado pelo Governador Camilo Santana e acolhido por todas as forças políticas do Estado do Ceará, nós temos o compromisso de viabilizar, seja no PAC 3, naquilo que for ali inerente no orçamento da União, junto ao Governo Federal, envolvendo o Governo Estadual, os 184 Municípios, mas tendo clareza de que essas políticas precisam ter o olhar diferenciado de uma empresa chamada Coelce, que foi estatal ontem e, hoje, é uma concessão que não tem feito a sua parte.

Portanto, Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção, e queremos ajudar na solução dos graves problemas do nosso País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. Wellington Fagundes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Pimentel, pelo seu belo pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para que possa fazer também o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT, é uma satisfação estar na tribuna com V. Ex^a presidindo a sessão.

Quero, primeiro, dizer da minha alegria de, quando eu estava no exercício da Presidência, ter sido informado pela assessoria da Mesa que chegou da Câmara dos Deputados no dia de hoje um projeto de minha autoria – aprovado no Senado, alterado na Câmara e que voltou agora para o Senado – que dispõe sobre a regulamentação da profissão do historiador e dá outras providências.

Então, historiadores de todo o País, professores, profissionais nessa área, o projeto está aqui no Senado e vai para a Comissão de Assuntos Sociais. Como não há como fazer grandes alterações, creio eu que ele será votado com rapidez, para que vá para sanção da Presidência da República, até porque a Deputada Fátima Bezerra, que foi a Relatora desse projeto de minha autoria na Câmara e trabalhou pela aprovação, é Vice-Presidente hoje da Comissão de Educação e também participa da CAS.

Tenho certeza de que ela, sendo Relatora ou não aqui no Senado, dará o parecer acompanhando a posição que ela assumiu lá na Câmara dos Deputados quando era Deputada. Com isso, o projeto que regulamenta a profissão do historiador seguirá para sanção da Presidenta.

Entendo que todo historiador brasileiro ficará feliz ao saber dessa notícia de que, provavelmente, no mês de março ainda, o projeto poderá estar nas mãos da Presidenta da República para sanção.

Sr. Presidente Acir Gurgacz, como V. Ex^a, hoje diversos Senadores falaram aqui também, e eu sei do seu esforço na mediação do conflito que envolveu os caminhoneiros e aquela parada que, queiramos ou não, entrou para a história. Eles terão uma reunião que entendo ser de conciliação final, no próximo dia 10, e teremos

também uma audiência pública nessa segunda-feira, às 9h da manhã, a pedido deles mesmos, na Comissão de Direitos Humanos, para ajudar nesse encaminhamento, para o qual tenho usado o termo “a grande concertação”, o grande entendimento, a grande conciliação, para que saia a redação final do acordo e o País volte à total normalidade em matéria de transporte rodoviário.

Sr. Presidente, eu venho à tribuna – informei V. Ex^a, é uma fala rápida – para registrar o manifesto que recebi dos desempregados do polo naval da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul. Sei que remeteram esse manifesto a todas as autoridades e pediram que eu o lesse na tribuna, e assim eu faço neste momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi um manifesto da Associação do Desempregados do Polo Naval da cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Entendo importante fazer a leitura que demonstra a situação de toda aquela população.

Foi marco de uma nova era, na Metade Sul, a criação, o fortalecimento e a ampliação do polo naval de Rio Grande. Esse polo naval tornou-se fonte de uma grande transformação positiva em toda a nossa chamada Metade Sul, trabalho muito bem feito sob a liderança, na época ainda, do Presidente Lula. Mas, infelizmente, no momento, tornou-se fonte de angústia e transtornos na região.

Desde que as denúncias envolvendo a Petrobras vieram à tona, as demissões – segundo eles aqui –, na nossa cidade de Rio Grande, passaram a acontecer em massa. Hoje, os desempregados – porque há pouco tempo não havia uma pessoa, eu diria, desempregada naquela região, a não ser que não quisesse trabalhar – somam 22 mil famílias, atingindo mais de 80 mil pessoas, direta e indiretamente.

O Município gaúcho do Rio Grande recebeu os maiores investimentos da Petrobras no Estado, é verdade. Foi fundamental, foi importante, impulsionou o crescimento da região. Mas, com a suspensão dos novos contratos e os escândalos da Operação Lava Jato, hoje, segundo eles dizem aqui, nossa cidade enfrenta a pior crise econômica e social de seus últimos 278 anos. Aquilo que era uma situação até fantástica de distribuição de renda, de emprego, de viver bem se tornou agora uma situação de desespero.

A suspensão dos contratos causa impactos em diversos setores da economia regional, fundamentais para a sobrevivência do Município e da região. Ressalta-se que toda a região do extremo sul do nosso Estado sofre indiretamente a crise que assola o Rio Grande, salientando ainda o crescimento da violência e o aumento da taxa de natalidade em 50%, tendo em vista o recebimento de trabalhadores de diversas regiões do País.

Eles explicam aqui, Sr. Presidente, que, com a instalação e o fortalecimento do polo naval, vieram homens e mulheres – há muito mais homens – de todas as regiões do País. Lá casaram, lá tiveram filhos, e agora o desemprego campeia, espalhou-se por toda a região, e eles não têm sequer como voltar para seus Estados de origem – como se fosse a terra do ouro, por aquele momento de pujança, que agora virou uma situação, eu diria, de total desespero.

Sr. Presidente, é extremamente importante relatar que as empresas envolvidas nos escândalos dessa operação estão usando esse motivo, inclusive, para não efetuar os pagamentos aos seus fornecedores, aos trabalhadores, às empresas terceirizadas, que representam 80% da mão de obra do polo naval. Em consequência disso, as pequenas e médias empresas não estão conseguindo honrar as suas obrigações trabalhistas – um não paga o outro, e o trabalhador é quem paga o pato, porque ele não recebe nada e prestou o serviço –, levando assim, inclusive, a demissões em massa sem indenização; levando à demissão em massa dos seus funcionários, trabalhadores, e eles decretam falência, e ninguém recebe nada, a não ser um pontapé, como diz o outro, dizendo “pode ir embora”.

Por meio deste, em meio à crise de aumento de energia elétrica, saneamento básico, combustíveis, dentre tantos outros graves problemas – porque ninguém paga a ninguém – que assolam a região, torna-se inviável, inclusive, a continuar nesse patamar, a construção das plataformas sem a revisão dos contratos e o pagamento dos aditivos propostos.

A Associação dos Desempregados do Polo Naval busca o apoio das autoridades e das forças vivas do País, para que sejam mantidos os contratos da construção das plataformas P-75 e P-77 lá na cidade de Rio Grande.

Tal pleito vem ao encontro de resgatar os milhares de empregos perdidos, construídos com verbas públicas; a sustentação da economia; e o resgate da dignidade e do direito de todos os cidadãos que acreditaram e investiram na sua qualificação profissional, na região.

Muitos compraram casa, perderam a casa; compraram carro, perderam o carro. Filho na escola não há como manter. É uma situação, de fato, Sr. Presidente, muito triste.

O desemprego é, infelizmente, uma arma poderosa para desconstituir, inclusive, o núcleo familiar, porque, a partir do momento em que se tem casa, mas não se tem pão nem leite, em que não há luz no fim do túnel, em que não se consegue olhar o horizonte, em que se olha para o vizinho, e ele está na mesma situação, em que se sai na praça, e a situação é a mesma; em que se vai para os lugares onde poderia haver trabalho, e filas e filas e filas, filas imensas, todos dizendo: “Não há vaga, por favor, não insista”...

Por isso, uma delegação se deslocou lá da região, Sr. Presidente, e veio a Brasília. Esteve com a bancada federal, com os Ministros e está pedindo mais uma audiência, no sentido de que os investimentos voltem para a região e, como aqui eu dizia antes, que garantamos de fato a possibilidade de construção das plataformas P-75 e P-77 na cidade de Rio Grande.

Termino, Sr. Presidente, dizendo o que diz o manifesto deles:

Excelentíssima Presidente da República, Ministros, Senadores, Deputados, Poder Judiciário, autoridades e demais forças vivas da nossa Nação, a cidade de Rio Grande clama por socorro; a sociedade e os trabalhadores do Polo Naval clamam para ter o direito de viver e envelhecer com dignidade, respeito e o simples direito, o direito à garantia do trabalho.

Esse é o manifesto, Sr. Presidente, que vem apoiado pelos sindicatos, pela Prefeitura, pela Câmara de Vereadores, por todos os empresários da região e, naturalmente, por todos os trabalhadores, empregados e desempregados e que faço questão que fique nos Anais da Casa.

Obrigado, Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu recebi um manifesto da Associação dos Desempregados do Pólo Naval da cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul. Entendo oportuno a sua leitura.

Marco de uma nova era na Metade Sul, o Pólo Naval do Rio Grande se tornou fonte de angústia e transtornos na região.

Desde que as denúncias envolvendo a Petrobras vieram à tona, as demissões em nossa cidade aconteceram em massa.

Hoje os desempregados somam 22 mil famílias, atingindo mais de 80 mil pessoas, direta e indiretamente.

O município gaúcho do rio Grande recebeu os maiores investimentos da Petrobras no Estado, mas, com a suspensão dos novos contratos e o escândalo da operação Lava Jato, hoje nossa cidade enfrenta a pior crise econômica e social de seus 278 anos. A suspensão dos contratos causam impactos em diversos setores da economia regional fundamentais para sobrevivência do município. Ressalta-se que toda região do extremo sul do estado sofre direta e indiretamente a crise que assola Rio Grande, salientando, ainda, o crescimento da violência, o aumento da taxa de natalidade em 50%, tendo em vista, o recebimento de trabalhadores de diversas regiões do país.

Extremamente importante relatar que, as empresas envolvidas nos escândalos da operação Lava Jato, estão usando esse motivo para não efetuarem o pagamento aos seus fornecedores e as empresas terceirizadas, que representam 80% da mão de obra do Pólo Naval. Em consequência disso, as pequenas e médias empresas não estão conseguindo honrar com suas obrigações trabalhistas, levando a demissões em massa de seus funcionários, trabalhadores, e decretando estado de falência. Por meio deste, em meio a crise do aumento de energia elétrica, saneamento básico, combustíveis, dentre tantos outros graves problemas que assolam nosso país e nossa região, torna-se inviável a construção das plataformas sem a revisão dos contratos e pagamentos dos aditivos propostos.

A Associação dos Desempregados do Pólo Naval busca o apoio das autoridades e forças vivas do País para que sejam mantidos os contratos da construção das plataformas P75 e P77 na cidade de Rio Grande.

Tal pleito vem ao encontro de resgatar os milhares de empregos perdidos; a sustentação da economia, construídos com verbas públicas; e o resgate da dignidade e direito de todos os cidadãos que acreditaram e investiram na sua qualificação profissional.

Excelentíssima Presidente da República, Ministros, Senadores, Deputados, Poder Judiciário, autoridades e demais forças vivas da nossa Nação, a cidade de Rio Grande clama por socorro; a sociedade e os trabalhadores do Pólo Naval clamam dignidade, respeito e o simples direito e garantia ao trabalho. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. Meus cumprimentos, Senador Paulo Paim, sempre em defesa dos trabalhadores, com uma posição muito clara, tendo uma preocupação com o emprego e tendo sempre um resultado positivo. A sua luta é uma luta muito importante. Nós não podemos imaginar o Brasil retomar aquele nível de desemprego de muitos anos atrás. É um retrocesso que nós não podemos deixar que aconteça. Por isso, todo esforço da nossa parte, e tenho certeza, também da

parte da Presidenta Dilma, está sendo feito para que a gente possa atravessar este momento e não tenhamos novamente o desemprego no País. Meus cumprimentos.

Convido V. Ex^a para assumir os trabalhos, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

Obrigado.

O Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, Líder do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, nesta sexta-feira, comemoramos o Ano Internacional da Mulher. Além de parabenizar todas as mulheres, principalmente as mulheres rondonienses e, claro, todas as mulheres brasileiras, pela coragem, pela sua determinação, inteligência, sensibilidade e a intensa capacidade de amar, considero que é também um momento oportuno para refletirmos sobre o papel da mulher na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e com respeito às mulheres e às diversidades.

As mulheres já conquistaram um espaço considerável na sociedade. Depois de anos de luta em defesa da igualdade de direitos, acesso à educação, trabalho e liberdade de escolha, as mulheres estão ganhando cada vez mais espaços nas universidades, no mercado de trabalho e, principalmente, na política também. Hoje, elas já ocupam 57% das matrículas nas universidades brasileiras, e 60% das pessoas que se formam nos cursos universitários são mulheres.

Um estudo divulgado neste ano pela Serasa revela que o Brasil tem mais de 5,6 milhões de mulheres empreendedoras. Isso significa que 43% dos donos de negócios são do sexo feminino.

Do total das empresas ativas do País, 30% têm mulheres sócias, sendo que 73% são sócias de micro ou pequenas empresas. Esse percentual sobe para 98% entre os microempreendedores individuais.

Na política, a participação das mulheres ainda é pequena quando comparada à presença delas no mercado de trabalho, mas também tem crescido a sua participação na vida pública.

Hoje, temos uma mulher na Presidência da República, e a participação das mulheres no processo eleitoral e nos cargos representativos vem crescendo em todo o nosso País. Aqui no Senado, as mulheres representam apenas 15% dos Parlamentares: são 69 homens e 12 mulheres. Na Câmara, a presença das mulheres é menor, são 45 Deputadas e 468 congressistas masculinos.

Esses números revelam que ainda há muito espaço para ser ocupado pelas mulheres na política brasileira. Em nome da companheira e amiga colega Miguelina Vecchio, Presidente Nacional da Ação Mulher Trabalhista do PDT, e da nossa companheira Marli Mendonça, Presidente da AMT de Rondônia, quero conclamar as mulheres a participarem dos movimentos sociais dos partidos políticos, do nosso PDT – dos demais partidos, mas, principalmente, do nosso PDT – e também das eleições, sejam elas eleições municipais, eleições federais, mas participem das eleições. Venham junto conosco debater, participar e ocupar o seu espaço, que é de direito.

E a participação da mulher tem sido muito importante nas decisões do nosso País, pois é somente dessa forma que conseguiremos aumentar a participação das mulheres na política e na gestão pública. Somente dessa forma, as mulheres, que já exercem o protagonismo em todas as áreas, estarão também mais presentes na política brasileira, participando dos espaços representativos também em igualdade numérica.

Sr. Presidente, embora muitos avanços tenham sido alcançados pelas mulheres em quase todas as áreas, a cultura do machismo e exclusão, enraizada na construção da nossa sociedade, ainda contribui para o alto índice de violência contra a mulher, o que ainda é uma mancha negativa no histórico de conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras.

O Brasil tem criado uma série de políticas públicas para reverter esse quadro. A Lei Maria da Penha, por exemplo, tem sido uma ferramenta importante para o combate à violência. Mesmo assim, hoje, contabilizamos 4,4 assassinatos a cada 100 mil mulheres, número que coloca o Brasil em 7º lugar no *ranking* de países com esse tipo de crime.

Três em cada cinco mulheres jovens já sofreram violência em seus relacionamentos e mais de 12 mil casos de estupro são registrados pelo Ministério da Saúde todos os anos, o que são 23% dos casos registrados nas delegacias de polícia.

Portanto, é o momento de cobrarmos mais rigor na aplicação das políticas de combate à violência contra a mulher e de consolidarmos as conquistas das mulheres nos últimos anos.

Não adianta apenas a Lei Maria da Penha. É necessário, também, que os serviços de proteção à mulher e às vítimas de violência doméstica sejam implantados e funcionem igualmente em todo o território nacional.

Pesquisas do Ipea revelam que em apenas 10% dos Municípios brasileiros esses organismos foram instalados de forma apropriada e estão atendendo adequadamente as mulheres e as famílias brasileiras.

No final do ano passado, aprovamos, aqui no Senado Federal, a inclusão do assassinato de mulheres motivado por questão de gênero, crime também conhecido como feminicídio, no Código Penal. Esse projeto foi aprovado, no início desta semana, na Câmara dos Deputados e, agora, vai à sanção da nossa Presidenta Dilma.

Creio que será mais um passo importante para combater a violência contra a mulher brasileira, o que só será alcançado quando tivermos o pleno funcionamento dessas políticas públicas, junto com o reconhecimento dos direitos das mulheres na família, no trabalho, na política e na sociedade em geral.

Portanto, eu parabeno, mais uma vez, todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Em nome da minha esposa Ana Maria, que também é empresária, em nome da minha mãe, Nair Venturini Gurgacz, que também é empresária, eu parabeno todas as mulheres brasileiras, em especial as mulheres do nosso Estado de Rondônia.

Há outro tema que eu quero abordar nesta tarde, Sr. Presidente.

Nesta semana, estivemos com o Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues; o nosso Governador, Confúcio Moura; o Senador Valdir Raupp; a Deputada Marinha Raupp; o Deputado Lúcio Mosquini; o Prefeito Jesualdo Pires. Também esteve, na reunião, o engenheiro Adailton, que comanda o DNIT, neste momento, para falarmos sobre o Contorno Norte de Porto Velho.

É uma obra da maior importância, não só para o Estado de Rondônia, mas para toda a Região Norte, pois, hoje, para toda a exportação de grãos que é feita através do porto de Porto Velho, os caminhões passam pelo centro da capital. Nós precisamos, urgentemente, fazer esse Contorno Norte, para tirar o movimento, o trânsito pesado dos caminhões, que aumenta, a cada ano, pois a produção agrícola e pecuária, a produção de carne têm aumentado muito nos Estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso, que utilizam esse corredor de exportação.

Nós não podemos mais manter esse trânsito pesado no centro da nossa capital. Por isso, a importância de fazermos esse Contorno Norte, um contorno de, aproximadamente, 30km. O Ministro se comprometeu, junto com o engenheiro Adailton, em concluir o projeto, para que possamos executar essa obra, que é da maior importância, não só para Porto Velho – principalmente, para Porto Velho, é evidente –, mas para todo o Estado e para a Região Norte brasileira.

Comemoro, também, hoje, o reinício das obras dos viadutos em Porto Velho. Uma obra que estava paralisada há mais de dois anos. Uma obra do Governo Federal, mas executada pela Prefeitura Municipal. A Prefeitura não conseguiu avançar – o antigo Prefeito –, e, agora, o Prefeito Mauro Nazif, quando assumiu, devolveu ao DNIT, que refez o projeto, refez a licitação, deu a ordem de serviço, e, nesta semana, o engenheiro Fabiano, que é o representante do DNIT para Rondônia e Acre, deu início a essa obra tão importante para a nossa capital Porto Velho.

Tanto eu quanto a Deputada Mariana estivemos, ontem, reunidos e comemoramos, aqui de Brasília. Não pudemos estar juntos, lá em Porto Velho, onde estava o Prefeito Mauro Nazif, inspecionando a obra, junto com o engenheiro Fabiano, e pôde dar reinício a essa obra importante – Senador Presidente Paulo Paim – a BR-364, que passa pelo centro de Porto Velho, com as vias urbanas e os viadutos, que estavam paralisados há dois anos.

Então, foram retomadas as obras. Esperamos que possamos ver, até o final deste ano, essa obra concluída. É um esforço de toda a Bancada Federal do Estado de Rondônia, aqui em Brasília, comandada pelo nosso Prefeito, Mauro Nazif, juntamente com o Governador Confúcio Moura, e queremos ver essa obra concluída o mais rápido possível.

Nós sempre reclamamos das nossas BRs, mas, quando acontece uma coisa positiva, nós temos que vir aqui à tribuna também comentar. Positivamente, enfim, recomeçaram as obras do viaduto em Porto Velho.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz, que fez uma bela homenagem às mulheres brasileiras, referindo-se à data internacional 8 de março e ao ano internacional da mulher.

Com satisfação enorme, convido a usar a tribuna o nobre Senador Raimundo Lira, do PMDB.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, quero aproveitar esta oportunidade para relatar um pouco a respeito da audiência que tive, ontem, com o Ministro da Pesca, Helder Barbalho, a respeito do Porto de Cabedelo.

O nosso porto, na cidade de Cabedelo, é o mais oriental do continente latino-americano, portanto, o mais próximo da Europa. Inaugurado em 1908, já tem mais de 100 anos de fundação – portanto, um porto muito antigo. E lá, com o ministro e a sua equipe, ficou acertado que, nos próximos 15 dias, o ministro vai deslocar

uma equipe técnica de engenheiros e pessoas especializadas nessa área portuária, para fazer uma avaliação das possibilidades de melhoria, de modernização e de ampliação do Porto de Cabedelo. Já está em andamento um processo de revitalização, feito em convênio com o Exército Brasileiro. Mas é apenas uma melhoria, não é o que realmente nós queremos e o que o povo da Paraíba quer, espera e precisa.

Nós conversamos com o ministro e sua equipe a respeito de um projeto antigo, a respeito do Porto de Cabedelo, em que foi feito um planejamento que seria ideal: a instalação de um porto pesqueiro internacional nas proximidades do Porto de Cabedelo, inclusive com a instalação de alguns estaleiros para a manutenção de toda a frota do Atlântico, frota internacional. Seria um ponto de parada para repouso das tripulações, reabastecimento, construção de navios pesqueiros, reforma e manutenção desses navios. O ministro ficou muito entusiasmado.

Conversamos também a respeito de fazer um trabalho em conjunto com o Ministério do Turismo, porque é fundamental que o Porto de Cabedelo seja modernizado, o seu calado seja aprofundado – atualmente é de oito metros – e passe para onze ou treze metros de profundidade, para receber grandes navios cargueiros e grandes transatlânticos, que são importantíssimos para o turismo da Paraíba e do Nordeste. Ele ficou também de entrar em contato com o próprio Ministro do Turismo, para fazer um trabalho conjunto, mas, independente disso, o ministro já aceitou um convite de minha parte, e com certeza, nos próximos 30 dias, Sr. Presidente, ele visitará o Porto de Cabedelo para ver, pessoalmente, o potencial e as possibilidades que aquele porto oferece.

Existe já um projeto concluído de modernização do Porto de Cabedelo, que demandaria um investimento de R\$320 milhões. É um investimento relativamente barato para uma obra de tamanha importância social, econômica e política. Portanto, não é nada de extraordinário, é um investimento perfeitamente viável, que pode ser feito mesmo no Brasil, num ano de crise como a que estamos atravessando e vamos atravessar. O ano de 2015 será um ano de ajuste fiscal e, sem dúvida, será a base para a retomada do crescimento econômico em 2016.

Temos certeza de que o futuro será mais promissor. A Paraíba será prestigiada com benefícios do atual Governo, para que o povo da Paraíba sinta-se satisfeito e recompensado pela votação que deu à nossa Presidenta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Raimundo Lira, pelo seu pronunciamento, fortalecendo os investimentos do seu Estado, principalmente no Porto de Cabedelo. Percebo que é um Estado bonito, de uma gente generosa, que me concedeu o título de cidadão daquele Estado na oportunidade em que eu estive lá.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Que honra, Senador Paim. V. Exª sabe que, na Revolução de 1930, que nasceu no Rio Grande do Sul, o primeiro Estado brasileiro que se solidarizou com o Rio Grande do Sul foi exatamente a nossa pequena Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um dado histórico importante.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Portanto, existe essa relação histórica de fundamental importância.

E apenas para lembrar, na década de 60, quando era Governador do Estado da Paraíba o Ministro João Agripino, um grande estadista paraibano, a Paraíba era o maior exportador de abacaxi *in natura* do Brasil e, talvez, do mundo. Saíam de Cabedelo grandes cargueiros com abacaxi, principalmente para a Argentina. Hoje, esse tipo de exportação é impossível porque o abacaxi *in natura* não aguenta mais um percurso tão longo, em função da evolução dos fungos e doenças que são próprias da agricultura.

Mas Cabedelo já foi um porto importante. Já fomos também o maior exportador de sisal do Brasil. Quando chegou essa era da modernização, de exportação de produtos industrializados, das *commodities*, o Porto de Cabedelo foi esquecido, mas ele prestou um grande serviço não só à Paraíba, mas também ao Brasil.

E aqui lembro, novamente, Senador Paulo Paim, a ligação, a afetividade histórica e cultural que existe entre o Rio Grande do Sul e a nossa querida Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento V. Exª pelo belo pronunciamento, recordando esse fato histórico da solidariedade da nossa querida Paraíba com o meu querido Rio Grande. E V. Exª pode dizer a mesma coisa, do nosso Rio Grande com a sua querida Paraíba. Foi uma época, de fato, muito difícil. Poucos Estados tiveram a grandeza que o seu teve em relação ao apoio dado ao meu querido povo gaúcho.

Parabéns. É uma alegria estar aqui com V. Exª e ter presidido a sessão, com V. Exª praticamente encerrando os trabalhos no dia de hoje.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Muito obrigado, Presidente.

DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, estamos iniciando os trabalhos desta legislatura e gostaria de prestar uma homenagem e deixar registrada nos anais desta Casa a importância histórica do Arcebispo Emérito de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, para a formação intelectual e religiosa de Sergipe.

Dom Luciano, que em 21 de janeiro passado completou 90 anos de vida, é, no bem dizer do historiador sergipano Luiz Antônio Barreto, “Homem de inteligência além da média, de formação fortemente religiosa, um intelectual renomado, um articulista brilhante, um pregador genial, um escritor e, nesta condição, acadêmico da Academia Sergipana de Letras -na Cadeira 18, uma cadeira de padres/”

Desde cedo devotado, Luciano José Cabral Duarte estudou nos Seminários de Aracaju, de Olinda, em Pernambuco, e de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, tendo sido ordenado, aos 23 anos, em 11 de janeiro de 1948.

Celebrou a sua primeira missa na Igreja do São Salvador, no centro de Aracaju; foi Bispo Auxiliar do então Arcebispo da Capital sergipana, Dom José Vicente Távora, e, a partir de 1971, foi, ele próprio, Arcebispo da Aracaju, até agosto de 1998, quando se afastou para cuidar da saúde e, como ele mesmo diz, para “servir a Deus por outros modos”.

Com uma inteligência aguda e grande brilhantismo, foi um estudante destacado em todas as etapas de sua vida e doutorou-se em Paris, pela Sorbonne, em 1957, obtendo grau máximo daquela reconhecida instituição.

Laureado, Dom Luciano voltou para a docência da Faculdade Católica de Filosofia – FAFI, da qual havia sido diretor fundador em 1951. A FAFI reunia um quadro de excelências e exerceu um papel fundamental na formação dos professores que viriam a ensinar às gerações seguintes. Hoje, muitos que passaram pela antiga FAFI estão entre os intelectuais que compõem a Academia de Letras de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico e o quadro de docentes das diversas instituições de ensino superior do Estado.

Adiante, em 1963, eleito presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, Dom Luciano liderou o trabalho de constituição da Fundação Universidade Federal de Sergipe, assegurando recursos materiais e culturais para desenvolver as cinco faculdades então existentes, ampliar a oferta de cursos e dar vazão à intelectualidade sergipana, já que muitos jovens que buscavam graduação em outros Estados, freqüentemente lá permaneciam e depositavam os seus saberes. E, criada a Universidade, em 1967, ele passou a integrar também o Conselho Diretor da Fundação UF5, onde exerceu mandato a partir de 1968, por mais dois períodos.

Essas são algumas passagens que quero destacar, Srªs e Srs., mas que não esgotam a rica história de vida de Dom Luciano, que aqui temos a grata satisfação de parabenizar pelos seus 90 anos, registrando, para que gerações futuras possam vir a saber, seu papel na formação intelectual e moral do povo sergipano.

E é com esse sentimento de gratidão que presto essa homenagem em nome de todos os sergipanos e rogo ao bom Deus que lhe dê saúde para que permaneça nos inspirando com sua fé, seu amor e sua sabedoria.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente. Obrigada.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, trago hoje uma notícia alvissareira para a população de Roraima, na área de educação. Dando continuidade à política de interiorização da educação profissional em Roraima, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) lançou no último sábado (28), a pedra fundamental de mais um Câmpus Avançado, o de Bonfim, município roraimense que faz fronteira com a Guiana Inglesa.

Quando concluído, o câmpus de Bonfim vai oferecer 800 vagas aos estudantes – jovens e adultos – que passarão a dispor de cursos profissionalizantes, de pesquisa e de extensão, nos eixos tecnológicos de agricultura, serviços, gestão, hospitalidade e turismo, comércio, formação pedagógica, saúde e alimentos.

De modo que nosso estado conta, agora, com as seguintes unidades, que atendem atualmente algo próximo dos 30 mil estudantes, em 56 cursos regulares e no Pronatec. No Câmpus Boa Vista são ofertados onze cursos de graduação (quatro superiores de tecnologia e sete de licenciatura). O Câmpus Novo Paraíso, localizado no sul do estado, que tem como referência os municípios de Caracaraí, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis.

O Câmpus Amajari, que fica ao norte do estado, tem como referência os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Alto Alegre e oferece o curso técnico em agricultura nas modalidades integrado, subsequente, concomitante e de alternância.

O Câmpus Zona Oeste, situado ao oeste de Roraima localiza-se em Boa Vista, nossa capital, com cursos profissionalizantes. Já o Câmpus de Bonfim, um município localizado na região nordeste de Roraima, além de fazer fronteira internacional com a República da Guiana Inglesa, fica próximo aos municípios roraimenses de Normandia, Caracaraí, Boa Vista, Cantá.

Além de beneficiar comunidades urbanas da região, o novo Câmpus também irá beneficiar comunidades indígenas localizadas próximo ao município. As expectativas são de que, após construído, o Câmpus Avançado

do Bonfim irá promover um impacto social e econômico no município. Nossas expectativas têm como base o que ocorrem em Amajari.

Com a implantação da unidade naquele município, com apenas quatro anos de funcionamento, o Produto Interno Bruto (PIB) do município mais que dobrou. Ao mesmo tempo, em que vai oferecer capacitação e qualificação o novo câmpus contribuirá decisivamente com o desenvolvimento socioeconômico da região, na medida em que poderá inserir os trabalhadores no mercado e no processo produtivo do município.

Desta forma, considerando que Bonfim possui baixo índice socioeconômico e, conseqüentemente, altos índices de desigualdades, com o novo campus, poderemos combater as desigualdades sociais, que demandam a presença do poder público.

Obra orçada em mais de R\$ 7,5 milhões, o Câmpus Avançado do Bonfim faz parte de um Acordo Bilateral de qualificação, firmado em 2013, entre o governo federal e o município de Bonfim e que nosso mandato se empenhou diretamente na sua concretização.

Pelo termo de compromisso, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), se comprometeu em garantir a financiar a construção, ampliação e reforma dos espaços físicos, adquirir equipamentos, mobiliário, acervo bibliográfico e alocar recursos para a gestão e manutenção do novo estabelecimento. Já Prefeitura de Bonfim se comprometeu a doar o terreno com infraestrutura compatível para a instalação da unidade.

Esse termo de compromisso faz parte da política de expansão do ensino superior e técnico no Brasil, implantado pelo governo do ex-presidente Lula e continuado pelo primeiro mandato de governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Quero finalizar meu pronunciamento registrando que, a economia do nosso país passa neste momento por ajustes fiscais que se revelam necessários e inadiáveis.

Mas, mesmo estando passando por sérias dificuldades, não há como não se reconhecer que os governos do PT, sob o comando do ex-presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff, têm sim, um grande mérito, eles mudaram, nos últimos 12 anos, o panorama da educação brasileira, especialmente, o ensino técnico profissional.

Assistimos, na última década a expansão do ensino superior e técnico no Brasil, um assunto sobre o qual já me pronunciei aqui nesta tribuna e que voltarei a tratar, dada sua importância para a sociedade brasileira, processo do qual meu Estado de Roraima foi contemplado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Assim, com o brilhante pronunciamento feito pelo Senador Raimundo Lira, nós encerramos os trabalhos no dia de hoje.

Voltamos amanhã, pela manhã, quando faremos, aqui, com certeza absoluta, de parte de inúmeros Senadores que já falaram comigo, uma homenagem às mulheres, já que nos aproximamos do dia 8 de março.

Está encerrada a sessão.

Que Deus ilumine todos.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 23 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

Dia 05/03 (Quinta-feira)

HORÁRIO	COMPROMISSO	LOCAL
11h	Sessão Deliberativa Extraordinária	Plenário do Senado

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-14 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marta Suplicy.	PT / SP
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 22

PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Marta Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** Elmano Férrer - (PTB-PI)**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT ^(20,26)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz ^(3,33)</p> <p>Walter Pinheiro ^(31,34)</p> <p>Telmário Mota ^(4,37)</p> <p>José Pimentel ⁽³⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 14</p> <p>Humberto Costa ^(20,26)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha ⁽³²⁾</p> <p>Walter Pinheiro ^(31,34)</p> <p>Lindbergh Farias ⁽³⁸⁾</p> <p>Fátima Bezerra ⁽³⁰⁾</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz ^(3,33)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota ^(4,37)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira ^(16,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Ataídes Oliveira ⁽³⁶⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB</p> <p>Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB ^(11,29)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros ^(15,19,28)</p> <p>Vanessa Grazziotin ^(22,25)</p> <p>Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe ^(1,14)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros ^(15,19,28)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin ^(22,25)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor ^(5,10)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
30. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
37. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA

Finalidade: Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

MEMBROS

3) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 93, de 2015, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete membros titulares e cinco suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 02/03/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

Notas:

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5.
Senador Roberto Requião (PMDB)	6.
Senador Omar Aziz (PSD)	7.
Senador Valdir Raupp (PMDB)	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador José Serra (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz Henrique, Eunício Oliveira, José Maranhão, Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 009/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4.
Senador Sérgio Petecão (PSD)	5.
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(3,2)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBDS).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Marta Suplicy (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senador Aécio Neves (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia como membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o obj tivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ângela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Benedito de Lira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5.
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: scomce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Paulo Rocha (PT)	4.
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303- 3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Gladson Cameli (PP)	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Fernando Ribeiro (PMDB)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Lasier Martins (PDT) ⁽¹⁾
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador José Maranhão (PMDB)	2. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 04/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varela

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: scomct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Sena a Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Bl o Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	VAGO
PT			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
PSDB			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
PTB			
VAGO		1.	VAGO
PP			
VAGO		1.	
PDT			
VAGO		1.	
PSB			
VAGO		1.	VAGO
DEM			
VAGO		1.	VAGO
PR			
VAGO		1.	VAGO
PSD			
VAGO		1.	VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
VAGO	
PP	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 04/03/2015

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

13) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dornier, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Sílvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dornier
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva**Telefone(s):** 61 3303-3502**E-mail:** cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 3 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3507

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - CMCLF

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SENADO FEDERAL

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacombo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrellá (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

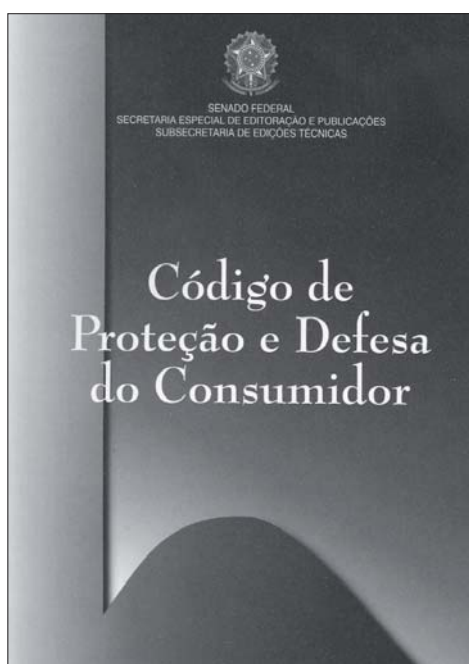
Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 444 páginas
(O.S. 10575/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

